

BE
4PDF
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....

LÍVIA MARIA TIEDE

SOB SUSPEITA: NEGROS, PRETOS E HOMENS DE COR EM SÃO PAULO NO INÍCIO DO SÉCULO XX

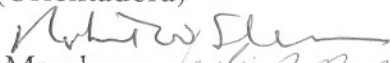
Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas sob orientação da Prof.^a Dr.^a Silvia Hunold Lara.

Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação de Mestrado defendida e aprovada em 22/02/2006

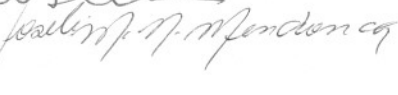
BANCA

Prof.^a Dr.^a Silvia Hunold Lara (Orientadora)

Prof. Dr. Robert W. Slenes



Prof.^a Dr.^a Joseli Maria Nunes Mendonça



Suplentes:

Prof.^a Dr.^a Maria Clementina Pereira Cunha



Prof. Dr. Fernando Teixeira da Silva

CAMPINAS
2005

UNIDADE BC
Nº CHAMADA UNICAMP
T44s
V EX
TOMBO BCI 67691
PROC 6.123-06
C DX
PREÇO 11,00
DATA 29/03/06
Nº CPD -

Bib. id. 376406

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA CENTRAL DA UNICAMP
Bibliotecário: Helena Joana Flipsen – CRB-8ª / 5283

T44s Tiede, Livia Maria.
Sob suspeita : negros, pretos e homens de cor em São Paulo no início do século XX / Livia Maria Tiede. -- Campinas, [s.n.], 2006.

Orientador: Silvia Hunold Lara.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Negros - São Paulo (SP). 2. Movimentos sociais. 3. Polícia. 4. São Paulo (SP) - Relações raciais. I. Lara, Silvia Hunold, 1955- II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Título em inglês: Under suspicion.

Palavras-chave em inglês (Keywords): Blacks - São Paulo (State), Social movements, Slavery - Emancipation, São Paulo (State) - Integration, Racial.

Área de concentração: História social.

Titulação: Mestre em História.

Banca examinadora: Silvia Hunold Lara, Robert Wayne Andrew Slenes, Joseli Maria Nunes Mendonça, Maria Clementina Pereira Cunha.

Data da defesa: 22-02-2006.

Necrológico dos desiludidos do amor

Os desiludidos do amor
Estão desfechando tiros no peito.
Do meu quarto ouço a fuzilaria.
As amadas torcem-se de gozo.
Oh quanta matéria para os jornais.

Desiludidos mas fotografados,
Escreveram cartas explicativas,
Tomaram todas as providências
Para o remorso das amadas.

Os médicos estão fazendo a autópsia
Dos desiludidos que se mataram.
Que grandes corações eles possuíam.
Vísceras imensas, tripas sentimentais
E um estômago cheio de poesia...

Agora vamos para o cemitério
Levar os corpos dos desiludidos
Encaixotados competentemente
(paixões de primeira e de segunda classe).

Os desiludidos seguem iludidos,
Sem coração, sem tripas, sem amor.
Única fortuna, os seus dentes de ouro
Não servirão de lastro financeiro
E cobertos de terra perderão o brilho
Enquanto as amadas dançarão um samba
Bravo, violento, sobre a tumba deles.
(Carlos Drummond de Andrade, *Brejo das
Almas*, 1934.)

Para Arminda Maria

Agradecimentos

Meu obrigado uterino aos meus amigos que, em múltiplos sentidos, me ensinam, ajudam, confortam e procuram compreender. Agradeço

À Silvia Hunold Lara que, quando eu estive sem rumo indicou-me um oriente;

À Letícia Ippolito que fez do que mais corrigir porque erra sempre saborosamente;

À Galu, conhecida como Gláucia Fraccaro, minha irmã do meio – do peito;

Ao Samuel *brother* fidelíssimo;

À Letícia Canelas a amiga que todo mundo gostaria de ser... (exceção a ela própria que é autêntica)

À Rê, meu samba;

À Regina que é meu exemplo de mulher negra de cor preta;

À Bruna Capanacci um porre de amiga;

À Dulce e a Cláudia, duas as rainhas que sempre me deram um lar;

À Mindinha que é minha mãe e minha criança;

E além de todas essas pessoas auto explicativas, presentes dados a mim sem mérito, tenho a honra e o prazer de compartilhar minha vida com ser humano que mais admiro, e que é minha felicidade. Marcio você compensa tudo, até mesmo existir.

Agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa, aos professores que leram este trabalho, aos meus alunos e colegas de trabalho, e demais pessoas que se desperdiçaram para meu desenvolvimento e, em especial, aquelas que leram essas linhas.

Resumo

Esta dissertação estuda a população negra paulistana no início do século XX na cidade de São Paulo, a partir da grande imprensa, de documentação policial e da chamada imprensa negra. Os jornais negros foram escritos por indivíduos que se nomeavam como "classe dos homens de cor". Para ser considerado "homem de cor" o negro deveria seguir algumas regras de conduta moral, expressas em artigos e por meio de críticas em seções específicas dos periódicos, e quem não compartilhava essas determinações era chamado por eles de "pretos". Combater o racismo e a discriminação eram os objetivos dos homens de cor, no entanto, esse só poderia ser efetivado por meio de ação conjunta de todos os negros, que deveriam dizimar os estigmas sociais a eles associados, como considerá-los *a priori* vagabundos, embriagados e criminosos. Em se tratando de mulheres negras, a estigmatização vinculava-se, além de tudo, à idéia de prostituição. Seguindo o ponto de vista dos homens de cor, buscamos entender como os negros apareciam na grande imprensa e em processos policiais. Verificamos que eram vistos como sujeitos suspeitos antes mesmo de se comprovar sua participação em algum delito, além da identificação não primar pela identidade do negro, mas ser feita unicamente por meio da cor. Dessa forma, procuramos entender como se dava a inserção de toda população negra nos bairros paulistanos, e se havia de fato separação entre homens de cor e pretos. Compreendemos que a estratégia dos homens de cor, para combater o racismo e a discriminação por meio da conduta, não surtia o efeito desejado porque todos os negros eram considerados suspeitos em potencial, pois independente da alcunha que atribuíssem a si mesmos, eram apenas "negros" para a sociedade paulistana.

Abstract

This dissertation is about black population in São Paulo city, in the beginning of XX century, through black press, great press, and police documentation. Individuals who nominated themselves as "class of the colored men" had written the black periodicals. For being considered "colored man", black people must follow some rules of moral behavior, propagated in articles and by critical in specific sections of the black newspapers. Who did not share those rules were been called for them by "pretos". "Colored men" had fought racism and discrimination, however, that fight could only been accomplished by the black people's joint action which ought to decimate the social preconception they were associate by society, whom considers them *a priori* as vagabonds, tipsy and criminal. Black women, over all, were been tied to prostitution idea. Following the view of "colored men", we try to understand how blacks appeared in great press and police processes. We verify that black citizens were been suspected before someone proves their participation in some infraction. They were been seen without a name, but being identify solely by means of the color. Thus we try to understand how was the insertion of all black people into São Paulo's quarters, and if it had separation between "colored men" and "pretos". We understand that the strategy of the "colored men" did not occasion the desired effect because all blacks were been considered as potential suspected, independent of the nickname they attributed themselves, they were only "black" for general society.

Sumário

<i>Introdução</i>	3
<i>CAPÍTULO 1 - Os homens de cor na cidade de São Paulo</i>	31
1. <i>A imprensa negra em São Paulo</i>	31
2. <i>Os homens de cor e os negros: condições de moradia e de trabalho</i>	51
3. <i>Pretos, negros e homens de cor</i>	65
<i>CAPÍTULO 2 - Quem não era homem de cor, preto era</i>	73
1. <i>Quem era preto</i>	73
2. <i>A Grande Imprensa</i>	75
3. <i>Pretos suspeitos: o ponto de vista da polícia</i>	82
4. <i>Crime de Preto</i>	105
5. <i>Pretos tenebrosos</i>	117
<i>CAPÍTULO 3 - Mulheres pretas</i>	121
1. <i>O alvo de todas as suspeitas</i>	121
2. <i>Defloramentos</i>	133
3. <i>Nem tão perdidas, nem tão honradas</i>	137
4. <i>Uma história de amor e morte em 1923</i>	147
<i>Conclusão</i>	159
<i>Fontes e Bibliografia</i>	164
<i>I – Fontes</i>	164
<i>1 – Fontes manuscritas</i>	164
1.1 – <i>Arquivo do Estado de São Paulo</i>	164
1.2 – <i>Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo</i>	164
1.3 – <i>Arquivo Municipal Washington Luís</i>	164
1.4 – <i>Fórum Criminal "Abrão Ribeiro"</i>	164
<i>2 – Fontes impressas</i>	165
2.1 – <i>Jornais</i>	165
2.2 – <i>Memorialistas e Obras de Referência</i>	165
2.3 – <i>Mapas, Catálogos e Anuários</i>	166
<i>II – Bibliografia Citada</i>	166
<i>Anexo 1</i>	170
<i>O percurso nos Arquivos Paulistas</i>	170
<i>Anexo 2</i>	176
<i>Anexo 3</i>	177
<i>Ficha Antropométrica de Maria Benedicta 1</i>	177
<i>Ficha Antropométrica de Maria Benedicta 2. Verso</i>	178
<i>Anexo 4</i>	179
<i>Lista geral das mulheres ofendidas</i>	179

Introdução

Os estudos sobre a população negra depois da abolição no Brasil aumentaram significativamente nas últimas décadas do século XX, e continuam a crescer mais recentemente. Essa consideração felicita aqueles que se dedicam a tal tema; afinal, incitada pela militância, a historiografia tendeu a debruçar-se mais sobre as questões dos imigrantes e também do movimento operário, relegando para um segundo plano as relações dos negros com os estrangeiros, e com o mundo do trabalho em geral¹. Isso ocorreu sobretudo na cidade de São Paulo, onde foi muito significativo o contingente de imigrantes italianos desde o fim do século XIX e durante toda primeira metade do século XX.

Pesquisas patrocinadas pela Unesco buscaram preencher essa lacuna, discutindo a inserção do negro na sociedade capitalista de classes. Em especial, Florestan Fernandes desenvolveu estudos sobre as origens da integração da "população de cor" na cidade de São Paulo, suas causas e conseqüências. De acordo com esse autor, o negro sofreu em larga escala a presença do imigrante europeu, que aprofundou o aniquilamento imposto por seu passado escravo e deteriorou suas possibilidades de competição por trabalho². Isto porque a preferência dos empregadores destinava-se, de acordo com suas pesquisas, obviamente àqueles que já estavam inseridos e acostumados com as relações do capital.

Florestan Fernandes afirmou que o negro recém liberto da escravidão sentiu a necessidade de afirmar sua liberdade e não se submeteu às exigências da sociedade de classes. O negro desejou impor às relações de trabalho sua condição moral de livre e assim manter a dignidade usurpada durante a escravidão. O imigrante, ao contrário, enxergou as relações trabalhistas como forma passageira de adquirir melhores condições materiais, vislumbrando nelas uma oportunidade de enriquecimento. O negro, portanto, em vista da impossibilidade de se afirmar socialmente diante do agente empregador, acabou circundado por sua própria apatia, formando em torno de si um círculo de pauperização e desigualdade social. O negro surgia, então,

"(...) como uma figura deslocada e aberrante no cenário tumultuoso que se forjava graças à 'febre do café'. Mesmo quando conseguia inserir-se no sistema citadino

¹ Cf. Silvia Hunold Lara. "Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil". Projeto História, São Paulo, (16), Fev. 1998.

² Florestan Fernandes. *A integração do negro na sociedade de classes*. Vol. 1 – O legado da raça branca. Dominus Editora, Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1965, p.10.

de ocupações, ele não se polarizava na *direção do futuro* e, assim, não 'engrenava'. Faltava-lhe coragem para enfrentar ocupações degradantes, como os italianos que engraxavam sapatos, vendiam peixes e jornais, etc.; não era suficientemente 'industrioso' para fomentar poupança, montando-a sobre uma miríade de provações aparentemente indecorosas, e trampolim para o enriquecimento e o 'sucesso'; carecia de meios para lançar-se às pequenas ou as grandes especulações, que movimentavam os negócios comerciais, bancários, imobiliários e industriais; e, principalmente sentia o ferrete da ânsia de poder voltado para a acumulação de riqueza. Onde mantinha posições dignificadoras (como artesão independente ou comerciante de viandas e de quinquilharias), onde conquistava alguma ocupação promissora (como funcionário público e como trabalhador livre, a jornal ou independente), apegava-se a modelos de ação invariavelmente pré e anti-capitalistas."³

Segundo o autor, o empecilho ao desenvolvimento social do indivíduo de cor na cidade de São Paulo não se deu por conta de práticas racistas⁴. Como o negro recém egresso da escravidão não conseguiu se adaptar à nova ordem social, a ele pouco restou a fazer no ambiente urbano. Assim, a forma encontrada por muitos foi recorrer à criminalidade como alternativa de sobrevivência que, ao contrário dos trabalhos oferecidos usualmente ao negro, era menos degradante. A marginalidade traria em si um "status" social diferenciado, primeiro por propiciar o enriquecimento imediato, e segundo por estar relacionada a qualidades como a coragem, passando-se assim da vadiagem à malandragem, situação até mesmo invejada por aqueles negros que não se arriscavam a cometer crimes⁵. Essa condição psico-social, segundo Fernandes, foi agravada, ainda, pela falta de consciência dos brancos, que pouco ou nada fizeram para impelir o negro a se adequar à sociedade capitalista:

"No conjunto, portanto, as próprias condições psico-sociais e econômicas que cercam a emergência e a consolidação da ordem social competitiva na cidade de São Paulo, tornavam-na imprópria e até perigosa para as massas de libertos, que nela se concentravam. Doutro lado, as deformações introduzidas em suas pessoas pela escravidão limitavam sua capacidade de ajustamento à vida urbana, sob regime capitalista, impedindo-os de tirar algum proveito relevante e durador, em escala grupal, das oportunidades novas. Como não se manifestou nenhuma impulsão coletiva que induzisse os brancos a discernir a necessidade, a legitimidade e a urgência de reparações sociais para proteger o *negro* (como pessoa e como grupo) nessa fase de transição, viver na cidade pressupunha, para ele, condenar-se a uma existência ambígua e marginal."⁶

No entanto, apesar de observar a responsabilidade social dos brancos em relação à não integração do negro, o autor atribuiu a ele a incapacidade de adequação, e procurou analisar a

³ Florestan Fernandes. *Op. Cit.* p.5.

⁴ Florestan Fernandes. *Op. Cit.* p. 67-68.

⁵ Florestan Fernandes. *Op. Cit.* p. 110-111.

⁶ Florestan Fernandes. *Op. Cit.* p.5.

"irracionalidade" de suas atitudes frente à sociedade capitalista. Imputar aos negros preferências escusas pela criminalidade, ao invés de seguir o caminho trilhado pelos imigrantes, é uma evidência desta posição. Dessa forma, o autor, acabou por conferir todo o ônus decorrente da escravidão ao próprio ex-escravo:

"Diante do negro e do mulato abrem-se duas escolhas irremediáveis, sem alternativas. Vedado o caminho da classificação econômica e social pela proletarização, restava-lhes aceitar a incorporação gradual à escória do operariado urbano em crescimento ou abater-se penosamente, procurando no ócio dissimulado, na vagabundagem sistemática ou na criminalidade fortuita meios para salvar aparências e a dignidade de **HOMEM LIVRE** (grifo do autor).

Na análise retrospectiva dessa situação, é patente a irracionalidade do comportamento do negro e do mulato, como indivíduos ou coletivamente, no período final de desagregação da sociedade de castas e no período inicial da formação da sociedade de classes. A revolta diante da degradação e da suprema humilhação decorrentes da escravidão inspirou avaliações e aspirações sociais que lhes foram funestas."⁷

As análises de Florestan Fernandes foram bastante discutidas pela historiografia mais recente, e não é atributo deste trabalho examinar seus equívocos, que hoje parecem muito mais que evidentes. Deve-se a ele, e a toda chamada "Escola de São Paulo", a consagração por terem desmistificado o mito da democracia racial, e a outros tão bons historiadores a competência de refutarem seus argumentos menos interessantes, como será explicitado adiante.

Uma das principais críticas a Florestan Fernandes localiza-se na falta de percepção que este autor teria tido sobre o modo como as atitudes racistas se estabeleceram na sociedade e preservaram os negros numa condição de suposta inferioridade, naturalizando que foi racionalmente criado pelos brancos para sancionar sua exclusão. Para Hasenbalg, a "culpa" pela exclusão dos negros é dos brancos, e o racismo aparece como uma fórmula racional para proteger seus privilégios:

"No procedimento explicativo baseado em 'sobrevivências', 'atrasos' e 'arcaísmos', aqueles conceitos têm um valor heurístico, indicando a origem e descrevendo a filiação de uma subestrutura; mas não explicam a sua permanência e operação dentro de uma nova estrutura. Como em qualquer sistema de estratificação social, a persistência de uma estratificação racial deve ser funcionalmente relacionada aos ganhos materiais e simbólicos que cabem ao grupo superior. (...) Assim, independente do conteúdo irracional das crenças e ideologia raciais, as práticas

⁷ Florestan Fernandes. *Op. Cit.* p. 12.

racistas podem ser racionais em termos de preservação da estrutura de privilégio e dominação dos brancos."⁸

Hasenbalg atentou para o fato de que o racismo podia ou não ser articulado institucionalmente, e afirmou que, a despeito das atitudes dos negros depois da abolição, eles não teriam sido responsáveis por sua própria exclusão que, além de econômica, foi também racial.

"As peculiaridades de cada processo de abolição e subsequente diferenciação da estrutura de classes podem produzir uma reordenação dos grupos brancos que se beneficiam mais com a subordinação dos negros. Contudo, a tenacidade da estratificação racial e as novas fontes de discriminação após o fim do escravismo devem ser procuradas nos variados interesses dos grupos brancos que obtêm vantagens da estratificação racial. (...) A sociedade de classes confere uma nova função ao preconceito e discriminação raciais: as práticas racistas, sejam ou não legalmente sancionadas, tendem a desqualificar os não-brancos da competição pelas posições mais almejadas que resultam do desenvolvimento capitalista e da diferenciação da estrutura de classes."⁹

Ainda que estas observações sejam importantes, a análise de Hasenbalg continua a deixar os negros numa situação pouco ativa: seres subordinados que teriam "sofrido" um processo sistemático de desqualificação que lhes foi imposto pelos brancos.

Outro estudo importante sobre o comportamento dos negros no pós-abolição foi realizado por George Reid Andrews, sendo este uma extensa análise a respeito da população negra paulistana entre os anos de 1888 e 1988¹⁰. Sua obra é, entre outros aspectos relevantes, uma resposta aos estudos da "Escola de São Paulo". Sem negar o valor das pesquisas patrocinadas pela Unesco, o autor afirmou que, apesar das divergências cruciais entre a interpretação de Florestan Fernandes e de Gilberto Freyre (um dos maiores defensores da idéia de democracia racial no Brasil) ambos conferiram à escravidão uma determinação sobre a condição do negro no Brasil. No entanto, para Freyre, essa "herança" foi positiva, e para Fernandes, como foi visto, funesta. O maior problema desta interpretação, segundo o autor, está em atribuir à escravidão - profundamente destrutiva tanto para suas vítimas quanto para a sociedade brasileira em seu conjunto - todo o peso explicativo, ignorando práticas alternativas de sobrevivência de escravos, libertos e forros durante o cativeiro e que construíram experiências significativas no pós-abolição¹¹. Visando essas experiências, Andrews construiu

⁸ Carlos Alfredo Hasenbalg. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. (trad.) Patrick Burglin. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979, p. 76.

⁹ *Idem*, *Op. Cit.* p. 76-77.

¹⁰ George Reid Andrews. *Negros e brancos em São Paulo. (1888-1988)*. Trad. Magda Lopes, Bauru: EDUSC, 1998.

¹¹ George Reid Andrews. *Op. Cit.*, pp.29-34.

uma análise divergente daquela realizada por Fernandes sobre as condições de trabalho dos negros em São Paulo. Ele questionou diretamente as teses de Fernandes de que o negro havia ficado completamente alijado do mercado de trabalho paulistano, restando-lhe poucas alternativas, como a proteção de um "figurão branco" ou a criminalidade. Realizando um estudo extensivo nos registros da Light Power and Co. e na indústria de tecidos Jafet¹², Andrews concluiu que, de fato, os melhores empregos se destinaram aos imigrantes europeus, mas isto não significou que os descendentes de africanos tenham ficado fora do mercado de trabalho industrial. Além disso, o autor constatou a importância do trabalho das mulheres negras, como empregadas domésticas e outros serviços domiciliares, que muitas vezes fora a principal renda da família¹³. Ainda que Florestan também tenha visualizado o trabalho feminino como principal fonte de renda para a família negra, essa evidência tinha para este autor um caráter degradante:

"Assim se explica, sociologicamente, a tendência a procurar ajustamentos ao mundo exterior na base de '*status* fictícios' e a tendência simultânea de evadir-se dos papéis inerentes aos '*status* reais'. Quando o jovem admitia sua '*posição*' de *homem sustentado pela mulher*, como uma espécie de '*amante a soldo*', e lançava-se atrás das outras compensações da '*vida de malandro*', o processo atingia o ponto culminante da fase ascendente. Já tinha percorrido a primeira escala de sua integração ao '*submundo da malandragem*' e estava apto para encetar, verdadeiramente, alguns tipos de carreiras criminosas, que se abriam diante dos '*malandros do meio negro*'. "¹⁴

Desse modo, fica claro que, para Fernandes, a possibilidade de a família ser sustentada pela mulher era um indício de que o homem adentrara ao "submundo da malandragem". Já para Andrews, essa situação, que era muitas vezes inevitável, sendo o trabalho doméstico em casa de família mais acessível à mulher negra, foi valorizada, ainda que ele mencione a preocupação de muitos negros com essas atividades, pois as mulheres negras podiam se tornar vítimas sexuais de seus patrões, situação amplamente discutida pela historiografia¹⁵.

Há, nos desdobramentos do debate, uma mudança de posição importante, que diz respeito ao interesse dos pesquisadores em buscar o ponto de vista dos negros. Além de Andrews, outras pesquisas recentes também recusaram o paradigma da "Escola de São Paulo"

¹² George Reid Andrews, *Op. Cit.* pp.149-197.

¹³ Ver também, para outras referências, Regina Célia Xavier. *A conquista da liberdade. Libertos em Campinas do século XIX*. CMU/UNICAMP, 1996, p.109.

¹⁴ Florestan Fernandes. *Op. Cit.* p. 145.

¹⁵ Cf. Martha Abreu Esteves. *Meninas Perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, e, também, Sueann Caulfield. *Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)*. Campinas, SP: Editora da Unicamp/ Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 2000.

e perceberam a abolição como um momento privilegiado no qual profundas mudanças dos referenciais culturais, nas relações de poder e convivência social acabaram forçando os personagens do período a rever suas atitudes e estratégias.¹⁶

Um exemplo dessa forma de pesquisa é o trabalho de Hebe Maria Mattos¹⁷, no qual a autora explorou os significados do silêncio sobre a cor no período que antecedeu a abolição, e os relacionou a uma ideologia de branqueamento imposta aos escravos, libertos, forros e consecutivamente a seus descendentes. Hebe Mattos analisou, ainda, a busca de mobilidade espacial entre libertos, forros, escravos e ex-escravos, como estratégia para resolver problemas de "segunda geração", ou seja, de seus descendentes e também de suas buscas por "novos laços" que garantissem uma "inserção social".

Mais uma vez, a historiografia sobre os negros no pós-abolição dialogou com as pesquisas de Florestan Fernandes. Afinal, este autor havia considerado a mobilidade espacial de maneira diferente. Para ele, os negros que se fixaram em São Paulo, mesmo encontrando condições adversas, não tinham tido a possibilidade de retorno ao interior do estado:

"Apesar de suas origens e de suas conseqüências sociopáticas indisfarçáveis, aquela apatia extrema representava uma das opções da seguinte alternativa: 'continuar vivendo na cidade' ou 'mudar para o interior'. Desse prisma, a apatia aparece como uma condição residualmente dinâmica, como uma escolha que envolvia a predisposição de 'fazer corpo mole até o fim'. O que significava, em outras palavras, usar deliberadamente a única forma de resistência e de comportamento adaptativo voluntário que estava ao alcance do negro e do mulato.(...) Nesse complexo contexto psico-social, a permanência pura e simples na cidade possuía, por si mesma, uma conotação positiva e dignificadora – fato análogo ao que ocorrera, no passado, com o liberto. Nota-se, porém, que essas preferências semi-conscientes mais arraigadas não se associavam a qualquer 'sonho de um futuro melhor'; elas afetavam, diretamente, o presente imediato e, dentro dele, o 'valor' das pessoas envolvidas. (...) Talvez esse seja o único elemento positivo e construtivo cuja influência impregnava e decorria da desorganização social crônica. Foi graças a ele que o negro e o mulato abriram seu árduo caminho, transformando ao longo do tempo o 'morar na cidade' em 'viver como gente'.¹⁸

¹⁶ Conferir em: Sílvia Hunold Lara. "Escravidão, cidadania e história... *Op. Cit.* Ver também em Sidney Chalhoub. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Cia das Letras, 1990. E o estudo de Célia M. Marinho de Azevedo. *Onda negra medo branco – O negro no imaginário das elites: século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

¹⁷ Hebe Maria Mattos. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista, Brasil século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

¹⁸ Florestan Fernandes. *Op. Cit.* p. 180-181.

Maria Cristina Wissenbach¹⁹ também analisou a "mobilidade espacial" deste contingente populacional, do campo para o perímetro urbano. Segundo a autora, essa migração foi bastante significativa entre os ex-escravos, por constituir uma forma de usufruto da liberdade que visava escapar às "contingências da dominação patriarcal". Para os "homens andarilhos", ou nascidos na cidade nos limiares do século XX, era possível encontrar no meio urbano em expansão novas oportunidades de trabalho e de convívio social, e não apenas uma forma de resistir bravamente. De acordo com a autora, os "laços societários primários, os ritos do dia-a-dia e os da religiosidade popular" foram mais do que "formas de convívio íntimo", e constituíram estratégias de sobrevivência. Há também que se considerar, como afirma Paulo César Garcez Marins²⁰, que essas pessoas podiam decidir se afastar do interior, não apenas por fatores externos, mas por vontade de esquecer as "mazelas do campo" associadas à memória do cativo. Segundo o autor, essa migração parece ter persistido também durante os primeiros anos da República.

Esses laços de parentesco, compadrio e amizade podem ter facilitado as condições para o início de uma estabilização num novo espaço, como a cidade de São Paulo. Esse foi um dos argumentos de Kim D. Butler, em sua obra *Freedoms given, freedoms won: Afro-brazilian in post-abolition São Paulo and Salvador*²¹. A autora fez, por sua vez, uma análise bastante completa sobre as possibilidades de migração para a cidade de São Paulo. Ela corroborou Florestan Fernandes sobre as necessidades que os afro-brasileiros tinham de sair do interior do estado em direção à capital paulista. Sem dúvida, em pequenas propriedades agrícolas, os negros tiveram maiores possibilidades de permanecer em seus empregos. No entanto, em grandes fazendas de café, o recém liberto deparou-se com a preferência pelo imigrante nacional. Para resolver esse problema, dirigiu-se para São Paulo; mas essa migração foi gradual, pois dependeu enormemente de laços familiares.

Ao analisar as concentrações de negros por bairros, Kim D. Butler identificou três momentos distintos de moradia. Primeiramente, os negros teriam ocupado o bairro do Bexiga, parte do Bela Vista. Segundo a autora, esse local era uma fazenda vendida em pequenos lotes "baratíssimos" aos imigrantes italianos, que, por sua vez, os sublocaram aos primeiros negros que migraram para São Paulo, vindos em especial do Vale do Paraíba.

¹⁹ Maria Cristina Cortez Wissenbach em: "Da escravidão à liberdade: dimensões de uma privacidade possível", In: Fernando A. Novais (coordenador geral da coleção) & Nicolau Sevcenko (organizador do volume). *História da vida Privada no Brasil*, v.3 São Paulo: Cia das Letras, 1998, pp.49-130.

²⁰ Paulo César Garcez em "Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras". In: Fernando A. Novais (coordenador geral da coleção) & Nicolau Sevcenko (organizador do volume). *História da vida Privada no Brasil*, v.3 São Paulo: Cia das Letras, 1998, pp.131-214.

²¹ Kim D. Butler. *Freedoms given, freedoms won: Afro-brazilian in post-abolition São Paulo and Salvador*. Rutgers University Press: New Brunswick, New Jersey, 1998.

Um segundo momento foi o da ocupação negra dos bairros da Barra Funda e Campos Elíseos. Com a fundação da São Paulo Railway, em 1867 na Barra Funda, novamente as redondezas foram habitadas por italianos. A arquitetura de suas moradias comportava porões que viriam a ser a moradia dos negros vindos do interior. Nos Campos Elíseos:

"A partir de 1910-1915, os italianos que prosperaram habilmente no comércio começaram a se mover para os novos lugares da cidade onde aumentava a necessidade de serviços. Em menor escala os moradores dos Campos Elíseos mudaram-se para as áreas da moda como Higienópolis, bairros saneados das epidemias de sarampo e febre amarela que assolaram as cidades brasileiras durante as primeiras décadas do século XX. Os lugares que ficavam vagos logo eram ocupados por afro-brasileiros, em companhia de trabalhadores brancos, a maioria vinda do interior. Os moradores originais converteram os porões em "apartamentos", e subdividiram as grandes casas dos Campos Elíseos em cortiços."²²

Apesar de num primeiro instante sua análise parecer com as outras feitas sobre a população negra no pós-abolição, há um diferencial bastante importante, que a autora retoma diversas vezes em seu texto: os negros que vieram do interior para a capital foram ocupando os lugares onde antes os italianos moraram. A partir da movimentação dos imigrantes, os negros preenchem tais espaços por meio do processo de sublocação das habitações. Essa idéia simples explica o fato da população negra ter se espalhado pela cidade de São Paulo, sem constituir bairros especificamente negros; ao contrário, onde havia brancos, imigrantes ou nacionais, havia também a população afro-descendente. A autora quebrou, portanto, as afirmações de que os trabalhadores negros buscaram morar perto dos brancos por trabalharem exclusivamente como serviçais²³. Ainda que a necessidade de facilitar o transporte até a casa dos brancos abastados tenha existido, a transformação das casas dos imigrantes em habitações populares foi a principal característica das moradias ocupadas pela população negra.

Mas a maior novidade que a autora introduziu para as análises da mobilidade espacial negra no pós-abolição para a cidade de São Paulo, ainda concerne o bairro da Barra Funda. Segundo seus estudos, muitos negros foram empregados da São Paulo Railway, como já havia afirmado Andrews. Para ela, a possibilidade de trabalhar em linhas de trem configurou um importante mecanismo de locomoção rumo ao interior para os negros que já moravam em São Paulo. Assim, eles puderam estabelecer uma via de comunicação com os parentes que ficaram

²² Kim D. Butler. *Idem. Op. Cit.* p. 73. Todas as traduções são meramente didáticas à dissertação, feitas pela mestranda sem fins de reprodução.

²³ A autora, ao contrário de Samuel Lowrie, acredita que a concentração de negros morando próximos de brancos não se deu apenas porque eles trabalharam para eles como serviçais, mas porque numerosas famílias de imigrantes converteram porões e quintais em propriedades de aluguel. *Idem, Op. Cit.* p.76.

nas cidades onde seus descendentes outrora foram escravos. Essa comunicação fomentou os laços de parentesco e facilitou a vinda dos demais membros da família à capital, e sobre esse aspecto existem inúmeras referências na imprensa negra, como a autora afirma:

"Uma relação de proximidade entre o interior e a capital virou a marca das comunidades negras e de seus clubes."²⁴

Afinal, poucas eram as famílias que podiam se deslocar inteiras rumo a São Paulo: gradativamente os membros vieram e, aos poucos traziam, os outros quando assentados na cidade. A Barra Funda também foi um importante porto para as vias de trens da Companhia Sorocaba e da Estrada de Ferro Paulista. Em 1900 uma linha de trole ligou-a ao centro da cidade e facilitou a locomoção para o trabalho neste local. Como não houve censos por bairros que incluíssem informações sobre a condição racial dos habitantes da cidade neste período, tornou-se muito complexo certificar "quantos negros moraram onde". Kim D. Butler, analisando dados já referenciados na historiografia, construiu um cálculo aproximado sobre a população nascida na Bela Vista:

"Um estudo de nascimentos entre 1925 e 1929 indica um forte modelo residencial. A vasta maioria dos nascimentos de afro-brasileiros foi registrada em Bela Vista, distrito do qual o Bexiga faz parte. Um censo escolar de 1934 indica Bela Vista como bairro que tinha a mais alta concentração de negros. Afro-brasileiros eram também desproporcionalmente representados nos distritos de Santa Cecília e Liberdade."²⁵

Mas esta estatística continua a esclarecer pouco. Afinal, na década de 1940 a população negra paulistana já tinha crescido enormemente desde o início do século²⁶, pois, como a própria autora aponta, a migração de negros se iniciou logo no final do século XIX, e a grande mobilidade espacial dentro da própria cidade não permite uma quantificação exata por bairros.

Assim, a constituição de comunidades não configurou especificamente bairros negros; na medida em que os negros se estabeleceram na capital, trouxeram seus familiares e, no decorrer das mudanças dentro da cidade, parte da população se fixou no mesmo espaço, e outra parte formou novas comunidades em espaços distintos. Nas palavras de Kim D. Butler:

"Pequenos territórios de negros, muitos deles ligados por relações com a cidade natal, desta maneira brotaram em volta da cidade. As condições não eram fáceis

²⁴ *Idem, Op. Cit.* p.75.

²⁵ *Idem, Op. Cit.* p.75.

²⁶ "Nos anos 1940 a população afro-brasileira aumentou 10 vezes, de 1890 em 10,842 para 109,076". *Idem, Op. Cit.* p. 67.

para recém-chegados, no entanto eles foram confortados pelo espírito de ajuda mútua. Crianças, amantes, amásios e casados, parentes distantes, e amigos tentaram por sua sorte, ou novamente chegaram à cidade todos encontrando abrigo sob um único teto. Tantas pessoas se aglomeraram nos porões e cortiços que muitos desses tornaram-se comunidades em miniatura nas quais a assistência mútua era indispensável."²⁷

O mais interessante na obra da autora é a forma como ela conseguiu enxergar a população negra. Suas análises justapõem vários fatores antes delineados e discutidos pela historiografia, sem que houvesse sido feita uma reflexão harmonizadora dos aspectos mais plausíveis. Sem refutar possibilidades vistas por outros autores, ela construiu novas interpretações, a partir de dados levantados por eles mesmos²⁸. Seu trabalho se aproxima a um olhar sobre a experiência negra no pós-abolição em São Paulo, que leva em conta os valores e as estratégias construídos pelos próprios negros. Nossa análise pretende se aproximar desses estudos que buscaram incluir o ponto de vista dos negros, e é importante considerar esse um dos objetivos mais gerais desta dissertação de mestrado: analisar a experiência dos negros sob sua própria perspectiva. Por isso, a escolha da cidade de São Paulo como recorte espacial não foi aleatória, já que os jornais da imprensa negra constituem documentos escritos por negros, e assim possibilitam enxergar as vivências e idéias deles por meio de suas próprias palavras.

As teses de Florestan Fernandes visaram compreender a integração do negro na sociedade capitalista, mas acabaram por destituir a imprensa negra de propriedades inclusivas, o que, evidentemente, culminou em um risco. Como parte das reflexões que vieram posteriormente esteve assentada em obras que partilhavam das concepções teóricas da "Escola de São Paulo", autores como Kim D. Butler e Reid Andrews, que, no entanto, buscaram o ponto de vista dos negros, assumiram, em alguns momentos, como suas algumas daquelas idéias. É o caso de suas interpretações sobre as diferentes "classes" de negros em São Paulo no pós-abolição, que seguem muito de perto as afirmações de Iêda Marques Brito²⁹ e Miriam Nicolau Ferrara³⁰, que partilharam das premissas de Florestan Fernandes, como veremos mais adiante.

É perceptível que a maior parte da historiografia sobre o negro no pós-abolição em São Paulo tenha tido grande preocupação em localizar os sujeitos no espaço da cidade. Essa necessidade se justifica pelo fato de haver muitas referências estatísticas e censitárias que

²⁷ *Idem, Op. Cit.* p.77.

²⁸ Além dos dados de autores como Florestan Fernandes, Iêda Marques Brito. *Samba na cidade de São Paulo (1900-1930); um exercício de resistência cultural*. São Paulo: FFLCH/Usp, 1986, a autora realizou em meados da década de 1990 uma série de entrevistas com antigos membros de variadas associações da década de 1930 e, assim, pôde rever diferentes pontos de vista.

²⁹ Iêda Marques Brito. *Samba na cidade de São Paulo (...). Op. Cit.*

³⁰ Miriam Nicolau Ferrara. *Imprensa negra paulista (1915-1960)*. São Paulo, FFLCH/Usp, 1986.

apontam a grande quantidade de imigrantes na capital, mas se calam sobre a cor dos indivíduos nacionais. A modernização da capital paulista, já muito discutida, culminou em um processo de exclusão geral dos pobres, e de negros, além das melhorias estruturadas em um molde arquitetônico europeu. Candido Malta Campos³¹ afirma que ao esquadrihar uma paisagem marcada por tantos contrastes, é possível visualizar as disputas, os confrontos, e uma crise permanente de crescimento subjacentes. O processo de modernização não foi único e nem coerente, assumindo um caráter ambíguo, hesitante e parcial. Segundo o autor, mesmo que os ideais de reconfiguração da cidade tenham se reportado a determinados modelos, o predomínio efetivo da urbanidade européia, em São Paulo, esbarrou em determinantes econômicas e, neste ponto, é que nos interessamos pelas considerações do autor: as contradições sociais. Pois afinal, ele afirma que os bairros de pobres em geral, como operários e industriais, "poluíam" a imagem esperada da capital do café. Segundo o autor, as disputas travadas no espaço da cidade repercutem nas formulações e nas práticas urbanísticas, assim como as fraturas que marcam as classes dominantes. A introdução da modernização no Brasil que teve início na virada do século XX e que se intensificou no período entre guerras foi marcada por um conjunto de percalços que comprometeram a efetivação, de muitos dos princípios sociais e reguladores que estavam no cerne da urbanística européia.

Carlos José Ferreira dos Santos³² buscou compreender a participação da população nacional em São Paulo no pós-abolição, considerando que grande parte dela fora constituída por negros. Utilizando fartos relatos de memorialistas e autoridades institucionais, além de fotos do período, Santos recuperou imagens de pessoas que não se adequaram à *belle époque* da capital paulista. As referências que demonstraram o intuito de sanear não apenas lugares, mas também pessoas, foram analisadas. Assim, o autor pôde traçar um perímetro da ocupação geográfica dos indivíduos mais pobres, em especial a Várzea do Carmo Largo, Nossa Senhora do Rosário e a região conhecida então como Sul da Sé. O autor afirmou que, a despeito da classificação de "nacional", as pessoas que habitaram essas regiões eram, em especial, negras.

Pode-se pensar que o silêncio sobre a cor fazia parte de um processo de inclusão do negro sob a rubrica do "elemento nacional", sem racializá-los. No entanto, ao verificar a maneira como a presença negra foi exibida em outros documentos, essa hipótese perde valor. Muitas outras fontes deixam bastante evidentes a discriminação, especialmente quando a cor

³¹ Candido Malta Campos. *Os rumos da cidade: urbanismo e modernização em São Paulo*. São Paulo: Editora SENAC, 2002.

³² Carlos José Ferreira dos Santos. *Nem tudo era italiano: São Paulo e pobreza: 1890-1915*. São Paulo: Annablume, 1998.

negra aparecia ao lado de adjetivos pouco lisonjeiros. Uma documentação bastante utilizada pela historiografia para demonstrar o racismo foi a imprensa.

Um balanço sobre estes trabalhos pode ser iniciado com a pesquisa realizada por Lilia Moritz Schwarcz em *Retrato em branco e negro: jornais, escravos cidadãos em São Paulo no final do século XIX*³³. A autora analisou nos jornais paulistanos da grande imprensa, em especial *Correio Paulistano* e *A Província de São Paulo*, como os negros foram veiculados, e como se criou uma imagem sobre o liberto na virada do século. Ainda que o recorte de sua pesquisa esteja centrado no fim do século XIX, a autora levantou importantes hipóteses sobre a presença dos negros nas folhas impressas que, como ela mesma aponta, podem ser aplicadas ao início do século XX.

Ela realizou uma intensa análise sobre o modo como os escravos apareciam nas propagandas comerciais (escravos a serem comprados, vendidos ou alugados), e, também, nos anúncios que senhores de escravos publicaram tentando recuperar aqueles que haviam fugido do cativeiro. Os editoriais, notícias e textos literários que apresentavam relação ao elemento negro completam a imagem de como o branco enxergava o negro. Eram olhares apoiados em teorias de diferenciação racial e em pressupostos que afirmavam o primitivismo dos descendentes de africanos.

Não é difícil reconhecer os pressupostos higienistas e racistas nas falas de médicos, juristas e legisladores – todos aqueles que estavam preocupados em trazer o imigrante europeu ao Brasil. Assim, o trabalho de Lilia Schwarcz é extremamente importante, pois consegue detalhar o modo como a população negra aparecia na visão dos brancos. Compilando notícias e examinado todas as seções dos jornais, ela recortou diversas qualificações perniciosas:

"Nessa seção [Notícias], a presença do 'negro', retratado de diferentes maneiras, era uma constante: ora aparecia como um assassino, frio e cínico, ora como humilde e até serviçal."³⁴

Quando se tratava de vender, ou por à disposição um escravo em troca de dinheiro, no entanto, os adjetivos eram bastante positivos - ao contrário das referências aos "negros fujões". Com a passagem da abolição, as qualificações típicas atribuídas aos maus escravos foram imputadas aos negros livres, associadas à idéia de degeneração causadas por embriaguez, vadiagem e criminalidade bruta. Dessa maneira, aquilo que poderia descrever

³³ Lilia Moritz Schwarcz. *Retrato em branco e negro: jornais, escravos cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

³⁴ *Idem, Op. Cit.* p. 119.

situações sociais que ocorriam em diversos lugares da cidade tornou-se, nos jornais, referência do comportamento exclusivo do negro. Nas palavras da autora:

"Por fim, a partir da década de 1880, na seção de notícias, o negro antes predominantemente violento ou dependente era agora também degenerado. Assim, indivíduos bêbados, imorais, de práticas bárbaras (como sambas e capoeiras) e de cor negra começavam a 'desfilar' cotidianamente pelos jornais, tornando-se esta uma representação inclusive dominante.

As notícias pareciam cumprir então uma 'função exemplar' no interior da dinâmica dos jornais, já que transformavam situações particulares em dramas públicos largamente veiculados. Nessa seção, várias imagens e representações sobre os elementos negros vão ser divulgadas cotidianamente, transformando em consensos sociais imagens diversas. Como veremos, com o passar do tempo representações várias vão-se tornando predominantes, sendo que nessa seção o negro parece acumular e ganhar sempre novos papéis."³⁵

Desse modo, o processo de marginalização que o negro sofreu durante os primórdios do século XX teve início antes de 1888 e foi intensificado pelos discursos amparados nas teorias raciais. Pouco a pouco, o espaço destinado ao negro nos jornais foi se restringindo ao da criminalidade, especialmente por meio dos relatos oriundos das delegacias, e, assim, o racismo somou-se a evidências selecionadas de "fatos ocorridos" para manter uma imagem do negro degenerado como de um monstro potencial:

"De toda forma, através do levantamento de hipóteses ou da comprovação 'empírica', o negro nesse período é antes de tudo 'um suspeito em potencial', já que direta ou indiretamente, nos diferentes artigos, a sua imagem estará sempre vinculada à idéia da 'violência', da 'ferocidade'."³⁶

A imagem do negro mudou com o tempo. Se antes eram os feitores que iam atrás do fujão, com a passagem do século essa mesma função passou a ser exercida pelos policiais, que saíam em busca dos criminosos, sob a justificativa da necessidade de manutenção da ordem pública.

Evidentemente, essa imagem atribuída ao negro deve ter incomodado muitos homens e mulheres que desejavam romper com o processo de exclusão social e racial a que estavam submetidos. Foi nesse contexto que floresceram diversos jornais escritos pelos próprios negros e destinados à população de cor. Além de criar vínculos identitários entre os membros de uma comunidade que enfrentara o racismo e a exclusão social, esta imprensa negra tentava

³⁵ *Idem, Op. Cit.* p. 132-133.

³⁶ *Idem, Op. Cit.* p. 172.

configurar-se como um espaço para que a sociedade pudesse ver os negros com atitudes diferentes das normalmente atribuídas à população afro-descendente.

Os primeiros estudos que trataram especificamente da imprensa negra em São Paulo, assim como sobre a população negra no pós-abolição, também se basearam nos paradigmas da "Escola de São Paulo". No entanto, a maior parte dessa historiografia acabou atribuindo significados aos jornais negros que os transformaram em exemplos de suas premissas teóricas. Geralmente preocupadas em denunciar o processo de exclusão dos negros, estas análises muitas vezes reforçaram a interpretação formulada por diversos militantes do movimento negro entrevistados em busca de depoimentos orais. Sem confirmar suas palavras em outros documentos, tais estudos acabaram procurando indícios sobre a comunidade negra em fontes que de fato não os mencionavam. E repetiam, assim, um caminho já trilhado por Florestan Fernandes:

"É extremamente difícil documentar essa faceta da vida do negro e do mulato na cidade. Os viajantes, os historiadores e os ensaístas deixaram de dar atenção ao *negro*, concentrando seu interesse nos imigrantes ou nos agentes econômicos típicos da 'sociedade industrial'."³⁷

De fato, não se pode discordar desta constatação, pois ainda há muita dificuldade em se localizar nos documentos a população negra logo após a abolição. Porém, apesar de o autor considerar positivamente a imprensa negra, sua análise desta fonte não se aprofundou:

"A variada e rica documentação contida na chamada 'imprensa negra', por sua vez, retêm mais os efeitos que as causas do drama do negro na cidade. Por isso, ela fornecesse boas pistas mas poucos dados conclusivos para explicar o que aconteceu."³⁸

Ainda que possamos concordar com o fato de que os jornais negros não tragam dados conclusivos sobre "o que aconteceu", Fernandes descartou esta fonte por considerá-la um documento dos "efeitos" e não das "causas" da situação do negro. Mesmo que sua análise não tenha tomado esta fonte como seu objeto central, os argumentos de Fernandes foram retomados por diversos autores que analisaram especificamente a imprensa negra e que também utilizaram relatos de militantes do movimento negro. De certo modo, todos tinham fortes motivos para ver a imprensa negra da mesma forma que Florestan Fernandes, que, por sua vez, baseou grande parte de suas análises dos jornais negros nas memórias de José Correia

³⁷ Florestan Fernandes. *Op. Cit.* p.106.

³⁸ Florestan Fernandes. *Op. Cit.* p.106.

Leite³⁹. Ele foi um importante militante do movimento negro a partir de meados da década de 1920, e um dos fundadores do jornal *O clarim d'Alvorada*. Talvez por isso, Correa Leite tenha considerado, por exemplo, que a formação de uma imprensa negra militante só ocorreu a partir da fundação desse jornal. Muitos pesquisadores aceitaram sua afirmação sem perceber, no entanto, que os jornais negros anteriores ao *Clarim* tinham características importantes que revelavam outras visões de mundo e constituem fontes importantes para se adentrar as experiências e a militância negra. Os dois primeiros estudos específicos sobre a imprensa negra paulista foram um artigo de Roger Bastide⁴⁰ e o livro de Mirian Nicolau Ferrara⁴¹. Esses dois autores classificaram os jornais negros a partir de suas "características reivindicatórias"⁴².

Baseados em aspectos sócio-econômicos, os estudos de Roger Bastide e Mirian Ferrara fixaram um panorama geral sobre a história e o funcionamento dos jornais negros e estabeleceram uma periodização composta por três momentos distintos: de 1915 a 1924, de 1924 a 1937, e de 1945 a 1963. Ferrara afirmou que o primeiro período foi de caráter associativo e que os jornais não tiveram nenhuma participação especial na luta pelo desenvolvimento da comunidade negra:

"Desde seu aparecimento em 1915 até 1923, mantêm, de modo geral, as mesmas características, isto é, são um veículo de comunicação que se preocupa, principalmente, com pequenas notas, falecimentos, casamentos, festas religiosas, quermesses, mexericos, etc; apresentando de forma inexpressiva artigos reivindicatórios, apelos à conscientização, etc".⁴³

Reiterando a avaliação de Florestan Fernandes e Roger Bastide, a autora afirma que foi apenas a partir do segundo período que os jornais acentuaram seu caráter combativo, com a publicação do já mencionado *Clarim da Alvorada* – fundado por José Correia Leite e Jayme

³⁹ Sobre José Correia Leite conferir em: *...E disse o velho militante José Correia Leite...*; (organizador e textos Cuti). São Paulo: Secretaria Municipal da Cultura, 1992.

⁴⁰ Roger Bastide. "Imprensa negra do estado de São Paulo". Estudos Afro-brasileiros, 2, 1951, pp.50-72.

⁴¹ Mirian Nicolau Ferrara. *Imprensa negra paulista (...)*. Op. Cit.

⁴² Cleber da Silva Maciel em *Discriminações Raciais – negros em Campinas (1888-1926)*. 2ª ed. Campinas: Área de publicações CMU/UNICAMP, 1997; reconheceu que a imprensa negra campineira foi bastante contundente em suas críticas ao autoritarismo branco. Deve-se ressaltar esse aspecto porque muitas obras visualizaram ação combativa ao racismo apenas a partir da criação de um jornal chamado *Clarim d' Alvorada* em 1924, e julgaram a produção jornalística anterior apolítica. Maciel verificou que já os primeiros exemplares dos jornais negros de Campinas, em 1916, eram "militantes". A leitura mais aprofundada realizada por Maciel pode revelar que os negros não foram apáticos à exclusão racial logo após a abolição, ao contrário, eles não deixaram de denunciar o racismo e buscar formas de contorná-lo. Maciel, apesar dessa especial afirmação, corroborou algumas premissas de Florestan Fernandes quanto à estratificação da população negra, afirmando a existência de uma "classe média", que havia desdenhado os mais pobres entre os negros.

⁴³ Mirian Nicolau Ferrara. *Imprensa negra paulista (...)*. Op. Cit. p.45.

Aguiar. Para ela, a passagem da reivindicação jornalística à política se deu a partir da fundação do *Jornal da Raça* (1933), órgão da Frente Negra Brasileira (1931)⁴⁴.

Seguindo uma linha evolutiva organizada pela "intensificação" de um "discurso reivindicatório", este modelo analítico valorizou prioritariamente os jornais que expressavam conteúdos claramente reivindicatórios e documentavam o "caráter associativo do negro", para usar a expressão de Clóvis Moura⁴⁵. Para este último autor, assim como Maria Isaura de Queiróz e Mirian Ferrara, os grupos que participavam desses jornais haviam nascido de um "antagonismo entre classes sociais" numa "sociedade competitiva", diferenciando-se dos grupos ligados aos jornais da primeira fase que pretendiam apenas o "aburguesamento" dos negros, sem medir suas conseqüências sociais.

Assim, os clubes e associações vinculados aos jornais e a própria imprensa negra no início do século XX foram classificadas a partir do lugar social que seus redatores ocupavam na sociedade como um todo. Para os autores citados acima, os negros que escreveram esses jornais constituíram uma exceção porque configuravam uma "classe média" (ou "elite" segundo Cleber Maciel⁴⁶), e, portanto, "aburguesada" e com claras intenções "embranquecedoras". A ascensão de uns poucos, ainda que raros, e a busca da vida econômica "burguesa" teriam prejudicado, na visão destes autores, o desenvolvimento da "solidariedade étnica" entre os membros das "camadas inferiores". Essa ascensão teria sido possível apenas para alguns indivíduos e, não para grupos nem "coletividades". Mesmo assim, teria mantido os demais na esperança de um dia participar de uma posição social ligeiramente mais elevada, esperança esta que, segundo Maria Isaura de Queiróz, teria minado as possíveis reivindicações coletivas.

Comprometidos com os depoimentos dos participantes do movimento negro de meados da década de vinte e década de trinta, estes estudos deixam, na maior parte das vezes, que esses discursos falem por si só, sem que sejam cotejados com outros documentos ou avaliados criticamente. Assim, suas análises acabam assumindo o ponto de vista desses depoentes também para o período em que eles não participaram da imprensa negra, como no

⁴⁴ Conferir depoimentos de "frentenegrinos" em: Mario Barbosa. *FNB: depoimentos/ entrevistas e textos; (organizador QUILOMBOJE)*. São Paulo: QUILOMBOJE, 1998.

⁴⁵ Em seus estudos, que também servem de base para Mirian Ferrara, Clóvis Moura traça uma linha evolutiva desde os quilombos e irmandades até a umbanda. Conferir em: Clóvis Moura. *Brasil: Raízes do protesto Negro*. São Paulo: Global Editora, 1983, pp. 47-53.

⁴⁶ Para Cleber Maciel seria uma "elite" negra e, apesar de o autor não se basear nos paradigmas da "Escola de São Paulo" suas interpretações, para Campinas, compartilham a idéia de "aburguesamento". Conferir em: Cleber da Silva Maciel *Discriminações Raciais – negros em Campinas(...)*. Op. Cit. George Reid Andrews também classifica a população negra como sendo de "classe média", porém suas conclusões são diferentes das expostas pelos autores citados no texto, mesmo porque seus pressupostos criticam os paradigmas de Florestan Fernandes, base da interpretação de Mirian Ferrara e Maria Isaura de Queirós.

caso da avaliação feita por José Correia Leite, que iniciou sua participação jornalística em 1923, e que julgou o movimento anterior preocupado apenas com questões secundárias e de recreação⁴⁷.

A leitura destes jornais do início do século, no entanto, revela que essa periodização em três fases, visando o caráter reivindicatório, é inadequada, sobretudo quando se considera o conteúdo dos próprios jornais. Como veremos mais adiante, os "artigos inexpressivos" (segundo Mirian Ferrara) tinham cunho político bastante significativo, que incluíam debates internos à própria produção jornalística. Além disso, muitas das pessoas que participaram ativamente dos primeiros jornais negros continuaram suas atividades no que a autora classificou como "segundo período", e mantiveram seus mesmos modelos de combate ao racismo e de preocupação com o desenvolvimento da população negra⁴⁸. Os clubes e associações não serviam apenas para recreação e divertimento, como veremos. Não se trata apenas de "fazer justiça" aos jornais dos "homens de cor" do início do século. O que pretendemos aqui é observar que eles deixam entrever experiências que não foram descritas ou consideradas pelos militantes que viveram, em especial, a década de 1930. Podemos ler neles uma forma de luta contra o racismo que está bem longe da apatia afirmada pela bibliografia.

Além dessa bibliografia clássica, mais recentemente foram produzidas, sobretudo na Universidade de São Paulo, algumas teses e dissertações que analisam especificamente os jornais da imprensa negra. Regina Pahim Pinto⁴⁹ analisou a trajetória do movimento negro na cidade de São Paulo, de 1900 até o final da década de 1970. Uma ampla discussão teórica no campo sociológico lhe permitiu criticar as formulações de Florestan Fernandes e Roger Bastide sobre a imprensa negra. Segundo a autora, quando Florestan Fernandes considerou o movimento negro como parte da classe oprimida pelo capital e, perdeu as especificidades do grupo. Pahim Pinto, assim como Fernandes, reconheceu a importância da 'raça' como requisito na luta do negro⁵⁰, mas, segundo ela, seria:

"necessário destacar, a partir dessas afirmações, que, em todos os momentos em que Fernandes se refere à necessidade do negro se firmar enquanto 'raça', ele aborda tangencialmente, sem desenvolver, seja teórica, seja empiricamente, uma questão que eu considero crucial neste contexto e que advém dos problemas

⁴⁷ José Correia Leite, *...E disse o velho militante (...)*. Op. Cit. pp.19-57.

⁴⁸ Livia Maria Tiede. *Imprensa Negra: Espaços de sociabilidade em São Paulo no início do século XX*. Monografia de conclusão de graduação. 2002.

⁴⁹ Regina Pahim Pinto. *Movimento Negro em São Paulo: luta e identidade*. São Paulo, Tese (Doutorado) FFLCH, 1993.

⁵⁰ Regina Pahim Pinto. Op. Cit, p.6.

subjacentes a esse afirmar-se enquanto protesto racial, afirmação esta que passa necessariamente pela definição do que é ser negro."⁵¹

Dessa forma, a autora considerou a política de um modo diferente das estruturas tradicionalmente adotadas. Para tanto, Pahim Pinto dialogou com alguns pressupostos da historiografia sobre o trabalho e sobre o movimento operário, e especificamente com Eder Sader⁵². Seu objetivo foi inserir o movimento negro no âmbito dos movimentos sociais. As discussões de Sader acerca da noção de sujeito, segundo a autora, imprimiram idéia de autonomia "enquanto elaboração da própria identidade e de projetos coletivos de mudança social a partir das próprias experiências"⁵³. Para a autora, o esquema interpretativo de Sader possibilitou pensar a ampliação do espaço político na sociedade e, portanto, a politização do espaço étnico.

Dessa forma, a pesquisa de Pahim Pinto buscou romper com "preposições teóricas rígidas pré-estabelecidas", segundo ela pautadas em um materialismo histórico simplista, que perpassam as discussões então recentes sobre a crise dos paradigmas marxistas. A autora afirmou, porém, que as análises de Sader não abarcaram "movimentos pluriclassistas", como era o caso do movimento negro. Para Pahim Pinto, o essencial seria focalizar o movimento negro em suas iniciativas políticas, culturais, educacionais, ou de qualquer outro tipo, e considerá-las como forma de o negro se impor enquanto grupo étnico na sociedade⁵⁴. Baseando-se em Renato Ortiz, ela observa que:

"embora a cultura encerre sempre uma dimensão de poder que lhe é interna, uma dimensão política, nem sempre o que é político (relações de poder) se atualiza em política. Neste sentido seria impróprio considerar que as manifestações culturais na sua concretude expressem uma consciência política ou um programa partidário."(...) "A etnicidade é considerada, então, como uma forma de interação entre os grupos culturais, operando dentro de contextos sociais comuns, na medida em que o negro dialoga ou tenta dialogar com a sociedade, enquanto portador de uma cultura própria. No decorrer desse processo, há uma contínua conscientização de um 'nós', em oposição a um 'outro' e, portanto, o fortalecimento de uma identidade étnico-racial, bem como de uma cultura negra."⁵⁵

A partir de tais premissas teóricas, Pahim Pinto analisou o movimento negro e enfatizou aos anos de 1900-1937, fazendo um aprofundamento mais esporádico em relação ao

⁵¹ Regina Pahim Pinto. *Op. Cit.*, p.7.

⁵² Eder Sader. *Quando os novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80)*. São Paulo, 1987. Tese (doutorado), FFLCH/USP.

⁵³ Regina Pahim Pinto. *Op. Cit.*, p.28.

⁵⁴ Regina Pahim Pinto *Op. Cit.*, p.50-51.

⁵⁵ Regina Pahim Pinto. *Op. Cit.*, p.51.

período entre 1930-1960, para deter-se novamente em 1970, com objetivo de estabelecer algumas comparações, assim como obter uma história do processo do movimento negro. Esse recorte, segundo a autora, se justificou por ser a década de 1930 um momento em que o negro apresentou um alto grau de organização.

Como se pode observar também nas análises mais recentes sobre a imprensa negra, há um movimento que caminha na direção da experiência dos sujeitos históricos, criticando premissas anteriores, que valorizavam o modelo explicativo baseado na denúncia da apatia dos negros. Apesar de Pahim Pinto ter reconhecido a crítica de Sidney Chalhoub quanto à idéia do escravo-coisa⁵⁶, por exemplo, sua crítica nem sempre se mantém coerente, pois chega a afirmar, em dois momentos diferentes⁵⁷, que depois da Abolição o negro teria sido abandonado à própria sorte. Com relação à imprensa negra, mais especificamente, ela considerou os jornais do início do século como um espaço potencial de conscientização do negro, que teria se aprofundado em momentos posteriores⁵⁸.

Mais uma vez esta avaliação pode estar baseada em memórias produzidas pelos próprios jornais em épocas posteriores. Essa idéia, por exemplo, pode ter sido retirada pela autora do jornal *A Voz da Raça*, órgão oficial da Frente Negra Brasileira (FNB). De fato, a autora analisou e atribuiu importância ao jornal *O Kosmos*, e utilizou para sua análise outros exemplares como *O Alfinete*, *O Propugnador*, que são anteriores a "intensificação do discurso reivindicatório". Porém, suas afirmativas mais consistentes pautaram-se no jornal da FNB e em jornais posteriores a 1922 que, em especial, se opuseram à FNB, como *O Clarim d'Alvorada* e, novamente, os relatos de seus militantes.

Outra dissertação que utilizou dentre suas fontes a imprensa negra foi a de Petrônio José Domingues, *Uma História não contada; negro, racismo e trabalho no pós-abolição em São Paulo (1889-1930)*⁵⁹. Suas análises se pautaram no confronto entre negros e brancos e buscaram o racismo como chave explicativa para o entendimento das relações sociais.

A obra possui uma extensa massa documental que compreendeu os jornais da imprensa negra e da grande imprensa⁶⁰, revistas, depoimentos e, principalmente, relatórios e outros documentos oficiais. O diferencial desta análise foi a utilização de fontes oficiais: foi

⁵⁶ Regina Pahim Pinto *Op. Cit*, nota de rodapé 51, p.52.

⁵⁷ Regina Pahim Pinto. *Op. Cit*, p.52 e 55.

⁵⁸ Regina Pahim Pinto. *Op. Cit*, p.57.

⁵⁹ Petrônio José Domingues. *Uma História não contada: negros, racismo e trabalho no pós-abolição em São Paulo (1889-1930)*. São Paulo, Dissertação (Mestrado) FFLCH, 2000.

⁶⁰ Esta é chamada pelo autor de "imprensa branca", pelo fato de o próprio basear as relações em termos de confronto entre "raças".

por meio delas que o autor demonstrou como as leis, principalmente paulistas, tinham "cabedal teórico racista".

As análises de Domingues mostram a exclusão que as leis pautadas no racismo "anti-negro"⁶¹, existente no Brasil desde a Colônia até a República, redundaram em especial vantagem para o trabalhador imigrante e perseguiram cinicamente o trabalhador negro. O autor defendeu o argumento de que o negro foi excluído do mercado de trabalho não por alienação própria, mas por um alijamento que foi efetivado legalmente.

As teorias de branqueamento e arianização do país, segundo o autor, foram reforçadas pelo projeto imigrantista, que, em muitos momentos, transformou o próprio imigrante em elemento propugnador dessa "guerra muda e odiosa" contra o negro.

Diferenciando o racismo paulista do racismo brasileiro em geral, Domingues considerou que em São Paulo ele esteve presente em todos os lugares sociais (polícia, escola, instituições religiosas, etc.) e consolidou o que o autor definiu como um "código de etiqueta social" de segregação⁶². Ou seja, brancos e negros foram segregados por uma prática comum, solidificada pela lei do silêncio: no "plano das aparências, não se configurava uma 'determinação legal' (...), entretanto, "as manifestações de preconceito e discriminação no período histórico recortado (1889-1930) eram explícitas e, geralmente, pautadas pelas hostilidades"⁶³

A ênfase do autor na importância das práticas racistas no período o levou a seguir as idéias de diferenciação entre elite e plebe negra, como outros autores citados anteriormente. Domingues definiu essa elite não como "detentora dos meios de produção material", mas como classe média negra, que havia assimilado os valores brancos, enquanto os negros mais pobres guardaram a verdadeira cultura negra afro-descendente:

"Entre os setores existiam diferenças no padrão e expectativa de vida, no comportamento, na mentalidade e na maneira de vestir (...). No entanto, o principal eixo divisor dessas duas camadas era dado pelos níveis de assimilação ao mundo branco. Para os negros da elite, o modelo branco de educação, etiqueta, cultura, protesto e organização seriam incorporados, total ou parcialmente, pelos seus membros. Já os negros da plebe, negavam radicalmente os valores do mundo branco, assumindo um estilo de vida alternativo, expressado pela resistência cultural (samba, capoeira, "macumba" e malandragem) e preservação, em certa medida, da visão de mundo ancestral"⁶⁴.

⁶¹ Petrônio José Domingues *Op. Cit.* p.10.

⁶² Petrônio José Domingues *Op. Cit.* p.125.

⁶³ Petrônio José Domingues *Op. Cit.* p.156.

⁶⁴ Petrônio José Domingues. *Op. Cit.* p. 164.

É difícil aceitar uma postura maniqueísta de que o negro bom foi aquele que não se branqueou. Mesmo porque esse branqueamento afirmado pela historiografia pode ter sido entendido de maneiras diferentes pelos próprios negros do período. Segundo Domingues, os chamados "negros da rua Glette" (a "escória da sociedade"), e a "elite negra" segregaram-se por meio das inúmeras reprovações que a "elite" fez sobre atitudes da "plebe"⁶⁵, por meio dos jornais. Do mesmo modo, a afirmação da segregação física dos negros na cidade de São Paulo já não se sustenta diante das análises desenvolvidas por autores mais recentes, como no caso da citada Kim D. Butler.

No entanto, a análise de Domingues é importante por apontar diferenças de valores entre a população negra, a ponto de transformá-las em classes antagônicas. Muitas das notícias examinadas por ele mencionam as reprovações de atitudes tomadas pelos "negros da rua Glette", por exemplo, mas indicam que estes juízos de valor se desenvolviam em um quadro de forte pressão racista.

Em busca de uma compreensão mais aprofundada dos significados produzidos pelos homens e mulheres que produziram estes jornais, desenvolvemos uma pesquisa inicial que resultou em uma monografia de graduação⁶⁶.

As investigações se concentraram sobre os jornais da imprensa negra paulista do início do século: *O Menelik* (1915-1916), *A Rua* (1916), *O Xauter* (1916), *O Alfinete* (1918-1919, 1921), *O Bandeirante* (1918-1919), *A Liberdade* (1919-1920), *A Sentinela* (1920), *O Kosmos* (1922-1925), *O Clarim* e o *Clarim d' Alvorada*⁶⁷ (1924), e *Elite* (1924). Esses periódicos, produzidos por e para os chamados "homens de cor"⁶⁸, permitiram a análise das formas de vida de uma parte da população negra paulistana no início do século XX na cidade de São Paulo.

Por meio dessa pesquisa pudemos iniciar nossos principais questionamentos sobre a população negra no pós-abolição. Primeiramente, buscamos compreender o estilo jornalístico da imprensa negra e como ela interagiu com os clubes e associações. Analisamos esses jornais detalhadamente e pudemos verificar quais eram os temas mais recorrentes de seus artigos e

⁶⁵ Este trabalho não adotou critérios de "elite" e "plebe" e utilizou a nomenclatura da própria fonte. Sem dúvida essas duas camadas procuram se diferenciar; os negros mais próximos dos jornais se auto-intitulam, antes de 1924, de "homens de cor", e eles próprios nomearam os "outros negros", que não corroboraram sua conduta de "pretos".

⁶⁶ Livia Maria Tiede. *Imprensa Negra: Espaços de sociabilidade (...)*. Op. Cit.

⁶⁷ O jornal *O Clarim* mudou de nome em 13/05/1924 para *O Clarim d'Alvorada*. No período de sua existência mudou de subtítulo dez vezes.

⁶⁸ Como iremos discutir adiante, "homem de cor", assim como "elemento de cor", são termos utilizados pelos próprios jornais da imprensa negra para se referir aos homens e mulheres que se relacionavam com os mesmos jornais e também com as associações a eles vinculados. Existem ainda as expressões "classe de cor", ou apenas "classe" e "raça".

seus valores intrínsecos. Foi possível, por meio dessa fonte e das discussões com a bibliografia, começar a questionar as condições de moradia e trabalho das pessoas vinculadas aos jornais e aos clubes negros, e estabelecer contrapontos a afirmações continuamente repetidas sobre esses aspectos.

Por fim, construímos uma breve bibliografia de um membro eminente da imprensa negra anterior a década de 1930. Frederico Baptista de Souza foi um negro muito respeitado por sua conduta e pela maneira como dirigia associações e jornais. Analisamos também alguns textos escritos por ele nesses periódicos. Sua família e seus amigos estavam presentes nas descrições que fizemos sobre a sociabilidade que o envolvia.

No decorrer da pesquisa de mestrado, no entanto, verificamos que parte da população negra estava ausente do círculo social que envolvia a produção jornalística. Consultando a bibliografia que já citamos ao longo desta introdução, foi possível averiguar que essa *outra* população negra foi por ela nomeada como "os negros desclassificados". Esses negros, que tinham uma condição econômica abaixo das pessoas que conviviam com aqueles que estavam ligados à imprensa negra, não haviam se adequadado aos valores da cultura branca⁶⁹, e nem ascendido socialmente⁷⁰. Isso significa dizer que a maior parte da bibliografia que tratou da imprensa negra, ou que dela se utilizou como fonte para suas análises para o exame do período do pós-abolição, deixou de levar em conta os próprios negros que não fizeram parte das sociedades vinculadas àqueles jornais.

Segundo Kim D. Butler⁷¹, o trabalho de Ieda Marquês Brito⁷² teria conseguido captar os chamados negros desclassificados. O estudo de Brito trata das origens do samba paulista através dos cordões de carnaval, práticas oriundas dos negros do interior de São Paulo que, em seu êxodo para a capital, teriam trazido também o samba. Ao remontar as origens do samba, Brito as identifica com os pretos pobres de São Paulo, que trabalhavam em subempregos e moravam nos bairros que, no início do século XX, eram periféricos – os mesmos bairros habitados pela comunidade da imprensa negra – Bexiga, Brás, Lavapés,

⁶⁹ Cf. Florestan Fernandes. *A integração do negro (...) Op. Cit.*, Miriam Nicolau Ferrara. *Op. Cit.* e Maria Isaura de Queiroz. *Op. Cit.*

⁷⁰ Cleber da Silva Maciel, *Op. Cit.*, Clóvis Moura *Op. Cit.* e Petrônio Domingues *Op. Cit.*

⁷¹ Kim D. Butler. "Up from slavery: Afro-Brazilian activism in São Paulo, 1888-1938" *The Americas*. Copyright by the Academy of American Franciscan History XLIX(2), October 1992, p. 179-20. A autora reafirmou nesse artigo a existência de uma camada da população negra que aspira a ser uma classe média.

⁷² Iêda Marques Brito. *Op. Cit.* A obra de Brito também concorda com a Escola de São Paulo sobre o argumento de que a heterogeneidade da população escrava recriada no pós-abolição polarizou a comunidade negra entre classe média e desclassificados. Porém, em seu estudo, identifica a ideologia da classe média negra como parte de práticas religiosas católicas, e por esse motivo branqueadoras.

Cambuci⁷³. Brito retoma os lugares onde os sambistas se encontravam para dançar (especialmente o Largo da Banana e a alameda Glette) a partir, principalmente, de relatos de carnavalescos da década de trinta. A análise da autora, apesar de corroborar com os estudos abordados anteriormente, procura resgatar, dessa forma, a parte da população negra que não estava associada aos jornais e clubes:

"Atrás desta aparência, na verdade, uma profunda diferenciação social existia entre os moradores negros do bairro: ao lado daqueles que incorporavam valores do mundo branco, sobretudo nas práticas religiosas e de comportamento ditadas pela Igreja Católica, havia os que não quiseram ou não puderam adaptar-se a essas normas de vida constituindo um grupo à parte conhecido como 'os negros da Glette' residentes no trecho inferior da rua Glette, próximo a linha férrea. Muitos moradores da Barra Funda, alguns de grande influência no seu meio, consideravam o grupo como 'outra gente... nego valente... nego de pinga'. Porém, estes eram trabalhadores do grupo de carregadores e ensacadores, peões que quando o trabalho nos armazéns escasseava, deslocavam-se até Santos em busca de tarefas semelhantes."⁷⁴

Esta dissertação pretende dar continuidade a estes debates. Longe da memória construída pelos militantes do movimento negro dos anos 30, voltamos os olhos para esta população que foi menosprezada pelos sujeitos envolvidos com as atividades dos jornais do início do século XX que costumam ser chamados de "a imprensa negra". Retomando muitas das análises que se desenvolveram a partir do trabalho de Carlos Hasenbalg, pretendemos verificar como as formas de dominação e repressão foram produzidas naquela sociedade, sem descuidar dos mecanismos nem sempre aparentes do racismo. Ao invés de nos preocuparmos com as relações da subordinação propriamente ditas, no entanto, queremos focalizar aqui a experiência dos homens negros. Ao olhar para a forma como eles aparecem na imprensa negra, tanto quanto na instituição policial paulista, por exemplo, não são elas que nos interessam, mas eles: seus valores, suas divisões internas e seus pontos em comum.

Neste caminho, não pensamos em determinar, como fizeram alguns autores, as práticas branqueadoras ou as genuinamente condizentes com a cultura afro-brasileira. O presente estudo não seguiu a dicotomia entre homens de cor e pretos, porque alguns fatores comuns entre as "classes" distinguidas pela bibliografia se apresentaram logo de início. Como afirmou Kim D. Butler⁷⁵, os negros da imprensa e "os outros" partilhavam a mesma situação

⁷³ Estes dados, como veremos mais adiante nesta dissertação, foram confirmados por Carlos José Ferreira dos Santos. *Nem tudo era italiano (...) Op. Cit.*

⁷⁴ Iêda Marques Brito. *Op. Cit.* p.38.

⁷⁵ Kim D. Butler. *Freedoms given, freedoms won (...) Op. Cit.*

de escassez na metrópole paulista. Como veremos mais adiante, tanto uns quanto outros sofriam com as práticas policiais que visavam controlar seus modos de viver e sobreviver. Assim, a única forma de entender as atitudes dos homens de cor no início do século XX, sem estigmatizá-los *a priori*, é a de considerá-los como parte de um universo mais complexo. É o que pretendemos fazer e o que vai ser exposto nos três capítulos que constituem esta dissertação.

O primeiro passo foi tentar compreender a utilização do termo "homem de cor" pelos jornais da imprensa negra. De fato, até meados da década de 1920 os redatores e colaboradores dessas folhas não se intitulavam como negros. Retomando uma parte da análise de Hebe Mattos, podemos lembrar que, durante a escravidão e logo após a abolição (e possivelmente ainda nas primeiras décadas subseqüentes), o termo negro era associado a escravo ou ex-escravo. Segundo Hebe Mattos, logo após a lei de 1888 os "negros livres" preferiam ser identificados como "cidadãos". Dessa forma, os estudos da autora sugerem uma explicação para a ausência do termo "negro" nos jornais do início do século e a constante utilização de "homens de cor", que registra não apenas um diferencial com relação aos brancos, mas também uma forma de desassociar o trabalhador livre negro do escravo.

Se considerarmos, ainda, as formas de exclusão racial, inclusive legais, expressas por Domingues⁷⁶, fica mais evidente a necessidade, por parte dessa população, de se distanciar da imagem do cativo e da imagem que as amarras institucionais associadas ao discurso branqueador tentavam imprimir aos ex-escravos e a seus descendentes. Essa hipótese é defendida também por Cleber da Silva Maciel⁷⁷, que afirma que o termo preto esteve associado à vadiagem. Dessa forma, os negros que desejavam se afastar desse tipo de jugo, associado à cor, utilizavam outras expressões para se referirem a si mesmos como "homens de cor".

Lilia Schwarcz, por meio dos jornais da grande imprensa, também verificou que o termo negro trazia concepções negativas e, desta forma, imputava ao elemento de cor uma premissa de inferioridade. De acordo com a autora:

"A associação entre o elemento de cor e a noção de violência era tão imediata nas notícias que a própria palavra 'negro', em si, já indicava fatos infames, violentos e reprováveis: expressões como 'páginas negras', 'negro crime' eram então comumente utilizadas para caracterizar fatos violentos. Essa associação ficava

⁷⁶ Petrônio José Domingues, *Op. Cit.*

⁷⁷ Cleber da Silva Maciel, *Op. Cit.*

mais evidente quando o preto, mesmo não envolvido diretamente na ação, servia como exemplo (...)."⁷⁸

A leitura dos jornais negros corrobora a premissa de que havia uma parte da população negra que não fazia parte do circuito dos homens de cor. Nestes periódicos, eles eram chamados de "pretos", nome dado àqueles que a bibliografia nomeou como "negros desclassificados". De fato, parecia haver pouco espaço para que os pretos aparecessem nos jornais dos homens de cor e, quando isso ocorria, era de forma depreciativa, ou estabelecendo comparações entre o que os homens de cor acreditavam que deveria ser a conduta do negro – ou seja, a deles próprios – e o que era a conduta do preto.

A segunda questão que levantamos, então, foi saber quem não era de fato homem de cor, ou seja, todos os outros negros que não faziam parte da imprensa negra. A única pista que tínhamos deles era de que também sofriam com a opressão policial. Então, logicamente, fomos atrás dos fundos de polícia da capital paulista. Nosso recorte temporal e geográfico permaneceu o mesmo, e nossa estratégia de busca foi mapear todos não-brancos que surgissem em processos policiais.

Porém, não faltaram advertências quanto à possibilidade de nossa pergunta jamais ser esclarecida. A documentação, em geral depois da Abolição, simplesmente se cala sobre menções à cor dos indivíduos, como mostrou Hebe Maria Mattos⁷⁹, que atribui este silêncio a um movimento dos negros para negar ou esconder seu passado associado à escravidão. Olívia Maria Gomes da Cunha⁸⁰ tem uma posição um pouco diferente. Segundo ela, se houve um processo institucional para liquidar as marcas da escravidão na população brasileira, uma de suas formas mais efetivas foi encobrir os negros de sua identificação de cor para, assim, impossibilitar que se visualizassem claramente os preconceitos raciais que norteavam as práticas nacionais. Como não se podia eliminar fisicamente a população negra, excluiu-se a menção à cor em muitos registros. Era como se a falta na documentação pudesse complementar a crença nas premissas das ciências que afirmavam que a raça inferior, ou seja, os negros, desapareceriam naturalmente com o decorrer do tempo⁸¹.

No entanto, por meio da documentação policial, foi possível construir uma forma de achar quem foi escondido. Se os negros não foram descritos com sua cor nos processos, as práticas racistas policiais existiam de fato e deixaram marcas que era preciso descobrir. Depois

⁷⁸ Lília Moritz Schwarcz. *Retrato em branco e negro (...)* Op. Cit. p.122.

⁷⁹ Hebe Maria Mattos. *Das cores do silêncio (...)* Op. Cit.

⁸⁰ Olívia Maria Gomes da Cunha. *Intenção e gesto: pessoa, cor, e a produção cotidiana da (in)diferença no Rio de Janeiro, 1927-1947*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2002.

⁸¹ Olívia Maria Gomes da Cunha. *Idem, Op. Cit.*

de algum tempo, desistimos de encontrar processos criminais que tratassem explicitamente dos negros, assim declarados, e passamos a examinar todo e qualquer processo criminal que nos chegasse às mãos.

Evidentemente, essa estratégia retardou a velocidade da pesquisa, mas rendeu resultados positivos, embora lidando com outros empecilhos. Era preciso localizar a documentação judiciária produzida pela polícia e pelos tribunais de São Paulo. Se, no Rio de Janeiro, as pesquisas em acervos da polícia lidam com a dificuldade de verificar a cor dos envolvidos⁸², esse não é o único problema nos arquivos de São Paulo. Uma amostra das dificuldades enfrentadas no percurso - que nos levou até a algumas historietas, as quais permitiram a dissertação chegar a termo - está em no Anexo 1, no fim deste trabalho. Assim, deixamos registrada também nossa indignação com a situação dos arquivos paulistas.

Além dos jornais da chamada imprensa negra mencionados mais acima, utilizamos nesta pesquisa um jornal da grande imprensa, *O Estado de São Paulo*. Também foram buscadas fontes que fornecessem dados complementares sobre os espaços sociais compartilhados pela população negra como censos, relatos de memorialistas, e mapas da capital no período. E trabalhamos também com fontes produzidas pela polícia da capital.

As fontes policiais estão dispersas em vários acervos da cidade, geralmente não catalogadas. Com o intuito de localizar uma documentação judiciária que se mostrasse rica para os objetivos desta pesquisa, foram visitados os acervos de várias instituições paulistas: Arquivo Municipal Washington Luís, Arquivo do Estado de São Paulo, Arquivo Judiciário do Ipiranga e Fórum Abrão Ribeiro, e Museu do Crime. Muitas das buscas foram infrutíferas e houve uma imensa dificuldade para localizar e ter acesso à documentação policial paulistana. Apesar de todos esses locais (com exceção do Fórum Abrão Ribeiro) possuírem em seus catálogos indicações de que guardam documentação policial, estes fundos não estão organizados nem indexados. Em alguns casos, nem mesmo acessíveis aos pesquisadores interessados.

No Arquivo do Estado, por exemplo, a documentação policial envolve um conjunto de manuscritos avulsos depositados em latas. Há uma série intitulada "Polícia" que, para o período inicial de 1900 a 1910, é constituída por 247 latas, sem nenhuma informação adicional sobre o conteúdo das mesmas, que guardam variados documentos sobre polícia de diferentes cidades do Estado de São Paulo. Podemos encontrar, por exemplo, em uma mesma

⁸² Olívia Maria Gomes da Cunha. *Idem, Op. Cit.*

lata, pedidos de soltura, pedido de entrada na polícia, requisição de materiais para a delegacia, uma eventual ocorrência policial, termos de audiência e, até mesmo, Processos Policiais. Estes últimos constituíram a "série" documental de grande valia para esta pesquisa.

A pesquisa no AESP compulsou dez destas latas (CO 3256 até CO 3265), que congregam processos policiais de São Paulo entre 1911 e 1914. A "série" propriamente dita está perdida entre diversos papéis e várias latas, sendo impossível realizar uma análise quantitativa de quais tipos de processos existem no acervo "Polícia". Podemos apenas observar que a maior parte dos processos que encontramos perdidos nas latas trata dos crimes de defloramento e vadiagem. Este material foi completado com a consulta a um conjunto intitulado "Cadeia Pública", que, além de latas com a mesma variedade de documentação verificada em "Polícia", trouxe um novo tipo de documentos, os "Livro(s) de registro de entradas e saídas da Cadeia Pública"⁸³. Esses livros são do fim do século XIX, 1893 e 1897, e início do século XX, como 1907 e 1913.

Foi com base na análise desta documentação que a pesquisa se desenvolveu, resultando numa dissertação que está estruturada em três capítulos distintos. O primeiro capítulo trata de nossas primeiras preocupações durante a pesquisa, lidando com a contraposição entre as formas de vida de homens de cor e pretos. Começamos por delinear quem foram os homens de cor, mapeando essa população que fora vinculada à produção jornalística da imprensa negra. Em seguida, procuramos localizar geograficamente os negros paulistanos demonstrando que, por meio de algumas indicações das fontes processuais e dos periódicos negros, é possível detectar um movimento da população negra rumo à zona leste de São Paulo, e, assim, confirmarmos não ter havido uma divisão rígida entre os locais das moradias populares. Mesmo assim, observamos que elas se concentravam na zona leste da cidade, indicando que, já no início do século XX, havia um movimento de "empurrar" a população "desclassificada" para as regiões mais distantes.

No segundo capítulo, buscamos entender como os pretos aparecem na documentação e na esfera de atuação da polícia: como agiam naquela sociedade e, quando possível, quais eram suas alternativas para escapar da repressão policial. Foi importante notar neste capítulo a construção de um indivíduo que era "suspeito por sua cor".

Confrontando as narrativas encontradas nos processos com notícias veiculadas na grande imprensa, em especial n'*O Estado de São Paulo*, analisamos relatos de situações que envolviam a polícia e o cotidiano das populações pobres. Averiguamos novamente a presença

⁸³ Arquivo do Estado de São Paulo, livro EO 1615.

do elemento suspeito, que era designado não por seu nome, mas apenas por sua cor, e que talvez nem existisse de fato. Mas, além disso, pudemos confirmar a reprodução de estereótipos vinculados à imagem do negro que os tornavam seres mais vis que os criminosos brancos. Surge, então, uma diferença crucial na documentação – os "crimes de pretos". Este segundo capítulo dedica-se a analisar como o preto aparecia como um ser tenebroso, capaz das maiores torpezas, ou seja, era o pior entre os piores.

O terceiro e último capítulo surgiram de um aspecto específico da documentação policial. Boa parte dos processos envolvendo mulheres trata de defloramentos ou crimes sexuais em geral. Isso chama atenção porque é possível notar que as mulheres pobres sofriam duplamente com a tutela dos homens, porque tinham de ausentar-se do enclausuramento do espaço privado em busca de empregos no espaço público, que era tido como ambiente apenas de homens e de mulheres de má reputação, isto é, acessíveis em sua sexualidade.

Assim, cria-se a idéia de que as mulheres negras que não fossem prostitutas eram passíveis de virem a ser. Da mesma forma que os homens negros eram tidos como criminosos em potencial, independente de suas condutas, a mulheres eram meretrizes em potencial. A preocupação da imprensa negra, portanto, com a honradez das mulheres negras, visava que estas não fossem confundidas com as pretas, vistas pela sociedade em geral, e em especial pela polícia, não apenas como vadias, mas também como vagabundas.

Novamente verificamos que a construção do estereótipo extrapola seus próprios limites, pois, se as negras eram consideradas pervertidas e, aos olhos dos brancos não haveria diferença entre mulheres de cor e pretas, logo, todas as negras seriam vistas e tratadas sob o prisma da promiscuidade. Este capítulo se volta, portanto, para a análise de situações envolvendo mulheres pobres em geral, mas que poderiam ser aplicadas a quaisquer mulheres que fossem tidas pela população branca como "destinadas" à prostituição.

CAPÍTULO 1 - Os homens de cor na cidade de São Paulo

1. A imprensa negra em São Paulo

Durante o período entre meados da primeira década do século XX e o fim da década de 1930¹, desenvolveu-se uma imprensa bastante específica na cidade de São Paulo. Nesse mesmo período, as colônias de imigrantes da cidade imprimiam jornais que buscavam atender às necessidades dos recém-chegados, e, também, parte dos negros que moravam em São Paulo ou que haviam se mudado para capital recentemente, vindos do interior do estado², produziam um tipo especial de imprensa. Eram os "jornais negros", mais comumente chamados de a "imprensa negra".

Vários foram os títulos de jornais negros publicados, apesar de não ter havido periodicidade regular, porque a maioria durou poucos exemplares. Muitos não chegaram a ser conservados. É o caso do jornal *O Menelik* que, segundo depoimentos, existiu por anos, mas que na série microfilmada a que tivemos acesso há apenas um número. Felizmente, há títulos como o jornal *O Kosmos*, do qual restaram 21 exemplares, dos anos de 1922 a 1925. Em geral, esses periódicos foram quinzenais e mensais, mas a distribuição nem sempre foi regular. *O Alfinete*,

¹ Os principais títulos destes periódicos são: *O Menelik* (1915-1916), *A Rua* (1916), *O Xauter* (1916), *O Alfinete* (1918-1919, 1921), *O Bandeirante* (1918-1919), *A Liberdade* (1919-1920), *A Sentinela* (1920), *O Kosmos* (1922-1925), *O Clarim* e o *Clarim d' Alvorada* (1924), e *Elite* (1924).

² Kim D. Butler. *Freedoms given, freedoms won: Afro-brazilian in post-abolition São Paulo and Salvador*. Rutgers University Press: New Brunswick, New Jersey, 1998. Em especial p.73.

por exemplo, foi quinzenal entre os anos de 1918 e 1919 e mensal a partir de 1921³.

Segundo depoimentos de seus integrantes, os jornais negros sobreviveram, com muita dificuldade, de constantes apelos por pagamentos de assinaturas, e das pessoas que os escreviam. Os periódicos que conseguiram ultrapassar a barreira do sétimo exemplar já eram felicitados pela sobrevivência, pouco recorrente nesta imprensa⁴.

A imprensa negra tinha uma linguagem cifrada ao leitor de hoje, pois tratava de situações que envolviam diretamente os leitores, relacionando-se a um mundo restrito. Como relata a historiografia, os jornais negros dedicavam muitas linhas para descrever os acontecimentos sociais que interessavam à população negra, como festas, bailes e quermesses⁵. Além desses acontecimentos, as pessoas que os freqüentavam também foram diretamente mencionadas nos jornais por meio de seus nomes, de suas iniciais ou alcunhas, e até mesmo pelo endereço, para que os leitores mais próximos pudessem identificá-lo. Geralmente isso ocorria na seção chamada de "Críticas", ou em outras similares, dependendo do periódico, como "Notícias" e "Pelos Salões". Era a parte dos jornais em que os mexericos mais apareciam, por meio da linguagem cifrada. As críticas não eram *para* a pessoa, mas *com* a pessoa ou referindo-se a uma situação em *que* ela estava envolvida, por exemplo: "Com os passeios da Olga, na feira do Largo do Arouche". Ou ainda, "Que M. E. da rua Helvétia anda só na expectativa para castigar a A., da Vila Buarque, que tenta por todos os meios tirar seu predileto".⁶

Às vezes as críticas eram tão cifradas que podemos reconhecer humor ou ironia, sem entender especificamente de que se tratava, como nessa: "Com o armário que está depositado na berlinda da rua da Quitanda número 6 sobrado esperando verba. Do Alfredinho"⁷ É claro que o entulho não foi o alvo da crítica, e sim um motivo para alguém ter sido criticado; neste caso, o indivíduo colocado na berlinda só podia ser reconhecido por meio do endereço, e, talvez, de quem enviou a mensagem. A crítica foi "Do Alfredinho", que, amigo ou inimigo, deu às pessoas que conhecessem quem morava no número 6 da Rua Quitanda a possibilidade de compreender a

³ Do jornal *O Alfinete* existem os números três e quatro de 1918, cinco e oito de 1919, e setenta e quatro a setenta e sete de 1921, por isso a imprecisão quanto a sua publicação em 1920.

⁴ Verificar entre outros *O Alfinete*, 09/03/1919, p. 2.

⁵ Cf. Kim D. Butler. *Op. Cit.*, Mirian Nicolau Ferrara. *Imprensa negra paulista (1915-1960)*. São Paulo, FFLCH/Usp, 1986. Cleber da Silva Maciel em *Discriminações Raciais – negros em Campinas (1888-1926)*. 2^a ed. Campinas: Área de publicações CMU/UNICAMP, 1997. Florestan Fernandes. *A integração do negro na sociedade de classes*. Vol. 1 – O legado da raça branca. Dominus Editora, Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1965, entre outros.

⁶ *O Alfinete*, órgão literário, crítico e recreativo dedicado aos homens de cor. 09/03/1919, p. 3.

⁷ *A Liberdade*, órgão crítico, literário e noticioso dedicado à classe de cor. 09/11/1919, p.4.

crítica. Assim, provavelmente, aqueles que liam os jornais, tinham acesso à rua da Quitanda e já tinham visto o armário "esperando verba" para ser retirado dali.

Se algumas críticas tinham essa característica zombeteira, esse não era o caso daquelas que serviam de alerta para o criticado, que poderia ter sido avistado passando em lugar "suspeito", ou atuando de forma indevida, por exemplo, embriagado ou "fazendo ponto". Houve denúncias de traição, casos amorosos escondidos, comportamentos moralmente repulsivos, entre outros. Vejamos um exemplo.

"O estacionamento de certas meninas bonitas na rua Jaceguai, na esquina da Liberdade."⁸. O autor da nota assinou com uma promessa: "Vamos descobrir". Certamente muitas pessoas já conheciam as moças bonitas daquela rua. Quem não pode descobrir a identidade das meninas são os leitores de muito tempo depois. No entanto, podemos supor que, em se tratando de mulheres criticadas por "estacionar em rua", a nota é uma denúncia por suspeita de prostituição.

Essa característica de proximidade entre imprensa e leitores ocorria por diversos motivos. Primeiramente, os jornais negros tinham por público alvo a população negra ou, de acordo com suas próprias linhas, eram "destinados à classe dos homens de cor"⁹. O início do século XX é um momento bastante importante na história do operariado brasileiro, e é possível que a palavra "classe" tenha se originado das lutas trabalhistas do período¹⁰. Já "homem de cor" é uma expressão que se referia ao indivíduo negro do sexo masculino, e por consequência, as mulheres que os acompanhavam foram chamadas de "mulheres de cor".

Os homens e mulheres de cor faziam parte de uma rede social vinculada a clubes e associações que eram esportivas ou humanitárias, mas, ao que tudo indica, a maior parte delas foi dançante. Os jornais negros constituíam um meio de comunicação no interior dessas associações e, como os redatores e colaboradores também eram membros dos clubes, a imprensa negra teve a função, entre outras, de informar sobre os acontecimentos referentes à vida social destas pessoas, como já notamos. Não existiram, portanto, grandes editoriais na primeira página destes jornais; era a experiência cotidiana dos homens de cor que aparecia em suas folhas. Era mais importante relatar quem esteve num baile de uma associação, e como se havia se portado, do que discutir os

⁸ *A Liberdade* 09/11/1919, p.4.

⁹ Essa maneira de se referir como "classe" é amplamente encontrada nos jornais. Os jornais *O Alfinete*, *A Liberdade*, *A Sentinela*, foram, segundo seus subtítulos, dedicados à "classe dos homens de cor". Vide também: Cleber da Silva Maciel em: *Discriminações Raciais – negros em Campinas...* *Op. Cit.* p. 69-98.

¹⁰ Conferir para um panorama geral das lutas do período: Cláudio Henrique de Moraes Batalha. *O movimento operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

empreendimentos políticos da sociedade paulistana como um todo.

Os redatores e colaboradores não se limitaram a escrever artigos e freqüentar bailes de associações dançantes para se fazerem de repórteres e vender os exemplares no fim da noite. As vendas também eram realizadas em outras localidades, afinal existiam notas sobre com quem comprar os jornais em cada bairro e até mesmo em outras cidades, e, enfim, os jornais estavam disponíveis na própria sede. A sede destes periódicos não era um recinto tipográfico; a casa dos integrantes da redação, inúmeras vezes, emprestava o endereço para receber a correspondência e realizar as reuniões.

Aqueles que produziram estas folhas, desde a escrita até a distribuição, possuíam outras atividades que lhes garantiam o sustento, pois não se tratava de um jornalismo profissional. No entanto, seus escritores adquiriram, muitas vezes, a imagem de líderes da comunidade, afinal estavam evidentemente preocupados com ela. Essa característica gerou modelos de conduta prática para os homens de cor, uma vez que os líderes tiveram admiradores e suas famílias serviram de exemplo para todas as demais. Aqueles que não se envolveram diretamente nas atividades jornalísticas e foram leitores apenas provavelmente se sentiam parte integrante da comunidade, pois, ali nas páginas da imprensa negra, figuraram seus nomes e de seus parentes nos relatos de atividades associativas. A imprensa negra foi um importante estímulo para a auto-estima das pessoas que a vivenciaram. Havia concursos de beleza feminina, do bebê mais galante e, ademais, todos eram vistos e lidos, nas belas e nas más atitudes.

O que o grupo vivenciava, portanto, promoveu o interesse que sustentou a pequena vendagem dos jornais. Mais que isso, foi na articulação com seus leitores por meio da convivência social que essa imprensa possibilitou o debate sobre assuntos pertinentes à comunidade negra. Afinal, os jornais dos homens de cor, além dos mexericos e da descrição de atividades sociais, também expuseram idéias mais abrangentes sobre moral, costumes, política, educação, religião, trabalho, etc. Às vezes saíam comentários a respeito de algum episódio racial ocorrido na sociedade como um todo. Outros eram discursos morais relacionados a atitudes de pessoas que freqüentavam as associações e que tinham cometido algum ato digno de elogios ou de pesares.

Houve enorme preocupação com formas de elevação social e moral, e muitos dos títulos dessa imprensa empregaram até mesmo a expressão "em prol da raça negra" - e seus textos e idéias se justificavam por visarem o crescimento "geral da classe". Nesse caso, a "raça negra"

parece compreender mais do que o universo restrito dos clubes e associações dos homens de cor. As censuras às pessoas que não seguiam os padrões de comportamento veiculados nos jornais negros eram contundentes, e algumas atitudes em especial eram extremamente mal avaliadas, como, a prostituição, o furto e a bebedeira. A "classe homens de cor", portanto, não tratou *qualquer* indivíduo de pele escura como seu congêner; todos os "homens de cor" e "mulheres de cor" eram negros, mas nem todas as pessoas negras foram consideradas pertencentes à categoria moral dos "homens de cor".

Diferentes formas de se cercear as atitudes masculinas e femininas foram exercidas, mas ambas tratavam de moral. Para os homens de cor, a falta de trabalho e a bebedeira constituíam os principais alvos das críticas. E não foi por acaso que eles os elegeram seus dois principais inimigos; afinal, vadiagem, ausência de trabalho ou "mister" em que se ganhe o sustento e bebedeira eram também os motivos mais freqüentes de perseguição e prisão entre os pobres em geral e, em especial, entre os negros¹¹.

É interessante notar que os jornais negros, como veremos adiante, não faziam referências muito diretas ao trabalho exercido pelos membros da comunidade, mas consideraram que ele era absolutamente necessário para a "elevação moral". Os artigos criticavam a postura de indivíduos que se preocupavam apenas com a diversão, deixando de lado as obrigações morais. Como, por exemplo: "Já *A Liberdade* há muito tempo bateu contra a nossa raça que quer se vestir muito bem sem querer trabalhar, e trabalho é honra para nós todos e quem saiba viver honradamente."¹²

Juntamente com o trabalho, veiculava-se a necessidade do estudo e de ajuda ao próximo. A caridade, que deveria ser exercida sem se olhar a quem e posta em prática especialmente quando o necessitado fosse um inimigo, era um vínculo para a coesão da classe e, também, uma forma de fazer com que as melhorias desejadas chegassem a todos os negros.

"É doloroso, Quando temos necessidade de abrir mão de um baile ou espetáculo dramático para socorrer uma causa de utilidade, e precisamente estes socorros de homens de nossa classe, custa conseguir!

(...) é porque às vezes, estes benefícios, têm um certo rigor de ordem que não convém apreciarmos a liberdade nos atos e nos feitos, sem prestarmos que a sociedade em geral nos olha e do que amanhã, também quem sabe, talvez poderemos precisar de

¹¹ Olívia Maria Gomes da Cunha. *Intenção e gesto: pessoa, cor, e a produção cotidiana da (in)diferença no Rio de Janeiro, 1927-1947*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2002.

¹² *A Liberdade*, 28/12/1919, p.3.

socorrer aos amigos [sic], e quem sabe, talvez deste mesmo a quem socorremos hoje (...)"¹³

Neste trecho, podemos notar que o redator explicita a instabilidade da condição econômica de vida do homem de cor, pois aquele que colaborou com um necessitado poderia precisar de ajuda no futuro. É importante atentar para essa menção porque parte da historiografia afirmou que a criação de uma "classe média" entre a população negra dissolveu as possibilidades de ajuda mútua no interior da comunidade¹⁴. A leitura destes jornais informa, ao contrário, que a solidariedade, se não era praticada com frequência, era ao menos um valor defendido por estas pessoas.

Viver de forma honrada incluía o trabalho e a labuta moral. Em especial, as notas publicadas nestas folhas dedicavam suas críticas à necessidade dos indivíduos de se vestir bem e de namorar: "Pois bem! Não é sério, é desprezível, é repudiável, e mesmo inconveniente e intolerável (...) moços de vestes fulgurantes, flor na 'Botoniere' do casaco, até mesmo de lunetas, porte altivo, olhar de ave de rapina; Dons Juan da baixa esfera."¹⁵ Assim, a crítica ao excesso de luxo e à libidinagem era exercida tanto em relação às mulheres, quanto aos homens de cor.

Os jornais dos homens de cor traziam menções ao valor do trabalho associado à necessidade de se cultivar a educação e de se elevar a condição social. Muitos artigos lamentavam "o triste estado de decadência em que vivem" "a maioria dos nossos homens de cor". Essa "decadência", de acordo com os articulistas, ocorria por falta de união "no seio de nossa classe". Pode-se observar, então, a defesa da união da "classe", característica que já foi notada por parte da historiografia como uma das principais bandeiras dos homens de cor¹⁶. Essa seria a forma primordial de os negros conseguirem um "lugar digno no seio da sociedade brasileira"¹⁷. A união seria "a favor do levantamento moral da classe, no meio desse desalento em que vivemos".¹⁸

Para conseguir convencer os negros de que era essencial a união da raça, os articulistas apelaram de muitas formas. Entre elas destaca-se uma menção ao intuito de formar um eleitorado negro, para dar conta das necessidades específicas do grupo:

¹³ *O Alfinete* 12/10/1918, p.1-2

¹⁴ Entre outros: Cleber da Silva Maciel em *Discriminações Raciais... Op. Cit.*, Florestan Fernandes. *A integração do negro... Op. Cit.*

¹⁵ *O Xauter* 16/05/1916, p.2.

¹⁶ Kim D. Butler. *Op. Cit.* p.83.

¹⁷ *O Alfinete*. 09/03/1919, p.1.

¹⁸ *A Liberdade*. 14/07/1919, p.1.

"Aos cidadãos brasileiros

Todos os brasileiros que desejarem alistarem eleitores no distrito de Vila Mariana, a fim de formar um bloco dos rapazes de cor, deverão procurar o Sr. Gastão Rodrigues da Silva, que estará qualificado de fazer a qualificação [sic] naquele bairro."¹⁹

O negro que lia os jornais da imprensa negra era, portanto, informado pelos escritores de que o trabalho e a boa conduta, assim como a união da raça, era o caminho possível para se esquivar das condições sociais adversas que ele enfrentava no período do pós-abolição. Para que esses ideais fossem levados a termo, era constante o apelo ao estudo. Quando os homens de cor discutiam a educação, tinham a clara intenção de incentivar os negros a buscarem-na como forma de ascensão social, dita muitas vezes como "física" e moral. Esse discurso se fazia em nome da moralização da classe como um todo, mesmo que o entendimento de moral tenha sido definido por alguns, ou melhor, por aqueles que, de alguma maneira, foram considerados "guias" da raça²⁰. A idéia de união da raça seria atingida concomitante à união das associações, e, portanto, era grande a preocupação com as atividades que elas desenvolviam e patrocinavam. Para alguns escritores, a maior parte dos "moços" desejava apenas se divertir, ir aos bailes para dançar, sem dar atenção a sociedades beneficentes, ou outras que pudessem elevar a condição da raça. Esses articulistas disseram que os jovens não estavam interessados nas artes dramáticas²¹ nem na literatura. Mais de uma vez, um escritor eminente da imprensa negra, Frederico Baptista de Souza²², citou a necessidade da criação de uma biblioteca no Grêmio Dramático e Recreativo Kosmos, e ele próprio doou livros para constituir o acervo, mas, não obteve êxito por falta de pessoas interessadas²³. Esse baluarte dos homens de cor destinava-se também a incitar a classe para que seus membros insistissem com seus filhos e parentes que estudassem:

"(...) o analfabetismo que predomina em mais de dois terços de tão infeliz raça. Se todos procurassem restringir este cancro que a corrói, nasceria a iniciativa, da iniciativa nasceria a força da coesão, da coesão o ideal e do ideal a vitória final, desse

¹⁹ A *Liberdade*, 14/07/1919, p.3.

²⁰ O jornal *O Xauter* explica que essa palavra que deu título ao jornal independente, significa: "guia dos caminhantes nas areias da Arábia deserta", segundo o *Dicionário Fonseca e Roquete*, p. 967, a idéia era de que o mesmo se tornasse guia dos homens de cor.

²¹ Sobre as artes dramáticas, *A Liberdade*, 01/02/1920, p.1-2, e, 30/10/1921.

²² Na monografia de graduação realizamos um estudo mais aprofundado deste personagem. Ver em especial o capítulo 3 "Trajetória de um militante negro no início do século XX: Frederico Baptista de Souza e o Grêmio Dramático e Recreativo Kosmos". Livia Maria Tiede. *Imprensa Negra: Espaços de sociabilidade em São Paulo no início do século XX*. Monografia de conclusão de graduação. 2002. p. 92-110.

²³ *O Alfinete*, 12/10/1918, p.1-2, e, 09/03/1919.

elemento que, uma vez conhecendo o seu papel na marcha da civilização, poderia ser um fator muito mais importante da grandeza e prosperidade de nossa querida pátria."

Por meio dessa passagem fica evidente que os homens de cor viam na educação um meio de obter a união e tudo mais que era preciso para as melhorias gerais da condição de vida. Kim D. Butler já havia notado que a dificuldade da população negra em ter acesso à educação redundava em desvantagens para a obtenção de empregos:

"A falta de estudos exacerbou as dificuldades encontradas pelos afro-brasileiros que procuravam trabalho. A principal indústria de São Paulo, a têxtil, era caracterizada pela predominância de trabalhadores estrangeiros, muitos dos quais eram mulheres e os filhos brasileiros de imigrantes. Os afro-brasileiros encontraram dificuldades para penetrar nas indústrias crescentes, arranjando emprego, (quando podiam), sobretudo em áreas domésticas e outros tipos de serviços ou trabalhos ocasionais."²⁴

Certamente os homens de cor lidavam com essas dificuldades. É interessante notar, entretanto, que todas as propostas presentes nos jornais para encaminhar esta questão e estabelecer quais eram as necessidades primordiais para a comunidade negra também expressassem uma consciência sobre o racismo exercido pelos brancos. Na imprensa negra, além das notícias específicas que denunciavam o racismo na sociedade em geral, houve também artigos que analisaram o racismo contra o negro. Esses artigos são importantes pois demonstram a preocupação dos negros em entender como o processo de exclusão contra eles se articulava. Eles também ofereciam meios para fossem elaboradas estratégias de luta diretamente articuladas em oposição aos pressupostos racistas. Assim, se os homens de cor visualizavam que o estudo e a condição moral eram essenciais para o negro, isso não vinha do nada. Conscientes das formas de discriminação e das justificativas para sua existência, lutavam, exatamente, contra aquilo que o olhar racista qualificava como sendo inerente ao negro.

Neste sentido, a leitura que fizemos destes jornais revela que os negros envolvidos com estas folhas publicadas no início do século tinham não apenas consciência do processo de exclusão a que estavam submetidos, mas também avaliavam o contexto e, a partir de valores próprios, formulavam estratégias de ação.²⁵ Certamente esta é uma perspectiva que se afasta de grande parte das análises feitas destes periódicos, que tendem a considerá-los bastante

²⁴ Kim D. Butler, *Op. Cit.* p.75-76.

²⁵ Livia Maria Tiede. *Op. Cit.*

despolitizados, conforme vimos na introdução.²⁶ Podemos examinar um exemplo de como esta avaliação do racismo e da situação dos negros no início do século aparecia nestes jornais.

No jornal *O Alfinete*, de 1921²⁷, Benedicto Florêncio escreveu sua "Carta sem Cor" dirigida a um tal Sr. Albino Aranha. Nela, o autor expôs como "ser preto" era sinônimo de ter um "defeito", não apenas em Campinas (local onde ele morava), mas "neste país". De acordo com seu texto, a sociedade pouco valorizava o caráter do negro, fosse ele qual fosse, e a cor de pele era considerada um pressuposto suficiente para que ao negro fosse imputado um "defeito moral" inato. Segundo o autor, o preto estava condenado, não em razão de seus atos, mas sim pela maneira como a sociedade agia em relação a ele. Para Benedicto Florêncio, os membros da "raça" viviam "espezinhados pela sociedade e torturados pela crítica". Esta crítica era, na verdade, sintetizada pela idéia de que para a condição "moral" e inferior do negro não havia solução; afinal, ela era inerente à sua cor. Benedicto afirmou corajosamente que até mesmo a religião excluía os negros, pois determinadas congregações só permitiam a entrada de brancos. De acordo com suas palavras, a epiderme negra era um "acidente científico (...) que nos legou essa maldição eterna (...)". O autor, contrariando muitos racistas teóricos, perguntava-se: "mas, devemos por isso estar sujeitos a essa situação humilhante de desgraçados sociais?" Na continuação do texto, o autor recorreu ao argumento religioso, inocentando a responsabilidade do preto de ter a cor escura, pois essa era a vontade de Deus. Apesar de ele inocentar o negro pela cor, quase corroborando a idéia de que fosse realmente um defeito, o ápice de sua argumentação está na comparação entre o modo como seria julgado o comportamento de negros e brancos:

"Não é verdade que um branco marmóreo, de nariz aquilino e cabelos loiros, sendo ladrão, bêbedo e imoral, é pior que um negro retinto honrado e digno?"

É verdade, e no íntimo a crítica reconhece plenamente isso, mas, não pode fazer justiça porque apesar de ser honrado e digno, de alma nobre e caráter sem jaça, tem o *defeito* [grifo do autor] de ser preto!!"²⁸

O editorial que Benedicto Florêncio escreveu traz uma total inversão dos argumentos racistas. Primeiramente porque afirmou que as "qualidades psíquicas" influenciavam o aspecto físico e, portanto, o corpo não tinha predisposições. Ou seja, a cor, entre outros atributos físicos,

²⁶ Ver, por exemplo, Maria Isaura de Queiróz. "Coletividades negras. Ascensão sócio-econômica dos negros no Brasil e em São Paulo", Revista Ciência e Cultura., (6), v.29, pp.647-663, Jun. de 1977 e também Cleber da Silva Maciel em *Discriminações Raciais... Op. Cit.* e Mirian Nicolau Ferrara. *Imprensa negra paulista (...). Op. Cit.*

²⁷ *O Alfinete*, 1921[mutilado], p.3

²⁸ *O Alfinete*, 22/09/1918, p.1.

não determinava o futuro do indivíduo. O autor exemplificou esse raciocínio por meio do que ele acreditava ser a "pretinha", dada às paixões mundanas por consequência de um pecado original. Esse sortilégio era o de ser analfabeta desde os pais, que não puderam lhe dar educação. Afinal, Adão e Eva teriam tanta culpa do pecado original quanto o escravo de ter nascido escravo. Ele argumentou que se a pele dela não possuía "o tom aveludado tão exigido pelo gosto estético permanente" era por causa do excesso de trabalho. Infundáveis horas ao sol e no calor do fogão transformavam a pretinha trabalhadora em um titã, afinal, "lava, goma, cozinha, é enceradeira, copeira e tudo quanto se pode inventar de mais pesado em contraste com seu físico mal nutrido, mal dormido e conseqüentemente depauperado". Além de associar as depreciações físicas às condições de trabalho, o autor afirma que as moças de cor "educadas" ainda que de forma "rudimentar" "vão preenchendo sofrivelmente o vácuo enorme de nossa escala social", pois "a educação frutifica qualquer terreno". "Vivemos das misérias morais que nos dá o branco", afirmou ele, evidenciando que a suposta inferioridade do negro era uma condição para a superioridade do branco, e não uma falha natural do elemento de cor.

Segundo seu argumento, o maior crime do negro era se resignar e não saber coligar "o nosso pensamento". "É preciso que nos convençamos de uma vez para sempre de nossa igualdade no concerto das raças". Pedia por fim que o negro não descuidasse de lutar contra a cadeia de ostracismo que a escravidão lhe infringiu, buscando o ideal "de ser gente e não joguetes de quantos lixeiros que há por aí de pele branca"²⁹.

O autor reforça que, apesar desses infortúnios, o negro não devia esmorecer, pois a Abolição fora feita a "golpes de grandes lutas", e que, dessa mesma maneira, na luta, o negro deveria viver. A raça devia se preocupar menos com o passado "que foi horrível", e educar-se e preparar-se para as batalhas vindouras, pois o futuro não deveria ser tão "péssimo" quanto o presente. E finaliza com o apelo: "Nada de continuar o culto às tabernas!"³⁰

Novamente voltamos às preocupações morais que afligiram os homens de cor no início do século, por conta da falácia do "defeito de ser negro". Segundo muitos articulistas dos jornais, existiam dois lados na luta pela conscientização e "elevação moral da classe": evitar o próprio racismo da sociedade, que transformara os negros em "oprimidos pelas idéias escravocratas que de todo não desapareceram", e combater a "nefasta ignorância em que vegetam os elementos da

²⁹ *Elite*, 02/03/1924, p.1.

³⁰ *O Alfinete*, 1921[mutilado], p.3.

raça"³¹. Esse binômio foi sempre lembrado e reforçado, principalmente no que diz respeito à atitude que o "elemento de cor" poderia ter para destruir a argumentação preconceituosa de que o negro era sempre um "vagabundo". Se a "raça branca opulenta (...) compele a preta a viver em eterna inferioridade (...) esta permanece sem ideal": era assim que os jornais negros avaliavam o contexto social em que viviam. Por isso mesmo, os negros tinham que lutar contra o racismo da sociedade que os taxava de bêbados, vagabundos e imorais, e, também, contra os elementos da raça que praticavam atitudes assim consideradas. Afinal, de nada adiantaria afirmar que o negro não era inferior, se houvesse, entre os próprios negros, pessoas que, com suas atitudes, confirmassem a suposta inferioridade.

Benedicto Florêncio escreveu ainda que era necessário aos negros notar que a "igualdade e fraternização dos povos (...) é uma ficção, uma mentira"³², e, evidentemente, os homens de cor sabiam disso, afinal, sua própria condição de exclusão desmentia a igualdade. O objetivo, portanto, não era simplesmente lutar contra o branco, mas sim contra a imagem que este impôs ao negro.

O espaço da escrita fundia-se à necessidade de demonstrar uma certa condição moral para a sociedade. É como se o fato de produzir jornais e escrever neles, de uma certa maneira, pudesse argumentar contra a ideologia da vadiagem fortemente identificada para com o negro. Os jornais dos homens de cor mostraram aquilo que eles acreditaram ser de fato: uma outra classe específica de homens e mulheres que eram negros, a classe dos homens de cor, mas que não se identificava com aquilo que a sociedade atribuía aos negros em geral, como se pôde constatar por meio das afirmações de Benedicto Florêncio e do editorial do jornal *Elite*.

Além da conduta moral, que deveria ser otimizada por meio do trabalho, da ajuda mútua e da luta contra o analfabetismo, era preciso combater a bebida. Ela era entendida como um empecilho específico para a "elevação da raça". As associações dançantes, ao que tudo indica, não proibiram a venda de bebidas alcoólicas em seus bailes e festas. É bem provável que este comércio fosse um encargo do proprietário do salão e não da associação, pois eles eram alugados para fins recreativos a diferentes clubes³³. Entretanto, encontramos apenas uma única notícia que

³¹ *O Alfinete*, 22/09/1918.

³² *O Alfinete*, 22/09/1918, p.1.

³³ O salão de Bailes Itália Fausta, por exemplo, a despeito de ser um local alugado por italianos, abrigou por anos as recreações do Grêmio Dramático e Recreativo Kosmos. Tal salão se Localizava na Liberdade, na rua Conselheiro Furtado, n ° 56, ao lado da Vila de Conde de Sarzedas, região onde também havia cortiço, prostituição e era moradia de integrantes da imprensa negra. *A Liberdade*, 28/09/1919, p.2.

incentivou diretamente a proibição de bebidas nas associações. Trata-se da carta de um leitor, Zelindo, ao redator do jornal *O Alfinete*³⁴. Ele comentou que uma sociedade dançante de Sorocaba proibiu a bebida alcoólica em seus bailes, "permitindo tão somente o uso de bebidas sem álcool, como sejam: Néctar, Sisi, Gazosa, etc. O que era digno de louvor dos membros daquela sociedade"³⁵.

Nenhuma notícia de que as associações paulistanas tivessem tomado a mesma providência, foi encontrada. Zelindo foi efetivamente o único "propagandista anti-alcoólico"³⁶ mencionado nos documentos aos quais tivemos acesso. Vários artigos, entretanto, trataram do tema. O maior problema relacionado à bebida durante inúmeros artigos da imprensa negra foi o exagero do consumo. Muitas fofocas mostraram que pessoas consideradas dignas pela imprensa negra tomavam seus "*drink[s]*" durante os bailes, e isso tinha um tom de humor, não de crítica, como ocorreu com o Sr. Gastão Rodrigues da Silva. Ele foi redator do jornal *A Liberdade* e presidente do Centro Smart. Muito apreciado nas linhas de todos os jornais, em 14 de julho de 1919, o editorial de *A Liberdade* publicou uma "Homenagem a Gastão Silva":

"(...) dotado de princípios liberais, amigo do trabalho, admirador da classe dos homens de cor, sente-se às vezes elevado na sua fé de regeneração dos homens sociais a que pertence, sem contar com as desilusões".³⁷

O artigo foi escrito pelo não menos aclamado Frederico Baptista de Souza³⁸. Em novembro de 1919, no entanto, houve um recado na seção "Críticas" para Gastão que "apesar do frio, gosta[va] muito de cerveja."³⁹ E o assinante concordou com o gosto: "Tem razão". Ou seja, o criticado teve apoio do fofoqueiro: provavelmente ambos tomavam cerveja no frio. Se um membro de apreço como Gastão tomava cerveja e podia ser "criticado" por isso, o que dizer da "Crítica" à "cervejada paga pelo Martins a comissão do Kosmos"⁴⁰. Não está claro se havia mesmo uma crítica contra Martins nesta nota, ou se o fato de pagar a cervejada poderia parecer

³⁴ *O Alfinete*, 28/08/1921, p.4.

³⁵ *Idem*, p.4.

³⁶ *Idem*, p.4.

³⁷ *A Liberdade*, 14/07/1919, p.1.

³⁸ Segundo declarações de José Correia Leite: "O presidente [do Kosmos] era funcionário da Faculdade de Direito, um grande homem chamado Frederico Baptista de Souza. Ele chegou a vender uma casa dele [sic] para manter a sociedade dentro dos padrões de seriedade (...) Esse Frederico Baptista de Souza, mais tarde, veio ser membro d' *O Clarim d' Alvorada*, quando tivemos a idéia de fundar uma 'cooperadora'. Isso bem mais tarde. O Kosmos já não existia." José Correia Leite, *Op. Cit.* p.33.

³⁹ *A Liberdade*, 11/1919, p.4.

⁴⁰ *A Liberdade*, 12/10/1919, p.4.

bajulação, ou ter outro motivo. O importante é que se tratava do Kosmos (Grêmio Dramático e Recreativo), provavelmente o mais respeitado de todos os clubes dançantes, pois lá "não se tinha ambiente para ir buscar mulher ou tomar bebedeira"⁴¹: era uma agremiação totalmente familiar. Se até a comissão do Kosmos podia tomar uma cervejada, qual é o problema da bebida?

Segundo José Correia Leite, a pinga era tida como bebida de negro⁴². Algumas críticas (ferinas, ao contrário dessas feitas ao Gastão), trouxeram o nome da pessoa seguido de alcunha bem alcoólica, como por exemplo, "Leopoldina pinga", ou ainda "Leonor pau d'água"⁴³. A pinga pode ter sido associada à embriaguez e, conseqüentemente, à mal falada imagem do negro vadio, porque era uma bebida mais barata e acessível. Afinal, houve reclamações sobre o preço da cerveja que chegaram aos jornais: "Com o Chirico"⁴⁴ querer cobrar 1\$500 para cada garrafa de cerveja."⁴⁵ Com certeza, alguns dentre os homens de cor preferiam beber pinga, aliás, cachaça. E isto foi motivo de paródias, como a que segue adiante, feita por José Domingos Torus ao jornal negro *Elite*, em 1924:

"Beber cachaça
(Paródia)

Ora (direis) beber cachaça! Certo
Perdeste o brio! E eu vos direi, no entanto,
Que p'ra bebe-la muita vez desperto
E vou ao botequim do Xico santo.

E lá eu bebo toda noite, enquanto
Nuvens esparsas, pelo céu deserto
Passam. E, ao vir do sol, cheio de espanto,
Me encontro só, no botequim deserto...

Direis agora! "Transviado amigo!"
Porque bebeis? E que prazer contido
Está nesse teu vício, que eu maldigo?"

E eu vos direi: "Sofrei, tende a desgraça
De possuir um coração traído,

⁴¹ José Correia Leite, *Op. Cit.* p.33.

⁴² José Correia Leite, *Op. Cit.* p. 55.

⁴³ A Sentinella, 10/10/1920.

⁴⁴ Pedro Chirico foi o proprietário do Salão Internacional, que era alugado para ensaios, bailes, reuniões, batizados e casamentos, tudo a "preços módicos".

⁴⁵ A Liberdade, 07/03/1920.

E sabereis por que eu bebo cachaça!"⁴⁶

Esse soneto exemplifica o que podia acontecer ao homem de cor que bebesse cachaça: "Perdeste o brio?" Era evidente que muitos negros associavam a bebida à dignidade. O personagem do soneto, amigo do poeta "transviado", pergunta qual o prazer desse vício "que eu maldigo", confirmando que as críticas dirigiam-se contra o exagero.

As fofocas e mexericos publicados nos jornais negros sugerem atitudes que os criticados teriam tido há pouco tempo, e provavelmente não por ocasião de um "beberete" familiar: "Que Márcio Monteiro não teve compostura no baile do Brinco. Alcoolizado"⁴⁷. As alfinetadas eram ainda mais ferozes contras as mulheres que se embriagavam: "Com certas moças de cor, na festa da Penha andarem se embriagando. Falta de compostura."⁴⁸ Como veremos adiante, houve mesmo muitas críticas dirigidas efetivamente à conduta feminina.

Os jornais da imprensa negra não utilizavam nenhum argumento religioso para questionar a moral das pessoas. Condenavam a prostituição e falavam muito sobre atitudes convenientes ou não, mas não havia religiosidade nessas críticas. A crença em Deus aparecia poucas vezes nos jornais e, na maior parte das vezes, apenas justificaram a igualdade entre negros e brancos. Outras reforçaram a prática beneficente já comentada.

A prostituição entre as mulheres negras era muito comentada por meio de críticas dirigidas a indivíduos e em artigos moralizantes. Um aspecto importante para situar a mulher negra depois da abolição é o fato de a preocupação não ter ocorrido apenas com a mulher que era prostituta. A mulher de cor foi extremamente tutelada por estes jornais, e o controle exercido sobre ela tinha as mesmas características que aquele efetivado em relação a todas as mulheres na sociedade em geral. Criticavam-se as roupas, o comportamento e a exibição de uma feminilidade que não se esperava de uma mulher ideal. No entanto, para além daquilo que poderia ser considerado o machismo habitual dos homens no início do século, havia um estigma social mais profundo que rondava a mulher negra. O perigo da prostituição para a mulher de cor parecia ser mais iminente. Trataremos desse aspecto mais adiante, no terceiro capítulo, mas vale observar desde já que uma maneira da sociedade exercer o racismo para com a mulher negra era considerá-la mais facilmente prostituível.

⁴⁶ *Elite*, 17/02/1924, p.3.

⁴⁷ *A Liberdade*, 14/07/1919.

⁴⁸ *A Liberdade*, 28/09/1919.

No intuito de se distanciar dessa associação racista, as mulheres de cor investiram em algumas táticas. A imprensa incentivava o estudo e o trabalho para os homens e mulheres, (ao contrário do que ocorria com a mulher branca). Foram também, muito bem vistas as senhoras e senhoritas que fizeram parte da diretoria de damas de algum clube, ou que participaram de clubes femininos. Elas promoveram bailes e ensaios, e foram as responsáveis pelo "buffet". Dentro do espaço social chamado de "quadro de damas", elas foram oradoras, secretárias, dirigentes, entre as outras várias funções sociais que existiram nas agremiações. Geralmente as filhas, esposas e irmãs de dirigentes assumiam posições condizentes com as de seus pares masculinos.

Um bom exemplo disso pode ser encontrado na família de Frederico Baptista de Souza, que foi um colaborador assíduo de diversas folhas, muitas vezes acumulando cargos entre redação destas e diretoria em clubes e sociedades dos homens de cor.⁴⁹ Sua esposa era sócia benemerita do Grêmio Kosmos, e foi diretora do quadro de damas. Sua filha mais velha a senhorita Durvalina Leonarda, ao que tudo indica, foi diretora do Grêmio Feminino Elite Flor da Liberdade. Essas sociedades, especificamente femininas, também organizaram seus próprios bailes e ensaios. Durvalina, como outras, foi atriz em grupos teatrais de Grêmios Dramáticos, como o Kosmos, e encenou vários espetáculos.⁵⁰

Abílio Rodrigues, orador oficial do Grêmio Kosmos, em 1922, na festa do dia 15 julho, enaltece o valor da mulher e do quadro de damas:

"Em continuação elevou o valor da mulher, quer física e moralmente, declarando que a junção do quadro de damas a uma sociedade recreativa era o motivo de um verdadeiro acolhimento social: porque a mulher não tem só o dom de cativar, mas de inspirar. O que seria de um jardim sem a beleza de suas flores? O que seria também daquele ambiente, sem o concurso do belo sexo?"⁵¹

Mas nem sempre o "belo sexo" estava disposto a seguir as normas dos homens de cor e participar como coadjuvantes em suas organizações. Assim, havia claras restrições para aquelas que desejavam ser vistas como boas mulheres de cor. Elas não deviam dançar em bailes que cobrassem entrada na porta, os bailes públicos de maxixe, porque a imprensa negra os associava a atos de "libidinagem". Também não deviam andar de saias curtas ou usar outra roupa sensual, como relatou este mexerico: "Com Dona Fina. Tome cuidado, isto é feio para uma mãe de filhos.

⁴⁹ Lívia Maria Tiede. *Op. Cit.* p. 92-110.

⁵⁰ Entre outros ver: *O Kosmos*, 08/1922, p.1-2. *O Kosmos*, 12/1922, p.4.

⁵¹ *O Kosmos*, 08/1922.

Andar com saias curtas por cima dos joelhos! Cai fora tentação"⁵².

A enorme preocupação com as atividades femininas, como afirmamos, era consequência da associação da mulher negra à prostituição. Nas seções "Críticas" existiram várias insinuações contra mulheres que se exerciam essa prática, como, por exemplo, no jornal *A Sentinella*, registrava que "Maria espada da rua da Conceição 199, no mês passado foi dar um passeio de auto policial, juntamente com suas companheiras de farras. Que vergonha!"⁵³. Pode ser que elas tenham sido autuadas por outro motivo qualquer e não por prostituição, mas essa possibilidade de interpretação baseia-se no fato de a notícia localizar-se entre duas outras que faziam referência direta ao meretrício:

"Com as negras sem vergonhas que fazem ponto nos quatro cantos entre as ruas Silva Pinto e Três Rios, embriagam-se e depois fazem algazarra do diabo, tudo por causa de macho. Criem vergonha suas negras sem cabelos."⁵⁴

Mesmo que não tratasse especificamente de prostituição, havia sempre a preocupação em saber se alguém poderia estar se "desviando" para esse caminho. É notável que, quando havia essas denúncias, os jornalistas averiguavam onde a pessoa estaria fazendo ponto, indicando as regiões preferenciais para o meretrício. No entanto, localizar os indivíduos no espaço paulistano era prática recorrente nas críticas que apareciam nestes jornais, como afirmamos no início desse capítulo.

Havia, portanto, um olhar sobre a cidade de São Paulo, que atribuía significados diversos para os variados bairros e ruas. Mostramos na introdução dessa dissertação que os estudos de Iêda Marques Brito⁵⁵ foram seguidos pela maioria dos pesquisadores que trabalharam sobre a população negra no pós-abolição. De acordo com essa autora, os negros que não fizeram parte da comunidade vinculada à imprensa negra moravam especialmente na região da Barra Funda e da alameda Glette. Eram prostitutas, capoeiristas e malandros em geral, os "desclassificados" responsabilizados pela manutenção da "verdadeira cultura afro-brasileira", em oposição à comunidade da imprensa negra que teria desejado o embranquecimento cultural.

⁵² *A Sentinella*, 10/10/1920.

⁵³ *A Sentinella*, 10/10/1920, p.4.

⁵⁴ *A Sentinella*, p.3-4. Petrônio José Domingues revelou em sua pesquisa que a expressão "negras sem cabelo" fazia referência ao fato de certo delegado paulistano prender as mulheres negras que "faziam ponto", surrá-las, por vezes violentá-las, para enfim raspar-lhes o cabelo. Petrônio José Domingues. *Uma História não contada: negros, racismo e trabalho no pós-abolição em São Paulo (1889-1930)*, São Paulo, Dissertação (Mestrado) FFLCH, 2000.

⁵⁵ Iêda Marques Brito. *Samba na cidade de São Paulo (1900-1930): um exercício de resistência cultural*. São Paulo: FFLCH/Usp, 1986.

Como tentamos mostrar, apesar das constantes referências à prostituição, não houve menções a uma suposta malandragem. Na verdade, é bastante complicado compreender o que foi essa malandragem. A criminalidade, obviamente, existiu entre as diversas camadas da população paulistana, mas aquilo que foi designado como malandro só apareceu nos relatos de militantes da década de 1930 e memorialistas brancos. Os homens de cor, ligados à imprensa negra, curiosamente não fizeram menção a esses homens que também teriam agido de uma maneira que representava um perigo à "elevação moral" do negro. É certo que eles condenaram condutas como ausência de trabalho e educação. Mas, ao contrário do que ocorreu com a prostituição, não houve crítica destinada aos malandros nem a locais que podiam se tornar perigosos com sua presença.

Vejamos, então, como a historiografia definiu o que era ser malandro, além de dançar samba e capoeira, práticas afro-descendentes. O "desclassificado" não tinha um emprego regular e morava nas piores habitações paulistanas, como a Barra Funda e a rua Glette. Essa seria uma contraposição essencial entre eles e os negros dos jornais. Entretanto, ninguém afirmou ao certo onde os homens de cor moravam e quais eram suas ocupações⁵⁶, o que de fato demonstraria a diferença entre uns e outros.

Aceitando essa dualidade no interior da comunidade negra paulista a historiografia afirmou que os jornais negros dos primórdios do século XX, não se preocuparam com a luta militante contra o racismo⁵⁷. Ainda que as notas e artigos publicados nos jornais negros diferenciem os homens de cor dos "outros" negros, como temos observado, isso não significa entretanto que não tenham lutado contra o preconceito racial de forma explícita.

Afinal, os jornais negros, além de serem importantes ferramentas para compreender como se deu a interação entre as notícias e as formas de vida dos homens de cor, foi também um meio de articulação contra as práticas racistas do período. Além da preocupação evidente com as atitudes de todos os negros e dos próprios homens de cor, os redatores dedicavam artigos bastante extensos para discutir o preconceito racial.

Há cinco notícias, em especial, que denunciaram a violência e discriminação racial de forma mais detalhada. Duas delas se referiram a Pedro Capua, um proprietário de salão para

⁵⁶ Miriam Nicolau Ferrara, *Op. Cit.* e Iêda Marques Brito *Op. Cit.* afirmaram que os negros da imprensa negra possuíam trabalhos mais rentáveis como cargos públicos, o que justificaria sua ascensão econômica. No entanto, como ficará exposto a seguir, são poucas as menções a esses ofícios.

⁵⁷ Segundo esta visão, como esta população já teria ascendido socialmente e se embranquecido não teria motivos para lutar contra a discriminação que cerceava os negros mais pobres. Miriam Nicolau Ferrara, *Op. Cit.*

bailes. Ele foi agente da polícia e, em 1918, dono de um Salão de Bailes Públicos⁵⁸ que se localizava na rua 13 de Maio, esquina da rua Manoel Dutra, no Bexiga. Esses bailes eram proibidos, mas existiram durante quase toda a década de 1920. Eram mal vistos pela imprensa negra e conhecidos como bailes de cavação, porque neles é que se podia dançar maxixe.

Porém, não foi por esse motivo que o Salão de Bailes Públicos de Pedro Capua foi fechado pela polícia da Liberdade. Segundo a notícia transcrita do jornal *A Rolha*, o salão fora fechado "devido aos escândalos que ali se praticavam, sendo as maiores vítimas os homens de cor preta que por qualquer motivo apanhavam de chicote, facas, cacetes e revólveres". Depois de surrados, os negros eram levados de "carro de preso" à polícia, "sem saber por que". A notícia citou outro salão onde se praticavam "atos de libidinagem"⁵⁹, que se situava na rua Couto e era propriedade de um tal Pedrinho. Neste texto há a informação de que Pedro Capua, em outros tempos, havia alugado junto com seus "camaradas" de perversão⁶⁰ o Salão Lyra, local onde se realizaram muitos bailes dos homens de cor. Isso nos sugere que, por mais que os homens de cor desejassem se afastar de atitudes moralmente depreciáveis, ainda assim, foram vítimas de pessoas inseridas nos mesmos espaços físicos que eles próprios.

Gastão Silva, que foi integrante de várias associações dos homens de cor, denunciou em carta à redação do jornal *Alfinete* que Pedro Capua na noite de 23 de Fevereiro de 1919 tinha feito uma "fita dessas de arrepiar os cabelos"⁶¹. Neste dia houve no salão Lyra uma quermesse da Sociedade 28 de Setembro, que ficou repleta de "damas e cavalheiros". Pedro Capua entrou no salão com um revólver na mão e disse: "Eu mato!! Se não me derem o dinheiro, eu mato! Negros paguem o que devem o salão, já neste momento, [e] retirem-se." Os convidados que já tinham pago suas entradas vendo "um canhão, trataram-se de se porem a fresco". Os outros foram levados à delegacia para explicar o que havia acontecido. Gastão Silva prometeu no número seguinte do jornal que daria mais detalhes dos problemas com Pedro Capua. Infelizmente, o exemplar de abril de 1919 do jornal *O Alfinete* não existe hoje em dia. Mas um outro título deste período também narrou violências constrangedoras contra a população negra.

No jornal *O Bandeirante*, o próprio Gastão Silva novamente narrou outro acontecimento

⁵⁸ Bailes públicos eram aqueles nos quais os homens pagavam para entrar na porta, não sendo necessário associar-se a agremiação, e as mulheres tinham entrada franca, pois seriam "atraídas para a perdição".

⁵⁹ A notícia menciona "atos de libidinagem" sem deixar evidente se era algo relacionado à sexualidade, ou se tratava de violência, como a que ocorreu no salão de Pedro Capua.

⁶⁰ *O Alfinete*, 12/10/1918, p.2.

⁶¹ *O Alfinete*, 09/03/1919, p.2.

que envolveu "agentes da polícia"⁶². Gastão retirou o acontecimento do jornal *O Estado de São Paulo*, seção de queixas e reclamações do dia 17 de agosto de 1918, que se referia a um acontecimento do dia 15 do mesmo mês. Nesse dia ocorreu o enterro de um "pobre preto", que foi carregado à mão até o cemitério do Araçá, porque não havia dinheiro suficiente para seguir o corpo em "coche de luxo". Na volta do enterro, apareceram quatro indivíduos que disseram ser "secretas" (policiais a paisana) e deram ordem de prisão às pessoas que voltavam do rito fúnebre. A causa, segundo o autor, era "só porque se tratava de gente de cor, pobre, vezada [habituada] ao trabalho das oficinas sem relações nenhuma com a polícia". Aqueles que protestaram a autuação também foram presos. A queixa ao *Estado de São Paulo* era para que o delegado tomasse providência, pois os agentes policiais tinham abusado de seus poderes e retido gente inocente que "nem sempre mantém a calma necessária ante o vexame a que os submetem"⁶³.

O último fato é relatado por duas notícias, a primeira publicada em abril de 1920, e a outra em maio do mesmo ano, pelo jornal *A Liberdade*. Ambas tinham o título de "Salão Glicério". Em Abril relatou-se que o salão fora fechado pelo delegado, depois de várias denúncias da população que morava ao redor. Essa estava indignada, pois no salão Glicério ocorreram "bailes criminosos" de "desocupados" e "desordeiros". Estes que foram os próprios promotores dos bailes e, de acordo com o relato, carregavam consigo armas "no borço [sic] uma navalha, na cava do colete uma faca aguçada e no borço da calça um revólver". A polícia tinha que estacionar "diariamente" na porta do local para qualquer "emergência". Quando esta ocorreu de fato, o delegado "obrigou o proprietário de o salão pregar um cartaz na porta com os dizeres: *Aqui não dança Pretos.* [sic]"⁶⁴

O artigo de *A Liberdade* lembrou que já havia aconselhado "a nossa raça a deixar de freqüentar aquela casa", e finalizou com a idéia de que a ocorrência deveria fazer com que "nossos irmãos criem um pouco de vergonha e de caráter"⁶⁵. Na seção "Crítica" deste mesmo jornal houve outra menção ao fato. A crítica foi para o próprio salão Glicério, que "têm um cartaz que diz: Preto aqui não dança", a assinatura era "Da Polícia"⁶⁶, e, provavelmente tratava-se de uma ironia contra o dono do salão.

Na notícia de 9 de maio, o jornal *A Liberdade* anunciou que o mesmo Salão da rua

⁶² *O Bandeirante*, 04/1919, p.2.

⁶³ *O Bandeirante*, 04/1919, p.2.

⁶⁴ *A Liberdade*, 04/04/1920, p.2.

⁶⁵ *Idem*.

⁶⁶ *Ibidem*, p.3.

Glicério tinha voltado a funcionar devido aos apelos do proprietário, que tinha se comprometido a registrar estatutos e, assim, haveria a garantia de que seriam pagos os impostos referentes às associações que promoviam bailes de benefício. De acordo com os homens de cor, o problema dos bailes públicos era falta de controle, que possibilitava "a entrada de quem quer que seja" e, assim, ninguém assumia perante as autoridades a responsabilidade pelos atos cometidos no recinto⁶⁷.

Como se pode ver, de modos diversos, fica evidente que os negros paulistanos no início do século percebiam as estratégias de exclusão racial, e a ideologia que os identificava com a idéia da vadiagem inata. Mas, entre os próprios homens de cor, que resistiam à imagem do negro vadio, existiam divergências sobre qual poderia ser a conduta ideal. Evidentemente essa não era a única divergência entre os grupos dos vários jornais. Existiam também brigas pessoais, mais difíceis de se captar. O jornal *Xauter* de maio de 1916, por exemplo, criticou especificamente dois outros periódicos negros, *A Rua* e *O Menelick*. Segundo o *Xauter*, as pessoas envolvidas com esses jornais, além de não saberem escrever, eram "clientes do Dr. Franco Rocha"⁶⁸, ou seja, loucas.

De qualquer modo, esta aproximação do mundo dos homens de cor, que pode ser feita por meio da leitura dos jornais publicados por eles no início do século XX, mostra a existência de uma comunidade relativamente organizada em torno de clubes, associações e periódicos, consciente de um processo de exclusão social que se manifestava por meio de um grande preconceito contra os negros. Diante dele, esforçavam-se por afastar todas as marcas que pudessem confirmar os estigmas que lhes eram atribuídos.

⁶⁷ *A Liberdade*, 09/05/1920, p.2.

⁶⁸ F. Franco da Rocha foi médico psiquiatra responsável pelo Hospício do Juquehy por mais de uma década e escreveu diversas obras sobre psiquiatria. Para maiores informações consultar Maria Clementina Pereira Cunha, em *O espelho do mundo*. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1986. Em especial p. 49-51.

2. Os homens de cor e os negros: condições de moradia e de trabalho

Como vimos na introdução deste trabalho, a historiografia localiza a população negra a partir de uma interpretação básica: elite no centro e pobres nos bairros. Desde Florestan, esta interpretação tem se mantido, modificando-se ligeiramente com o trabalho de Kim D. Butler. Como afirmamos, para essa autora, era mais provável que os negros habitassem as moradias que foram sendo desocupadas pelos imigrantes italianos, e a partir de então sublocadas por eles. Assim, a autora, apesar de confirmar a idéia de Florestan Fernandes sobre existência de uma "elite negra" e uma "plebe" moradora dos arredores da Barra Funda, verifica que era pouco provável que os negros se dividissem por territórios.

Por outro lado, Carlos José Ferreira dos Santos⁶⁹, ao pesquisar os nacionais pobres em São Paulo, construiu hipóteses interessantes sobre a concentração de moradias que deveriam ser habitadas também por negros. De acordo com seus estudos, eles se localizavam, em especial na Várzea do Carmo Largo, Nossa Senhora do Rosário e na região conhecida então como Sul da Sé.

A Várzea do Carmo, região foi que posteriormente aterrada, era alagada pelo rio Tamandateí, e muitas lavadeiras, negras e brancas, mas principalmente pobres, desciam a rua Glicério em sua direção para trabalhar. O autor narrou que as autoridades no início do século XX, em especial o prefeito Washington Luís (1914-1919), foram incisivas quanto à necessidade de expulsar da região as pessoas que literalmente "denegriam" a imagem da metrópole paulista, associando as lavadeiras diretamente às ex-escravas. Não foram apenas elas que atormentaram a idéia de modernização da cidade. De acordo com Santos, os chamados "caipiras", que habitavam em especial as regiões mais distantes da cidade na zona leste, como a Penha, encontraram na Várzea do Carmo o mercado ideal para venda de seus produtos agrícolas. Devemos lembrar que o local era encostado à região mais central de São Paulo, onde havia diversas casas comerciais e moradores tão variados quanto essa economia. O local em que se desenharam os viadutos do Chá e Santa Ifigênia deveriam servir para o deleite europeizado, e não para a vivência escassa dos nacionais pobres.

"Percebe-se logo de início que aquela população da Várzea, descrita como 'vivendo em uma promiscuidade nojosa, composta de negros vagabundos, de negras

⁶⁹ Carlos José Ferreira dos Santos. *Nem tudo era italiano: São Paulo e pobreza: 1890-1915*. São Paulo: Annablume, 1998.

edemaciadas pela embriaguez habitual, de uma mestiçagem viciosa', quase sempre aparece carregando trouxas, cestos, tabuleiros e balaios; lavando roupas; tratando de cavalos; conduzindo carroças; ou talvez esperando carregar mercadorias em frente dos mercados."⁷⁰

Segundo o autor, a polícia, como agente da vigilância sobre a população pobre, pode ser avistada por meio das fotos do período. Polícia justaposta à população pobre foi uma situação constante no início do século XX. Apesar da repressão, que será tratada no decorrer dos capítulos, nota-se no argumento do autor que a grande maioria dos nacionais pobres descritos em fotos e relatos eram negros. Esse fato pode ser combinado com as idéias de Kim D. Butler, afinal, essa região do Largo do Carmo não era um ponto de trem, mas nela havia uma oficina da Light, onde é provável que também fossem necessários braços para o trabalho menos qualificado.

"Pode-se apreender também pelas fotografias uma presença quase que constante: a de policiais, o que sugere a tentativa de coibir comportamentos que pudessem significar um risco à ordem que se desejava para aqueles lugares."⁷¹

Essa região do Triângulo do sul da Sé constituiu um mundo de brancos, negros, pobres e ricos disputados, mas associados. Segundo Santos, a persistência de quiosques pobres, como herbanários, ocorreu também porque a própria população com mais poder econômico consumia os produtos vendidos pelos pobres. É bem provável que o serviço doméstico a que as negras se dedicaram no início do século, do qual tratou Kim D. Butler, não fosse constantemente dentro das casas; nas várzeas centrais de São Paulo a lavagem das roupas poderia servir também à camada mais abastada da população. A simbiose, mesmo que vista com maus olhos pelas autoridades, ocorreu entre os dois mundos, distantes, mas não tanto.

A partir de Kim D. Butler e Santos, podemos aventar a hipótese de que os negros não se restringiam a um lugar específico da cidade. As menções sobre a condição de moradia dos negros em São Paulo eram muito raras na imprensa negra. Como afirmamos, muitas vezes, quando alguém era citado, ao invés de se dizer o nome, dava-se o local onde a pessoa morava. O modo e as condições de moradia, entretanto, nunca eram expostos. Com base nestas fontes é difícil dizer com exatidão se os negros do início do século habitaram palacetes ou porões. Um editorial do jornal *A Liberdade* publicado em 1920 constitui uma exceção, pois discute explicitamente a especulação imobiliária, afirmando que a exploração dos aluguéis era inversamente proporcional

⁷⁰ *Idem, ibidem.* p. 97.

⁷¹ *Idem, ibidem.* p. 77.

à precariedade da condição econômica dos inquilinos:

"(...) Dizem, e é verdade que os proprietários de casas de aluguel têm especulado com as propriedades as misérias da classe desprotegida da fortuna; e a coisa não é só isso, aumentam o aluguel de 40 \$ para 100\$, e assim sucessivamente, como sou testemunha de um ato deste, ouvindo o próprio prejudicado. Há um ainda outro, quase em igual circunstância, porém, este não foi tolo, levou logo o caso ao conhecimento da Recebedoria de Rendas para o pagamento do imposto devido ao aumento.(...)"

O editorial, assinado com o pseudônimo de Matuto, expôs que os prazos de notificação para o aumento do aluguel não eram comunicados devidamente, e exigia que se tomassem providências contra esses abusos. Citou, ainda, o caso de um locador que durante anos dependeu do "elemento de cor" e que, posteriormente criou um critério racista de locação:

"(...) proprietários há, como o da Vila Conde de Sarzedas, que diz ou quer banir o elemento de cor. Ora, alguns anos atrás, davam graças em alugar seus prédios (porões) para as cozinheiras, porque não paravam em casa e havia muitas casas para alugar; hoje esquecem que esse elemento muito ajudou a pagar as dívidas contraídas para a edificação, porque o elemento mais elevado na sociedade há bem pouco tempo não iria residir em vilas e porões (...)"⁷²

Morar em porões podia ser motivo de chacota nos jornais dos homens de cor. *A Liberdade* de 1919 publicou um mexerico sobre certas moças "bonitas" que freqüentaram os salões, mas eram "gargantas", pois moravam em "porões inabitáveis" e foram ridicularizadas, provavelmente, porque não declaravam a verdade sobre suas moradias. Matuto afirmou que, no período corrente, "muita gente boa", devido à situação "bicuda", tinha de habitar os porões, evidentemente de acordo com as poucas possibilidades financeiras:

"(...) é imposição dos gananciosos proprietários, que não se condoem da miséria dos outros, conquanto o seu elevado aluguel seja pago, às vezes por aí afora aparecerem duas ou mais pessoas para fazerem penhora ou despejos muito sumaríssimos, somente intitulado-se autoridade, sem um mandato ou coisa equivalente e nunca encontrara um resolvido para barrar essas ousadias, pois que procuram um ignorante no caso. Outras vezes estes atos são praticados quando as casas são só encontradas mulheres. (...)"⁷³

Não é absurdo, portanto, pensar que muitos indivíduos da comunidade envolvida com os jornais negros habitassem em tais moradias. Esta hipótese contraria interpretações oferecidas por

⁷² *A Liberdade*, 01/07/1919, p.3.

⁷³ *A Liberdade*, 01/07/1919, p.3.

parte da historiografia que afirma que a comunidade identificada com a imprensa negra e suas associações conformava uma elite, uma classe média ou uma pequena burguesia distanciando-se de outra parte da população negra paupérrima que, habitava os porões e casas de cômodo.⁷⁴ Essa notícia nos induziu a concluir que, talvez, essas duas camadas da população negra não estivessem tão distantes nas condições habitacionais. É evidente que existiram negros em condições financeiramente melhores que outros. Mas não acreditamos que isso tenha gerado as diferenças entre a comunidade, como freqüentemente foi afirmado.

Assim, procuramos realizar uma pequena amostragem da localização dos indivíduos de cor negra citada na imprensa. Para tanto, comparamos dados citados pela historiografia com as referências obtidas nos jornais. Segundo Kim D. Butler, a mobilidade da população negra no interior da cidade de São Paulo foi intensa, especialmente porque os negros alugavam as casas de italianos que haviam ascendido socialmente e mudado para lugares melhores⁷⁵. Separamos, portanto, os títulos da imprensa negra anteriores à década de 1920⁷⁶ e contabilizamos todas as referências a lugares específicos da cidade. Assim, ruas, praças, casas de comércio, lugares de prostituição, moradia, endereço para correspondência de jornais e de clubes e associações foram considerados.

Estes dados foram estudados de duas formas. Inicialmente, utilizando um mapa de 1914⁷⁷, publicado pelo Arquivo do Estado de São Paulo (AESP), localizamos geograficamente todas as menções aos lugares e verificamos em que bairros "ficavam" até a década de 1920, como deve ser verificado no mapa do Anexo 2. Na seqüência, quantificamos as várias menções obtidas, de modo a construir o gráfico que segue.

Com isso, podemos visualizar os bairros que foram mais mencionados pelos jornais da imprensa negra. Recorrendo às informações oferecidas por memorialistas e pela historiografia, conseguimos localizar os espaços da cidade ocupados por aqueles que eram considerados "malandros". As legendas permitem distinguir não apenas os lugares mencionados, mas também a origem dos dados (se coletados na imprensa negra ou na literatura memorialística).

⁷⁴ Maria Isaura de Queiróz. "Coletividades negras. Ascensão sócio-econômica dos negros no Brasil e em São Paulo", Revista Ciência e Cultura., (6), v.29, pp.647-663, Jun. de 1977 e também Cleber da Silva Maciel em *Discriminações Raciais... Op. Cit.*

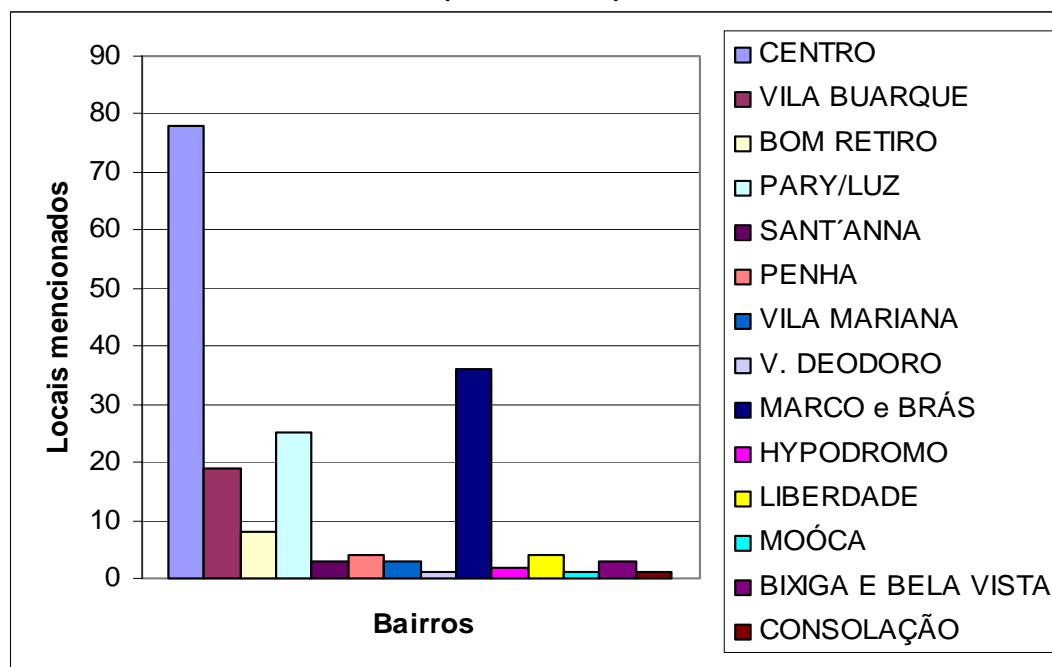
⁷⁵ Kim D. Butler. *Op. Cit.* p. 73

⁷⁶ Os títulos foram: *A Rua, O Menelick, A Liberdade e O Alfinete*. Todos os exemplares até 1920 foram analisados.

⁷⁷ Planta Geral da Cidade de São Paulo com indicações diversas, organizado pela Comissão Geográfica e Geológica. Eng. João Pedro Cardoso, 1914. "Memória Urbana: a Grande São Paulo até 1940". São Paulo: AESP, Imprensa Oficial, 2001. v. 3 Mapas.

Há, portanto, dois aspectos a serem observados. Primeiramente o mapa não quantifica as referências, apenas as localiza; o gráfico, por sua vez, indica a quantidade de citações que os bairros receberam na imprensa negra. Ou seja, só é possível ter idéia da importância e da presença da população negra nos diversos bairros da cidade a partir da leitura cruzada do mapa e do gráfico.

Gráfico 1: Bairros paulistanos mencionados pelos homens de cor na imprensa negra (1916 a 1920)



Fontes: Jornais da imprensa negra (vide item Fontes, no final desta dissertação).

A região que consideramos "centro" é a de maior concentração de negros segundo o gráfico. Tal região está entre os bairros da Consolação, Bexiga, Liberdade, Brás e Pari, sem incluí-los, obviamente. Não faz parte do centro o local a oeste, também bastante mencionado, que fica ao sul do Bom Retiro, a leste da Santa Cecília e a sudeste da Barra Funda. Esse lugar era o bairro de Vila Buarque e, era lá que estava localizada a famosa alameda Glette, como se pode verificar no mapa.

Consideramos, como parte do centro, entretanto, a região chamada de "Várzea do Carmo", que incluía a parte norte do Cambuci. É o local ao norte da Liberdade e a oeste do Brás. Assim procedemos porque toda essa região ficou conhecida como Triângulo da Sé, e apenas estendemos a abrangência da nomenclatura central para limitar mais as citações e compor a

análise de forma mais concisa.

Assim, ao compararmos o gráfico 1 com o mapa podemos fazer algumas observações pertinentes. Apesar de a região central ser a de maior incidência de pessoas negras, isso não ocorreu apenas por questões de moradia. No centro, havia comércios freqüentados pelos negros por motivos de trabalho e consumo, e ruas onde houve menções à prostituição, de lavadeiras, de moradia e, finalmente, referências a clubes e associações. Pode-se notar pelo recorte do mapa que a imensa maioria das sociedades, das redações de jornais, e locais para correspondência deles, ficava no centro.

Isso é justificável de maneira simples: as sociedades negras não tinham sede própria, alugavam com certa regularidade determinado salão de bailes que, por hábito, tornava-se sua "sede". Deste modo, como a região de maior comércio ficava neste local, é compreensível que as associações dançantes também se concentrassem por lá. Assim, apesar de a maioria das citações referirem-se ao centro, isso não quer dizer que a maioria dos negros morasse nessa área. Os bairros mais citados na seqüência são Marco/Brás e Pari/Luz e, nesses locais, houve maior concentração de moradias. Proporcionalmente, os negros moravam mais nessas regiões que no centro ou em outras áreas da cidade, apesar de freqüentarem bastante o centro da cidade.

Devemos notar que esses bairros eram considerados muito "distantes". O Brás, por exemplo, é cortado pela Avenida Rangel Pestana que, ao adentrar o Marco tornava-se Avenida Celso Garcia. Segundo as memórias de Rômulo Carraro "São Paulo acabava na Rangel Pestana", e muitos negros moravam depois dela, no Marco⁷⁸. É possível notar ainda que, ao seguirmos pela zona Leste de São Paulo, há outros bairros também habitados por negros, sendo que a maior incidência destes ocorreu no bairro da Penha. Segundo o memorialista citado, este bairro estava ligado ao centro porque "os carros de boi vinham carregados [pela Rangel Pestana] de palmito, carvão, lenha e tinham autorização para chegar até a rua Belém. Dali para diante, para os lados da Penha, não havia calçamento, era tudo terra."⁷⁹

Havia algumas referências à festa da Penha na imprensa negra, inclusive convites para tal evento. É importante notar que a historiografia não menciona a possibilidade de que os negros freqüentadores das associações vinculadas aos jornais morassem nos bairros distantes como Pari e Marco. Segundo a bibliografia, apenas os "desclassificados" moravam em tais regiões distantes.

⁷⁸ "Memória Urbana: a Grande São Paulo até 1940". São Paulo: AESP, Imprensa Oficial, 2001. v. 1, p.157

⁷⁹ "Memória Urbana: a Grande São Paulo até 1940". v 1. *Op. Cit.* p.157.

De acordo com nossas observações, entretanto, alguns negros moravam no centro, mas a imensa maioria habitava a zona Leste e a Zona Norte, a despeito de irem a bailes no triângulo da Sé e trabalharem (lavando roupas, no comércio, etc.) também na região central.

No entanto, o bairro que Ieda Marques Brito menciona como sendo de moradia dos "desclassificados" é a Barra Funda, e a alameda Glette⁸⁰. É provável que fosse difamante transitar pela alameda Glette. Nos jornais negros foram encontradas duas notas que aconselharam mulheres a se afastarem dessa região. A primeira dizia respeito a Ruth de Moraes, "senhorita distinta" que, por esse motivo, devia "encurtar com as fitas na alameda Glette"⁸¹. A outra comentou que certa menina dormiu na casa de uma senhora, na alameda Glette, e depois saiu de lá com uma blusa de filó, insinuando uma possibilidade de ela estar sendo aliciada⁸².

Não encontramos menções à Barra Funda na imprensa negra, porém, foram muitas as notas referentes à região da alameda Glette, situada no bairro da Vila Buarque. Esse local é a terceira maior menção em se tratando de moradia e, assim como para a região central, também há notas sobre prostituição que se referem a ele. É interessante verificar que não havia apenas prostitutas na dita alameda, famílias também moravam lá. Assim, se apenas "desclassificados" habitaram essa região, eles também freqüentaram as sociedades da imprensa negra.

Alguns memorialistas, entretanto, indicam outros locais que foram "reduto de valentões e brigões". De acordo com outro italiano, Italo Bagnoli, eles ocupavam a região da rua Marques Leão, antiga Saracura Grande. "Os seus moradores em sua maioria eram negros, misturados com italianos e portugueses"⁸³. Essa rua ficava na região sul do Bexiga, local que também foi citado na imprensa negra como moradia de integrantes dos clubes e associações. Segundo Kim D. Butler, o Bexiga foi o primeiro lugar de habitação dos negros em São Paulo. Sua obra afirma que os negros habitaram as casas que os proprietários italianos alugaram ao mudar de bairro. Essa hipótese pode ser confirmada por meio do depoimento de Bagnoli, a despeito de suas impressões sobre a condição das moradias:

"Muitos antigos moradores mudaram para outros bairros, deixando suas casas à mercê de imobiliárias que passaram para locatários e sublocatários, provocando a

⁸⁰ Iêda Marques Brito. *Op. Cit.*

⁸¹ *Idem* p.4.

⁸² *A Liberdade*, 7/03/1920, p.4.

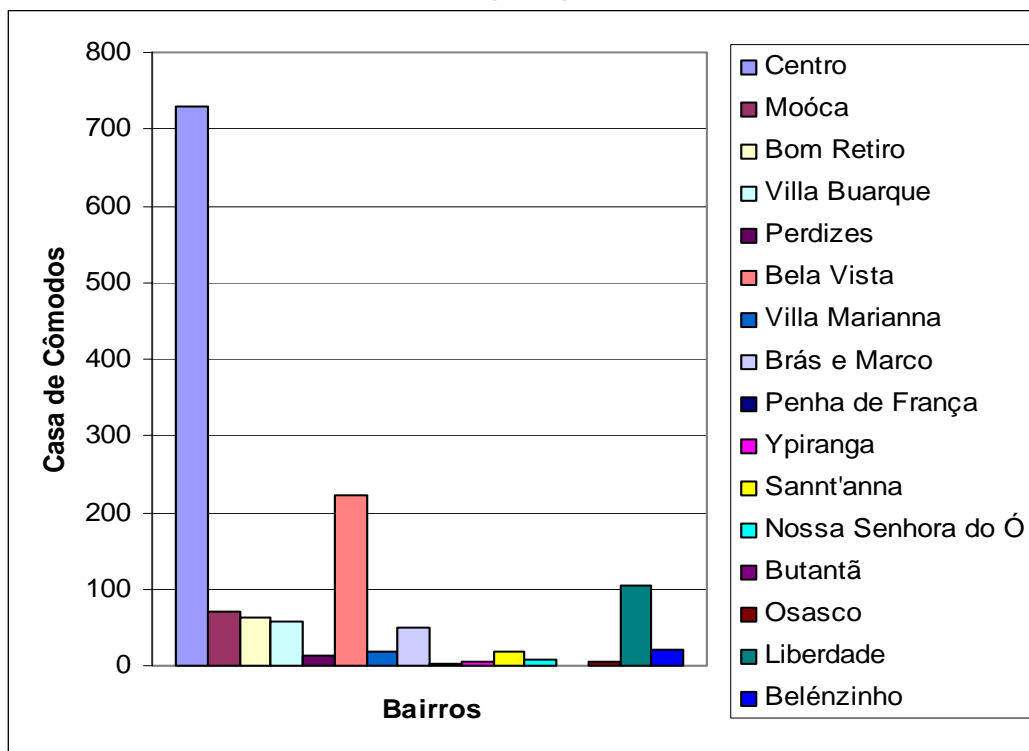
⁸³ "Memória Urbana: a Grande São Paulo até 1940". v 1. *Op. Cit.* p. 83.

proliferação de habitações subnormais (cortiços), nas quais um quarto é alugado para uma família inteira."⁸⁴

Novamente concluímos: se os "valentões" negros estavam por lá, eles conviviam par a par com integrantes da imprensa negra e, quiçá, freqüentavam as mesmas atividades lúdicas.

Dando continuidade ao nosso argumento, se esses eram os bairros em que a maior parte da população negra morou, devemos compará-los com dados sobre a existência de "habitações populares" em São Paulo no início do século para, enfim, termos uma aproximação sobre as condições de moradia dos negros. O gráfico 2 a seguir indica a incidência dessas habitações por bairros da cidade, de acordo com as referências da Diretoria Geral de Estatística, no Recenseamento Realizado em 1 de Dezembro de 1920⁸⁵. O que foi descrito como 'habitações populares' são as referências do gráfico sobre casas de cômodos que incluem também pensões e hotéis.

Gráfico 2: Quantidade de casas de cômodos e outras habitações populares por bairros na cidade de São Paulo (1920)



Fonte: Diretoria Geral de Estatística, Recenseamento de 1 de Dezembro de 1920.

⁸⁴ "Memória Urbana: a Grande São Paulo até 1940". v 1. *Op. Cit.* p. 84.

⁸⁵ "Separata do anuário Estatístico do Brasil. Recenseamento Realizado em 1 de Dezembro de 1920". Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1930, p. 664-665.

Novamente a região central tem a maior quantidade de "habitações populares". Assim sendo, é difícil imaginar que os negros moradores do centro tivessem condições econômicas mais favoráveis do que a dos habitantes dos bairros periféricos. No entanto, mais uma vez, a segunda maior concentração dessas habitações foi no Bexiga, que aparece no gráfico com o nome mais moderno de Bela Vista, região que, na década de 1920, segundo Kim D. Butler e nosso primeiro gráfico, já não tinham a maior concentração de pessoas negras. Pode-se notar que houve grande quantidade de casas de cômodos na Liberdade, local citado na imprensa negra como abrigo de clubes e associações. O Bom Retiro, que também apareceu na imprensa como região de moderada quantidade de "habitações populares", emparelha no segundo gráfico com a quantidade de tais moradias.

Chama a atenção a grande quantidade de moradias populares existentes na Moóca, apesar das raríssimas menções a elas na imprensa negra. É provável que, até a década de 1920, essa região fosse habitada em maior quantidade por trabalhadores operários, que não contavam com um grande contingente de negros.⁸⁶

Além do centro, as regiões mais habitadas pelos negros, de acordo com o primeiro gráfico, são Marco/Brás, Pari/Luz e Vila Buarque. Contudo, pelo segundo gráfico podemos verificar que há poucos cortiços e casas de cômodos nesses locais. Se o Marco/Brás e a Vila Buarque ainda têm uma pequena concentração dessas moradias, a região da Luz, bastante citada pela bibliografia como área habitada por negros, sequer foi mencionada na tabela de pensões e casas de cômodos. Onde eles moravam então?

Apesar de ser imediata na historiografia a associação de pobreza a casas de cômodos, os dados nos levam a crer que muitos negros buscavam morar em casas individuais em regiões mais distantes. É bastante plausível que, além de terem sido menos afetadas pela especulação imobiliária e de, portanto, serem mais acessíveis economicamente, também possibilitassem condições melhores de vida. Mesmo que nos bairros periféricos não houvesse instalações públicas de água, esgoto, etc., talvez fosse possível que uma única família morasse em cada casa, sem se submeter a aglomerações. Além das regiões mencionadas, há no gráfico 1 referências à moradia em bairros ainda mais distantes que a Luz, como a já citada Penha, Vila Mariana, Vila

⁸⁶ George Reid Andrews. *Negros e brancos em São Paulo. (1888-1988)*. Trad. Magda Lopes, Bauru: EDUSC, 1998, p.149-197.

Cerqueira César (atual Vila Madalena) e Santana. Essa idéia pode ser confirmada a partir de um anúncio publicado na imprensa negra:

"Vende-se um bom terreno com uma pequena casa de moradia , a rua Cardoso de Almeida n^o 158, por 6 000\$ 000. Tratar a rua Vergueiro, 24."⁸⁷

Essa rua, onde foi oferecido um terreno com pequena casa aos leitores da imprensa negra, ficava no Pacaembu, ao sudoeste da Vila Buarque e, no período, deveria ser considerada muito distante da região central. Note-se que o terreno também seria negociado em uma região distante: a rua Vergueiro localizava-se na Vila Mariana.

Se nossos dados estão certos, podemos concluir que os negros no início do século XX possuíam diferentes situações de moradia. Havia aqueles que moravam na região mais central, provavelmente em casas de cômodos, e aqueles que moravam em locais distantes, mas em melhores acomodações. No entanto, todas as referências presentes nos jornais negros indicam que, independente do local da moradia, eles freqüentavam os mesmos espaços de sociabilidade, que estavam concentrados no Triângulo da Sé. Como os negros que moravam nas regiões mais distantes se locomoviam por toda a cidade, já que o comércio, o trabalho e a diversão estavam no centro?

O transporte público ainda hoje é um grande problema na capital paulista. Mesmo as modernas linhas de metrô não conseguem resolver as dificuldades de locomoção da população pobre paulistana. Carlos José Ferreira dos Santos sugere que a carroça foi um veículo bastante utilizado pela população pobre, porque era um meio de transporte fácil e barato de ser construído, além de possibilitar o trabalho de condução de cargas⁸⁸. De fato, segundo a tabela dos Veículos urbanos na cidade de São Paulo em 1900, as carroças somavam 8.468, de um total de 9.589 dos veículos de tração animal. Em um distante segundo lugar estavam as "aranhas"⁸⁹, que chegavam a um total de 943 veículos. Os veículos motorizados, particulares e de aluguel, ou carga, e motocicletas eram da quantia de 4.077. Porção esta menor que o total de "Outros veículos", que somavam 4.653. Dentre esses figurava em primeiro lugar a bicicleta, num total de 3.312⁹⁰.

⁸⁷ *O Bandeirante*, 09/1918, p.4.

⁸⁸ Carlos José Ferreira dos Santos. *Nem tudo era italiano: São Paulo e pobreza: 1890-1915*. São Paulo: Annablume, 1998, p.97.

⁸⁹ Carruagem leve, de duas rodas, puxada por um cavalo. "Memória Urbana: a Grande São Paulo até 1940". v 2. *Op. Cit.* p.123.

⁹⁰ Todas informações sobre transporte retiradas de "Memória Urbana: a Grande São Paulo até 1940". v 2. *Op. Cit.* p.103.

Podemos imaginar que essa também era uma condução possível para os pobres que moravam distantes da região central, quando não havia bondes puxados a burro por perto.

Esses dados, como afirmamos, não apareciam de forma direta na imprensa negra. Esta fonte indica que tanto aqueles que não moravam em cortiços e freqüentaram clubes, quanto os que habitavam essas moradias e também iam aos bailes, liam os jornais. Ao que tudo indica, a habitação era um problema para o negro, que sofreu ou com as péssimas condições e os altos aluguéis, ou com a falta de infra-estrutura e transporte. É compreensível, portanto, que o tema não aparecesse explicitamente na imprensa negra; os jornais negros buscavam a "elevação geral da raça", e morar bem seria um passo adiante para quem tinha muito pelo que lutar. Não é à toa que encontramos um único artigo que culpava os locatários pela necessidade de alguns negros morarem em porões.

As condições de trabalho também não tinham amplo destaque na imprensa negra, com exceção das notas elogiosas para aqueles que adquiriam um cargo notável. É provável que a grande maioria dos freqüentadores de clubes e associações negros não tivesse oportunidade de escolher as melhores ocupações necessitassem trabalhar no emprego que fosse possível encontrar. Para uma imprensa, que visava mostrar o desenvolvimento geral da população negra a despeito do racismo, não era interessante confirmar que essas pessoas viviam no subemprego. Afinal, essas ocupações não eram vistas de forma positiva pela sociedade em geral, para a qual trabalho irregular era sinônimo de vadiagem. Nas palavras de Santos:

"Deste modo, a designação 'vagabundo', atribuída a alguém, não significava necessariamente uma falta de atividade ou de trabalho, mas, por vezes, a existência de ocupações indesejáveis, vinculadas a modos de vida diferenciados, que se contrapõem à disciplina que se estabelecia."⁹¹.

Andrews pesquisou as condições de trabalho dos negros durante os primeiros anos da República, e fez um importante estudo nos registros da Light Power and Co. e na indústria de tecidos Jafet⁹². Dentre suas conclusões ressaltou que, de fato, os melhores empregos se destinaram aos imigrantes europeus; no entanto, isto não significa que os negros estiveram totalmente fora do mercado de trabalho industrial.

O autor afirmou que foi muito valioso para a comunidade o trabalho das mulheres negras

⁹¹ Carlos José Ferreira dos Santos. *Nem tudo era italiano...Op. Cit.* p.117.

⁹² George Reid Andrews. *Negros e brancos em São Paulo, Op. Cit.* pp.149-197.

como empregadas domésticas e outros serviços domiciliares⁹³ que, muitas vezes, constituía a principal renda da família. *O Alfinete*, de setembro de 1921, também expôs essa importância e relatou o erro que a sociedade estava cometendo com as criadas. Azuos, escritor do jornal, citou uma notícia do jornal *Gazeta* do dia 9 de Setembro, que criticava estas trabalhadoras, pois estavam exigindo ordenados de 60\$000 a 80\$000, além do bonde. A *Gazeta* ironizou o fato afirmando que, dali a alguns dias, elas exigiriam automóveis. Azuos comenta a ironia, contraindicando:

"(...) esqueceu de dizer que, na maioria das vezes, se trata uma criada para cozinhar; no dia seguinte, porém, vai ela lavar uns lenços, no outro, uma roupinha de criança, no outro, um lençol, uma colcha, porque a lavadeira não veio, ainda, não pondo em conta passar um pano molhado na sala, etc, etc, e às vezes o calote com que algumas são presenteadas, no fim do mês, sem poder reclamar, para não passar por ladra.

Devia mesmo haver cadernetas e identificação, porque seria melhor, uma vez que houvesse obrigações recíprocas evitando o excesso de trabalho por pouco dinheiro, pois as criadas não têm lei, e, vamos e venhamos, a criada, sempre é mais infeliz que os operários que trabalham 8 horas por dia em determinados serviços. É bom ser imparcial."⁹⁴

Comentarista atento, Azuos expôs a exploração que as criadas sofriam. Como membro da imprensa negra, reconheceu ser esta a situação de muitas mulheres de cor. Quando questionou a imparcialidade, ele se colocou no lugar de suas colegas, ao contrário do jornal *Gazeta*, que claramente se preocupou com aqueles que usufruíram os serviços das criadas, ou seja, seus leitores.

Se o artigo comparou a jornada da criada com a do operário é possível que esta similitude também fosse vivida pela comunidade negra. Isso se confirma em uma outra nota, na qual *A Liberdade* parabenizou "nosso colega", o jornal "*Gazeta do operário, órgão dedicado a classe operária*"⁹⁵. É muito provável, portanto, que entre a classe dos homens de cor tenha havido homens e mulheres pertencentes também à classe operária.

Os jornais negros não constituíram, a princípio, um espaço de luta por melhores condições de trabalho. As notas sobre a ocupação das pessoas nunca apareciam em primeiro plano, a não ser que se tratasse de uma nomeação, uma mudança de cargo, ou de alguma situação que envolvia

⁹³ Mesma afirmação, com referência a Campinas, pode ser encontrada em Regina Célia Xavier, *Op. Cit.* p.109.

⁹⁴ *O Alfinete*, 28/09/1921, p.3.

⁹⁵ *A Liberdade*, 01/02/1920, p.3.

demais circunstâncias do ambiente de trabalho de um indivíduo citado, como no caso das notícias sobre o falecimento de indivíduos respeitados. Em alguns casos, ao que parece, sua ocupação merecia destaque:

"NECROLÓGICO

A 12 corrente, faleceu o sr. Deodato de Moraes, **operário da fábrica de chapéu da Vila Prudente**, tem 25 anos de idade, irmão dos srs. José de Moura Marcondes e Mário Franco de Moura, sobrinho do sr. Frederico Baptista de Souza. Filiado em diversos clubes de futebol, deixa viúva e filha de 11 meses. Sócio do Grêmio Dramático e Recreativo Kosmos (que suspendeu o ensaio do dia 15)."⁹⁶

Segundo Andrews, além dos empregos nas fábricas, muitos negros conseguiram cargos públicos ou exerciam ofícios autônomos, como no comércio. Nos jornais negros, as notícias sobre assuntos variados algumas vezes mencionaram o emprego de trabalhadores da comunidade negra como bedéis, amanuenses, guarda-livros, funcionários municipais entre outros. Os cargos públicos eram prestigiados na imprensa negra, e notícias eram publicadas sempre que havia nomeações e mudanças de posto. A nota a seguir é uma relação de todas as nomeações para uma Repartição pública. Não sabemos se todos eram negros, ou se apenas os negros foram citados. Mas esta é uma nota que ocupou um lugar razoavelmente grande no jornal, o que demonstrava importância. Além das nomeações para a cidade de São Paulo, há também dados sobre aquelas feitas nas cidades do interior, o que talvez seja um reflexo da amplitude das relações de sociabilidades da comunidade negra.

"Nomeações

Foi nomeado Guarda-fiscal da Prefeitura o Sr. José de Mello, muito digno representante desta folha.(...)

Por decreto de 13 de Janeiro de 1920 foram nomeados para a Diretoria Geral da Instrução Pública:

1º. Escriturário, o atual escriturário da mesma repartição, dr. Esdras Pacheco Ferreira;

2ºs. Escriturários, o atual escriturário da mesma Repartição, Teóphilo Castanho e o ex

3º. Escriturário da Repartição de Estatística e Arquivo do Estado, Plínio Negro;

3º.s escriturários, o escriturário daquela Repartição, Joaquim Lino de Sampaio Alvim e os srs. Osório Cezar, Erasmo Magalhães Castro, Aldueno Estrada e Antonio Campos de Oliveira.

Por decretos da mesma data foram nomeados, em comissão, para exercerem o cargo de Inspetor escolar, os seguintes senhores: Armando Araújo, diretor do grupo escolar "Oswaldo Cruz", desta capital; Adolpho Carvalho, diretor do grupo escolar Barão do

⁹⁶ *O Menelick*, 17/10/1915, p.3.

Rio Branco, de Piracicaba; José Ribeiro Escobar, lente da 5ª. Cadeira da Escola Normal de Itapetininga, Ezequiel Ramos Arantes, diretor do grupo escolar de Queluz; Galaos Nazareth de Araújo, diretor do grupo escolar de Tatuí, Julio de Oliveiraa [sic] Penna, diretor do grupo escolar de Mococa; João Alfredo dos santos, diretor do 2º. Grupo escolar de Cravinhos; Oscar Guilherme Christiano, diretor do grupo Escolar de Caçapava; e Antonio Alves Aranha, e Antonio Alves Aranha, diretor da Escola Normal de Campidas [sic]."⁹⁷

Como se pode observar, são posições de relativo destaque, como no caso dos diretores de escolas, mas também postos que são evidenciados e adquirem importância, mesmo que não estejam de fato em situação privilegiada da hierarquia funcional, como um terceiro escriturário... Podemos acreditar, então, que eram veiculadas notícias referentes a profissões que colocavam os negros em posição de destaque social, sendo suprimidas referências a empregos menos vantajosos. Mesmo assim, os dados não corroboram a idéia de que os negros que participavam dos clubes e associações fossem apenas aqueles que tivessem os melhores trabalhos.

A imprensa negra em geral procurava exibir condições contrárias aos estigmas sociais atribuídos ao negro. Por isso, por mais que houvesse intenção de adquirir melhores trabalhos, a indicação dos "guias da raça" era para que os negros investissem em aprimoramento educacional. Afinal, como denunciaram muitas vezes, o racismo era empecilho para a ascensão geral do negro e sua melhoria de vida. Não interessava, portanto, relatar quem exercia funções úteis, mas menos privilegiadas na sociedade. Para muitos negros que gastavam suas economias em bailes e roupas, a despeito das referidas críticas, não era interessante serem associados a atividades pouco lisonjeiras, mesmo que delas viessem seu sustento, suas condições de adquirir sociabilidade e "aparência".

Boa parte da historiografia indica que os negros trabalhavam como limpadores de trilhos, carroceiros, lixeiros, lavadeiras, comerciantes de miudezas, trabalhadores de estação de trem, lavadores de casas, serviçais de todo tipo, e carregadores de mercadorias⁹⁸. Eram os ditos trabalhadores braçais, pagos por jornada e sem vínculo empregatício. Esses empregos foram atribuídos aos "desclassificados" que não adentraram o crime e a prostituição. Com base nos dados coletados na imprensa negra e nos relatos de memorialistas, sugerimos, entretanto, que independente da categorização proposta pela bibliografia, os negros em São Paulo partilharam os mesmos espaços de moradia e sociabilidade, e, muito provavelmente, os mesmos empregos.

⁹⁷ *A Liberdade*, 07/03/1920, p.3

⁹⁸ Carlos José Ferreira dos Santos. *Nem tudo era italiano...Op. Cit.* p.82.

Se houve divisão entre a população negra paulistana pode-se acreditar que ela não tenha sido física, nem econômica ou social. Ela pode ter sido cultural, mas, mesmo assim, não separou negros "aburguesados" de negros "desclassificados". Todos os negros partilharam práticas sociais, condições de trabalho, moradia e exclusão por meio do racismo. No entanto, alguns adotaram algumas formas de conduta e outros não.

A solidariedade entre a população negra não foi econômica, pois talvez poucos dentre eles estivessem em condição real de praticar assistência. É simplista afirmar que os homens de cor se enxergavam como classe porque desprezavam os negros mais pobres que eles próprios⁹⁹. A imprensa negra se referia à raça considerando todos os negros, e expôs seus argumentos moralizantes no intuito de que houvesse a tão sonhada união da raça negra, pois somente ela culminaria no efeito social desejado.

No entanto, é evidente que os homens de cor se orgulhavam e sentiam-se diferentes. Ao se chamarem homens de cor, distinguiam-se de outros, que consideravam os negros "ruins". Por outro lado, "homem de cor" foi um ideal moral que eles acreditaram ser forte o bastante para impor respeito contra os improperios que lhes eram dirigidos por uma sociedade racista.

3. Pretos, negros e homens de cor

Como vimos, em várias citações retiradas da imprensa negra, o termo "homem de cor" era utilizado positivamente pelos próprios redatores e produtores daqueles jornais. Muitos até mesmo traziam esta expressão em seus subtítulos. No entanto, o movimento negro posterior à década de 1920, desclassificou a utilização do termo. Segundo o depoimento que José Correia Leite concedeu a Mirian Nicolau Ferrara:

"(...) foi Vicente Ferreira quem introduziu o termo 'negro' para substituir o então vazio e usado 'homem de cor'. Homem de cor que também é o amarelo e o índio; acabou com essa baboseira de homem de cor, que não quer dizer nada."¹⁰⁰

Longe deste desprezo, procuramos entender por que os negros das décadas anteriores a 1930 resolveram adotar a expressão "homens de cor". Quais significados a palavra "negro" tinha para as pessoas, aproximadamente trinta anos após a abolição? Por que houve relutância em

⁹⁹ Cleber da Silva Maciel, em: *Discriminações Raciais – negros em Campinas... Op. Cit.*

¹⁰⁰ Mirian Nicolau Ferrara. *A Imprensa negra paulista. (1915-1963)*. São Paulo, FFLCH/USP, 1986. p.59.

utilizá-la por parte da imprensa negra nos anos 1910 e 1920 ?

O jornal negro *Xauter* veiculou explicitamente que seu título¹⁰¹ havia sido definido de acordo com o *Diccionario dos Synonyms Poéticos e de epithetos da língua portugueza*¹⁰². Assim, procuramos nesse dicionário as acepções para os termos negro e preto, respectivamente:

"*Negro*: fusco, preto – infausto – triste, desgraçado – tenebroso – lito. *Preto*: negro – cachorro."¹⁰³

Definições nada lisonjeiras. Para as pessoas que viveram nas décadas seguintes ao fim da escravidão, o termo negro designava relações sociais que não estavam completamente esquecidas. A historiografia já apontou a necessidade de muitos ex-escravos saírem das fazendas onde haviam trabalhado como escravos para se distanciarem, assim, da mácula da escravidão. A teoria de Hebe Mattos é de que esse termo estivesse vinculado a uma imagem negativa do ex-escravo¹⁰⁴. Se o escravo negro foi considerado um mal necessário durante o Império, no período republicano o ex-escravo tornou-se um incômodo, pois não havia para ele lugar na modernidade. Considerando que, no fim do século XIX, a designação negro era rara e deveria registrar um significado ligado à escravidão, não é de se estranhar que a população "negra" do início do século XX preferisse a denominação de "homens de cor". Lilia Moritz Schwarcz também demonstrou que nos jornais do final do século XIX o termo negro trazia em si conotações negativas e associadas à criminalidade.¹⁰⁵

Mas é nas próprias palavras dos negros do início do século XX que podemos melhor entender se houve, de fato, uma escolha consciente ao se preterir a palavra "negro". No jornal *A Liberdade*, dedicado à "*Classe de cor*"¹⁰⁶, foi publicado um artigo que explicava como era "mais educado" que os negros fossem tratados por morenos. Essa menção no jornal, no entanto, é bastante intrigante, afinal raras vezes a palavra "moreno" pode ser encontrada na imprensa negra. Segundo o autor, havia um porquê da escolha, um sentimento específico que envolvia a utilização do termo "negro":

¹⁰¹ "Xauter significa: guia dos caminhantes nas areias da Arábia deserta". *O Xauter*, 16/05/1916, p.1.

¹⁰² J. I. Roquete e José da Fonseca. *Diccionario dos synonymos Poético e de ephitetos da língua portugueza*. Paris: Ailland e Bertrand, 1848.

¹⁰³ J. I. Roquete e José da Fonseca. *Idem*.

¹⁰⁴ Hebe Maria Mattos. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista, Brasil Século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. p.30-31.

¹⁰⁵ Lilia Moritz Schwarcz. *Retrato em branco e negro (...)* Op. Cit. p.122.

¹⁰⁶ Verificar qualquer exemplar de *A Liberdade*, entre os anos de 1919 e 1921.

"O leitor deve saber calcular o pesadelo que tem a palavra desprezo é esta que acabrunha e persegue o infeliz negro, ou pessoa equivalente à classe; **nós sabemos que a palavra negro é empregada como um pouco caso** [grifo nosso], ao passo que as pessoas educadas usam a expressão morena o que admito que seja pronunciada.(...)"¹⁰⁷

Por meio dessa citação pode-se afirmar que, de fato, houve um mal estar generalizado com a utilização do termo negro, e o "pouco caso" foi o reflexo do desdém da população branca para com os recém-libertos e seus descendentes. Talvez o termo "homem de cor" tenha conquistado a preferência da população negra porque, ao contrário de "negro" ou "preto" que traziam em si "consensos sociais" implícitos sobre o que era possuir a pele escura, o termo "homem de cor" carregaria em si a possibilidade de construir uma nova idéia sobre os indivíduos de cor negra. Somente um grupo unido, dos virtuosos negros de todos os matizes, pretos, pardos, mulatos, ou seja, não-brancos, é que teria condições de ser enxergado sem preconceitos pela sociedade branca se não fosse, à primeira vista, identificado com o estigma que acompanhava o "negro".

O articulista do jornal dedicado à classe estava certo de que muitos de seus leitores compartilhavam de suas idéias, e não as destinou exclusivamente aos negros, mas também a "pessoa equivalente à classe". Isso deve significar que, para a imprensa negra, todos os afro-descendentes constituíram a chamada "classe dos homens de cor", independente da tonalidade da cor da pele. O autor não questionou, a princípio, diferenças de gradação da cor entre os indivíduos, e sim propôs simplesmente a troca de uma palavra por outra, sem discutir as possibilidades de sentidos diferentes de ambas.

No entanto, o título desse artigo era "Hipocrisia da cor". Seu objetivo foi o de repreender os negros, ou "equivalente à classe", que não aceitavam sua tez e que desprezavam indivíduos mais escuros. Outro jornal do mesmo ano também condenou a atitude de uma mulher que não era branca e desprezou um indivíduo de cor mais escura:

"Parece Incrível

Que em pleno século XX, que a civilização invada todos os recantos do mundo, possam existir pessoas que não obstante serem de origem Africana, julgam-se Francesa: como acontece com a Senhorita A.C. da rua dos Gusmões, que apesar de não pertencer a raça Caucasiana, julga-se branca, e escarnece os **pretos** [grifo nosso].
Que hipocrisia!

¹⁰⁷ *A Liberdade*, 28/12/1919, p.1-2.

Zé Virote."¹⁰⁸

A leitura destes poucos exemplos já contribui para reforçar a idéia de que a separação entre os negros no início do século não ocorrera nem pela geografia, nem por condições econômicas, ou sequer por variação cromática. Tudo indica que, do ponto de vista da imprensa negra, alguns negros buscavam demonstrar diferenças por meio de uma conduta moral norteadora de sua atuação social. Poucas vezes o termo "de cor" foi utilizado com quem não possuía a almejada moral do homem de cor. Encontram-se menções às prostitutas como negras, pretas, mas também mulheres de cor, mesmo que o termo "de cor" fosse mais usualmente identificado com os freqüentadores das associações. Talvez algumas prostitutas negras fossem também mulheres de cor e tomassem parte nas associações dançantes. Essa característica aponta para o fato de que os "termos" não constituíram categorias estanques.

Vejamos o exemplo a seguir:

"Na rua Maria Paula, n. 8-A existe um cortiço habitado por vagabundas, **mulheres de cor** [grifo nosso], que dormem o dia inteiro para a noite estacionarem naquela via pública e na esquina da avenida Brigadeiro Luiz Antônio, com cigarros acesos para dizer gracejos e palavras obscenas em altas vozes, que os próprios moradores não podem dormir e transitar por ali, são obrigados a transitarem no passeio fronteiro, e para que a polícia queira certificar o que há de verdade poderá mandar um agente de polícia naquele cortiço para ver o formigueiro e ainda mais as reuniões são sempre das 22 horas até as duas da madrugada."¹⁰⁹

Foi por meio de textos como este que os homens de cor expressavam certas regras de conduta e, assim, difundiam a necessidade de criar um mundo negro organizado pela sociabilidade correta oferecida pelos clubes e pelo cumprimento de normas específicas. Por esses dois motivos, não bastava ao indivíduo ser negro para ser considerado homem de cor; aquele que quisesse ser identificado como tal devia ter um comportamento irrepreensível de acordo com os padrões que eram ditados nos jornais e, só assim, seriam aceitos pela comunidade. Ou seja, a mensagem de luta moral era dirigida a todos os negros, mas apenas quem a cumpria podia ser de fato um homem de cor.

Todos os negros eram considerados iguais pelos os homens de cor, e entre eles só havia distinção entre as formas de agir. Por parte dos homens de cor, nos jornais, havia uma maneira de se referir àqueles que não buscavam elevar sua conduta. Observe-se a passagem seguinte, retirada

¹⁰⁸ *O Alfinete*, 22/09/1918, p.3

¹⁰⁹ *A Liberdade*, 14/12/1919, p.3.

do jornal *A Liberdade*:

"(...) porque procurar ridicularizar o **preto** [grifo nosso], quando ele também é criação de Deus? É um vivente como qualquer outro, se há alguns que procedem mal, isso há em todas as cores."¹¹⁰

Os que não seguiam os padrões almejados para os homens de cor eram chamados mais freqüentemente de negros e de pretos. "Homens de cor" e "pretos" eram conceitos criados pela imprensa negra para diferenciar apenas as condutas entre os indivíduos. Está claro no trecho acima que o "erro" do preto é o mal proceder. Afirma-se, entretanto, que a despeito das restrições morais que havia na comunidade dos homens de cor, isso não significou que ela não foi permeada por indivíduos que não seguiram essas regras. A notícia a seguir demonstrou a insatisfação dos homens de cor com as atitudes dos "outros elementos da raça":

"Ao sr. Vitalino Ungheria

As vossas palavras foram mal dirigidas e mal explicadas no dia 24 do mês passado, no prédio 164 da rua Glicério, quando ali se realizava celebres bailes de cavação, com referência a proibição do nosso elemento andar metido nessas farras.

A medida tomada pela nossa classe é muito justa. As diretorias do Centro Smart e do Paulistano, devem tomar uma providência a fim de não aceitar em seu seio pessoas que só servem para fomentar a desmoralização da classe. Se bem que a nossa raça acha-se desmoralizada, ainda nos achamos com forças suficientes para endireitá-las; é bastante que haja uma união das sociedades legalmente constituídas. (...)"¹¹¹

Como se pode observar, era preciso defender os bailes dos homens de cor das farras e de outros vícios introduzidos por maus elementos. Os homens de cor se consideravam diferentes dos pretos porque agiam de maneira a não confirmar o que a sociedade definia como atributo de todos os negros: "fusco, **preto** – infausto – triste, desgraçado – tenebroso". Tanto homens de cor quanto negros sabiam, entretanto, que sob o olhar dos brancos, das autoridades e da sociedade em geral, eles não eram nem pretos, nem de cor. Eram todos negros, ou seja, recém-egressos da escravidão e associados a tudo que havia de pior na sociedade. Esta dicotomia aparece claramente em algumas notas publicadas pela imprensa negra, como na pergunta formulada pelo articulista de *A Liberdade*, que citamos há pouco:

¹¹⁰ *A Liberdade*, 28 /12/1919 p.1-2.

¹¹¹ *A Liberdade*, 01/02/1920, p.2.

"Será provável que neste mundo sem fim, só o **negro** é um ente desprezível, quase ao abandono de seus próprios iguais na raça, como existe ou pretende existir em sociedades desta terra formado pelo conjunto de homens de cor?"¹¹²

Pode parecer paradoxal, à primeira vista, que os homens de cor, ao reforçarem diferenças entre eles e os pretos, quisessem, na verdade, propagar a união da raça negra. Por isso, deve-se atentar ao fato de que, quando os homens de cor destacavam um aspecto moral, intelectual, ou qualquer que seja, consideravam que ele era importante para toda a classe, ou seja, que devia estar alcance de todos os negros. Ou melhor, desejavam em especial que aqueles que não compartilhavam suas posturas as enxergassem como vantajosas para a "elevação da raça como um todo". A estratégia de dissuadir o branco da inferioridade inata do negro, por meio da conduta virtuosa, só culminaria no desmantelamento do racismo se este valor fosse propalado por toda a raça. A idéia de união, portanto, inclui especialmente aqueles que não agiam de forma adequada. Se havia entre os negros aqueles que se sentiam diferentes por serem morenos, pardos ou "azeviche", eram combatidos pelos propugnadores da união nos jornais:

"Deixemos de preconceitos de raças iguais, antes, *procuremos chamar o caminho da honra e do dever os transviados*, para que possamos sair desta utopia em que vivemos, mormente em um país rico e livre como o nosso, onde existe o preconceito é verdade, mas em sua maioria, na própria raça."¹¹³

Se o Brasil era um país visto como candidato ao crescimento advindo do progresso, bastava ao elemento de cor esquivar-se dos preconceitos e buscar crescer em comunhão entre si. Isso não significa fingir que a discriminação não existia, mas, segundo os homens de cor, evitar que ela freasse o desenvolvimento do negro como cidadão brasileiro. Esse ideal não seria obtido sem que ocorresse o distanciamento da alcunha pejorativa que acompanhava o negro, caso fossem confirmadas as suspeitas da sociedade com relação ao caráter do indivíduo de cor escura.

Os homens de cor se incomodavam de serem considerados "negros" e, portanto, tentaram criar uma nova imagem para o negro na sociedade, associada a ideais diferentes dos impostos pela ideologia senhorial aos escravos e aos descendentes destes. Para eles, assumir a identidade racial de homem de cor poderia significar também assumir uma postura política que fazia frente à imagem do negro vadio. Certamente houve negros que adotaram outras estratégias, como dissimular características étnicas na tentativa de serem reconhecidos como brancos. Os homens

¹¹² *Idem*, p.1-2.

¹¹³ *Ibidem*, p.1-2.

de cor não esqueceram suas cores, mas desejaram esquecer os vínculos delas com o racismo.

Em seu depoimento, o militante José Correia Leite¹¹⁴ menciona que muitas pessoas negras se identificavam como brancas ou mestiças. "Tinha muito negro que se considerava mestiço. O mulato tinha facilidade em passar para o outro lado e viver muito bem, desde que ele correspondesse ao meio branco."¹¹⁵ Mas essa suposta vantagem que não seduziu José Correia Leite também não ocorreu com os homens de cor, de acordo com a pesquisa que realizamos.

Se José Correia Leite se irritava ao ser chamado de branco, antes dele e do *Clarim d'Alvorada*, outros "morenos [também] preferiam serem negros". Na imprensa negra encontramos registros de pessoas que não gostavam de ser identificadas com os "neves"¹¹⁶, como eram chamados os brancos. Um exemplo foi o "Instantâneo" da Srta. M. H. S., no qual foram expostas várias características da senhorita, dentre as quais a de que "(...) zanga[va]-se quando chama[va]m-na de branca."¹¹⁷

José Correia Leite, no entanto, afirmou que a luta contra o racismo começou apenas a partir do jornal *O Clarim d'Alvorada*, do qual ele foi redator. Para ele a imprensa negra adquiriu caráter militante apenas depois do período em que circularam os jornais dos homens de cor: "Nós, d' *O Clarim d' Alvorada*, incluímos o mulato como negro."¹¹⁸

No entanto, assim também pensavam os homens de cor, que queriam que *todos* fossem assim considerados. Para isso, era necessária uma mudança comportamental. Era preciso cuidado para que a mulher negra não fosse associada ao meretrício, que o negro sem profissão regular fosse tomado por vadio, ou que ambos se tornassem alcoólatras. Na prática, entretanto, acabavam por indicar uma divisão.

Os homens de cor e sua comunidade, apesar de misturados no espaço geográfico, consideravam-se diferentes de outros negros, pois buscavam a elevação moral por meio de uma conduta pré-determinada. Eles criticaram os negros que se prostituíam, que bebiam demais ou freqüentavam bailes sem controle institucional. Note-se, contudo, que não criticaram o samba, ou quaisquer outras práticas que caracterizavam a cultura afro-brasileira. Essas atitudes podiam ser

¹¹⁴ José Correia Leite conferir em: *...E disse o velho militante José Correia Leite...Op. Cit.*

¹¹⁵ José Correia Leite, *Op. Cit.*, p.19.

¹¹⁶ Existiram muitas referências às relações entre "neves" e a "classe de cor" que, geralmente localizavam-se nas partes de fofocas e mexericos, pois criticavam homens e mulheres de negros que mantiveram proximidade com os brancos. Por exemplo: "Com a Alice, por gostar muito de neve e os Neves não podem mais dançar. Porque a senhora não entra numa sociedade de neves?". *A Liberdade*, 31/10/1920, p.4.

¹¹⁷ *O Kosmos*, 01/1923, p.4

¹¹⁸ *Idem, Op. Cit.*, p.20.

alvo de crítica e perseguição por parte da polícia, como veremos no capítulo a seguir. A chamada "classe dos homens de cor" visava expor à sociedade uma categoria diferente daquela com características a que facilmente eram associadas os negros – a de arruaceiros e vagabundos.

No entanto, a perseguição aos negros não excluiu os homens de cor. Do ponto de vista da população paulistana em geral, eles eram tão suspeitos de vadiagem, prostituição e embriaguez quanto qualquer negro. A diferença de conduta proposta pelos homens de cor não era perceptível pela polícia, por exemplo. Este dilema é o assunto dos próximos capítulos.

CAPÍTULO 2 - Quem não era homem de cor, preto era

1. Quem era preto

Como vimos no capítulo anterior, uma parte da população negra no início do século XX não era considerada homem de cor. "Pretos" era o nome utilizado pelos homens de cor, na maioria das vezes, para se referir aos negros que não se adequavam aos seus valores. Isso não significa que essa era a única forma de se referir a esses negros, pois, como foi dito, a nomenclatura não era estanque. Neste capítulo, para tornar possível a análise dos diferentes tipos sociais constituintes da comunidade negra paulistana, utilizamos o termo preto com o significado que ele tinha na imprensa negra, pois além de ele não se confundir com a qualificação do homem de cor, também não fazia alusão à escravidão, tal como o termo negro.

Apesar do fundamento documental, esta é uma classificação didática, pois não devemos imaginar uma divergência profunda entre os homens de cor e os pretos. Como afirmamos, a despeito das diferentes condutas, é possível acreditar que ambos os sujeitos históricos compartilhassem formas de vida semelhantes, como as de moradia, trabalho e recreação. Não se trata, portanto, de uma divisão entre "classes" diferentes de negros. Os homens de cor se viam e se intitulavam como classe, e se contrapunham aos pretos por suas atitudes. Mas, acreditamos, ou ao menos não temos evidências disso, que os pretos se declarassem como uma "classe dos pretos".

Lembremos que há um problema na recuperação da memória histórica sobre os negros depois da abolição. Se aos homens de cor hoje em dia podemos atribuir um ideal de conduta moral, é porque os jornais negros, felizmente, sobreviveram ao tempo e ao pouco caso. O mesmo não ocorre, entretanto, com os pretos. Ainda que tenham freqüentado os bailes dos homens de cor, certamente não se adequavam à conduta exigida pela "classe"; não podem, portanto, ser identificados a partir de seus valores e pressupostos.

Conseguimos, no entanto, confirmar a existência desses pretos porque eles eram alvo efetivo da repressão. É exatamente por conta da violência racial que sofreram que pudemos buscar os rastros desses homens e mulheres. De forma alguma estamos sendo gratos à repressão, pois até mesmo para deixar registros históricos ela foi incompetente. Lembremos que o objeto de suas ações não era preservar a memória, mas sim diluí-la. Se não era possível apagar os negros completamente da história brasileira, ao menos, na medida do possível, queriam em parte escondê-los.

A obra *Das cores do Silêncio*¹ de Hebe Maria Mattos realiza uma reflexão importante sobre a presença silenciosa dos negros na documentação. A autora parece compreender exatamente o estranhamento que também está presente quando se quer estudar este grupo de homens e mulheres:

"O sumiço do registro da cor consiste num dos processos mais intrigantes e irritantes, ocorridos no século XIX [ao qual estendemos ao início do XX] do ponto de vista do pesquisador. Todos que tentaram trabalhar com a história do negro, após o fim do cativeiro, já se decepcionaram com a quase impossibilidade de alcançá-los, seja trabalhando com processos-crimes e até mesmo com registros civis."²

Trabalhando com o jornal *O Estado de São Paulo* e outros documentos da polícia no início do século XX, em especial com processos policiais, também pudemos constatar esta dificuldade. Raramente nestas fontes se fazia menção à cor dos indivíduos. Foi necessário buscar os "lapsos" existentes na documentação que acabaram por revelar as designações sobre a cor, que geralmente aparecia como um atributo a mais para indicar a suspeição sobre o indivíduo.

¹ Hebe Maria Mattos. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista, Brasil século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998

² Hebe Maria Mattos. *Idem, Op. Cit.* p.97.

2. A Grande Imprensa

Para completar as considerações sobre os negros que não faziam parte do circuito dos homens de cor, procuramos avaliar as maneiras segundo as quais os negros foram representados na grande imprensa. Vejamos o que nos revela a análise do jornal *O Estado de São Paulo*, entre 1900 e 1905.³ Este jornal era, no início do século XX, uma das principais publicações da imprensa nacional, tendo em vista a importância econômica de São Paulo. As matérias privilegiam notícias sobre a produção cafeeira, assim como as relações entre as cidades paulistas envolvidas com o processo de plantio do café. A maior parte do jornal tratava de assuntos econômicos e políticos de interesse dos fazendeiros paulistas, havendo uma divisão entre notícias do "interior" e do "exterior".

Verificamos que, em geral, apenas em uma parte do periódico há menção à cor negra: "Notícias Diversas"⁴. Essa seção apresenta fatos geralmente ligados ao cotidiano das delegacias da capital paulista. Muitas informações ali veiculadas eram confirmadas pelo delegado ou pelo médico legista. Há normalmente informação sobre quem eram as autoridades responsáveis por determinado crime, assim como, para qualquer eventualidade, quais eram os indivíduos que estariam nos plantões policiais entre a última e a próxima publicação do jornal.

Nessa seção, além das informações oriundas das delegacias⁵, também eram publicadas notas sobre os hospitais que atendiam gratuitamente ou por meio de pensão. O Hospital Samaritano, por exemplo, oferecia "consultas grátis aos pobres, sem distinção de crenças ou nacionalidade", e o Sanatório Santa Catarina atendia apenas pagantes, mas seus serviços eram destinados a todas as pessoas "sem distinção de religião ou nacionalidade". Mesmo que as pessoas de cor fossem tratadas por nacionais no período em questão, como indica a bibliografia⁶,

³ Preterimos os anos subsequentes a 1905 porque, em pesquisa concomitante acerca da documentação policial, encontramos uma quantidade maior de processos que envolveram a população de cor nos anos de 1910 e subsequentes.

⁴ Lília Schwarcz também verificou que depois da Abolição, ainda no século XIX, a mesma seção "Notícias Diversas" do *O Estado de São Paulo*, era a que mencionava negros. A autora também identifica que essa situação ocorria por que aquela era a parte do jornal destinada as notas policiais. Lília Moritz Schwarcz. *Retrato em branco e negro: jornais, escravos cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 119.

⁵ A última parte da seção, por exemplo, era destinada ao "Movimento Associativo", e veiculava os nomes de clubes e associações, em especial de trabalhadores e suas respectivas atividades. No entanto, nos exemplares pesquisados, não observamos nenhuma referência às associações dos homens de cor.

⁶ Carlos José Ferreira dos Santos. *Nem tudo era italiano: São Paulo e pobreza: 1890-1915*. São Paulo: Annablume, 1998.

as notas nos levam a crer que faziam esta observação porque atendiam a doentes estrangeiros. Este é um bom exemplo para notarmos como as menções à cor das pessoas não apareciam nesta fonte. No entanto, mesmo que a população negra fosse incluída entre os nacionais, o que era um aspecto positivo, nada garante que as práticas de exclusão continuassem a vigir, a despeito do silêncio sobre a cor. Tal fato torna-se mais evidente nas notas policiais. O lugar destinado aos negros era absolutamente restrito a uma parte da seção "Notícias Diversas". Justamente aquela que também relatava o movimento das delegacias.

As brigas, principalmente aquelas que ocorriam em cortiços, os assassinatos, os suicídios, os roubos, os desastres, os furtos, as tentativas de falsificar moedas ou passá-las no comércio, e os correntes casos de embriaguez, entre os mais diversos, eram alguns dos temas presentes nas "Noticias Diversas". Os relatos eram muito semelhantes aos dos processos policiais que encontramos no Arquivo do Estado de São Paulo (AESP). Às vezes, também as notas eram acrescidas de comentários com uma certa característica naturalista, que deviam tornar ainda mais atraente aos leitores o sensacionalismo veiculado⁷. Vejamos um exemplo de desordem bastante comum, narrada com apreço pelos redatores:

"Desordem no Botequim

Às 5 h da tarde de ontem no botequim de Caetano Magiolini, à Av. Rangel Pestana n. 214, Vicente Blois e Vicente Fleula, primos ambos empregados a uma refinação de açúcar àquela mesma via pública n. 214-A tiveram uma forte alteração por questões de família. Em dado momento, Fleula e Blois tomaram de 2 garrafas que se achavam sobre o balcão e agrediram-se, ferindo-se mutuamente. Atraídos pela algazarra que então se estabeleceu no interior da taverna, intervieram dois policiais. Cinco indivíduos que ali se achavam, porém, facilitaram a fuga dos turbulentos, impedindo, à força, a entrada dos soldados no botequim. Aos apitos de socorro acudiram outros policiais, que conseguiram prender todos os cinco indivíduos, conduzindo-os ao posto policial do Brás, onde foram recolhidos ao xadrez, à ordem do Dr. Alarico Silveira, quinto delegado".⁸

⁷ Sobre este aspecto, conferir a dissertação de Ana Gomes Porto. *Crime em letra de forma: sangue, gatunagem e um misterioso esqueleto na imprensa do prelúdio republicano*. Doutorado, Campinas, Unicamp, 2003. Porto também estudou *O Estado de São Paulo* e, analisou algumas notícias sobre crimes, nos anos de 1880, 1890, 1900 e 1910. A partir de relatos criminais, desenvolve a idéia de que houve uma curiosidade insistente sobre os crimes no fim do século XIX e início do século XX. De acordo com sua pesquisa, as camadas sociais que mais interessavam aos leitores, eram aquelas que também foram consideradas, por médicos e autoridades em geral, mais propensas ao crime, ou seja, as classes pobres, ditas perigosas.

⁸ *O Estado de São Paulo*, Notícias Diversas, (02/01/1910).

Devemos notar que a seção "Notícias Diversas" não relatava especialmente casos surpreendentes ou "sensacionais". Tratava-se de uma narrativa que apresentava ao leitor um cotidiano de crimes e contravenções, do início ao desfecho da infração. O relato poderia ocorrer em um mesmo número do jornal, como na nota acima, ou ainda perdurar por uma seqüência de números. Esse aspecto nos possibilitou observar a "criação" de uma presença de negros em situações criminais, mesmo que, nos números seguintes, a cor das pessoas envolvidas simplesmente sumisse do relato.

Em geral, o "preto" surgia nas linhas das notícias desempenhando um papel secundário na infração, a ponto de não ser dotado de nome, mas suficiente para ser notado como o "preto". No decorrer dos dias, no entanto, verificamos que às vezes esse "preto" passava a ter um nome, que era mencionado sem que se fizesse menção à sua cor. Se um "preto" era indicado como suspeito de ter cometido um crime que tinha acabado de ocorrer, por que, ao se descobrir o responsável, sua cor desaparecia? É muito provável que não tivesse havido participação de "preto" algum naquele crime, mas ele sempre acabava sendo mencionado. A presença "fictícia" ou não confirmada dos pretos como criminosos, poderia ter sido fruto de uma suspeição por parte das testemunhas entrevistadas, da polícia, ou dos próprios repórteres. Lilia Schwarcz já havia notado essa presença silenciosa de "pretos" nas notícias:

"Por outro lado, se o homem de cor não se encontrava ligado diretamente a cenas de violentas, muitas vezes estava presente nas notícias, enquanto personagem secundário da ação, aparecendo de forma indireta. Assim introduzido de modo vago, o negro tomava parte muitas vezes nesses casos enquanto mero integrante acessório da cena em questão."⁹

Um exemplo muito oportuno sobre a presença sombria do "preto" nas notícias é o da que relatava um "falso contrabando" ocorrido em Santos, no início de janeiro de 1910. No dia 3, o jornal narra que um espanhol de nome Manolo havia oferecido a um comerciante português uma grande quantidade de seda. Pelo fato de o comerciante não aceitar a negociação, por desconfiança, de acordo com o jornal, Manolo retornou dias depois, mas "desta vez acompanhado de um preto magro, [e] sem barba". Os redatores passam a investigar hipóteses para explicar o ocorrido, lembrando os leitores que, nos meses anteriores, um contrabando havia sido vendido ilegalmente, por um "indivíduo de cor preta". Suspeitaram, portanto, que poderia ser o mesmo "preto" que tivesse cometido ambos os crimes. No entanto, no dia seguinte,

⁹ Lilia Moritz Schwarcz. *Retrato em branco e negro... Op. Cit.* p.122.

a seção traz o desfecho da situação. O suspeito era o tal Manolo, sem qualquer menção a um "indivíduo de cor preta", sobre o qual haviam recaído as suspeitas que instigaram as suposições dos repórteres. Ou seja, apesar das suspeitas do jornal, sequer houve a presença de um "preto" durante as transações entre Manolo e o comerciante português.

É assim que muitas vezes o negro aparece na seção, quase sem querer, como um componente sombrio, que poderia confirmar a periculosidade da situação e a certeza de que um crime ocorrera. Os suspeitos eram "designados", nas folhas dos jornais, pela sua cor: "pretos".

Outra notícia em que nada é confirmado, mas muito é sugerido, chama-se "Estúpido assassinato". Este crime ocorreu nos primeiros meses de 1910, na cidade de Taquaritinga, quando Silvia e seus parentes estavam na sala de sua casa jogando cartas. Um tiro foi disparado da rua e ela foi atingida, morrendo imediatamente. Nenhum dos presentes viu quem atirou, pois a janela estava fechada. No entanto, o jornal explica para o leitor que, momentos antes da tragédia, Silvia tinha avistado "um rapazola, mulato escuro" parado sob uma árvore em frente a sua janela. De acordo com o jornal, ela perguntara o que ele fazia ali, e o rapaz respondeu que tomava "as frescas". Ela teria fechado a janela exatamente por causa da presença dele. E momentos depois foi baleada.

Ninguém sabia se o indivíduo ainda estava lá, afinal a janela havia sido fechada. No entanto, os parentes de Silvia, segundo o jornal, depuseram com a certeza de que o rapazola tinha um motivo suficiente para matar a vítima, pois, na véspera do ocorrido, o mulato:

"Havia comparecido a um baile que ali se dera e que por ser desconhecido, foi posto fora; o mesmo indivíduo, desde a tardinha desse dia foi visto [a] rondar a casa."¹⁰

Em momento algum o nome do "rapazola, mulato escuro" foi mencionado, nem pelo jornal e, ao que parece, nem pelas testemunhas. Tratava-se, portanto, como havia sido descrito no título da nota, de um "estúpido assassinato", em que o assassino não tinha nada além de sua estupidez para motivar o crime. O jornal afirma rapidamente, entretanto, que o crime não tinha sido solucionado, mas deixa claro para seus leitores que o mulato era, indubitavelmente, o culpado pela morte de Silvia.

Além das notícias em que os negros apareciam sem identificação nominal, havia outras em que os nomes das pessoas eram complementados pela cor, ou nacionalidade no caso de um estrangeiro. As notas sobre cadáveres encontrados, por exemplo, traziam essas especificidades.

¹⁰ *O Estado de São Paulo*, Notícias Diversas, (04/02/1910).

Nos casos de suicídios, a cor negra poderia ser vista como uma confirmação da "estupidez" que teria motivado tal atitude, sobretudo em comparação a estrangeiros que teriam sido levados a cometer os mesmos atos. Comparemos as duas notas sobre suicídio:

"Tentativa de Suicídio

Ontem, à tarde, no bairro do Ypiranga, tentou suicidar-se, ingerindo pequena dose de sal de azedas, a preta Rita Maria da Conceição, que foi levada a esse ato de desespero por questões de ciúmes de um soldado que é seu companheiro há muito tempo e anda agora arredio de sua casa."¹¹

Fica evidente que, para o jornal, a preta Rita Maria da Conceição, além de ter um motivo frívolo para se matar, não era capaz sequer de efetuar o suicídio, pois havia tomado "pequena dose de sal de azedas". Vejamos agora as razões que levaram ao suicídio o indivíduo estrangeiro:

"Os desesperados

O alemão Carlos Wolsten, de 67 anos, chapeleiro, morador da rua Formosa 50-A, desfechou um tiro na cabeça, pois encontrava-se doente há vários meses, sem nenhuma melhora, além de possuir muitas dívidas. Deixou mulher e seis filhos."¹²

Observando as duas notícias torna-se óbvio que o estrangeiro tinha motivos "racionais" para desejar morrer. O jornal demonstra que ele morava em um cortiço, de acordo com a indicação 50-A. Encontrava-se doente e não era exatamente jovem, além disso, o alemão tinha mulher e 6 filhos, e concluí-se que estava realmente desesperado. Ao mencionar a família o jornal reconhece uma relação afetiva, mesmo sem informar explicitamente se o morto era casado ou não. A riqueza de detalhes sobre seu estado não levaria, portanto, os leitores a condenarem-no precipitadamente.

Quanto à "preta", o jornal só noticiou que tinha ciúmes de um soldado, sugerindo que ele já fora seu amante, pois, no momento, andava "arredio de sua casa". De imediato a nota leva à idéia de que ela mantinha uma relação afetiva "informal", pois não era casada com o homem que freqüentara sua casa. Ao desdenhar a relação de Maria Rita Conceição, o jornal a identifica com o "consenso social" de que a mulher negra era propensa à promiscuidade sexual. Além de não haver informação sobre a idade dela, não podemos sequer imaginar quanto tempo ela se relacionou com o soldado e se a vida em comum entre eles foi tão sumária quanto os detalhes

¹¹ *O Estado de São Paulo*, Notícias Diversas, (05/01/1902).

¹² *O Estado de São Paulo*, Notícias Diversas, (01/01/1910).

sobre sua tentativa de suicídio. Se a Maria Rita tinha filhos ou não, se possuía outro desespero, nada foi esclarecido. No caso de Carlos Wolsten, sua moradia é especificada e acresce seu infortúnio o fato de estar doente. Quanto à "preta", ela apenas morava no Ipiranga. O jornal não leva o leitor a concluir que sua vida poderia não ser agradável, dentre outras coisas, porque o bairro onde residia era extremamente distante do centro da cidade.

Lilia Schwarcz já havia notado que, com frequência, os negros eram descritos como "dependentes". A autora caracteriza como "negro dependente" aqueles que cometiam crimes e eram considerados nas notícias veiculadas nos jornais como "incapazes", e até mesmo "inconscientes". Essa constante na imprensa criava uma imagem de que os negros eram, em geral, estúpidos por natureza. Vejamos o exemplo a seguir, a nota intitulada "Imprevidência Funesta", em que uma situação que poderia ter sido descrita como um desastre qualquer, fez com que a cor da pessoa praticamente justificasse o acidente.

"Na tarde de anteontem uma rapariga de cor preta, Rosalina de Costa, de 24 anos de idade, e que se ocupa em serviços domésticos na casa n. 22 da rua Maranhão, encontrando dificuldades para abrir um frasco de perfume, sem prever a desgraça que lhe ia suceder, lançou mão de um fósforo para aquecer o gargalo do vidro e assim facilitar a abertura do frasco. O emprego do fogo, porém, foi de más conseqüências, pois o frasco explodiu. O líquido inflamou-se, espalhou-se pelas vestes da infeliz criatura ateando-lhes fogo. Aos gritos da infeliz, as pessoas da casa acudiram, procurando abafar o fogo, mas Rosalina, aterrorizada, deitou a correr desesperadamente para fora do aposento, até chegar em um tanque onde se precipitou.(...) Nesse estabelecimento [Hospital de Misericórdia], em conseqüência das graves queimaduras que recebeu no peito, no ventre e nos braços, Rosalina veio a falecer (...) após dolorosos padecimentos.(...)"¹³

A trágica morte de Rosalina, de fato, não deve ter sido influenciada por outra coisa além de sua negligência. Notemos apenas, para estabelecer comparação, os adjetivos que são utilizados para se referir a vítima: "rapariga de cor preta", "infeliz criatura", "gritos da infeliz", e "aterrorizada". Essas referências claramente não descrevem Rosalina em si, mas o nefasto acidente que a matou; notemos, entretanto, que a palavra "acidente" ou "descuido" não foi empregada. Mesmo se tratando de uma situação fatal para a vítima, a descrição faz com que ela parecesse uma tola, por vezes até com ligeiros aspectos de ironia e sadismo, como: "(...) encontrando dificuldades para abrir um frasco de perfume (...) lançou mão de um fósforo para aquecer o gargalo do vidro e assim facilitar a abertura do frasco. O emprego do fogo, porém, foi

¹³ *O Estado de São Paulo*, Notícias Diversas, 11/01/1910.

de más conseqüências (...)", ou ainda, "(...) aterrorizada, deitou a correr desesperadamente para fora do aposento(...)".

Se é possível acreditar que essas expressões não desqualificavam ainda mais o acidente de Rosalina, e que, talvez, trate-se apenas de realçar a tragicidade da situação, vamos comparar com um outro acidente, sofrido desta vez por um italiano.

"Queda Desastrada

O delegado de serviço na Central fez internar ontem no Hospital de Misericórdia o pedreiro italiano Pelegrini Paim, que, ao [se] recolher a casa, a rua Pedro Vicente, 48, depois das 10 horas da noite de ontem, caiu ao transpor a porta de entrada, devido seu estado de prostração alcoólica. Na queda, Pelegrini fraturou a perna esquerda."

Até mesmo o fato de o italiano estar bêbado não foi digno de adjetivos pejorativos. Talvez o desastre tenha sido noticiado sem as características ressaltadas no caso de Rosalina porque não houve morte. Avaliemos então uma outra nota, que não traz a cor do indivíduo, mas que teve conseqüência fatal.

"Banho Funesto

Na manhã de ontem, depois de várias pesquisas, foi encontrado no tanque de Santana, na Vila Mariana, o corpo de José Alves Moreira, que na tarde de anteontem, quando se banhava naquela represa perecera afogado."

Podemos pensar ainda que ambas as notas não receberam tantas qualificações porque os redatores não conseguiram tantas informações quanto obtiveram sobre Rosalina. Vamos então analisar uma nota sob o título de "Desaparecimento".

“Há 3 dias que desapareceu desta capital o Sr. Tenente-coronel Antônio Guedes Freitas Vascolcellos, ex negociante na praça de Santos e atualmente empregado da firma Malta & Comp., daquela cidade. O Sr. Freitas Vascolcellos *mostrava-se nestes últimos tempos triste e abatido*. Acerca de que 15 dias tivera um ataque de neurastenia e já antes manifestava todos os sintomas da mania de perseguição. Num sábado saiu de casa, deixando uma carta para sua esposa, a quem declarava que ia suicidar-se, *pedindo-lhe perdão de semelhante ato*. Até ontem, a polícia, a quem foi imediatamente comunicado o fato, não pode descobrir o paradeiro do Sr. Tenente-coronel Freitas Vascolcellos. *Sua família* que reside a rua Major Sertório, n. 59, posto que muito sobressaltada com a carta, *não atina com um motivo qualquer que pode ter levado seu chefe a um ato de desespero*. Crê, antes, que um novo ataque de neurastenia influísse na resolução de desaparecer de casa, por isso que semelhante doença, caracterizando-se freqüentemente por uma hipocondria profunda, obriga muitas vezes, os que a sofrem, a buscar no isolamento o lenitivo para seu mal. Sr.

Tenente-coronel Antônio Guedes Freitas Vascolcellos *vivia em perfeita harmonia com sua família, que o adorava*. Homem muito considerado não só em São Paulo como em Santos, as suas condições de vida eram perfeitamente desafogadas, por isso que até tinha algum dinheiro em depósito na casa Malta & Comp., de que é empregado. *O seu desaparecimento, portanto, só pode ter como causa a doença de que vinha sofrendo*. Como é possível que ele se ache em algum ponto do interior do Estado, sua a família pede a quem saiba do paradeiro do Sr. Tenente-coronel Vasconcellos o favor de comunicar para casa de sua residência ou para a firma Malta & Comp., em Santos.”

Notemos que não é utilizado nenhum adjetivo que desqualificasse o "Sr. Tenente coronel", ao contrário, afirma-se que a doença é o único motivo que justificaria seu proceder. A nota leva o leitor a ficar penalizado com o indivíduo que se mostrava "nestes últimos tempos triste e abatido". Em momento algum, associou-se a doença do coronel a distúrbios mentais, e todas as referências são feitas com respeito à pessoa e sua família. Parece até mesmo mais accidental seu desaparecimento que a morte de Rosalina.

Notas simples como essas, que parecem conter, a princípio, poucas de informações, quando unidas e comparadas entre si, nos trouxeram a confirmação de que os pressupostos racistas certamente influenciavam a composição de notícias que acabavam por reforçar os estereótipos contra o negro.

3. Pretos suspeitos: o ponto de vista da polícia

Os negros figuraram nos processos policiais do início do século XX, mas também nestas fontes não eram identificados pela cor, a não ser quando era importante expressar uma condição específica. Essa idéia pode ser uma chave para a compreensão de *como* a cor aparece mencionada e *quando* ela aparece. Em diversos processos policiais sobre brancos, os pretos surgem como figuras sem nome nem registro. Apenas a identificação da cor, por si só, é o que aparece registrado na documentação criminal, por meio de designações como "um preto", "o pretinho", "a morena", "a preta", "o mulato".

Essa maneira de se referir a pessoas negras, anônimas, nos indica que a *persona* do indivíduo não tinha importância. Era como se *a priori* já se soubesse que, em se tratando de um negro ou de uma negra, havia algo consensualmente intrínseco à cor que era capaz de explicar a provável presença daquele indivíduo em uma situação criminosa. Essa pré-concepção das

características do sujeito negro, no entanto, não foi uma inovação do século XX. Como já afirmamos no início dessa dissertação, os termos relacionados à cor negra já no século XIX haviam se tornado sinônimos de criminalidade, como podemos confirmar por mais essa passagem da obra de Hebe Mattos:

"A referência à cor, na qualificação de testemunhas livres, a partir da segunda metade do século [XIX], acontece apenas como uma referência negativa. Em geral, cala-se sobre o item cor, a não ser quando e tratava de um recém-liberto, em geral estranho e suspeito na localidade onde corria o processo, quando então este se tornava 'o preto fulano' ou o 'pardo sicrano'(...)."14

A cor negra nos processos policiais do início do século XX também aparece como um indicativo de um possível suspeito, que é colocado nesta condição pela cor de sua pele. Os processos policiais que utilizamos nesta pesquisa, no entanto, eram diferentes daqueles que foram analisados por Hebe Mattos, referentes ao século XIX e que diferem também do padrão dos processos jurídicos do século XX. Primeiramente, porque o processo policial não se desenvolvia no âmbito da Justiça. Este documento era produzido na própria delegacia, constituído por uma autuação, prisão em flagrante ou denúncia, feitas logo após a infração. Segundo Luís Antônio Francisco de Souza, a separação entre polícia e justiça (na tentativa de minimizar as confusões entre as duas instituições) ocorrida na legislação de 1871, "permitiu que as autoridades policiais tomassem parte na preparação do processo nos casos de crimes comuns previstos". Isso fez com que o controle do cotidiano urbano passasse a ser exercido pela polícia que, na Primeira República, procurava demarcar os limites entre a lei e a infração, visando o governo da classe trabalhadora. Segundo este autor, o trabalho tinha qualidades moralizantes, mas não bastava para corrigir os vícios dos trabalhadores. Por isso, a vadiagem passava a ser perseguida¹⁵.

O processo policial era produzido logo após o indivíduo suspeito ser conduzido pelas autoridades policiais à delegacia, ou logo após uma vítima fazer sua denúncia. Este documento, depois de ser assinado por testemunhas, era enviado ao Judiciário para que assim se iniciasse um processo jurídico contra o acusado. Os processos policiais eram extremamente concisos e trazem poucas informações acerca do ocorrido ou mesmo das pessoas envolvidas. Trata-se de uma descrição sumária somada a um questionário previamente elaborado, o Auto de Flagrante, que era

¹⁴ Hebe Maria Mattos. *Idem, Op. Cit.* p.98.

¹⁵ Luís Antônio Francisco de Souza. *São Paulo, polícia urbana e ordem disciplinar _ a polícia civil e a ordem disciplinar na Primeira República.* Tese de mestrado: Unicamp, 1992.

utilizado igualmente em todos os processos. Nele, o acusado pouco relatava sobre si mesmo; apenas encontramos registradas suas características essenciais, como nome, profissão, estado civil, entre outros. Nesse questionário, a cor do acusado, quando aparecia, vinha acompanhada de aspas ou era anotada entre parênteses, o que denota que não era uma condição previamente elaborada, mas constituía apenas um adendo às informações recolhidas. Segundo Olívia Maria Gomes da Cunha:

"A estrutura narrativa dos processos, mesmo considerando que estes estão submetidos a um determinado ritual descritivo, não escapa a uma única fórmula – obedece a uma espécie de trama padronizada."¹⁶

Como eram produzidos nas delegacias, estes processos continham muitos jargões policiais que facilitavam a associação do suspeito à criminalidade. No entanto, depois de encaminhado ao fórum, nem sempre o juiz concordava com as afirmações policiais. Como o processo dependia de seu referendo para que pudesse chegar a julgamento a grande maioria deles não era concluída. Soma-se a isso o fato de arquivos paulistas serem bastante desorganizados, e então fica explicado por que raramente podem-se obter os resultados finais da autuação.

Olívia Maria Gomes da Cunha afirma que os processos policiais estavam sujeitos à *rotinização* das práticas policiais¹⁷. Isto é, quando o indivíduo era encaminhado à delegacia, já havia um conhecimento prévio sobre sua conduta, que deveria ter sido alvo das observações dos policiais. Como eram os próprios policiais que andavam nas ruas e encaminhavam as pessoas às instituições, o cotidiano deles influenciava a feitura dos processos. Se um policial reconhecesse um indivíduo como vadio, isso podia ser confirmado por meio de seu testemunho qualificado. Dessa forma, os processos policiais que autuavam um indivíduo sobre a acusação de vadiagem, especialmente, dependiam em grande medida da avaliação pessoal que o policial fazia. Esta avaliação se expressava por veio de jargões, como "vagar pelas ruas em franca ociosidade", "sem meios de sobrevivência" ou, ainda, "não exercer profissão, arte ou ofício" e constituíam formas de imputar ao indivíduo a quase certeza de sua culpa. Nas palavras da autora:

"O relato acerca do comportamento considerado suspeito e contravençional dos acusados, quaisquer que sejam as especificidades do encontro entre as testemunhas, acusadores e réu, era invariavelmente adaptado ao que prescrevia a legislação. Os

¹⁶ Olívia Maria Gomes da Cunha. *Intenção e gesto: pessoa, cor, e a produção cotidiana da (in)diferença no Rio de Janeiro, 1927-1947*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2002, p.60.

¹⁷ Olívia Maria Gomes da Cunha. *Op.Cit*, p.90.

artigos do Código Penal que se referem à vadiagem, antes de serem utilizados como definições orientadoras do que era legalmente considerado infração, tornavam-se a própria ação descrita."¹⁸

Dependente da atividade rotineira da polícia, a confecção do processo policial dava margem a perseguições a indivíduos que já mantinham rixas com os policiais, acabando por se tornarem alvos de freqüentes prisões. Algumas vezes isso foi relatado pelo "infrator", em outras o conflito pode ser deduzido a partir das próprias acusações dos policiais que afirmavam que o "vagabundo [era] conhecido". Quando a suspeita incidia sobre uma pessoa, parecia haver um esforço em reconhecer a culpa do indivíduo, e não contrariar, assim, as investigações dos "técnicos" da polícia. Isso pode ser observado, por exemplo, na autuação que sofreu João Dias, que, no dia 9 de janeiro de 1901, foi preso em São Paulo¹⁹.

Consta do processo policial que João Dias havia sido detido por falsidade ideológica. João era "preto", tinha 20 anos, e declarou que era pintor de parede, além de jamais ter sido encarcerado em lugar nenhum.

Os policiais prenderam-no, no entanto, porque suspeitavam que ele era outra pessoa, afinal tinham recebido "um telegrama [que] diz que pelos sinais deve se tratar de Brás Araújo". João disse que conhecia o tal Brás Araújo "porque viaja muito" e, ao contrário de provar que não era o sujeito em questão, acabou fortalecendo ainda mais as suspeitas contra si. De acordo com os relatos, João havia morado em Santos por 3 meses. As autoridades policiais enviaram um telegrama para esta cidade, buscando solucionar a dúvida sobre identidade do suspeito. A resposta da Delegacia de Santos foi que "(...) o preto João Dias, [tem] aqui irmão de nome José Dias residente a rua Itararé, [e de acordo com] as investigações feitas, soube serem os mesmos pessoas de mau comportamento e não terem profissão."²⁰ João diz que ele era trabalhador e seu irmão era quem tinha "mau comportamento" e que, portanto, não deveria ser preso.

Observemos, no entanto, que a polícia da capital tinha enviado o telegrama a Santos para confirmar se João dizia a verdade a respeito de sua identidade, pois tinha os mesmos traços físicos de Brás Araújo, segundo a polícia. A polícia de Santos confirma que o suspeito não mentiu sobre seu nome, mas dá informações que deveriam manter João retido, afinal, ele tinha mau comportamento, e nenhuma profissão. Essas afirmações seriam suficientes para enquadrar

¹⁸ Olívia Maria Gomes da Cunha. *Op.Cit*, p.60.

¹⁹ AESP, CO2963, Processo Policial de João Dias, 09/10/1901.

²⁰ AESP, CO2963, Idem.

João em um processo de vadiagem, mesmo que ele tenha sido preso por uma suspeita impropriedade sobre outra falta. Não sabemos, entretanto, se João continuou detido ou se foi liberado, mas podemos ter certeza de que o telegrama da delegacia de Santos serviu para qualificar negativamente este indivíduo.

A detenção para se analisar a suspeita de vadiagem constituía um problema para as pessoas, porque significava que elas passariam a "ter passagem" pela delegacia. Essa primeira passagem já se tornava um agravante de má conduta que acompanharia a vida da pessoa, tornando-a para sempre um suspeito em potencial. O processo policial, portanto, mesmo que não confirmasse a culpa do indivíduo, o convertia em alguém "identificado". A partir de então, qualquer outra vez que ele fosse levado às autoridades policiais, já seria considerado reincidente. E a reincidência era um fator determinante para a absolvição ou prisão. Segundo Olívia Maria Gomes da Cunha:

"Se existiu comunicação entre as rotinas identificatórias e os modos de corrigir e reprimir a vadiagem, ela pode ser localizada na atenção dada às figuras da *reincidência* e do *reincidente*. Foi a preocupação em registrar e marcar socialmente atitudes e comportamentos considerados perigosos, moralmente condenáveis e anti-sociais, que conferiu legitimidade às atividades de identificação. Foi pensando a política de erradicação do 'ócio sem rendas' que percebi a existência de rituais administrativos e burocráticos destinados a tornar possível a conversão: transformar o *suspeito* em *vadio*."²¹

Se uma pessoa era detida mais de uma vez por vadiagem, acabava por ser classificada como "vagabundo conhecido" e, mesmo que não fosse possível provar totalmente a acusação, uma outra detenção seria suficiente para confirmar a primeira e enviar o indivíduo à cadeia.

A pena por vadiagem era de 22 dias e meio, podendo estender-se para três anos no caso de outras reincidências. Quando uma pessoa era pega em "franca ociosidade" pela primeira vez, no caso de não haver como refutar a hipótese, ela era condenada a 4 dias de prisão na própria delegacia. Apenas a partir da segunda prisão por vadiagem, ou seja, da primeira reincidência, é que o indivíduo passava por um processo jurídico e poderia ser encaminhado à colônia correcional para, então, cumprir no mínimo 22 dias e meio e, no máximo, 3 anos de prisão.

²¹ Olívia Maria Gomes da Cunha. *Idem. Op.Cit*, p.31.

Apesar de existente na bibliografia afirmações de que a maior parte dos crimes em São Paulo era cometida por estrangeiros²², podemos sugerir que a reincidência ocorria mais entre os não-brancos. Para demonstrar tal argumento estruturamos duas tabelas referentes a dados dos anos entre 1905 e 1907, obtidos no "Livro de Registro de Presos Sentenciados"²³. A primeira refere-se a todos os indivíduos que foram presos, brancos e negros, no período.

Tabela 1 - Cor dos presos sentenciados na cidade de São Paulo entre 1905 e 1907

Cor dos presos sentenciados	Quantidade
não-brancos	258
brancos	537
Total	795

Fonte: AESP, EO 1611, Livro de Registro de Presos Sentenciados (1905-1907).

Essa tabela confirma que o número efetivo de brancos a dar entrada na cadeia foi maior que o de negros nos anos de 1905 a 1907. Deve-se considerar que o registro foi feito estabelecendo por não-brancos todas as classificações de preto, pardo, negro, mulato, etc. A segunda tabela indica os motivos das prisões apenas dos não-brancos.

Tabela 2 - Crimes praticados por não brancos entre os anos de 1905 e 1907

Crime	Quantidade
Furto	3
Morte e Tentativa de morte	7
Moeda falsa	1
Roubo	3
Roubo seguido de morte	1
Violência Carnal	1

²² Maria Therezinha Janine Ribeiro. *Desejado e Temido: preconceito contra o imigrante italiano e m São Paulo na primeira República*. Dissertação de Mestrado. FFLCH/USP, São Paulo, 1985.

²³ AESP, EO 1611, Livro de Registro de Presos Sentenciados (1905-1907).

Ferimentos graves	2
Ferimentos leves	2
Crime não especificado	13
Total	33

Fonte: AESP, EO 1611, Livro de Registro de Presos Sentenciados (1905-1907).

Tudo indica que os crimes não declarados nesta segunda tabela sejam constituídos por vadiagem ou embriaguez, que eram considerados infrações menores. Isso significa que a maior parcela dos não-brancos encarcerados, do total da Tabela 1, cometeram esse tipo de crime. Na medida que apenas 33 não-brancos foram presos pelos crimes descritos na Tabela 2, ao menos 225 dentre eles foram presos por infrações menores. Para terem sido levado à cadeia, entretanto, como é o caso, deveriam ter ao menos duas passagens em delegacias. Isto é, os não-brancos foram aqueles que mais foram presos por crimes que exigiam a reincidência como prova. Por esta amostragem, aproximadamente 87% dos pretos presos cometeram crimes como o de vadiagem. Pode-se concluir, então, que havia uma enorme pressão sobre a população negra, exercida por meio da observação cotidiana feita por policiais.

Evidentemente o preto não era o único alvo da repressão à vadiagem. Mas é provável que este tipo de crime tenha recaído com mais força sobre a população negra, por causa do estigma da cor que associava o negro à vadiagem, como argumentamos no capítulo anterior.

Muitas pessoas acabaram entrando em um ciclo infundável de prisões por vadiagem pelo fato de a reincidência por si só significar a culpa em uma averiguação policial futura. Olívia Maria Gomes da Cunha afirma que, em algumas situações, o indivíduo mal acabara de sair da cadeia e já era novamente detido na delegacia. Parece que os policiais não podiam perder muito tempo, a fim de garantir que fosse sustentado um ideal de trabalho que glorificava a Nação. No início do século XX, o ócio sem rendas (pois no caso de vadiagem entre pessoas de posses, a falta de trabalho não se tornava um agravante), foi um dos grandes problemas para as autoridades. Afinal, como demonstraram vários autores, houve certo descontentamento das autoridades com a população cidadina que não se adequava ao processo de modernização²⁴.

²⁴ Maria Clementina Pereira Cunha. *O espelho do mundo – Juquery, a história de um asilo*. Paz e Terra, Rio de Janeiro. 1986. Maria Clementina Cunha, ao tratar das práticas médicas psiquiátricas em especial, narra como essas atividades visaram controlar os setores deslocados, como imigrantes e negros. Segundo a autora, a instalação da República “confere maior visibilidade às iniciativas de disciplinarização, possivelmente pelo seu apego à ideologia positivista do ‘progresso’”. p.35.

Elementos que não eram considerados produtivos logo eram vistos como entraves ao desenvolvimento e ao progresso. Não podemos esquecer, entretanto, como afirma Carlos José Ferreira dos Santos, que muitos indivíduos eram tidos como vagabundos, mas, na verdade, possuíam empregos informais²⁵.

Além de a identificação policial possibilitar a reincidência, e essa facilitar a entrada do indivíduo na cadeia, Olívia Maria Gomes da Cunha concluiu que a identificação também poderia culminar na "prisão de alguém que não havia cometido crime nenhum, mas cujo comportamento sugeria que, em outro momento, o faria."²⁶ A decorrência lógica é de a que, se os pretos eram alvos freqüentes das prisões por vadiagem, também muitos dentre eles poderiam ser presos por serem suspeitos *a priori*, sem ter ferido nenhum artigo do Código Penal.

Dessa forma, o medo da reincidência levou alguns "suspeitos reincidentes" a adotarem estratégias para evitar a prisão. Confirmar que tinham profissão era uma primeira forma de tentar esquivar-se da punição por vadiagem. Utilizando os dados dos "Livro de Registro de Presos Sentenciados"²⁷ pode-se observar que apenas cinco pessoas não declararam ofício. A grande maioria se declarou jornaleiro, ou seja, eram homens que trabalhavam por empreitadas, o que significa que possivelmente não tinham trabalho regular e, conseqüentemente, deveriam ficar em alguns momentos à deriva. Como notamos no primeiro capítulo, essa deveria ser a condição de muitos negros em geral. Nem sempre, no entanto, possuir um emprego constituía uma justificativa suficiente para evitar a prisão, como no caso mencionado de João Dias, o preto que foi confundido com Brás Araújo, que afirmou ser pintor e foi identificado como vadio pela delegacia de Santos. Vejamos a seguir como a maior parte das profissões declaradas por indivíduos que foram presos poderiam se enquadrar num critério de emprego informal.

Tabela 3 - Profissão declarada de Presos Setenciados entre 1905 e 1907

Profissões declaradas	Quantidade de presos	Profissões declaradas	Quantidade de presos
Agenciador	1	Jornaleiro	97
Alfaiate	3	Lavrador	14

²⁵ Carlos José Ferreira dos Santos. *Nem tudo era italiano...*p.82.

²⁶ Olívia Maria Gomes da Cunha. *Op. Cit.* p. 59

²⁷ AESP, EO 1611, Registro de Presos Sentenciados (1905-1907).

Barbeiro	1	Lustrador	5
Caldeireiro	1	Maquinista	2
Carpinteiro	4	Marceneiro	2
Carroceiro	9	Marinheiro	1
Caixeiro	1	Marítimo	1
Chapeleiro	3	Militar	1
Cocheiro	4	Oleiro	1
Copeiro (a)	20	Padeiro	6
Cozinheiro (a)	29	Pedreiro	22
Doméstica	2	Pintor	8
Empalhador	1	Tecelão	1
Encanador	2	Telegrafista	1
Estivador	1	Tipógrafo	1
Foguista	4	Viajante	1
Funileiro	1	Sem Profissão	5
Jardineiro	2	Total	258

Fonte: AESP, EO 1611, Registro de Presos Sentenciados (1905-1907).

Podemos perceber que, do total de 258 pessoas, 97 disseram que viviam de empreitadas. Ou seja, mais de 60% das pessoas declararam profissões específicas e não escaparam nem à prisão nem à sentença. Compreende-se, então, que a estratégia de declarar a profissão não era suficiente para evitar o enclausuramento, mas era muito recorrente, inclusive em processos de outras naturezas. Quando um sujeito era acusado de desvirginar uma menor, por exemplo, a primeira forma de comprovar a boa conduta do rapaz era provar que ele exercia uma profissão. Algumas vezes, depois de ser preso por vadiagem, o indivíduo podia conseguir a liberação por meio de um atestado de seu patrão. Contudo, aqueles que a cada dia trabalhavam para pessoas diferentes tinham uma grande desvantagem ao serem detidas.

Uma outra forma de tentar evitar a prisão, que também pareceu surtir poucos resultados, foi resistir à força. Muitas vezes, o indivíduo não aceitava a ordem de prisão, brigava com o guarda-cívica e, nos Termos de Declaração, reafirmava que não havia dado motivo para ter sido preso, por isso resistira. Isso, evidentemente, piorava sua situação: de vadiagem, o processo passava a ser por desacato.

Lysdolfo Rozas²⁸ e Jorge Guilherme da Conceição²⁹ passaram por uma situação parecida nos dias 6 e 17 setembro de 1912, respectivamente. Ambos foram presos de madrugada com seus amigos, quando estavam "bastante alcoolizados". Lysdolfo havia saído do "Theatro Colombo" com outros rapazes e, ao "chegarem ao Largo da Concórdia, foram intimados a se retirarem, ao que atenderam". No entanto, tiveram de retornar ao local porque um dos amigos de Lysdolfo havia perdido a corrente de seu relógio. Por esse motivo, houve uma discussão entre alguns praças da polícia e um grupo de rapazes, sendo Lysdolfo ferido e preso por desacato³⁰.

Jorge também acabou em uma delegacia por ter resistido à voz de prisão dada por um praça quando ele esperava por seus amigos em frente a uma casa "onde mora[va]m mulheres de vida fácil". O praça havia questionado o que Jorge estaria fazendo "àquelas horas" na rua, ao que ele respondeu que esperava seus "companheiros", recebendo a ordem de que voltasse para casa. Jorge, no entanto, não procedeu dessa forma, o que gerou sua prisão. O declarante desobedeceu à intimação, segundo seus dizeres, por "nada ter feito para que devesse ser preso."³¹

Jorge e Lysdolfo eram pardos, assim como muitas outras pessoas que foram detidas por embriaguez e vadiagem. A classificação de vadio era imputada ao indivíduo que estivesse na rua em horários impróprios, como de madrugada, e cometendo atos indesejáveis, como o de se embriagar. Além de embriaguez, os documentos sugerem que arrumar briga era outra atitude esperada de negros, perseguida por policiais, e que apenas piorava a condenação por vadiagem.

Uma outra alternativa para quem desejasse evitar a reincidência era alterar os nomes a cada autuação. José Abreu de Lima Pereira Coutinho, por exemplo, apareceu em documentos diversos com nomes diferentes. Tal prática era considerada pela polícia, já que encontramos, no Livro de Presos do Arquivo Tribunal de Justiça, uma relação com os muitos nomes declarados por José Coutinho³².

Porém, nem todos os acusados utilizavam este recurso. Encontramos, por exemplo três processos diferentes envolvendo Galdino Silva³³. Não se pode afirmar com exatidão a causa desta multiplicidade, porque em dois desses documentos, ambos datados de 1913, há apenas referência de que ele fora ferido. O terceiro documento, de 1912, traz a informação de que Galdino havia

²⁸ AESP, CO 3261, Processo Policial de Agressões Leves e Desacato a Autoridade de Lysdolfo Rozas. (06/09/1912).

²⁹ AESP, CO 3261, Processo Policial de Agressões Leves de Jorge Guilherme da Conceição. (17/09/1912).

³⁰ AESP, CO 3261, Processo Policial de Agressões Leves de Jorge Guilherme da Conceição. Idem.

³¹ AESP, lata CO 3261, Processo Policial de Agressões Leves de Jorge Guilherme da Conceição. Idem.

³² ATJESP, Caixa 03. Livro de presos 108-110. Processo de n. 22.

³³ AESP, CO 3262 e CO 3264. Processos Policiais de Agressões de Galdino Silva. (08/12/1912), (10/08/1913), (23/02/1913).

tomado um tiro nas costas, por "traição", depois de ter dado "uns tapas" em um "indivíduo que se tem na conta de valentão". É interessante que Galdino, com 19 anos de idade nessa ocasião, tenha contado que era a segunda vez que brigava com João Moysés; como este havia ficado "desmoralizado" após o primeiro conflito, passara a provocá-lo depois disso, gerando o fato ocorrido.

Mas parece, pela forma como o processo foi descrito, que ser "valentão" era um código importante para eles. Moysés ficara "desmoralizado em perder seu título" para Galdino, que o mantinha a custo de, ao menos, três ferimentos e processos policiais. Galdino aparece como carroceiro nos três documentos, e, no caso da briga com o "valentão", o processo informa que Moysés "trabalha[va] na olaria de Gildo de Tal", e o indivíduo que poderia ser testemunha de sua fuga e de sua culpa também era carroceiro³⁴.

Encontramos mais um processo envolvendo carroceiros. Antônio Rodrigues de 20 anos de idade, morador do Tatuapé, zona leste, declarou que:

"(...) achava-se na esquina da venda de Jorge de tal, no bairro do Tatuapé; que ali apareceu o *preto* Luiz de tal, carroceiro de Antônio Martinhos, revendedor de areia e ali sem motivo algum disse: 'Você quer ver, apanha já!', e em seguida vibrou três bordoadas no dedo com um grosso cacete, ferindo-o (...) que em seguida se evadiu [e] que Luiz de tal seu agressor reside no Tatuapé, em casa de seu patrão (...)"

Por suas declarações, parece que o agredido conhecia o *preto* Luiz de tal, pois sabia informar seu ofício e moradia. A forma como narra que Luiz o ameaçou denota que ele também era um sujeito "valentão". Vejamos agora as declarações do agressor, que também tinha 20 anos de idade:

"(...) achava-se na esquina da venda de propriedade José de tal, turco, no Tatuapé, conversando sobre serviços com Antônio Rodrigues e o pai deste Antônio Pinto, que nessa ocasião originou-se uma discussão entre o declarante e Antônio Rodrigues, e este tentou agredir o declarante chegando mesmo a fazer gestos em sacar alguma arma, que aí então o declarante que se achava armado de uma cacete (ilegível) [proferindo] quatro pancadas em Antônio Rodrigues, ficando este ofendido, após o fato o declarante se evadiu."³⁵

Luiz Alves não só conhecia o carroceiro que agrediu, como também seu pai. Expõe detalhes de que estavam conversando sobre "serviços", porque os três trabalhavam como

³⁴ AESP, CO 3262, Processo Policial de Agressões de Galdino Silva. (08/12/1912).

³⁵ AESP, CO 3262.

carroceiros. Não só confirma que estava armado, mas sugere que o agredido também deveria estar. Talvez exercer a função de carroceiro e fazer o transporte da zona leste para outras regiões da cidade fosse uma ocupação em que os indivíduos concorressem entre si, e precisassem andar armados e demonstrar valentia para não perecer no posto.

Os valentões, segundo a bibliografia³⁶, localizavam-se na alameda Glette, que ficava no bairro Vila Buarque. A história de Galdino e Luiz Alves mostra que não havia uma delimitação geográfica tão precisa assim: quanto ao local de trabalho e moradia, eles não podiam ser classificados entre os "pretos da alameda Glette". Moradores da zona leste, Galdino e Moysés habitavam um local conhecido como "baixada do Maranhão (...) caminho da Penha" na altura da Quinta Parada³⁷. De acordo com os processos, Galdino era preto. Luiz Alves também. Ambos em torno dos 20 anos, carroceiros e moradores da zona leste de São Paulo. No entanto Luiz morava um pouco mais próximo do centro. Os dois bairros, Maranhão e Tatuapé eram cortados pela avenida de acesso a região central, Celso Garcia. É provável que os transportes que eles faziam circulassem por tal via.

O bairro Maranhão era uma região que ficava antes Penha, extrema zona leste de São Paulo, enquanto Vila Buarque estava na região central da cidade. Para se locomover do centro de São Paulo à Penha seria necessário pegar o caminho da avenida Rangel Pestana, no Brás e depois no Marco, seguir adiante até que se tornasse avenida Celso Garcia, a qual passaria pelos bairros Belenzinho e Tatuapé, para finalmente chegar à Penha com o nome de rua Coronel Rodovalho. Toda a extensão da avenida Celso Garcia era paralela e não linear à Estrada de Ferro Central do Brasil, que inclusive tomava o rumo da zona leste depois de cruzar a Rangel Pestana, no Brás.

Era uma região muito distante do centro, mas, como vimos no capítulo anterior, muitos homens de cor que freqüentavam os salões de baile no centro faziam o longo percurso da zona leste até a região onde havia diversões. A conduta de Galdino e Luiz Alves, que eram briguentos, era considerada comportamento de "preto" de acordo com a imprensa negra. Era exatamente para pessoas como eles que se dirigiam as palavras de repreensão moral dos jornais negros. Não podemos afirmar que os pretos Galdino e Luis tenham ido a bailes das associações negras, ou

³⁶ Iêda Marques Brito. *Samba na cidade de São Paulo. (1900-1930); um exercício de resistência cultural*. São Paulo: FFLCH/Usp, 1986. A obra de Iêda Brito concorda com a Escola de São Paulo sobre o argumento de que a heterogeneidade da população escrava recriada no pós-abolição polarizou a comunidade negra entre classe média e desclassificados. Porém, em seu estudo, identifica a ideologia da classe média negra como parte de práticas religiosas católicas, e por esse motivo branqueadoras. *Op. Cit.* p.38.

³⁷ Há uma grande incidência de negros que moravam ao longo da avenida Celso Garcia.

mesmo a bailes de cavação. Mas acreditamos que os pretos, que segundo os jornais "desmoralizavam a raça", deviam ser muito parecidos com esses dois rapazes.

Por meio dos processos, chegamos à cor, profissão e moradia de Galdino e de Luis, mas não encontramos muitos casos em que esses dados fossem tão evidentes. Devemos notar que esses "pretos" apareceram com seus nomes registrados nos processos; isso ocorreu porque efetivamente eles tinham participado de uma infração. Às vezes, porém, o processo também dizia respeito a um crime cometido por um "preto", mas sua concisão é tamanha que não há notação alguma do nome o réu³⁸. É o caso do Auto de Prisão em Flagrante de um "soldado preto" que foi pego conversando com uma meretriz no dia 3 de agosto de 1901; depois de várias agressões mútuas e de muita confusão, o soldado foi preso, e assim se encerrou o caso.³⁹

Outro processo em que não foi declarado o nome do indivíduo negro, apesar de suspeitar-se de sua "culpa", foi o roubo que sofreu Leonardo Leuner. Ele foi até 4^a Delegacia Auxiliar no dia 2 de abril de 1912 dar parte do roubo de sua bicicleta, que ocorrera no "cortiço da rua Xavier de Toledo, 54". Segundo a testemunha Agostinho Assis, que estava na porta do banheiro onde trabalhava, em frente ao número 54, viu um 'pretinho', "de quem não sabe o nome, o qual montou em uma bicicleta, que se achava encostada na calçada (...) e saiu a toda disparada, que ele depoente nada desconfiou do pretinho tirar a bicicleta, porque julgou que lhe pertencesse, atendendo ao desembaraço do mesmo, que conhece esse pretinho de vista e pode reconhecê-lo a qualquer momento"⁴⁰. Leonardo Leuner acatou a versão da testemunha e afirmou que "um pretinho ali morador e já conhecido da polícia havia partido com ela [sua bicicleta] para lugar ignorado".

Essa identificação de "pretinho", além de desqualificar o indivíduo através do diminutivo, também não traz qualquer informação plausível para se localizar quem era de fato o autor do crime. Por mais que houvesse uma testemunha que reconhecesse um indivíduo negro como o contraventor, nada garantia que "o pretinho" conhecido na região fosse efetivamente o ladrão. Depois de alguns dias, a vítima do furto retornou à delegacia e retirou a queixa, afirmando que havia encontrado seu pertence. Nada a respeito do "pretinho" foi dito.

³⁸ Existem vários outros processos em que pretos foram agredidos ou agressores, mas sobre o quais não se retiram muitas informações pela extrema concisão. Por exemplo, os processos de Manoel Albino Santos AESP, CO3265; João Baptista Galvão, AESP, CO3264; Eduardo da Silva AESP, CO3264; José Francisco de Almeida, AESP, CO3262; Antônio Camillo Baptista, AESP, CO3262, Benedicto Ferraz de Campos AESP, CO3264; e Sebastião Orestes, AESP, CO3263.

³⁹ AESP, CO3240.

⁴⁰ AESP, CO 3261, Processo Policial de Furto. (02/04/1912).

Havia outros processos policiais envolvendo negros, mais descritivos que esse, em que também não se fez "necessário" revelar suas identidades. Podemos visualizar esse tipo de documento por meio das bengaladas das quais foi vítima o argentino Ângelo Gardiano. No dia 9 de setembro de 1913 Ângelo deu declarações na 1ª. Delegacia de Polícia de São Paulo sobre um incidente ocorrido na noite anterior. Segundo o negociante de 24 anos, ele e seu irmão estavam às 8 horas da noite na rua Penha de França "ali na ladeira onde se toma o bonde", pois lá estava ocorrendo a festa da Penha, referenciada na imprensa negra, como mostramos no capítulo anterior.

"Observando um ajuntamento de povo, chegaram para ver o que tinha ocorrido"⁴¹. Era a polícia demonstrando autoridade e cumprindo o papel que lhe cabia de acordo com a legislação: mantinha a "ordem" da festa. Segundo o depoimento de Ângelo, o que aconteceu foi que:

"Os agentes de polícia Augusto Silva, Vianinha, Chiquinho de tal, Luiz de tal e Alberto Steanch efetuaram a prisão de um preto ébrio -, que como tivesse um outro preto protestando a prisão, um dos agentes referidos o quis prender também, dirigindo-se então a uma outra pessoa que nada tinha com o caso, para prendê-lo também(...)"⁴² [grifo meu]

Esse "preto ébrio" e o "outro preto" foram os alvos da polícia na ocasião. Não sabemos se o "preto ébrio" tinha feito algo além de beber, no entanto, como já sabemos, esse já era motivo suficiente para prisão. Pode ser que outros detalhes tenham motivado sua prisão, não notificados Ângelo. O outro preto, entretanto, se contrapôs à detenção do "amigo" e também foi autuado. Esse segundo preto não foi à 1ª. Delegacia dar queixa do ocorrido, como fez Ângelo Gardiano.

É evidente que ele não concordava com a atitude policial e tinha motivos para se queixar, afinal, estava exatamente protestando contra a prisão do ébrio. De qualquer forma, nos parece que essa foi uma ocasião em que a opinião de qualquer pessoa valeria o mesmo que um preto, ou seja, nada. Notemos que o depoimento relata a existência de dois "pretos" e de "outra pessoa". Sugerimos que esse último indivíduo não era um "preto". Pois, se houve a necessidade de se mencionar a cor dos dois primeiros, parece que a ausência dessa informação permite concluir que não se tratava de alguém que pudesse ser identificado da mesma maneira. Assim, ser preto indicava algo além da cor da pele: a palavra, no processo, denotava uma condição.

⁴¹ AESP, CO 3264, Processo policial de Lesões Corporais de Ângelo Gardiano, (09/09/1913).

⁴² AESP, CO 3264, Processo policial de Lesões Corporais de Ângelo Gardiano, *Op. Cit.*

A razão que levou Ângelo à delegacia foi o fato de ele verificar que a "outra pessoa" estava levando a culpa no lugar do negro que protestava a prisão do "preto ébrio", ter resolvido "ajudar" as autoridades a reconhecer quem realmente havia se metido na situação. No entanto, parece que a polícia não desejava obter informações sobre as atitudes das pessoas, mas apenas prender quem não estava de acordo com sua "ordem", como se pode verificar na passagem seguinte, que faz parte do depoimento de Ezequiel Gardiano, irmão de Ângelo, que declarou:

"que às oito da noite o depoente e seu irmão Ângelo Gardiano [estava] assistindo a festa da Penha (...) chegaram para ver o que tinha ocorrido, que diversos agentes da polícia prendiam a um preto; que um outro preto protestara contra a prisão e um dos agentes, não tendo visto quem havia protestado, passou a repreender por palavras a uma terceira pessoa, que não tinha [nada] com aquilo; que o irmão do depoente dizendo a esse agente como para explicar ou mostrar quem tinha protestado: "não é esse é aquele" esse agente exasperou-se e um outro chamado Alberto Stanch, de traição, por trás do irmão do depoente deu neste com cacete de que estava armado, uma cacetada, ferindo-o, que o depoente e seu irmão vindo para a cidade aqui ainda foram alcançados e insultados por esse agente da polícia Alberto Stanch, e por outros seus companheiros."⁴³

Não houve dificuldade em se diferenciar os vários "pretos", na medida que Ângelo afirmou "não é esse é aquele". Mas seu depoimento indica que o policial estava à caça de um desordeiro, pouco importando se fosse esse ou aquele preto. A situação descrita corrobora a especial violência da polícia para com os homens de cor, denunciada pelos jornais da imprensa negra, como notamos no primeiro capítulo⁴⁴. Assim, o processo de Ângelo indica claramente que havia uma cobrança institucional para que os negros tivessem um comportamento considerado "adequado".

Outras informações que aparecem neste processo também merecem destaque. Primeiramente é a familiaridade com que Ângelo e Ezequiel tratam os policiais. Eles os conheciam pelos nomes, ou, ao menos, foram capazes de descobrir a identificação dos mesmos para fazer a denúncia na delegacia. Isso reafirma que havia certa proximidade entre a prática policial e o cotidiano das pessoas, tanto dos estrangeiros autores da reclamação, quanto dos pretos que fizeram parte do caso. Se essa conclusão é verossímil, mais uma vez constatamos que

⁴³ AESP, CO 3264, Processo policial de Lesões Corporais de Ângelo Gardiano, *Op. Cit.*

⁴⁴ Livia Maria Tiede. *Imprensa Negra: Espaços de sociabilidade em São Paulo no início do século XX*. Monografia de conclusão de graduação. 2002, p. 31-32.

a ausência dos nomes dos pretos no processo policial indica uma desconsideração para com aquelas pessoas nesse meio social.

O caso de Ângelo Gardiano é apenas um dos exemplos encontrados de negros "desconhecidos" que aparecem mencionados em processos envolvendo pessoas brancas. Ele mostra claramente a necessidade de se enfatizar, nos processos policiais, a existência de elementos que aparecem ausentes pelo nome, mas presentes pela cor. Por mais que o negro não fosse o elemento central no documento, ele se tornou o elemento primordial de nossa análise.

A análise se torna ainda mais interessante se considerarmos que algumas vezes os "pretos" também eram citados na imprensa negra sem que seus nomes fossem divulgados. Chamar alguém de "preto" apenas, sem identificar o sujeito, parece ser uma prática comum de desqualificação.

Devemos recordar que homens de cor desejavam distância da imagem de "pretos", talvez dos mesmos "pretos" que apareceram em processos policiais. Muitas informações colhidas na documentação policial remetem a temas e assuntos comentados pela imprensa negra. Se não encontramos nenhum nome comum às duas fontes documentais, ao menos pudemos visualizar situações descritas nos jornais negros muito semelhantes àquelas que se podem verificar nos processos, como a violência policial, por exemplo.

Tentamos buscar, por meio do discurso das autoridades policiais e demais pessoas envolvidas em conflitos, o significado atribuído aos negros na sociedade paulistana do início do século XX. Algumas vezes foi possível localizar a própria fala dos negros, quando esses fizeram declarações sobre o fato ocorrido. Porém, uma parte dos documentos não traz exatamente o ponto de vista dos negros, mas sim o que os outros diziam sobre os negros, como pudemos ver no processo descrito de Ângelo Gardiano. Entretanto, no processo analisado, os pretos apareceram "sem querer", não foram as vítimas, nem os acusados legais. Há, no entanto, processos em que os pretos foram acusados de cometer certas infrações, mas, mesmo assim, seus nomes permaneceram negligenciados.

Geralmente trata-se de situações em que os delatores dos processos tinham a clara intenção de imputar a culpa a um preto. O declarante, às vezes, "criava" um preto culpado, a exemplo do que já afirmamos ocorrer na grande imprensa, no início deste capítulo. O "preto", nesse caso, é simplesmente um indivíduo qualquer, mas de cor negra, que se convertia em suspeito porque estava relativamente próximo ao crime. O caso a seguir é emblemático dessa situação.

Em fins de abril de 1912, Benedito acompanhou seu amigo de "muitos anos", Armando Eulálio, na busca por um quarto para este alugar. "Dirigiram-se ao prédio n. 43 da Ladeira dos Piques residência de Annunciatta S.[sic] onde Armando alugou um quarto pagando adiantadamente vinte e três mil réis pelo primeiro mês." Quando Benedito foi visitar o amigo, 22 dias depois da mudança, que ocorrera no dia 2 de Maio, a dona da casa mandou chamar um praça policial que estava de serviço na rua para conduzi-lo à delegacia. Ele soube então que era suspeito de um furto sofrido por Nunciatta Schrilla⁴⁵.

Foi nessa ocasião que pudemos saber quem era Benedito Luciano Mattos. Natural de Jacareí, com 23 anos, casado, servente pedreiro, morador da alameda Barros, 44. Nada foi provado contra ele, portanto, a autoridade presente "relaxou a prisão". Armando Eulálio já havia feito suas declarações no dia 18 de maio, dizendo que não era cúmplice do ocorrido "porque no dia [em] que se deu tal furto, ele declarante se achava trabalhando no Congresso Estadual, onde é empregado há oito anos", e que sobre Benedito "nada pod[ia] dizer porque sempre o teve como homem sério, conhecendo-o há muitos anos", oferecendo o nome completo e endereço do amigo.

Para a sublocatária Nunciatta Schrilla, as causas para que as denúncias fossem feitas contra Armando Eulálio, e especialmente, contra Benedito Mattos, surgiram durante o relato do furto. Segundo a viúva italiana de 31 anos:

"Refletindo sobre quem poderia ser o autor do furto, lembra-se que no dia 23 apareceu um moço brasileiro que disse chamar-se Armando Eulálio, acompanhado de um *mulato*, (...) combinou o preço do aluguel, isto é, vinte e três mil réis, prometendo pagar essa quantia no dia primeiro e depois de se mudar; que assim combinados ambos se despediram da declarante indo embora. Que no dia seguinte e nos posteriores apareceu o tal *mulato*, que a declarante não sabe o nome [em] sua casa dizendo sempre que o seu compadre o tal Armando logo mudaria, que uma das vezes que esse preto [grifo do processo] apareceu em sua casa demorou-se muito no quintal a espera do seu compadre, título [pelo qual] chamava o moço Armando, (...) que ontem a noite, as seis e meia mais ou menos, compareceram ambos novamente em sua casa, recolhendo a declarante em seu quarto, que o moço Armando disse-lhe que pretendendo mudar hoje para o quarto alugado desde o dia vinte e três, vinha lhe pagar o aluguel adiantadamente, conforme haviam combinado e puxando de um lápis e papel fez a conta ao terminá-la que o aluguel montava em vinte e oito mil e seiscentos. Que Armando então tirou do bolso vinte e cinco mil réis e entregou-lhe dando em seguida uma nota de cinco mil réis a fim de completar a quantia, que a declarante então para trocar a nota de cinco mil réis abriu seu guarda roupa, em presença de ambos e tirando seu dinheiro fez o troco, colocando juntamente com o

⁴⁵ Todas informações referentes ao furto sofrido por Nunciatta Schrilla em AESP, CO 3262, Processo Policial de Furto, (01/05/1912).

que já tinha o dinheiro recebido, que ambos os hóspedes viram perfeitamente que para abrir a porta do guarda roupa tirara a respectiva chave de uma prateleira existente na parede de tábua, que lembra-se agora a declarante que hoje pouco antes de descobrir o furto e quando foi a porta do quintal viu o tal *mulato passar correndo*, dirigindo apenas bom dia a declarante que *esse fato que antes do furto parecia-lhe sem importância parece-lhe agora importantíssimo para a descoberta do gatuno*, que em vista do exposto ela declarante desconfia positivamente desses dois indivíduos, mas, *em especialidade do mulato*.⁴⁶"

Nunciatta, a partir de suas declarações, desconfiava especialmente do mulato. Sequer sabia que ele se chamava Benedito, mas o reconheceu quando passou correndo em frente a sua casa, momentos após o furto. Em determinado ponto de suas declarações, ela se refere a Benedito como preto, e não mais como mulato como havia feito anteriormente. Tinha ela dúvidas quanto sua cor? Parece-nos que o intuito dela, ao escurecê-lo de mulato a preto, foi dar mais força à sua denúncia e à suspeição contra Benedito, e prontamente encontrar o culpado pelo roubo. Essa mudança em sua narrativa pode ter sofrido influência do escrivão que, "habituação" às declarações envolvendo elementos de cor negra, utiliza-se de uma idéia pré-concebida para "ajudar" a declarante a encontrar o culpado. Notemos que o acompanhante de Armando era apenas o "mulato", o "preto". Benedito só adquiriu identidade própria, para além da cor, quando ele próprio se nomeou, ou quando seu amigo o fez.

Esse não foi o único processo no qual encontramos um gradual escurecimento da cor da pele de um suspeito. No Termo de Declaração que mostramos a seguir, notemos como João Costa avalia a cor de seu agressor, do qual não sabia o nome.

"(...) às 9 horas o declarante [João Costa] palestrava com seus amigos Maneco e Chico de tal, na Avenida Celso Garcia em frente a Igreja São José, quando passou por ele um indivíduo de *cor parda*, desconhecido, dando-lhe um encontrão, voltou-se para pedir explicação, [e] foi pelo mesmo agredido a cacetadas, recebendo os ferimentos apresentados, que caiu ferido. O agressor fugiu pela várzea ali existente. (...)"⁴⁷

Quando as declarações passam para a primeira Testemunha, no entanto, a cor do criminoso se altera. De acordo com Manuel Marques:

⁴⁶ AESP, CO 3262, Processo Policial de Furto. *Op. Cit.* [grifo do processo].

⁴⁷ AESP, CO 3264.

"(...) estando na porta de seu estabelecimento, viu passar um *negro* desconhecido e atrás João Costa, sendo que ambos discutiam, o que o depoente nada compreendeu qual era o motivo da discussão, o depoente viu quando o *preto* deu uma rasteira em João (...)"

De pardo a negro, e daí para preto. A segunda Testemunha não viu de fato o conflito, e fez seu depoimento a partir do que ouviu dizer. Francisco da Costa contou que estava em um botequim, tomando um "mata bicha" e, ao sair do estabelecimento, notou grande ajuntamento de pessoas na frente da venda de Manoel Marques, reconheceu então João Costa, que estava ferido na cabeça: "(...) e ouvi-o dizer que tinha sido um *negro* que tinha lhe dado uma bordoadada."

Ou seja, o próprio João, que nas declarações disse que seu agressor era *parda*, contou ao amigo que fora agredido por um *negro*. Na verdade, parece haver pouca diferença entre as cores atribuídas a um não-branco⁴⁸.

Nos casos narrados, a identidade dos negros não foi explicitada, imputando-se-lhes a culpa por determinado crime mesmo que não houvesse provas concretas para a suspeição. Houve também um caso em que um indivíduo de cor procurou a polícia para requerer satisfações, pois sua intimidade fora desrespeitada.

Antônio Pinto Alves foi à delegacia porque depois de seu expediente, a senhora que cuidava da limpeza de sua residência fora até lá, e lhe contara que no período em que ele estivera ausente, cerca de 4 horas da tarde, mais ou menos:

"ali chegaram um guarda cívica e um *homem de cor branca*, que se dizia secreta, perguntando pelo quarto onde residia o preto Benedito. Foi-lhes imediatamente franqueada a casa e tendo os mesmos invadido o suposto quarto de Benedito, não satisfeitos com isso, varejaram todo o interior da casa, inclusive o quarto onde [Antônio Pinto Alves] dorme."

Antônio, viúvo de 45 anos, dividia a casa com outras pessoas além de Benedito, pois seu sobrinho, Sylvio Pinto, também morava lá. A senhora responsável pela casa afirmou que um dos policiais era "um homem de cor branca". O fato de ela ter enfatizado que o policial não era negro nos sugere que talvez se tratasse de um grupo de pessoas negras na casa. Essa hipótese soma-se ao fato de que o procurado pela polícia era o "preto Benedito". Mas Antônio tem outras razões para ter se dirigido à polícia, pois seu quarto fora invadido ilegalmente. Como os policiais não

⁴⁸ Um outro processo encontrado, em que o declarante expõe uma tentativa de furto em sua residência, que não foi concluída porque ele chegou a tempo de impedir os ladrões de lhe roubarem, há as descrições detalhadas dos assaltantes. O primeiro é descrito como "um mulato" e, ao ser mencionado o outro indivíduo, faz-se a seguinte citação: "o segundo preto". É plausível que, perante a sociedade, todos fossem vistos como pretos. AESP, CO 3261.

encontraram Benedito, levaram seu sobrinho, menor de idade, para uma averiguação:

"(...) dado a ilegal busca, retiraram-se, levando preso o menor Sylvio Pinto, sobrinho do declarante, alegando que o mesmo menor necessitava ser levado a Polícia para averiguação, que o declarante ignora o paradeiro de seu sobrinho. (..) Pede providências." ⁴⁹

Fica evidente a preocupação de Antônio com o sobrinho levado sem mandado à delegacia, assim como sua indignação com o abuso sofrido. Ele, declarante, na medida que recorreu à polícia, não devia ser alguém que tivesse contas a acertar com as autoridades. Considerando a possibilidade de ser ele um negro, que sabia ler e escrever, como consta na documentação, é provável que, a despeito de morar com Benedito que era "preto suspeito", fosse alguém com uma conduta mais próxima daquilo que os homens de cor pregavam. No entanto, Antônio não conseguiu que a polícia lhe explicasse os abusos cometidos:

"Resposta do delegado do 4^o. D.P.

(...) a sua casa não foi invadida abusivamente, porque a mesma foi franqueada e nem se deu busca na mesma.

Quanto ao menor Sylvio Pinto de Mello, foi detido, assim como dois outros, por costumarem acompanhar a Benedito José dos Santos, preso em flagrante delito de furto praticado na casa de ferragens de Pinto & Comp. A rua do Comércio, No.1, na manhã de quinze do corrente. E depois de prestar os esclarecimentos precisos, foi imediatamente mandado em paz. Tanto esse menor como os dois outros prestaram informações, que orientam esta D. P. nas diligencias, que sobre o referido furto, foram depois feitas com todo êxito." ⁵⁰

Benedito era de fato um "preto" para os conceitos dos homens de cor. No entanto, Antônio em momento algum declarou preocupações em relação a ele. Suas dúvidas eram quanto à invasão de seu aposento sem mandado, e ao seqüestro de seu sobrinho que, andasse ou não com o criminoso, parecia estar sob a tutela do tio. A resposta do delegado em nada mudava a situação de abuso, mesmo porque parece que a autoridade achava muito natural que o menor fosse retirado sem explicações de sua casa, para averiguações⁵¹. A invasão que indignou Antônio

⁴⁹ AESP, CO3240.

⁵⁰ AESP, CO 3240.

⁵¹ Deveria mesmo ser bastante normal que menores de idade fossem vigiados pela polícia. Em um processo bastante sucinto de 9 de fevereiro de 1899, recomenda-se à polícia "rigorosa fiscalização por parte dessa delegacia quanto aos vagabundos, capoeiras, desordeiros e menores, que costumam se reunir no Frontão Boa Vista, durante os respectivos espetáculos quer diurnos, quer noturnos". Notemos que a categoria "menores" justapõe-se, nesse processo, a "vagabundos, capoeiras, desordeiros". AESP, CO3239.

foi justificada pelo fato de estarem procurando o preto Benedito, e seu sobrinho foi, desta forma, acusado de andar em sua companhia. Novamente, observamos uma situação em que a referência à cor negra é suficiente para passar por cima dos direitos dos indivíduos. A idéia de que os negros e os pobres em geral eram constantemente vigiados se aplica à invasão sofrida por essas pessoas.

Outro caso em que a designação da cor visava confirmar a suspeição é revelado por uma carta de um preso de nome Júlio do Nascimento. No documento, ele pede sua liberação, afirmando que o crime sobre o qual estava sendo punido havia sido cometido por outra pessoa, o "preto Eusébio".

"Levo ao seu conhecimento que estando preso inocentemente e condenado pela mesma forma venho lhe fazer ciente que o verdadeiro criminoso de Junfedy Brandão é o preto Eusébio, que era com quem tinha rixa antiga por questão de mulher e não eu como me atribuiu o Sr. Malheiro, chefe da estação Paulista, nesta cidade de Rio Claro, o Sr. Malheiro é meu inimigo gratuito apesar de eu ser da mesma companhia, pois é pura verdade que eu exponho-te e espero no alto funcionário que não deixe condenar um inocente e deixe passar impune o verdadeiro criminoso. O Sr. Malheiro encoberto e protegido na estação por três criminosos que são um maquinista e dois empregados de Armazém."

Notemos que o argumento mais forte para justificar sua inocência é o de que a pessoa que o condenou era sua inimiga, e tinha motivos, portanto, para querer prejudicá-lo. No entanto, ao invés de reforçar essa idéia e discriminar as razões do desafeto, ele, primeiramente, incrimina outra pessoa. Mas, além de citar o nome do suposto assassino de Junfedy Brandão, condição absolutamente essencial para solucionar o crime, Júlio do Nascimento dá a informação extra de que o criminoso era também "preto". É possível que, para o autor da carta, esse dado fosse um facilitador para a identificação do Eusébio que trabalhava na companhia da Estação Paulista de Rio Claro.

Mas, quando acusa seu inimigo de ser protegido por três criminosos, não revela peculiaridades sobre eles que pudessem dar credibilidade a sua afirmação. Entre eles poderia até mesmo estar o tal "preto Eusébio", que teria se livrado da punição por um crime e que, portanto, deveria ter motivos para proteger o Sr. Malheiro. Júlio, no entanto, nos faz crer que Eusébio não estava entre eles, pois seria ainda mais fácil localizá-lo no Armazém da companhia. Os "capangas" do sr. Malheiros não têm cor nem nome, e, por isso, não poderiam ser encontrados. Não nos parece, então, que o preso Júlio quisesse de fato denunciar seu inimigo; ele desejava

salvar-se da condenação e, assim, valia mais denunciar "um preto" chamado Eusébio do que se indispor com "companheiros de trabalho".

Fica evidente que há um problema entre os trabalhadores da dita Estação. Mesmo que Júlio Nascimento não seja o culpado pelo crime, é muito provável que lhe tenha parecido útil indicar a cor do ofensor; afinal, sendo este último um preto, seria mais fácil convencer as autoridades de que havia outro responsável pelo assassinato, caso contrário não haveria feito este adendo.

Olívia Maria Gomes da Cunha⁵² também relata casos em que acusar um "preto" é a solução viável para um indivíduo escusar-se de um crime. Mais que isso, esta autora indica como muitas vezes pessoas que sequer tinham condições de escrita favoráveis para compor um documento a ser analisado por juízes obtinham ajuda para cuidarem de sua libertação, dentro do confinamento. Esta é uma interpretação plausível para o caso de Júlio Nascimento e, se uma pessoa, quiçá um advogado, ajudou Júlio a escrever a carta, pode ser sido importante a informação de que o verdadeiro culpado era um preto, contando que o preconceito subentendido das instituições jurídicas acabassem por consolidar seu apelo.

Os casos narrados trazem a constante associação entre a cor negra e a suspeição. Esses documentos nos sugerem um significado moral atribuído aos "pretos", o que fazia com que sempre houvesse uma suspeita sobre o indivíduo de cor escura, independente de se conhecer o acusado ou não. O medo dos homens de cor se confirma com esses dados, encontrados nos processos policiais. Os pardos e pretos eram considerados criminosos sem que ao menos se tivesse certeza da ligação deles com algum crime. Essa comprovação é visível nos discursos das autoridades e dos demais envolvidos nos processos. A italiana Nunciatta Schrilla, por exemplo, lembrou-se de incriminar o "mulato" que conhecia de passagem, durante as declarações. A polícia contemplou a suspeita da italiana porque, provavelmente, devia parecer muito plausível que um não-branco que tenha estado próximo à cena do crime pudesse ser incriminado. Este parece ter sido apenas mais um caso em que tantos pretos "sem nome" foram incriminados pela cor, como se essa característica pudesse substituir indubitavelmente a identidade destes indivíduos.

⁵² Olívia Maria Gomes da Cunha. *Op.Cit.* p.100.

Não era, entretanto, apenas em casos que o negro era suspeito de algo que ele poderia figurar sem identidade. Analisamos dois outros processos em que eles foram vítimas de crimes e, mesmo assim, não possuíam nomes.

A primeira vítima sem nome está em um documento da cidade de Franca, que data de 24 de setembro de 1901. É tão sumária a declaração que nos causa revolta o pouco caso com tamanha violência:

"É pronunciado José Ignácio de Faria como comparsa de seu tio João Ferreira cognominado de Fera Junqueira; pelo fato de ter castrado um pardo."⁵³

É simplesmente ultrajante, um insulto mesmo. Um homem foi castrado por uma "fera" e seu comparsa, e não há um processo completo, ou ao menos o nome da vítima, nem a causa da agressão. Era apenas um pardo. Esta denominação "um pardo", utilizando ainda o artigo indefinido, causa a indesejável impressão de que foi castrado um ser qualquer, como um animal sem valor, sem que haja muita importância no fato. Notemos que esta não foi uma violência praticada para com um escravo, que evidentemente também não poderia ser justificada, mas que poderia ser interpretada pelas autoridades como um ato contra a propriedade particular. Era setembro de 1901; mas talvez ainda muito cedo para que um processo policial feito numa delegacia, sobre um ato de violência contra um não-branco, pudesse apresentar o nome da vítima - tratava-se apenas de "um pardo".

Outro crime sem nome ou identificação de quem seria a vítima foi o "assassinato de um preto". Nesse caso, o documento é de 1902, mas o assassinato foi cometido em 1897. Os criminosos, ao contrário da vítima, têm nomes: Antônio e Giuseppe. Este último declarou: "Matei para o fim de roubar do mesmo a importância de 300 libras italianas"⁵⁴. E o processo acaba assim, sem que se possa saber de quem eram as libras, como os homens sabiam que estavam com "o preto" e, claro, quem era afinal o tal preto. Não se trata de um suspeito, mas sim de uma vítima sem nome... Como todos os negros do período, este foi mais uma pessoa identificada apenas por sua cor, mesmo quando se tratava de uma vítima e não de um suspeito ou de um criminoso.

⁵³ AESP, CO 2963.

⁵⁴ AESP, CO 2963.

4. Crime de Preto

Nos primeiros dias de 1910 foi possível acompanhar pelas "Notícias Diversas" publicadas no *O Estado de São Paulo* um crime "sensacional"⁵⁵, descrito em todas notas sob o título de "Preto Bibiano".

"Preto Bibiano" era pastor de uma igreja evangélica situada no Brás, na rua Santa Rita, número 32, nomeada Igreja Evangélica Militante. Parte das denúncias contra o "preto Bibiano" veio de ex-crentes. Foram, no total, cinco notícias em janeiro, primeiramente contanto o motivo do inquérito contra o pastor, e posteriormente narrando em detalhes o desenvolvimento do processo até a prisão do evangelista.

O crime de Eugênio Bibiano de Castro foi considerado por Ana Gomes Porto do tipo "sensacional" por que era mais um caso que acirrava a curiosidade dos leitores. O "preto" Bibiano era acusado de seduzir moças virgens de sua igreja e violentá-las. No jornal do dia 5 de Janeiro saiu uma cópia integral "do processo intentado contra o terrível sátiro":

"Do inquérito que vem junto a esta denúncia consta que o pastor Eugênio Bibiano de Castro, brasileiro de 58 anos de idade, divorciado, deflorou há quatro anos, aproximadamente, a crente Esmeralda do Amaral, filha de Romana Maria de Jesus, natural de Santos, onde nasceu em 18 de maio de 1888 (...)."

Infelizmente não encontramos nos arquivos judiciais referentes a 1906 nenhuma menção a crimes sexuais que poderiam ter sido cometidos pelo pastor. É estranho que um estupro tenha sido descoberto apenas quatro anos depois de ocorrido, mas a denúncia tardia foi justificada pela fé que os crentes possuíam no pastor no período do crime, suficiente para encobrir a violência. No entanto, parece-nos que as denúncias só foram feitas depois de quatro anos porque surgiram outros casos que reverberavam o estupro sofrido por Esmeralda:

"Consta mais que, cerca de um ano depois, Bibiano estuprou a menor virgem Vicentina do Amaral, também filha de Romana, nascida em fins de outubro ou começo de novembro de 1894, na mesma cidade de Santos, seguindo o que está certificado. O mesmo pastor protestante estuprou ainda, há um ano, mais ou menos, as menores Juventina Lopes e Cecília de Lima, esta de quatorze anos de idade, a primeira filha de Manuel Lopes e a segunda filha de Manuel Lima. As vítimas são todas miseráveis, como se prova com atestados (...)."

⁵⁵ Segundo Ana Gomes Porto o caso do preto Bibiano, apenas citado por ela, era um exemplo de "crime sensacional". *Idem Op. Cit.* p. 122

Notemos que esse trecho da notícia parece ter sido copiado do próprio processo policial. Dessas palavras, juntando informações, parece-nos duvidoso que os estupros das duas irmãs Esmeralda e Vicentina tenham sido escondidos durante tantos anos; talvez as violências tenham sido "consentidas" pela mãe, Romana, em nome de sua fé. Talvez Manuel Lopes e Manuel Lima também tenham "cedido" suas filhas ao pastor enquanto acreditavam nos desígnios de Bibiano. Afinal, segundo o relato, o guia espiritual justificava seus atos aos seguidores dizendo que os cometia a mando divino.

"Vicentina, Juventina e Cecília foram violentadas numa casa ou dependência da igreja protestante da rua de Santa Rita, distrito do Brás. Esmeralda também foi deflorada nesta capital, mas o inquérito não diz em que ponto da cidade, pequena omissão que se procurará sanar no sumário de culpa."

O fato de os estupros terem sido cometidos dentro da própria igreja corrobora ainda mais o tom de sacrilégio que envolve os crimes, porque teriam profanado um lugar sagrado. Essa característica reforça o sensacionalismo da notícia e a perversidade do criminoso, que não respeitara "sua própria santidade", afinal, Bibiano declarava ser o próprio Deus e Jesus. Atentado ao pudor dentro de igreja e violência sexual contra menores, cometida por um pároco, que além de tudo era "um preto do Brás", renderiam muitos leitores e comentários em diversos períodos.

Podemos encontrar uma situação similar narrada por Joseli Maria Nunes Mendonça, em sua tese de doutorado sobre o rábula Evaristo de Moraes⁵⁶. O pai do protagonista, Basílio de Moraes, de 60 anos de idade, era responsável por um orfanato feminino, o Recolhimento Santa Rita de Cássia, que recebia espórtulas dos leitores do jornal carioca *O País*. Em uma visita surpresa que representantes do periódico realizaram ao asilo vislumbraram um local que mais se pareceria com um cortiço ou uma senzala, afirmação que podia ter sentidos bem precisos, como observa a autora. Da constatação feita pelo jornal, inicia-se uma perseguição a Basílio, provida de investigações e interrogatórios com as órfãs. Nestes questionamentos verifica-se que, somado às condições inadequadas da instituição, havia um problema moral quanto à conduta luxuriosa de Basílio que, além de duas amásias (as quais fizera regente do estabelecimento), haveria deflorado cinco menores que estavam sob sua tutela. O caso tomou aspecto espetacular nas linhas dos

⁵⁶ Joseli Maria Nunes Mendonça. *Evaristo de Moraes: justiça e política nas arenas republicanas (1887-1939)* Tese de Doutorado. Campinas, SP: UNICAMP, 2004.

jornais durante vários dias, causando um frenesi na população. Não bastassem todas as infâmias, Basílio de Moraes era negro. Vejamos como *O País* o descreveu:

"(...) concupiscente, propagador da luxúria, mestre de corrupção, monstruoso abutre da honra de donzelas."⁵⁷

Analisemos agora um trecho da notícia sobre as atitudes do pastor Bibiano:

"Bibiano, para saciar seu instinto libidinoso, iludia as crentes, suas vítimas, dizendo que assim procedida a mandado de Deus. E quando se resolvia a fazer uma nova vítima, insinuava aos crentes "que tivera uma revelação e um sonho e por isso escolhia uma nova companheira para viver com ele em comunhão espiritual, e dava a sua nova amante o título de – mãe da Igreja." ⁵⁸

Em ambos os casos, não há qualquer menção direta à cor dos indivíduos, mas podemos notar o tom naturalista de narrativa dos jornais por meio de adjetivações como "abutre da honra de donzelas" e "saciar seu instinto libidinoso". Bibiano e Basílio foram acusados de praticarem seus crimes de comum acordo com suas amantes adultas, que adquiriam gradus postos em suas instituições: "mãe da Igreja" e "regentes do estabelecimento". Para Basílio, houve ainda o agravante de que uma de suas amásias, Leonor, era "mulata", o que reforçou os adjetivos depreciativos no jornal. Assim, Joseli Mendonça conclui que:

"Neste ponto também, a 'lubricidade' do diretor era, de forma inequívoca e escancarada, relacionada à sua origem racial: o 'negro' Basílio era já epitetado de 'o monstro', um termo cuja força expressiva residia no fato de naturalizar – com o aval da 'ciência e de maneira espetacular toda a desqualificação moral que o comportamento do diretor parecia evidenciar'."⁵⁹

No dia seguinte à última notícia mencionada, ou seja, no dia 6 de maio de 1910, foi publicada uma nota sobre o inquérito, desta vez intitulada "O caso do **preto** Bibiano", no entanto, esta não era uma notícia sobre o réu ou sobre o crime; tratava-se apenas do pedido da Igreja Evangélica Militante de manutenção da posse do prédio à rua Santa Rita. O título, portanto, servia apenas para chamar ainda mais a atenção do leitor sobre o caso. A notícia seguinte foi publicada apenas no dia 9 do mês corrente, essa sim mais promissora, trazendo uma descrição do julgamento, novamente intitulada "O **preto** Bibiano":

⁵⁷ *Apud.* Joseli Maria Nunes Mendonça. *Op. Cit.* p. 10.

⁵⁸ *O Estado de São Paulo*, Notícias Diversas, (05/01/1910).

⁵⁹ Joseli Maria Nunes Mendonça. *Op. Cit.* p.12.

"Prossiguiu ontem, às 11 horas da manhã, a formação de culpa do **preto** Bibiano Eugênio de Castro, pastor da Igreja Evangélica Militante (...). Como se sabe, iludindo a boa fé de inúmeros incautos, o **preto** Bibiano conseguiu, por ardilosos meios, seduzir várias menores, violentando-as no próprio templo da rua de santa Rita, n. 32. A fama do novo "profeta" chamou ao tribunal do júri extraordinária concorrência de curiosos, ávidos de conhecer o velho sátiro.(...)"⁶⁰

É interessante notar que, de acordo com as palavras do jornal, a narrativa do julgamento trouxe a qualificação "preto" diretamente associada ao nome do pastor. No entanto, nas notícias publicadas anteriormente, verifica-se que na descrição de Bibiano não há cor, apenas idade e nome. Como em muitos processos analisados, o termo preto trazia um adendo importante de qualificação. Talvez o próprio jornal tenha inserido tal adjetivo para reforçar que o crime sexual cometido por um religioso, antes de mais nada, fora realizado por um preto.

"Haviam-se iniciado, apenas, os trabalhos e estava sendo inquirida a primeira testemunha, quando o juiz, notou que, lançando olhares suspeitos para o depoente, o réu procurava suggestioná-lo, no sentido de torná-lo um mero instrumento de sua vontade. A vista disso, resolveu o Dr. Mello colocar Bibiano em outro lugar, de forma a impedir que ele, com seu olhar magnético, conseguisse influenciar sobre as testemunhas e, principalmente sobre as suas vítimas, que iam ser inquiridas. Intervieram então os advogados do réu, Drs. João Dente e Aureliano do Amaral, protestando contra o ato do juiz sumariamente. Depois deste ligeiro incidente, foi permitido a Bibiano sentar-se junto de seus patronos, prosseguindo o sumário, que havia sido interrompido por alguns momentos. Foram, então, ouvidas mais duas testemunhas, que se limitaram a confirmar suas declarações feitas perante a autoridade policial."⁶¹

Essa parte final é particularmente interessante porque pela primeira vez imputa-se a Bibiano mais do que a cor como característica suspeita. A narrativa permite que o leitor recrie em sua mente os terríveis olhos do preto capaz de suggestionar testemunhas, sendo isso perceptível aos mais céticos observadores. É digno de nota que Bibiano aparece como um ser sobrenatural, mágico no sentido de conseguir iludir continuamente os crentes tanto para cometer os atos mais bizarros, como para manter esses seguidores em seu poder. A verossimilhança com o epíteto de monstro dado a Basílio é clara.

Mais uma nota sobre o caso foi publicada no dia 11 de janeiro e, em 23 do mesmo mês e ano, fica concluído o caso do "Preto Bibiano", "acusado de crime de atentado ao pudor", segundo o jornal:

⁶⁰ *O Estado de São Paulo*, Notícias Diversas, (06/01/1910).

⁶¹ *O Estado de São Paulo*, Notícias Diversas, (09/01/1910).

"Ao ser-lhe perguntado se tinha fatos a alegar em sua defesa, Bibiano, que, como de costume, trajava a sua indefectível sobrecasaca preta, perfilou-se todo e, levantando os olhos, numa expressão seráfica, para o teto da sala, como que a invocar proteção divina, protestou ser inocente e vítima de diabólica perseguição."⁶²

Novamente temos aqui o ar teatral que envolvia Bibiano de uma áurea persuasiva. O pastor se torna medonho em sua sobrecasaca preta, mesmo pedindo ajuda aos céus. A descrição de um momento em que o pastor deveria clamar pela piedade dos olhos dos homens perante sua comunicação com o divino parece a própria confissão de culpa do réu, visto tudo quanto já havia sido exposto no jornal. Segundo a mesma notícia, Bibiano procedeu com indiferença à sentença de prisão que o levou ao "carro celular".

Não foi a última vez que pudemos encontrar o título "Preto Bibiano", apesar dele ter sido condenado à prisão. Em 6 de Julho de 1910 seu nome reaparece no título "A Igreja do Preto Bibiano". Essa notícia narra que estava em vias de ser depositada,

"em mãos do sr. Dr. Secretário de justiça e da segurança pública uma representação em que 1726 moradores do Pari, Brás e Belenzinho pedem com justo motivo o fechamento de uma casa que no último daqueles bairros, servindo de interesse de um velho preto sádico, sob o falso rótulo de igreja evangélica militante,(...)"⁶³

A população, comovida, estava pedindo o fechamento da igreja que atentava contra a moral. A solicitação justificava-se porque Bibiano já estava cumprindo pena na Penitenciária, por treze anos e, assim, teria sido provado que "essa casa constitui[a] um antro de prostituição fomentado pelo preto Bibiano e nesse caso, punido este, as portas da igreja deveriam logo ser fechadas."

A petição ocorre porque, apesar de preso o pastor, a Igreja continuava a funcionar (o significa que ainda possuíam fiéis)

"agora [dirigida] por um sujeito espanhol, que prega[va] o mesmo código moral do sentenciado e abusa[va] da boa fé de gente ignorante e ingênua, cuja bolsa é constantemente assaltada, a título de necessidade de manter o culto da casa do Senhor".

Nenhuma notícia adiante traz o desfecho da história, e não foi possível encontrar mais nenhum título com o nome de "preto Bibiano". Apenas por acaso uma nota sob o título de "Agressão" confirma que a petição movida contra a igreja não conseguiu sair-se vitoriosa:

⁶² *O Estado de São Paulo*, Notícias Diversas, (09/01/1910).

⁶³ *O Estado de São Paulo*, Notícias Diversas, (06/07/1910).

"O sapateiro Manuel Pereira Lopes, morador a rua Saldanha Marinho, e o ensacador de café Honório Monteiro da Silva, morador a rua S. Leopoldo, 55, compareceram ontem a repartição Central da Polícia para dar queixa à autoridade de serviço de uma agressão de que foram vítimas. Disseram os queixosos que se recolhiam a casa de uma cerimônia realizada na igreja do preto Bibiano, quando foram agredidos na avenida Celso Garcia pelo dr. Passos Cunha, Laudelino Schmidt, Bernardo Rodrigues e outros. As vítimas da agressão atribuem o acontecimento ao fato de terem os seus ofensores perdido uma causa que moveram contra a igreja. A autoridade mandou submetê-los ao exame de corpo de delito, verificando-se que as lesões que apresentavam nos braços e na cabeça não eram de gravidade."⁶⁴

O estabelecimento não tem mais por que ser alcunhado de "igreja do preto Bibiano" e, assim, torna-se bastante curioso que o jornal não tenha relatado com devido destaque as decorrências do processo para o fechamento da igreja - talvez porque, neste caso, os protegidos do jornal tenham perdido a causa. As vítimas da notícia acima deixam claro terem sido agredidas por terem vencido a causa. Provavelmente, Bibiano não era o único que tinha interesse em manter a igreja funcionando; havia pelo menos o tal "espanhol". No entanto, durante as notícias referentes ao processo do pároco, nenhuma outra pessoa, exceção feita às vítimas de estupro, teve seu nome vinculado ao da Igreja Militante - parecia que Bibiano era o único líder da comunidade.

Contudo, prestando um pouco mais de atenção às peças do quebra-cabeça, notamos que o nome de Manuel Lopes - vítima de agressão dos inimigos da igreja do preto Bibiano mencionado acima - já havia aparecido em outra notícia anterior. Ele era o pai de uma das vítimas da lubricidade de Bibiano, a menor Juventina Lopes, mencionada na notícia de 5 de Janeiro de 1910. Não é possível ter certeza absoluta se Manuel Lopes era ou não um homônimo do pai de Juventina, no entanto, poder-se-ia suspeitar ter havido uma conspiração para retirar o poder da igreja das mãos de Bibiano, transmitindo-o a outrem. Os motivos que teriam levado alguns fiéis à suposta traição podem ter sido vários, desde a acusação de abuso sexual e até mesmo, quiçá, a certeza de que os lucros da igreja devessem locupletar outros bolsos.

A intenção dessa pesquisa não é defender o pastor, afinal, não há documentos que indiquem sua honestidade. Não nos parece nada despropositado que os títulos das notícias tenham sido sempre "O preto Bibiano". Intencionalmente destacamos todas as menções à cor do acusado, quando presentes nos títulos das notícias. Como já foi observado, era comum que se declarassem os crimes especificamente praticados por negros, pois isso conferia um alto grau

⁶⁴*O Estado de São Paulo*, Notícias Diversas, (08/07/1910).

periculosidade ao elemento de cor escura, corroborando as assertivas científicas. Isso também não é nenhuma novidade. Se dispuséssemos apenas dessas informações sobre o caso de Bibiano, esse seria mais um dentre outros crimes sensacionais em que houve destaque para a cor do preto criminoso.

Entretanto, Eugênio Bibiano também apareceu nas colunas do *O Estado de São Paulo* em outros tempos.

Na já citada notícia de 6 de Julho de 1910, há uma pequena informação que poderia deixar os leitores desconfiados. A petição contra a Igreja Militante vinha acompanhada pela seguinte afirmação:

"(...) logrou [a igreja] a atravessar muitos anos numa prosperidade relativa, sem que se soubesse com pleno conhecimento de causa que tal prosperidade advinha de uma torpe exploração(...)"⁶⁵

Que "torpe exploração" foi essa? Em todas as notícias de 1910 o crime que se denunciava era o de violência sexual. Nada do que se publicou neste ano indicava ter havido alguma exploração econômica que pudesse ter mantido a igreja em "relativa prosperidade".

Os digníssimos leitores que tinham por hábito acompanhar assiduamente as folhas de *O Estado de São Paulo*, e também os moradores de longa data das imediações da igreja no Pari, Brás e Belenzinho, estavam cientes das ocorrências ilícitas na Igreja Militante há pelo menos há dez anos! Já sabiam certamente sobre a prosperidade da instituição e de que essa advinha da exploração econômica dos fiéis. Vejamos:

"Novo Conselheiro.

Não há muito tempo, sob mesma epigrafe, noticiamos os abusos cometidos por um indivíduo de nome Eugênio Bibiano de Castro, que vai por mais de um ano, arrasta uma multidão de gente de espírito fraco para sua igreja da rua Santa Rita, onde prega um evangelho, todo seu, impondo aos seus prosélitos os mais obtusos sacrifícios. Estes sacrifícios, como na nossa notícia fizemos notar, fazem votar-se até a miséria os infelizes que se deixam levar por suas perigosas doutrinas, contra as quais, até agora não houve providência alguma em bem menos do sossego das almas simples que acompanham o evangelista da rua de Santa Rita. Eugênio Bibiano de Castro, entre muitas coisas exige dos seus crentes, obriga-os a beijar-lhes os pés, insinuando-lhes no espírito que é Deus, que é Cristo e salvador da humanidade. Aconselha-os a que família, haveres, glórias, tudo, deixem por ele, que é mensageiro

⁶⁵ *O Estado de São Paulo*, Notícias Diversas, (06/07/1910).

da paz e do perdão. Um inspetor de quarteirão de uma rua das adjacências do *templo* de Bibiano faz de anjo Gabriel com grande aparato. Para manter o brilho de seu culto, exige Bibiano que seus *crentes*, homens, entrem com 5\$000 mensais, as mulheres, com 2\$000, as crianças de sete anos em diante, 1\$000, e as de menor idade, 500 réis.

Esse dinheiro todo chega às mãos do novo Conselheiro por intermédio de dois cobradores. O *crente* que não entrar com mensalidade é posto fora da comunidade. Ontem, no posto policial da rua do Gasômetro estavam diversos desses *crentes* que se queixavam das extorsões e que tiveram ocasião de pedir que chamemos a atenção do dr. Chefe de polícia para o templo *militante*, como os *crentes* o denominam, referindo-se então o caso de uma pobre velha, de nome Salustiana, que se viu privada por Bibiano de 600\$ que lhe pertenciam e 200\$ de propriedade de um seu filho, menor, e que se achavam na caixa econômica. Não sabemos o que há nisto de certo, mas parece-nos que essas queixas merecem atenção da polícia."⁶⁶

Não há nenhuma acusação de violência sexual nas notícias desse período; o crime pelo qual o pastor é constantemente acusado nos idos de 1900 é o de abusar financeiramente dos *crentes*. Uma década antes das notas já citadas sobre crimes contra a honra, *O Estado de São Paulo* já havia publicado seis notícias sobre o mesmo pastor Eugênio Bibiano. Já em 1900, o jornal clamava urgência de resolução do caso, e muitos "crentes desiludidos" e expropriados de seu dinheiro colaboraram com os alertas do periódico:

"Novo Conselheiro.

O Dr. Severiano de Figueiredo, 5^o sub-delegado da 5^a Circunscrição abriu, ontem, rigoroso inquérito a respeito, para apurar responsabilidade de Eugênio Bibiano de Castro, o pastor da rua de Santa Rita. No posto policial da rua do Gasômetro foram ouvidas, entre outras, as declarações de Benedito Carregosa, um dos *crentes* desiludidos, que disse ter entrado a fazer parte da igreja na suposição de que poderia ver Deus, face a face. Não conseguindo, entretanto, o que tão ardentemente desejava, e não se submetendo a beijar os pés do pregador do evangelho, retirou-se, há quatro meses, sendo um dos motivos de sua retirada o fato de não poder dispor mensalmente de 5\$000, com que era obrigado a entrar para os cofres do *templo*. O 5^o subdelegado da 5^a Circunscrição vai oficiar ao sr. Diretor da caixa econômica para apurar o caso da extorsão de que foi vítima a velha Salustiana, que, ao que soube ainda a autoridade, era casada com Eugênio Bibiano, que a abandonou para casar com outra na mesma igreja *militante* onde já diversos casamentos de fanáticos se têm realizado. Parece que a autoridade pensa em mandar submeter o perigoso evangelista a exame e sanidade."⁶⁷

⁶⁶ Não encontramos menção a Bibiano anterior a 1900. *O Estado de São Paulo*, Notícias Diversas, (04/02/1900).

⁶⁷ *O Estado de São Paulo*, Notícias Diversas, (05/02/1900).

Em 1910, o inquérito narrado pelo jornal nos mostrou que Bibiano era divorciado, o que ocorreu em 1900 quando ele acabara de se separar de Salustiana Eugênia. Note-se que não há dúvida em se tratar da mesma pessoa: o nome que aparece em ambos os anos é o mesmo, Eugênio Bibiano de Castro, assim como o endereço da igreja também chamada Militante. Ele já havia, portanto, sido investigado em suas atividades criminosas. Parece-nos improvável que nenhum dos redatores das notícias em 1910 tivesse conhecimento de que Bibiano já havia sido objeto de notícias no mesmo jornal em 1900. Por que, então, o fato de ele já possuir antecedentes criminais não foi lembrado claramente em 1910? O que diferencia o pastor de uma e outra ocasião?

"Novo Conselheiro.

Continuou ontem na 5^a. Delegacia da 5^a. Circunscrição o inquérito relativo ao novo conselheiro; Eugênio Bibiano de Castro, da igreja *militante* da rua de Santa Rita. Foram ouvidos ontem os depoimentos de Salustiana Eugênia, moradora a rua Monsenhor Andrade n. 171, que, por muito tempo, conviveu com o *evangelista*; Thereza Alves Pinto, Mathilde Ribeiro de Abreu e José Galdino Pereira, freqüentadores do templo. Salustiana, que negou a autoridade caso de extorsão de dinheiro que lhe pertencia e que se achava na caixa econômica, declarou à autoridade que, com a fé que a anima "já teve por duas vezes a ocasião de ver a imagem de Deus: uma em pleno céu, que estava todo iluminado, e outra junto de si, quando Ele lhe apareceu, vestido de uma túnica de mangas largas, barba e cabelos brancos."⁶⁸

Comparemos agora com outra notícia, publicada no dia seguinte:

"Novo conselheiro.

Vieram ontem a noite em nosso escritório as ex-crentes Salustiana Eugênia, Thereza Alves Pinto, Mathilde Ribeiro de Abreu e Lucinda Alves Pinto a fim de dar alguns esclarecimentos sobre o caso de que sob esta epígrafe temos tratado. Entre outras explicações que nos deu a respeito, Salustiana Ferreira pediu-nos que declarássemos que ela não negou, como ontem publicamos, (de acordo com o auto de suas declarações, constante no inquérito que corre na 5^a. Delegacia da 5^a. circunscrição) o fato da extorsão de dinheiro que lhe pertencia e que se achava depositado na caixa econômica. Salustiana disse-nos que o pastor Eugênio Bibiano de Castro, convencendo-a de que não devia ter tesouros na terra, retirou da caixa econômica o seu dinheiro, cuja soma não sabe precisar. Acrescentou que era casada com Bibiano no templo da rua de Santa Rita e que, depois que o pastor resolveu abandoná-la, reuniu os crentes, e em presença de todos, do púlpito a expulsou, dizendo que ela não era mais digna de viver no seio de Abraão. Da sua expulsão da comunidade resultou

⁶⁸O Estado de São Paulo, Notícias Diversas, (09/02/1900).

mandar Bibiano queimar com solenidade a sua cama. As outras testemunhas que nos procuraram, contaram-nos também cenas interessantes do culto, confirmando a obrigação de beijar os pés do pastor, que exige que todos crentes contribuam mensalmente com dinheiro para os cofres do templo. Lucinda Pinto Alves e duas filhas referiram-se [sic] que foram expulsas da *igreja militante*, porque não quiseram ceder a uma exigência de Bibiano, que procurou obrigá-las a vender uma casa que possuíam em Santos, para receber o produto da venda. Os ex-crentes, que vieram ao nosso escritório, são unânimes em afirmar que a autoridade do Brás, incumbida do inquérito, não as ouviu com devida atenção, de modo que não puderam depor como pretendiam para esclarecimento da verdade. O que aí fica parece que deve ser bem apurado pelo Dr. Chefe da polícia, visto que não são poucas as pessoas, e muitas delas qualificadas, que nos têm procurado, pedindo nosso auxílio para conseguir que a polícia se mova com toda emergência afim de por um paradeiro as especulações do evangelista Eugênio Bibiano de Castro. A própria polícia, aliás, tem tido provas dos resultados das doutrinas perigosas pregadas no templo *militante*, pois, por informações colhidas com várias autoridades da 5^a. circunscrição, temos noticiado muitas queixas de gente prejudicada no seu sossego e na sua honra, devido as (ilegível) da *igrejinha* do novo conselheiro."⁶⁹

Primeira confusão entre as notícias sobre Bibiano. Na primeira notícia, retirada das informações policiais, as *ex-crentes* haveriam negado a exploração de Bibiano, pois, de acordo com sua fé, haviam de bom grado entregado o dinheiro à Igreja Militante. No entanto, logo no dia seguinte, as declarantes dirigem-se ao jornal negando insistentemente o que havia sido publicado no dia anterior e reforçando o fato de que a exploração do pastor se utilizava da fé das crentes para extorquí-las. O ritual narrado de expulsar a ex-esposa da Igreja, com a queima de sua cama, realça as características teatrais do pastor, assim como o fato de haver a incômoda obrigação de lhe beijar os pés. A contradição entre as duas notícias sugere que os jornalistas confundiram as informações, ou que a polícia alterou os depoimentos. De qualquer forma, a confusão sugere equívocos cometidos por alguém que teria envolvimento com as acusações. As declarações feitas no dia posterior, que confirmaram as usurpações, geraram indignação por parte de alguns seguidores da Igreja Militante; assim, parece-nos evidente que Bibiano não estivesse só em suas contravenções:

"Novo conselheiro.

Ontem fomos procurados por uma comissão de membros da já celebre igreja militante de Eugênio Bibiano de Castro. Vinha dar-nos explicações; mas, esquecendo-se do fim que vinha, a comissão qualificou as notícias desta folha por forma tal que tivemos que lhe dar mostras que a porta por que se entra nesta casa é

⁶⁹O Estado de São Paulo, Notícias Diversas, (10/02/1900).

também aquela que se sai. Julgamos inútil a publicação de explicações de quem quer que seja. O que está evidente é que há pessoas (cujos nomes estão na nossa notícia de ontem) que se queixam de fatos graves praticados dentro do templo de Bibiano. Tanto basta para que o Sr. Chefe de polícia mande abrir inquérito sobre esse culto novo em que o sacerdote é apontado como autor de extorsão de dinheiros e outros delitos. É preciso que sejam ouvidas pessoas conhecidas do bairro do Brás que afirmam tudo quanto se leu nas declarações que ontem publicamos. No Brás diz-se que Bibiano tem protetores e que nada lhe acontecerá. Não damos crédito a essa suspeita, mas parece-nos conveniente que se evite, o quanto antes, que ela se generalize e adquira visos de verdade. Chamamos de novo para o caso a atenção do Sr. Dr. Almeida e Silva."⁷⁰

Havia um atrito entre os membros da Igreja e a própria redação do jornal que, ao insistir na punição da Igreja e do pastor explorador, assumia uma postura bastante parcial quanto às acusações. O jornal afirmava inclusive que ele teria "protetores", chamando nominalmente o responsável pelo caso à apuração dos fatos. A caça às bruxas, ou melhor, à igreja, segue com inspeções realizadas pela caixa econômica:

"O diretor da nossa caixa econômica de S. Paulo respondeu ontem no ofício do Dr. Severiano Figueiredo, 5 O. sub-delegado da 5 A. circunscrição, em que se lhe pediam informações sobre o dinheiro pertencente a Salustiana Eugênia, que foi casada com Eugênio Bibiano de Castro, o evangelista da rua de Santa Rita. No seu ofício, o diretor da repartição declara não constar a existência de dinheiro na conta em nome de Salustiana Eugênia. (...)"⁷¹

Mais curioso ainda é notar que na continuação da mesma notícia há um tratamento a um ex-presidiário que dificilmente se observaria nas colunas das "Notícias Diversas":

"Ontem procurou-nos os sr. Ulyses Costa que nos disse que, preso desde 12 de dezembro último até 11 do corrente, só agora podia reclamar providências contra a *igreja militante* da rua de santa Rita. Informou-nos o sr. Ulyses Costa de que, pouco antes de ser preso, chegara de Santos e encontrara sua mulher, sua sogra e duas cunhadas de tal maneira dominadas por Bibiano que se recusavam a voltar quer para sua companhia, quer para a de seu sogro. O Sr. Ulysses Costa disse-nos que reside na avenida Rangel Pestana, 223. É uma indicação que pode servir ao sr. Dr. Chefe de polícia para obter informações completas sobre os fatos que têm sido denunciados como constituindo o estranho culto do templo de Bibiano."⁷²

Ulysses da Costa esteve preso e se tornou "senhor", segundo a letra do jornal, a partir do momento que foi conveniente delatar um inimigo maior. Ressalte-se que nunca foi localizada por

⁷⁰ *O Estado de São Paulo*, Notícias Diversas, (11/02/1900).

⁷¹ *O Estado de São Paulo*, Notícias Diversas, (15/02/1900).

⁷² *O Estado de São Paulo*, Notícias Diversas, (15/02/1900).

esta pesquisa nenhuma notícia em que um criminoso, ou mesmo um suposto "vadio", fosse tratado com tanta dignidade a ponto de ser chamado de senhor. Um ex-presos, com toda a certeza, jamais conseguiria tamanho respeito de *O Estado de São Paulo*, especialmente na seção "Notícias Diversas", caso não houvesse a clara intenção de torná-lo uma testemunha irrepreensível.

Chegamos, enfim, ao ponto que mais interessa a esta dissertação na história de Bibiano. Reafirmemos que nosso intuito, aqui, não é o de inocentar Bibiano, mas sim compreender a postura do jornal. Lembremos que nosso objeto deste estudo são os negros desclassificados em São Paulo, que foram perseguidos antes por sua cor que por seus atos, como essa pesquisa procura demonstrar. Ainda que o objetivo inicial fosse encontrar estes negros e saber como viviam, ao verificarmos que há um "véu" que nos impede o acesso a estas informações, tratamos de analisar como se atribuiu características negativas a eles, pela menção de sua cor.

A transcrição de boa parte das notícias acima fez-se necessária para confirmar uma suspeita intrigante. Nas notícias de 1910 há sempre a classificação da cor: tratava-se do "preto Bibiano". No entanto, nas notícias do mesmo jornal em 1900 *não* há uma única menção à cor do pastor. É por isso, provavelmente, que a dissertação de Ana Gomes Porto menciona o "preto Bibiano" como tendo aparecido apenas nos meses de Janeiro e Julho de 1910. Provavelmente a autora não encontrou Bibiano antes, mesmo porque, em 1900, ele não era **o preto** Bibiano, mas sim "Eugênio Bibiano de Castro". A questão é: a partir de que momento o usurpador do dinheiro de fiéis Eugênio Bibiano de Castro se tornou o esturpador pedófilo e **preto** Bibiano?

Pode-se supor que os jornalistas não soubessem em 1900 que Bibiano era negro, o que parece ser uma suposição ingênua demais para profissionais aparentemente tão preocupados em solucionar a verdade dos fatos. É mais plausível recorrer à hipótese, já demonstrada, de que os crimes mais perversos e qualificados como menos racionais eram considerados "típicos" de preto, enquanto crimes com alguma elaboração intelectual não eram característicos de uma condição considerada inferior. Extorquir os fiéis exige qualidades carismáticas suficientes para convencê-los a entregar seus pecúlios à Igreja. O pastor tinha de ser crível e ardiloso e, por mais que se tratasse de "gente humilde", ele deveria ser esperto o suficiente para mantê-los sob seu domínio. No entanto, esturpar crianças, certamente, não exige muito esforço cerebral, apenas "baixos instintos".

É evidente que, em 1900, os redatores não tiveram o propósito de esconder a cor do acusado. Simplesmente esse não foi considerado um adendo importante. No entanto, parece ser claro que, em 1910, eles tiveram, sim, a intenção de reforçar a cor de Bibiano, mais de acordo com um "crime de preto", estúpido e tenebroso. Percebamos que, para *O Estado de São Paulo*, punir o pastor se tornou uma questão de honra. Já em 1900, eles demonstram total apoio aos prejudicados por ele. No entanto, a despeito de todas as acusações e insistências de que o delegado tinha intenção de punir Bibiano, isto não ocorreu em 1900. Finalmente, em 1910, o jornal parece ter descoberto como dar ênfase aos seus intentos: coloriu o indivíduo com as tintas mais negras, na pigmentação da pele e na atrocidade do crime. Essas duas armas infalíveis devem ter ao menos redimensionado o escândalo, dando-lhe proporções suficientes para levar não Bibiano, mas o "preto Bibiano" à cadeia.

5. Pretos tenebrosos

Das notícias que envolviam negros, três delas, coincidentemente publicadas também em 1910, narram crimes cruéis. A exemplo do caso de Bibiano, elas também nos remetem à idéia de que ser negro poderia realçar a descrição dos fatos. Talvez houvesse a idéia de sugerir uma criminalidade intrínseca ao negro por meio desse tipo de notícias. No entanto, esta hipótese de atribuição de características específicas a sujeitos que cometerem infrações, no intuito de confirmar um pressuposto negativo, não se restringia apenas aos negros. Outros indivíduos também tiveram suas particularidades identificadas com uma propensão criminal. Vejamos um crime descrito em 8 de Julho de 1910, intitulado "Desumanidade". A notícia narra que, no dia anterior,

"(...) uma rapariga de 22 anos de idade, de cor parda, com o rosto semi-coberto por um grande xale e acompanhada por um turco de fisionomia simpática, saíram da Estação da luz e se dirigiram ao carregador no. 167, que ali estacionava. A rapariga, depois de alguns rodeios, propôs ao carregador fazer desaparecer uma criança de 15 dias de existência, recebendo como contribuição 10\$000 réis. O carregador, porém, desconfiando da proposta, chamou o rondante da rua Mauá, a quem comunicou o ocorrido. O mantenedor da ordem convidou então a rapariga e o sírio [sic] a acompanharem-no até o posto de S. Caetano. Ali, interrogados pelo Dr. Cantinho Filho, primeiro delegado, a rapariga disse chamar-se Maria Joana, e residir em Araras, tendo vindo a esta capital exclusivamente para dar sumiço à criancinha, que disse ser filha de uma rapariga de vida fácil, chamada Maria Rosa e que reside

também em Araras. O turco, esse ficou deveras atrapalhado para explicar o motivo pelo qual ajudava Joana a desfazer-se da inocente criaturinha. Declarou chamar-se Nagib Zaraick e ser negociante em Riberão Bonito; que acompanhava Joana, por ter sido ela sua cozinheira há tempos, e ser aquela criança filha de uma irmã dela que mora em uma fazenda pouco distante de Araras; que a criança ia ser levada para a casa dele, e não para ser enjeitada, como afirmara o carregador. Todas as declarações de Nagib e de Joana, forma feitas no meio de hesitações, caindo ambos em freqüentes contradições. A vista disso os dois ficaram detidos até que se apure o caso."

É interessante notar como a nacionalidade do turco, ou sírio, aparece como fator digno de desconfiança, especialmente por estar acompanhado de uma "rapariga parda". As contradições acabam por fazer com que não haja dúvidas em relação à suspeita, ao menos para o leitor. Essa notícia, acima de tudo, mostra como fica quase impossível não tomar o partido assumido pelo jornal; tendo em vista o modo como eram expostos os fatos, fica-se praticamente sem meios de chegar a uma conclusão imparcial. Muitas referências não ficam claras, deixando o leitor sem muita escolha.

Notemos que a associação entre uma parda e um turco tornava mais efetivas as suspeitas. O caso seguinte é mais elucidativo quanto à questão racial. Intitulado "Estrangulamento", o texto do dia 13 de Janeiro de 1910, ocupa quase meia coluna apenas descrevendo os horrores de uma barbaridade. Trata-se, no entanto, de uma notícia retirada "do Mercantil" da cidade de Palmira, Minas Gerais, do dia 5 do corrente mês e ano. A notícia narra que as autoridades souberam que Firmino Xavier de Andrade, um sexagenário, fora morto em sua casa. Após longas investigações, conseguiram descobrir por meio das declarações de sua esposa que ela tinha sido a mandante do crime, sendo o autor um compadre seu. Maria Laudelina de Jesus, de 20 anos, ironicamente descrita como "esposa infiel", declara que desejava contrair novas núpcias com um moço. Ela foi avaliada como uma moça de fisionomia simpática, no entanto, o executor do crime era: "José Calixto Peixoto, um preto de 40 anos presumíveis (...)". Além de executar o crime e tencionar se casar com a mandante, Maria Laudelina de Jesus, Peixoto ainda se relacionava com "Maria de Tal, conhecida como "Cotinha" [que] foi declarada como 'concubina do assassino'. A nota informava ainda que ele "há tempos, como quem não estava em seu juízo, vagava pelas ruas da cidade". A notícia sugere que o preto José Calixto era mais culpado que a própria mandante do crime, talvez porque, como preto, estivesse mais propenso a desatinos.

Vejamos ainda uma última notícia envolvendo um negro, que é ainda mais intrigante. "Assassinato a foice" é seu título; ela conta que, em 7 de Julho de 1910, no bairro de Jurema na

cidade de Taquaritinga (cena de outro crime descrito), José Casemiro Brasileiro, um "mentecapto", conhecido como José Bobo, "em um momento de lucidez pratic[ara] o crime em afronta de sua irmã, desrespeitada pela vítima."

O morto era o preto João Pedro, de 30 anos, que estava conversando com a irmã de José Bobo na ocasião em que o réu

"penetrou na casa pelos fundos e indo direto onde se achava o preto João Pedro, desferiu-lhe tremendo golpe sobre a cabeça, prostando-o por terra. Não se contentou com um só golpe e os outros se seguiram pelo corpo já inerte, da desgraçada vítima deixando-o em miserável estado".

No entanto, apesar de a notícia afirmar que o crime fora cometido para desafrontar a irmã de José Bobo, não há mais nenhuma referência de que o preto João Pedro fizesse mais do que conversar com a moça. Porém, mesmo que a vítima tivesse cometido algum abuso, o que fez com que um redator justificasse o crime, dizendo que o "mentecapto" estava "em um momento de lucidez" quando praticou tamanha violência? Pode ser que o jornal estivesse fazendo uma ironia, desrespeitosa e racista.

De qualquer forma, nesse e em outros crimes contra negros ocorridos no interior que eram noticiados na capital, além de serem sempre os principais suspeitos, os negros também eram vistos como os protagonistas dos crimes mais horrendos, sendo isso justificado pela propensão natural que teriam para o crime. Juntando os resultados das pesquisas feitas nos arquivos judiciais com aquelas realizadas junto a um jornal da grande imprensa, torna-se inegável que a aparição dos negros estava restrita ao espaço criminal, para a justiça, a polícia e a imprensa. Além disso, a maneira como estas fontes se referem a esses criminosos é mais discriminatória e preconceituosa do que em relação aos infratores brancos.

Evidentemente, os homens de cor não estão nos jornais da grande imprensa e nem nos arquivos judiciais. Afinal, se, como verificamos em pesquisa anterior, o objetivo maior dessa classe era afastar-se do estereótipo do "preto", eles não queriam fazer parte do grupo que a sociedade classificava como sendo "o negro inferior". Para eles, portanto, o único espaço possível era aquele criado por eles mesmos.

Os pretos se diferenciavam assim dos homens de cor. Mas, do ponto de vista da sociedade paulistana, eles sequer existiam, já que havia uma insistente classificação negativa que pesava contra toda a população de cor. Por mais que os jornais dos homens de cor mostrassem

estar longe desse estereótipo, noticiando inclusive alguns casos de "pretos" em suas folhas, esses casos eram bem menos tenebrosos do que aqueles em que os "pretos" apareciam como protagonistas em relatos produzidos pela polícia e pela grande imprensa. Os homens de cor, evidentemente, não se viam como os pretos que apareciam na fala dos brancos. Os pretos, eram, portanto, desclassificados diante de toda a sociedade, tanto daquela dos homens de cor, quanto da sociedade em geral.

O problema central da comunidade negra não parece ter se constituído por uma divisão espacial da população, mas sim por uma divisão do caráter moral, segundo a avaliação dos homens de cor que, notadamente, não se identificavam com os pretos paulistanos. Confirma-se, assim, que um dos principais objetivos dos homens de cor era demonstrar que eram diferentes dos pretos *descritos* pelos brancos. Tinham o claro objetivo de evitar a perseguição maciça sofrida pelos negros empreendida pelos brancos, detentores do poder policial, judiciário e midiático. Para eles, não havia essa diferença entre pretos e homens de cor.

CAPÍTULO 3 - Mulheres pretas

1. O alvo de todas as suspeitas

O jornal *O Kosmos*¹, em 1922, veiculou uma relação que distinguia, dentre os novos modos de vestir das mulheres, aqueles que seriam "exageros da moda" e que podiam prejudicar "a moral e o físico". Considerou desnecessários os "decotes descomunais, os braços nus, a demasiada pintura, que forçosamente virá estragar a beleza natural feminina". De forma fatalista, o texto expunha que as senhoras e senhoritas que utilizassem esses artifícios da moda tornavam-se "um objeto de luxo", e que se a intenção era "prender a atenção do homem", falharia, pois a "velhice iria imprimir a face". O recato, o pudor e a modéstia eram, segundo os homens de cor, o encanto irresistível da mulher e davam "brilho à beleza feminil". O argumento do texto se finalizou com um convite à reflexão: se as mulheres negras não adotassem trajes berrantes e gestos descabidos "haveria do sexo forte mais respeito" ². Assim, ficou clara que a preocupação com a vestimenta era motivada pela possibilidade de que a sociedade enxergasse a mulher como acessível em sua sexualidade.

Se havia o temor de que as roupas refletissem ou sugerissem erroneamente um comportamento sexual e moral reprovável por parte das mulheres negras, outras atitudes também

¹ *O Kosmos*, 11/1922, p.2-3.

² *Idem*, p.2-3.

deviam ser evitadas com a mesma intenção. Mulheres "desordeiras" eram fichadas pela polícia como vadias ou vagabundas e, assim, novamente de um estigma se passava facilmente a outros. Por isso, a mulher de cor também devia evitar arrumar brigas. A nota a seguir, a exemplo de muitas outras, trouxe a expressão "comer Galo". "Na feira do largo de São Paulo, a srta. Adelaide querer à força comer um Galo, com certa moça, ora!... Srta. Adelaide tome juízo que isso de querer comer galos em praça pública, torna-se feio."³ Ou ainda: "Com d. Leopoldina Pinga da rua Tibacy dizer que é o Galo de lá e apanhou de guarda-chuva. Que vergonha!"⁴

A mulher estava sujeita aos olhares da polícia e da comunidade e devia se coadunar ao ideal romântico de beleza feminina, de delicadeza e de bom caráter, tal como prescritos na imprensa negra. No jornal *O Kosmos* de setembro de 1922 foi publicado um texto poético que comparou "A mulher e a música"⁵. Nele foram feitas várias definições machistas das mulheres, entre elas a de que "Quando a mulher se casa **sobe um tom**; quando enviúva **desce um tom**; é **um semitom**, isto é fica em **meio tom** abaixo de que era antes de casar. Mas se contrai segundas núpcias **volta a seu tom natural**. [grifos do autor]"⁶ Os homens de cor acreditaram, portanto, que o "tom natural" das mulheres era ao lado de um homem, de um tutor. As mulheres tinham de ter marido, pois essa era a função a elas determinada, afinal, no tempo de solteiras estavam, de acordo com a "linguagem musical", em "compasso de espera" para entrar no "conjunto" do casamento e, quando se tornassem viúvas, entrariam em "suspensão". Houve grande ansiedade de que a mulher se casasse assim que fosse possível: "Enquanto nova é uma **valsa**, quando velha é uma **marcha fúnebre**"⁷.

Além de casadas, as mulheres de cor tinham que falar pouco, pois isso, segundo o autor, "aumenta[va] seu valor" enquanto mulheres faladoras eram "flautim desafinado". Um mexerico do jornal *A Sentinella* comentou que a "negrinha" Maria carioca seria brevemente proibida de dançar no salão Glycério por "ser donzela desordeira e faladeira", sugerindo que "não [fosse] tão escandalosa"⁸. Notemos que ela não foi chamada de mulher de cor, mas sim de "negrinha", adjetivo que nunca era empregado para designar mulheres que participassem ativamente das associações. A "negrinha" Maria carioca não poderia ser considerada uma mulher de cor, embora

³ *A Sentinella*, 10/10/1920, p.3

⁴ *Idem*, p.3.

⁵ *O Kosmos*, 09/1922, p.3.

⁶ *Idem*, p.3. Detalhe que todos os grifos em negrito são do próprio autor.

⁷ *Idem*, p.3

⁸ *A Sentinella*, 10/10/1920. p.4.

freqüentasse os bailes de salão que figuravam nos jornais negros.

As mulheres de cor também poderiam atravessar a tênue linha que as separava das prostitutas e de outras "desordeiras", e que os homens de cor procuraram, por meio de punições como a que sofreu Maria carioca, fazer com que todos se adequassem. No entanto, a prostituição não era a única forma de a mulher negra ser atingida em sua sexualidade. Houve também críticas às mulheres "namoradeiras", que tiveram mais de um parceiro⁹, ou àquelas suspeitas de traição aos maridos.¹⁰

Desde o contato inicial com as fontes, ainda na monografia de conclusão de graduação, já pudemos notar o papel social diferenciado das mulheres entre os homens de cor.¹¹ Considerando que no período estudado todas as mulheres eram alvo da tutela masculina, do pai, irmão ou marido, as mulheres negras sofriam restrições diferentes quando acrescentamos a condição social da família negra, mais baixa do que da população branca em geral. As negras foram descritas por boa parte da historiografia muitas vezes como arrimos de família, por conseguirem emprego em casas de famílias mais abastadas, como domésticas, criadas, e ainda como cozinheiras.¹² No entanto, a peculiaridade dessas profissões fizeram com que elas, ao contrário das mulheres brancas, atravessassem a linha entre o espaço privado e o espaço público.

Como trabalhadoras, freqüentavam as ruas e andavam em ambientes públicos, em sua maioria ocupados por homens de todas as classes e cores. Segundo Lúcia Helena Oliveira Silva:

"O ideal construído para o universo feminino no final do século XIX, expresso na literatura, era voltado para a mulher recolhida ao lar que já esboçava gosto pela instrução básica, consumia, ia às compras e até saía sozinha. Seu universo, contudo, era ainda bastante limitado, e restringia-se à casa, às lojas, às visitas a amigos e familiares e espaços de lazer, como as casas de chá e clubes literários. Esta movimentação ocorria nas cidades durante o dia. Paralelo a isso, havia outras mulheres que pertenciam aos segmentos mais pobres da população urbana, e que desenvolviam uma série de ocupações para sobrevivência. Devido à precariedade das condições de trabalho, realizavam ocupações depreciadas pela sociedade da época e, coincidentemente, também faziam parte de uma parcela desconsiderada que eram as

⁹ *A Liberdade*, 28/09/1919, p.3.

¹⁰ *A Sentinella*, 10/10/1920, p.4.

¹¹ Lúcia Maria Tiede. *Imprensa Negra: Espaços de sociabilidade em São Paulo no início do século XX*. Monografia de conclusão de graduação. 2002.

¹² Sobre o trabalho das mulheres negras ver: George Reid Andrews. *Negros e brancos em São Paulo. (1888-1988)*. Trad. Magda Lopes. Bauru: EDUSC, 1998; e também Kim D. Butler. *Freedoms given, freedoms won: Afro-brazilian in post-abolition São Paulo and Salvador*. Rutgers University Press: New Brunswick, New Jersey, 1998; Ver também Lúcia Helena Oliveira Silva. *Construindo uma nova vida: migrantes afro-descendentes na cidade do Rio de Janeiro no pós-abolição (1888/1926)*. Tese de doutorado. Campinas: Unicamp. 2001, p. 93

mulheres livres e pobres e mulheres libertas. Pela natureza dos serviços que faziam, elas estavam em toda parte e em todos os horários, quebrando os códigos que definiam as regras morais, os padrões sociais de comportamento e valores aceitos que delimitavam a mulher honesta e virtuosa, isto é, a mulher desejável a esta sociedade."¹³

Ou seja, o comportamento honesto requerido pela sociedade, sinônimo de enclausuramento, era incompatível com o cotidiano das moças pobres¹⁴. Para enfrentar os "perigos" que daí poderiam advir, os homens de cor desenvolveram uma forma de tutela diferenciada que pretendia coagi-las também nos espaços públicos. Afinal, "soltas no ambiente masculino", as mulheres poderiam ser tornar (sob olhar dos homens) alvos fáceis. Isto é, elas estariam sujeitas a se envolver com homens que não as respeitariam, nem a seus corpos, ou elas próprias poderiam utilizar meios "imorais" de sobrevivência, como a prostituição.

De acordo com a pesquisa feita nos jornais negros, as mulheres de cor sofriam uma dupla matização do preconceito, sendo vistas também pelos homens brancos como suspeitas de exercerem prostituição. Se os homens negros eram sempre suspeitos de vadiagem, as mulheres negras também o eram; no entanto, o feminino de vadio é vadia, e esse adjetivo carregava em si uma conotação diferenciada. A vadiagem da mulher era considerada quase uma confirmação de prostituição nos processos analisados: se uma mulher fosse negra, logo era vadia, e então prostituída. Podemos visualizar melhor a situação examinando o processo em que Maria Benedicta foi acusada de vadiagem:

Maria Benedicta foi condenada a 22 dias e 12 horas de prisão por meio de uma autuação feita no dia 24 de Dezembro de 1906. O motivo foi o mesmo da maioria dos casos de prisão registrados nas listas de presos: vadiagem. Muitas mulheres também apareceram nas listas de presos processadas pelo mesmo crime,¹⁵ mas só conseguimos localizar o processo *desta* Maria Benedicta. *Desta*, porque os nomes das mulheres nestas listas se repetem muito e, geralmente, não trazem sobrenome. Talvez a dificuldade derive da resistência que os autuados tinham em relatar seus nomes, pois podiam, a partir de então, tornarem-se reincidentes, como já afirmamos no capítulo anterior. Infelizmente o nome completo de Maria Benedicta não apareceu em seu processo. Há apenas referência de que "a acusada já havia sido presa como desordeira e

¹³ Sobre a mulher negra no espaço público ver: Lúcia Helena Oliveira Silva. *Construindo uma nova vida: Op. Cit.* p. 93.

¹⁴ Sueann Caulfield. *Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)*. Campinas, SP: Editora da Unicamp/ Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 2000, p.88.

¹⁵ Cf. "Livro de registro e entradas e saídas da Cadeia Pública". Arquivo do Estado de São Paulo, livro EO 1615.

vagabunda"¹⁶, informação que poderíamos concluir pelo tempo de prisão que a sentenciaram 22 dias e meio era a pena estipulada para a segunda prisão por vadiagem. Podemos imaginar, portanto, que Maria Benedicta não forneceu sobrenome na esperança de não ser identificada como reincidente. No entanto, há algo contraditório. Maria Benedicta foi presa e processada como reincidente em vadiagem, e sofreu pena como "desordeira", conforme o Artigo 399 do Código Penal. O processo informa que a primeira prisão ocorrera no dia 18 do mesmo mês e ano, ou seja, apenas seis dias antes da segunda prisão. Relata-se que a primeira prisão ocorrera pelo mesmo motivo, vadiagem, e esta teria sido efetuada no 43º Distrito. Assim, se nessa primeira autuação Maria Benedicta ficou presa como de praxe por três dias, ela saiu da cadeia, no mínimo, no dia 21 de Dezembro de 1906 e, três dias depois, foi presa novamente. Esse dado é importante porque demonstra a insistência policial em reprimir a vadiagem com esmero e também que a *rotinização*, apontada por Olívia Maria Gomes da Cunha¹⁷, era característica de suas atividades.

Além dessas confirmações, há um outro destaque que merece ser feito em relação a este processo, pois nele encontramos um precioso achado: uma ficha antropométrica¹⁸. Segundo Olívia Maria Gomes da Cunha¹⁹, a instauração da identificação por meio dos gabinetes policiais era um instrumento que consolidava a autoridade policial, pois se verificava a antecedência criminal do indivíduo em questão sem que fosse necessário averiguar a veracidade dos dados. Para os autuados, no entanto, esse método era constrangedor, pois perpetuava sua condição de infrator, a despeito de suas atitudes futuras corroborarem ou não tal classificação. Além desses infortúnios, ficava evidente, segundo a autora, e também de acordo com nossas próprias conclusões, que muitas referências racistas e preconceituosas eram utilizadas para reafirmar a condição de infrator do acusado. A ficha registrava todas as características físicas "pertinentes" para a averiguar o indivíduo e sua condição racial. Assim, procedia-se a uma invasão de seus corpos, pessoas já desprovidas de dignidade, com vistas a confirmar sua criminalidade e, a partir de então, desprovê-las de autoridade sobre seus corpos físicos.

O que caracterizava Maria Benedicta como desordeira era o fato de ela "não exercer profissão, ofício ou qualquer mister em que ganhe a vida honestamente, não tendo domicílio certo nem meios de subsistência, provendo-a de modo ilícito e proibido por lei, (...)". O fato de

¹⁶ AESP, CO 3256

¹⁷ Cf. Olívia Maria Gomes da Cunha. *Op. Cit.*

¹⁸ Verificar cópia no Anexo 3.

¹⁹ Olívia Maria Gomes da Cunha. *Op. Cit.*

ela ser chamada de "vagabunda" não necessariamente poderia indicar que ela fosse acusada de prostituição, afinal muitos homens (negros ou não) também foram citados em seus processos como "vagabundos conhecidos"²⁰. Mas é interessante notar que um trecho do processo sugere que a acusada ganhava a vida com meios "ilícitos", não sendo este roubo ou furto. As testemunhas do caso confirmam que Maria Benedicta era "vagabunda", e ela própria não as contesta. Porém, a acusada afirma que "tendo estado sempre trabalhando em casa de família, é sempre despedida, ignorando o motivo". Ela alegou ainda que, do último emprego, havia saído há um mês porque estava doente, e que, por esse motivo, passou a dormir ao relento junto com outras "raparigas", por não ter residência própria. Sobre esse aspecto é interessante notar o que a autora Lúcia Helena Oliveira Silva afirma:

"Ficar nas ruas exigia cuidados e, em grupo aquelas pessoas possivelmente se sentissem mais seguras para se protegerem de agressões, ou mesmo enfrentarem situações outras de perigo. (...) Entretanto, aquele grupo de homens e mulheres que dormia junto ao céu aberto feria as concepções de moralidade e recato postas à época porque expunham suas intimidades, e causavam constrangimentos às 'boas famílias' que se sentiam ameaçadas com a convivência mútua no mesmo espaço, ferindo as normas do recato. Assim, [eram] mais visados pela intolerância do que as pessoas presas individualmente (...)".²¹

Maria Benedicta foi presa por ser considerada desordeira e vadia, embora tenha afirmado exercer uma profissão: trabalhava em casa de família, ou seja, ela se considerava uma doméstica, uma criada de servir.

Essa situação ajuda a compreender a preocupação dos redatores dos jornais dos homens de cor que queriam distanciar as mulheres que participavam de seu próprio meio social do estereótipo de vagabundas, a despeito de elas trabalharem, também, como criadas de servir. A distância entre ser considerada vagabunda e ser trabalhadora de serviços domésticos era muito pequena, podendo confundir os sujeitos sociais que queriam se afastar dos constrangimentos impostos aos negros e pobres. Como já afirmamos a imprensa negra considerava que os atributos das mulheres deveriam ser recato, pudor, e modéstia.²²

Já mencionamos quais atitudes a imprensa negra considerava adequadas a uma mulher de respeito, e quais eram aquelas que não estariam de acordo com o "desenvolvimento da raça",

²⁰ ATJESP, Caixa 03.

²¹ Lúcia Helena Oliveira Silva. *Op. Cit.* p.169.

²² *O Kosmos*, 11/1922, p.2-3.

preocupação constante daqueles jornais. Muitas atenções eram destinadas às prostitutas, ou à possibilidade de uma mulher estar freqüentando os mesmos ambientes que elas. Parece haver todo um cuidado para que as mulheres negras não se deixassem levar para a "vida fácil". Da mesma forma que admitimos que muito das atitudes dos homens de cor acontecia em função das relações de violência exercidas pela polícia, também podemos pensar que estes consideravam que a mulher negra era tida pelo resto da sociedade como passível de ser aliciada, estando disponível para a função de prostituta simplesmente por ser negra. Assim como o homem tinha de quebrar o estereótipo da vadiagem associada ao trabalho, a mulher tinha de fazê-lo em relação ao meretrício.

Esta idéia pode ser analisada à luz de um outro processo policial de 1911. Esse documento, no entanto, não tem por objeto uma situação diretamente relacionada à mulher negra no início do século XX. Trata-se de uma queixa sobre lesões corporais que teria sofrido certo italiano chamado Victorio Marchette. Este homem declarou que, na manhã de 8 de Janeiro, tomou uns cortes nas costas de um indivíduo que costumava circular pelo Largo do Arouche, na Vila Buarque, local onde se passou o ocorrido. Victorio conta que isso aconteceu sem que ele soubesse o motivo, logo depois de dirigir a palavra a "uma moça, que lhe pareceu ser criada". Não sabemos o que o levou a concluir que a moça deveria ser uma criada. Sequer sabemos por que o autor das navalhadas sentiu-se possivelmente ofendido com o ato de Victorio, se moça era sua irmã, companheira, ou amiga. Sabemos apenas o que foi dito à moça: "Oh, morena!"²³.

Faltam dados para subsidiar hipóteses sobre a maneira com que essas palavras foram pronunciadas e seus possíveis significados. Mas podemos afirmar, com certeza, que se tratava de uma mulher que não era branca. Isso já indica que, no mínimo, o dito italiano julgava ser aquela uma situação normal, pois contava naturalmente ter bulido com uma moça na rua, por características que ele mesmo atribuiu a ela, e que, por conta destas, havia concluído que a mesma moça era passível de ser perturbada. Mais que isso, ele disse ter mexido com uma moça que lhe parecia ser criada. Talvez para ele não fizesse muita diferença ela ser criada ou prostituta, afinal, era uma não-branca e, por isso, acessível sexualmente.

Segundo Lúcia Helena Oliveira Silva: "Muitas criadas eram confundidas com mulheres da rua e, mulheres públicas também diziam ser domésticas, acontecendo muitas vezes exercerem

²³ AESP, CO 3261, Processo policial de Agressões Leves de Victorio Marchette. (08/01/1911).

ambas [as] profissões."²⁴ Lembremos, mais uma vez, do processo de Maria Benedicta, que inicia esse capítulo: apesar de ser encontrada e presa nas ruas e afirmar que estava a dormir ao relento com uma rapariga, ela se identifica profissionalmente como doméstica.

O que pretendo reafirmar é que a condição da mulher negra exigia, por parte dos homens de cor, maior controle, não porque elas seriam promíscuas, mas sim porque elas eram sempre suspeitas de serem promíscuas. A preocupação era uma forma de defesa diante do ideário e das práticas racistas que, associados, transformavam a mulher negra em um ser facilmente acessível em sua sexualidade. Ou, como analisa Maria Clementina Pereira Cunha:

"Se o discurso médico e jurídico, a prática policial e os padrões eróticos senhoriais efetivamente operavam neste período com a dicotomia da 'honesta' e da 'prostituta' era possivelmente porque, aceitando os parâmetros de diferenciação social implícitos no próprio saber psiquiátrico, reconheciam que apenas uma parcela das mulheres, como as Iaias do século anterior, dispunha de um 'capital sexual' a ser preservado e defendido."²⁵

Como analisamos no capítulo anterior, muitos pretos aparecem nos processos policiais sem serem identificados pelo nome, somente pela alcunha da cor. Isso também ocorre com as mulheres, mas de uma forma especial. Muitas vezes, quando vítimas de agressões corporais, as mulheres negras não procuravam a polícia, mas eram abordadas por policiais dispostos a levar seus agressores à delegacia. É provável que isso ocorresse porque os "praças" faziam a ronda em determinadas regiões, em particular naquelas que apresentassem maior probabilidade de haver alterações da ordem, e conheciam tanto o ambiente do bairro quanto as pessoas que deveriam ser policiadas. Era assim que muitos indivíduos chegavam à cadeia por crime de vadiagem, presos por estas rondas. Em muitos casos, entretanto, os policiais acabavam por adentrar o mundo familiar pobre, na medida em que envolviam o poder da polícia em brigas domésticas.

Foi passando pelas proximidades da rua do Gasômetro, na rua Monsenhor Anacleto, às 22h e 30min no dia 21 de março de 1913, que o praça Antônio Manoel autuou em flagrante Ernesto Branco. Ele também era praça na cidade de Santos, e foi detido, segundo Antônio Manoel, por agredir "uma preta cujo nome não sabe"²⁶. Ernesto declarou que:

²⁴ Lúcia Helena Oliveira Silva. *Op. Cit.* p.167.

²⁵ Maria Clementina Pereira Cunha. *De historiadoras, brasileiras e escandinavas: loucuras, folias e relações de gêneros no Brasil (século XIX e início do XX)*. Tempo – Revista do Departamento de História da UFF (Universidade Federal Fluminense), n ° 5, Junho 1998, Rio de Janeiro, Sete Letras, 1998, p. 181-215, p.207.

²⁶ AESP, CO 3264, Processo policial de Auto-Prisão em Flagrante de Ernesto Branco e Ofensas Físicas de Maria Margarida Borges. (21/05/1913).

"Havia combinado com a ofendida Maria Margarida Borges para irem assistir a procissão à noite, na ocasião de saírem ela começaram [sic] a discutir sobre roupas com o conduzido e tomando de uma caneca tentou agredi-lo; que então arremessou uma tigela contra Margarida, ferindo-a."²⁷

Ficamos sabendo, então, que a "preta cujo nome" o praça Antônio Manoel não sabia chamava-se Maria Margarida Borges. No entanto, a ficha com as declarações prestadas pela mesma indica que a agredida era "parda" e não "preta". Provavelmente, a visão do praça sobre a agredida divergisse do olhar do escrivão, que acabava por determinar muitas vezes a cor dos envolvidos nos processos policiais, como já afirmamos. Segundo Maria Margarida, as causas da discussão e da conseqüente agressão são outras:

"(...) que tem convivido ultimamente com o soldado Ernesto Branco, que hoje as 10h 30 [sic] da noite, chegando da rua com Ernesto, teve com este uma discussão pelo fato de não querer o mesmo que a declarante fosse à procissão; que pegou uma tigela para agredir Ernesto, mas que ele lhe tomou da mão e com ela mesmo agrediu e feriu a declarante."²⁸

Por esta passagem somos informados que Margarida e Ernesto eram amasiados, e que esta era uma discussão e violência domésticas. Mas Ernesto revela uma outra situação às autoridades policiais – uma novidade que poderia atenuar sua prisão em flagrante: "Que Margarida é prostituta, porém, o declarante tencionava amasiar-se com ela".²⁹ Ou seja, além de ele não ser ainda seu amasiado, mas ter esta intenção, ele o faria a despeito de ela ser prostituta. Provavelmente agredir uma mulher com tal qualificação fosse menos constrangedor, e talvez se tornasse mais fácil justificar as pancadas de que já era acusado.

A condição feminina, além da racial, propiciava que os próprios companheiros dessas mulheres utilizassem os referenciais racistas presentes na sociedade para coagi-las. A facilidade em associar preconceituosamente a mulher negra à prostituição poderia se converter em uma arma masculina: um meio de defesa por parte daqueles homens que eram responsabilizados em processos policiais por algum crime contra a mulher, um modo de fazer com que as autoridades policiais invertessem o julgamento, considerando as vítimas pejorativamente *a priori*.

Além de ter sua imagem associada à prostituição, a mulher negra também poderia passar pelos mesmos infortúnios se não fossem particularizados seu nome e sua identidade, mas sim

²⁷ AESP, CO 3264, *Idem, ibidem*.

²⁸ AESP, CO 3264, *Idem, ibidem*.

²⁹ AESP, CO 3264, *Idem, ibidem*.

apenas a sua cor. Essa explicitação da cor parecia ser suficiente para averiguar uma condição pré-concebida pela sociedade racista de que a mulher negra era prostituta ou potencialmente prostituível.

Vejamos uma outra situação em que nem o praça nem o agressor conheciam a vítima:

"Aos 5 dias do mês de novembro de 1912 (...) ali compareceu o soldado Antonio dos Reis Castro nº 77 da 5ª Companhia da Guarda Cívica e disse: que permanecia às cinco horas da tarde na Avenida Celso Garcia o conduzido que apresenta à autoridade, no momento em que o mesmo viajava em um bonde ao Belenzinho, acabava de agredir, ferindo uma mulher de cor preta que viajava no mesmo bonde em questão. Dada a palavra ao conduzido presente para alegar a sua defesa e sendo então as perguntas respondeu chamar-se João Teixeira Mariano, brasileiro, 22 anos, casado, pedreiro, ignora sua residência, não sabe ler e escrever disse: que viajava em um bonde do Belenzinho, quando na Avenida Celso Garcia próximo ao Bresser houve uma discussão com uma mulher de cor preta, que viajava no mesmo carro e no mesmo banco que o declarante o propósito de ter a mesma mulher acusado o declarante de ter lhe subtraído 100 réis, que em certo momento exasperou-se e deu com um prato que levava embrulhado em um pano na mulher que o acusava. Sendo por essa razão preso."³⁰

Somente no momento em que fazem o Auto Exame de Corpo de Delito é que sabemos que o nome da agredida era Benedita Oliveira de Souza, que tinha 19 anos em 1912, era preta, casada e operária da Fábrica Penteados. Benedita, no entanto, declarou que um homem "que agora sabe chamar João Teixeira Mariano começou a bulir com a declarante (bolinando-a) e que pouco depois o mesmo indivíduo tirou-lhe de um dos bolsos do avental uma moeda de 100 réis que a declarante ao reclamar o dinheiro foi agredida recebendo o ferimento que apresenta"³¹. Novamente, como na situação anteriormente mencionada, João Teixeira deu-se o direito de invadir a privacidade de Benedita de Souza e, no processo, isso não foi levado em consideração até que a própria Benedita se tornasse declarante.

É provável que muitas mulheres negras não recorressem ao poder policial para resolver seus problemas, buscando soluções por meio do confronto privado, afinal, o envolvimento com a polícia poderia acarretar perdas às próprias vítimas, a não ser quando se tratasse de violência sexual. Pode-se justificar assim o fato de que a maior parte dos processos envolvendo mulheres seja sobre defloramentos, pois nestes casos poderia ser mais fácil provar a "inocência" por meio

³⁰ AESP, CO 3262, Processo policial de Auto-Prisão em Flagrante de João Teixeira Mariano e Ofensas Físicas de Benedita Oliveira de Souza. (1912).

³¹ AESP, CO 3262, *Op. Cit.*

de Auto Exame de Corpo de Delito, sobretudo quando se tratasse de defloramento recente. Afinal, para que houvesse qualquer conclusão em favor da mulher, ela teria de provar uma conduta irrepreensível. Isto é, provar, primeiramente, que não era prostituta, apesar de ser negra, e que seu caráter era aquele esperado por parte de qualquer branca, mas suspeito de ser falso em qualquer negra.³²

Sendo operárias, cozinheiras, pobres, amasiadas, moradoras de cortiços, dificilmente conseguiriam levar suas queixas a algum final positivo a seu favor³³. Por isso é que supomos que essas mulheres entravam em delegacias pelas mãos de outros, ou por algum tipo de violência que pudessem comprovar não ter sido com certeza provocada por elas próprias.

Tendemos a trabalhar com a hipótese de que os conflitos existentes entre as pessoas "suspeitas pela cor" fossem resolvidos entre elas mesmas, a não ser quando havia uma possibilidade concreta de solução da contenda por meio da justiça sem que este recurso acabasse por criminalizar a própria vítima. Assim, supomos que uma outra mulher negra agredida em 1913, Etelvina Salgado, também tenha preferido resolver seus problemas por si própria, se isso fosse possível. Quando teve oportunidade de encontrar Benedicto, Etelvina cobrou "os 46 mil réis pelo fornecimento de comida e lavagem de roupa" de que ele lhe era devedor. "E ele zangou-se agredindo a declarante".³⁴ Diante disso ela arremessou uma pedra em Benedicto de Tal. Na seqüência ele ainda arrumou um cacete e deu-lhe pancadas na cabeça, fugindo depois. O relato poderia parar aqui, se não houvesse uma outra questão: Etelvina precisava receber o dinheiro. Como sabia que Benedicto, "de cor preta", era "carroceiro do italiano Roberto de Tal, e que resid[ia] com o patrão",³⁵ resolveu dar parte da agressão na polícia, pois, dessa forma, talvez pudesse recuperar o que ele lhe devia. Notemos que Benedicto também foi agredido, mas por que ele iria à polícia? Ele era devedor e sempre suspeito, como qualquer negro que não possuísse um bom motivo e um bom álibi, mesmo antes de ter qualquer culpa.

Outro documento que indica ter havido grande desconfiança dos negros e negras em relação às práticas policiais é o inquérito policial sobre um corpo de uma criança recém-nascida encontrado nas mediações da Avenida Paulista.

³² Cf. em Lúcia Helena Oliveira Silva. *Op. Cit.* p.158 e Caulfield, Sueann. *Op. Cit.* p.61.

³³ AESP, CO 3262, *Op. Cit.*, e, AESP, CO 3264, Processo policial de Ofensas Físicas de Etelvina Salgado. (26/07/1913), AESP, CO 3261, Processo policial de Defloramento de Antônia Alves, *Op. Cit.*, AESP, CO 3264, *Op. Cit.*, ATJESP sobre o suicídio de Anna Maria Bueno e Anativa Soares Oliveira, *Op. Cit.*

³⁴ AESP, CO 3264, Processo policial de Ofensas Físicas de Etelvina Salgado. (26/07/1913).

³⁵ AESP, lata CO 3264, *Op. Cit.*

O bebê do sexo feminino, achado entre panos de algodão grosso e jornal na frente do Colégio Anglo-americano, era pardo e morreu por estrangulamento, segundo o Auto Exame Cadavérico³⁶. Até ser feito o Exame, todos os declarantes, meninos que estudavam no referido colégio, apenas disseram que tinham visto um embrulho defronte à escola. Há outros inquéritos sobre bebês mortos³⁷, mas neste, talvez pela violência da morte, os policiais se empenharam em investigar em hospitais e maternidades, procurando a mulher que teria parido um bebê pardo na primeira semana de maio de 1911. Nas semanas subseqüentes, não encontrando nenhum registro sobre tal nascimento, a polícia resolveu ouvir novamente as testemunhas que, desta vez, narraram importantes adendos à cena do crime.

Humberto César, de quinze anos, confirmou que "em uma capoeira em frente surgiu uma mulata escura, magra, olhando para o lugar onde o depoente achara junto à criança morta", e José Spezani, com a mesma idade, narrou que a dita mulata "dirigiu-se à rua Augusta, descalça, saia escura, preta, blusa de pingos vermelhos e grandes riscos, e que não se recorda [o rosto]"³⁸.

Depois dessas declarações, Victória Prado, mulata de 21 anos em 1911, que usava saia de bolinhas, teve de ir à delegacia dar suas declarações. Disse que era "copeira, nunca ficou grávida, e que atualmente sofrendo dos rins procurou um médico no hospital"³⁹. Essa última situação é a que de fato nos impressiona. Por que as autoridades policiais chegaram a essa Victória Prado? O que tinha ela a haver com crime? Nenhuma testemunha, nenhuma declaração, nada apontava para essa mulher. De onde ela surgiu no inquérito? Poderia ter havido uma denúncia de que havia uma mulata de saia de bolinhas em um hospital? Como ela se tornou suspeita de infanticídio? As investigações não aparecem de forma clara no processo. Os relatos não dizem que as autoridades policiais passaram a fazer inspeções nos hospitais, mas fica sugerido nas entrelinhas que foi essa prática que os levou até a mulata Vitória Prado. Vale citar a afirmação de Lúcia Helena Oliveira Silva:

"É preciso observar que a diferenciação entre um cidadão e um vagabundo era feita a partir da interpretação pessoal e, portanto subjetiva dos policiais. Assim, se alguém parecia ser vagabundo prendia-se primeiro e verificava-se depois. Nesse sentido os

³⁶AESP, lata CO 3261, Inquérito policial sobre o corpo de uma recém-nascida vítima de estrangulamento (Infanticídio). (09/05/1911).

³⁷ Encontramos um outro Inquérito sobre um feto também pardo, encontrado nos "arrabaldes da Penha". AESP, CO 6232, Inquérito Policial sobre feto encontrado. (09/05/1913).

³⁸ AESP, CO 3261, *Op. Cit.*

³⁹ AESP, CO 3261, *Op. Cit.*

negros levavam desvantagem por terem sido associados historicamente aos suspeitos e perigosos pela condição de escravo."⁴⁰

Seria necessário haver maiores esclarecimentos sobre os procedimentos policiais nos inquéritos para que pudéssemos responder com clareza a essas perguntas. A única certeza que temos é a de que as mulheres negras eram alvo de perseguições policiais, até mesmo mais do que os homens negros; no entanto, tanto quanto eles, elas também eram suspeitas por sua cor.

2. Defloramentos

Afirmamos anteriormente que os homens de cor pareciam ser ansiosos por se mostrarem diferentes dos pretos, pretendendo com isso sofrer um preconceito menos acentuado. Em busca de uma conduta moral que enfocasse valores condizentes com aquilo que não era esperado de negros, os jornais passaram a ter como objetivo de sua política de conscientização os perigos da convivência entre mulheres de bem e de cor com as "pretas", geralmente descritas como arruaceiras, desordeiras, cachaceiras e vulgares.

Para a mulher negra ficou o desafio constante de se provar digna de confiança, demonstrando a todo momento seguir os bons costumes esperados pelos homens de cor e condizentes com os deles próprios. Quando elas trabalhavam em casas alheias, a vigilância deveria ser ainda mais vigorosa, pois apenas o fato de estarem em casa de homens brancos, que tinham sobre elas algum poder econômico, poderia significar literalmente a perdição. É importante notarmos que, se por um lado as negras deveriam se preservar dos possíveis comentários advindos de suas condições de trabalho, também era parte de suas obrigações resguardarem-se do assédio do patrão e de seus congêneres masculinos, ameaça persistente no imaginário dos brasileiros.

Portanto, o caso que analisaremos a seguir poderia ser freqüente entre os crimes passionais, embora tenha havido poucas denúncias desse tipo, como já afirmou Sueann Caulfield. Trata-se de um caso de defloramento cometido por um patrão a uma criada. Caulfield afirma que esses casos sempre geravam a desconfiança das autoridades, que imaginavam que a ofendida procurava, na verdade, tirar algum proveito monetário de seus patrões. Isso porque, acreditavam juízes e advogados, seria impossível que uma empregada pudesse acreditar em promessas de casamento vindas de seus patrões ou de filhos destes. Casos como esse, segundo a autora,

⁴⁰ Lúcia Helena Oliveira Silva. *Op. Cit.* p.131.

provavelmente sequer chegavam às delegacias quando se tratava de família abastada, sendo abafados para se evitar escândalo nos meios sociais:

"Há explicações possíveis para a escassez de fontes sobre o abuso sexual por patrões. (...) as empregadas talvez não fossem à Polícia para registrar a queixa de abuso contra o patrão porque achavam que não seriam ouvidas – o que provavelmente era verdade. Podemos lembrar que, em 1898, Viveiros de Castro instruiu os juízes a não seguir à risca as queixas das empregadas domésticas contra o patrão. (...) argumentava ele, seria ridículo uma empregada doméstica acreditar na promessa de casamento feita por um patrão 'de elevada posição social', e somente a possibilidade de um casamento poderia convencer uma mulher honesta a entregar sua virgindade."⁴¹

De fato, Sebastiana Leme, "criada de servir" de dona Maria Roque Rossi, que morava na rua Barão de Itapetininga, na região central da cidade, não declarou ter recebido proposta de casamento de Alfredo Rossi, filho de sua patroa. Declarou, sim, que havia sido violentada por ele, quando se encontrava sozinha na residência. Ao narrar o fato a sua patroa, esta a enviou a uma casa em Pinheiros (no período, este bairro era considerado distante), e a instruiu para que, se fosse questionada sobre o autor de seu defloramento, "dissesse que tinha sido o preto de nome Maurício, empregado no Grupo escolar do Arouche", na Vila Buarque. A patroa justificava-se dizendo que seu filho era estudante e poderia ser prejudicado com tal denúncia. Vale notar a referência à cor de Maurício, como se o fato de ele ser negro pudesse reforçar a acusação ser culpado pelo defloramento.

Sebastiana resolveu fazer a denúncia porque ficou sabendo que Alfredo, o moço que a violentara, encontrava-se muito doente. Seu exame de corpo de delito revela que ela, além de grávida de cinco meses, contraíra sífilis.

Depuseram, então, Alfredo e seu pai, Martinho José Rossi. O filho afirmou que uma mulher chamada Lucrecia Barbosa havia assegurado a ele que a menor, ao ser levada para trabalhar em sua casa, já não era mais virgem, como se essa fosse, naturalmente, uma condição essencial para ser doméstica. Como prova de sua honestidade, disse que respeitava a moral de sua casa e das pessoas que ali moravam. Seu pai declarou que soube através de sua própria esposa, que trabalhava no Grupo Escolar do Arouche, que Sebastiana havia sido deflorada por um tal Maurício, que trabalhava no mesmo grupo escolar.

Ou seja, ninguém confirmou a história contada por Sebastiana Leme: ela não havia sido deflorada pelo filho do patrão. A sequência do processo nos leva a crer que foi feito algum

⁴¹ Caulfield, Sueann. *Op. Cit.* p. 296.

acordo entre a família Rossi e a empregada, pois a menina prestou um novo testemunho, dizendo ter sido deflorada pelo tal preto Maurício, em troca da promessa de lhe dar uma pulseira de prata⁴². Notemos que em momento algum Maurício foi chamado a depor, e todos pareceram estar bastante convencidos de que os fatos assim tivessem acontecido.

A preocupação com a vida sexual das mulheres negras poderia ter ainda outras conotações. Procurar a polícia poderia significar a busca de liberdade em uma sociedade machista e opressora, e não apenas a possibilidade de obter proteção legal contra uma violência cometida. A lavadeira Carlota Constância de Oliveira parece ter se assustado com o fato de sua filha de 16 anos de idade ter sido raptada por um soldado da guarda cívica. Tanto foi que se dirigiu ao Quartel e lá descobriu que o raptor era o praça número onze. No dia seguinte, 10 de setembro de 1910, foi à Delegacia de Polícia da Santa Efigênia e deu queixa contra Áureo de Mendonça.

A partir da queixa da mãe, o delegado pediu que fosse feito o exame de corpo de delito em Maria Constância para saber se ela havia sido deflorada por seu raptor. Porém, as coisas não se passaram da maneira como imaginava Carlota. O médico legista afirmou que Maria Constância estava desonrada, mas que o defloramento não era de data recente, condição essencial para se provar que o acusado era de fato o ofensor.

Um ano antes da data da queixa, a família de Carlota moravam em Espírito Santo do Pinhal, e todos trabalhavam e residiam na fazenda do Coronel Braga. Vindos para São Paulo, sua filha Maria Constância de Oliveira teve de ir trabalhar na casa de "Ilma de tal", passando a morar na residência da mesma senhora, na rua Barão de Itapetininga. Carlota, no entanto, descobriu que sua filha não morava no endereço que lhe fora destinado, mas sim na rua Conselheiro Nehias, número 21. Segundo suas próprias declarações, quando ainda morava na fazenda do Coronel Braga, Maria Constância tentara avisar a filha dele que seu recente marido a havia "forçado a ceder a flor de sua virgindade", porém, a filha do patrão não quis acreditar. Daí em diante, tivera muitos "contatos sexuais" com o moço Horácio Leite, genro do Coronel Braga. Temia as ameaças de seu ofensor, mas também a proximidade lhe produzia uma "sensação [que] até então ignorava: que se sentia bem, até se orgulhava em ser preferida por seu patrão, homem importante, rico, casado." Depois que se mudou para São Paulo e foi trabalhar na casa de "Ilma de Tal" na rua Barão de Itapetininga, Maria Constância conheceu o praça Áureo Mendonça, com quem logo começou a namorar e a ter relações sexuais e, por isso, ela decidiu ir morar com ele no Brás. O

⁴² AESP, CO 3260.

soldado confirmou a história da menor, apenas acrescentando que foi ela quem pediu para ir morar com ele, e que sabia que ela não era mais virgem, pois a mesma lhe havia dito⁴³.

É interessante notar que o fato de Maria Constância não ser mais virgem não interfere nas opiniões de seu amasio. Segundo Sueann Caulfield, para muitos acusados, a independência feminina não era sinônimo de desonestidade; afinal, eles próprios faziam parte do cotidiano que obrigava as mulheres a exercerem atividades para além do lar⁴⁴. É interessante notar também que Maria Constância seguiu sua própria vontade muito antes de sua mãe imaginar que ela poderia não ser mais virgem. Mas, além da independência, tudo indica que seu relacionamento com o genro do patrão pôde lhe proporcionar uma sensação de diferença em relação às outras mulheres de seu convívio (provavelmente outras trabalhadoras da fazenda). Essa atitude condiz, também, com a idéia desenvolvida por Sueann Caulfield, a respeito da busca por satisfação sexual das mulheres, e da admissão por parte das autoridades de que a mulher possuiria desejo sexual, e não apenas o homem⁴⁵. A Maria Constância não foi dada, segundo suas palavras, a oportunidade da escolha do parceiro e do momento para começar sua vida sexual. Porém, isso não a impediu de seguir a vida de acordo com seus próprios preceitos, sem a preocupação de ter perdido "a coisa mais importante de sua vida". Como explica a autora citada, a idéia de uma sexualidade controlada de acordo com os moldes da elite não condizia com a realidade das mulheres pobres⁴⁶, e coube a elas adaptarem suas necessidades às suas razões.

Essas necessidades, no entanto, podiam ser contrárias aos desejos que as famílias nutriam com relação a suas filhas⁴⁷. Se Carlota, mãe de Maria Constância, não imaginava que a filha podia ter sido iniciada sexualmente há pelo menos um ano, os pais de Maria José Dias foram claramente destituídos de sua autoridade perante a filha, como veremos mais adiante.

⁴³ Todas as informações foram retiradas do processo e do auto exame de corpo de delito e Maria Constância, localizados no AESP, CO 3256.

⁴⁴ Caulfield, Sueann. *Op. Cit.* P.217.

⁴⁵ Caulfield, Sueann. *Op. Cit.*

⁴⁶ Caulfield, Sueann. *Op. Cit.* p. 88.

⁴⁷ Caulfield, Sueann. *Op. Cit.* p. 244.

3. Nem tão perdidas, nem tão honradas

Martha Abreu Esteves narra o constrangimento que os exames de corpo de delito provavelmente provocavam nas mulheres, quando submetidas à verificação de sua "desonra"⁴⁸. Isso se deve, em parte, à invasão de seus corpos através dos olhares e tatos médicos, e também ao próprio desconhecimento do corpo feminino por parte da medicina⁴⁹. Não era raro que fosse decretado que uma mulher havia tido muitas relações sexuais pelo fato de ter seios ou genitália flácida; se o canal vaginal fosse dilatado, sem dúvida se trataria de uma mulher experiente no "hábito do coito". Através da documentação, também foi possível confirmar o que Sueann Caulfield chama de himenolatria⁵⁰. Indiscutivelmente, hímem intacto era sinônimo de virgindade. Mulheres que tivessem hímem complacente, portanto, dificilmente conseguiriam provar um defloramento ou violência sexual. Esse pode ter sido o caso de Ambrosina dos Santos, parda de 18 anos, que em seu exame foi constatado não ter havido defloramento pelo fato de seu hímem estar intacto⁵¹. As descrições dos exames são ricas em detalhes sobre o despedaçamento do hímem, a cicatrização e coloração da genitália para, a partir desses dados, ser confirmada ou não a data do defloramento sugerida pela ofendida.

Localizamos quarenta e um documentos referentes a mulheres defloradas, entre os anos de 1906 e 1911, na cidade de S. Paulo.⁵² Pudemos, então chegar a um cômputo de 41 mulheres defloradas, das quais vinte e duas eram brasileiras. Na seqüência, a maior nacionalidade referida é de cinco italianas, seguida de duas portuguesas. Consta ainda uma francesa, uma austríaca, uma espanhola, uma russa, uma alemã, e seis documentos que não trazem a nacionalidade da ofendida⁵³. É importante notar que todas as ofendidas não pertenciam a classes econômicas abastadas e, portanto, provavelmente partilhavam um cotidiano similar.

A idade dessas mulheres varia dos seis aos trinta e cinco anos. A declaração de defloramento só procedia em caso de menores de idade, como afirma a bibliografia. Porém, há

⁴⁸ Martha Abreu Esteves. *Meninas Perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. p. 63 e 64.

⁴⁹ Caulfield, Sueann. *Op. Cit.* p. 182-186.

⁵⁰ Caulfield, Sueann. *Idem. Op. Cit.*

⁵¹ AESP, CO 3257, (1906).

⁵² Todos os Processos e Exames de Corpo de Delito foram retirados das latas "Polícia", localizadas no Arquivo do Estado de São Paulo: CO 3256 – 1905 a 1906, CO 3257 – 1906, CO 3258 – 1907 a 1908, CO 3259 – 1908 e CO 3260 – 1909 a 1910.

⁵³ AESP, CO 3256 a CO 3260, (1905 – 1910).

um caso de tentativa de estupro em uma mulher de trinta e cinco anos⁵⁴, e um caso de ofensa física de ex-amasio em uma mulher de trinta e quatro anos⁵⁵. Há apenas uma menina de seis anos, que passou pelo exame, sem ser constatado o defloramento⁵⁶. Depois desta, há duas meninas de treze anos, cinco meninas de quinze, oito garotas de dezesseis, quatro de dezessete e de dezenove anos de idade, nove ofendidas de dezoito anos, sendo este grupo etário o maior, e uma de vinte anos⁵⁷.

Dentre essas garotas, dezoito aparecem sem menção à profissão. Com exceção de uma operária e duas costureiras, todas as outras ocupações podem ser classificadas como serviços domésticos⁵⁸. Além da profissão, outra característica que não aparece em grande quantidade nos referidos documentos (exames e processos) é a cor das ofendidas. Dentre as trinta e oito entradas apenas treze contém esse dado, sendo seis pardas, três brancas, três pretas e uma morena.

Como é possível perceber, constatamos uma quantidade pequena de negras. No entanto, todas as mulheres que constam dos processos emergem de um cotidiano próximo, compartilhando estratégias de luta e resistência aos estigmas sociais, sejam brancas ou negras.

Maria José Dias, de dezoito anos, chegou na Delegacia Central, local onde se fazia o exame de corpo de delito, no dia seguinte ao seu defloramento. Disse que havia combinado com o moço com quem queria se casar que ele a deflorasse, pois assim seus pais não poderiam recusar-lhe o desejo de unir-se a ele. Para ela, esse era o único meio de que dispunha para obrigá-los a aceitar sua vontade e, então, pediu às autoridades que tomassem as devidas providências a fim de que se realizasse seu objetivo. Maria José simplesmente inverteu a lógica da proteção judicial à mulher a seu favor⁵⁹. Mas seus pais não foram os únicos a ter de ceder judicialmente a um casamento.

Onofre de Gioia, um italiano de cinquenta anos, chegou à delegacia contando uma história que parecia igual a muitas. Sua filha havia sido deflorada pelo noivo que, a partir de então, não queria mais se casar. Esta garota de dezoito anos, Angelina de Gioia, há aproximadamente quatro meses, tinha sido pedida em casamento por José Antônio Capistrano. Eles já namoravam há dois anos, e seu pai consentiu sua mão. José Apyrgio de Godoy, primeira testemunha, declarou que,

⁵⁴ AESP, CO 3260.

⁵⁵ AESP CO 3257.

⁵⁶ AESP CO 3260.

⁵⁷ AESP CO 3256 a CO 3260, (1905 – 1910).

⁵⁸ Além das menções a serviços domésticos, classifiquei desse modo também as referências a criadas, cozinheiras, engomadeiras e empregadas.

⁵⁹ AESP CO 3257.

no começo de Dezembro de 1906, foi chamado por José Capistrano para dar entrada nos papéis de seu casamento com Angelina, que deveria ser realizado no dia 27 de Janeiro. Mas, como relata Onofre, nesse dia José Capistrano não apareceu, e mandou um bilhete pedindo que o casamento fosse adiado para o dia 2 de Fevereiro, pois não estava prevenido pecuniariamente para casar. Nesse dia, o noivo faltou novamente, desaparecendo desde então.

Em vista desta situação, Angelina, a noiva abandonada, foi confidenciar-se com sua amiga Nicolina Nogueira da Silva, (que serviu de quarta testemunha para o processo) e contou-lhe que em um dia de Novembro passado, sua mãe fora avisada pelo negociante Egydio Rogério que a mãe de seu noivo, sua futura sogra, precisava lhe falar. Angelina permaneceu em casa apenas na companhia de uma criança, e neste período recebeu a visita de seu noivo. Ele, por sua vez, lhe pediu uma xícara de café e, quando ela foi à cozinha prepará-lo, eles acabaram por ter uma relação sexual, e seu defloramento foi em meio a pedidos de casamento de José Capistrano. Nicolina narrou à polícia o quanto ficou surpresa com a declaração de Angelina, sendo esta uma moça séria e de família honesta. Disse ainda que aconselhou a menor a contar a situação na qual se encontrava à sua família, a fim de que seus pais procurassem reparar o mal que lhe fora causado.

Outra testemunha, Domingos Diacommo, confirma que Angelina e José Capistrano tinham muita intimidade, pois já os tinha visto a sós no andar de cima do prédio onde ela residia. José Apyrgio de Godoy, testemunha já citada, também disse que umas duas ou três vezes os havia surpreendido a sós no dito andar superior, enquanto os pais da noiva estavam no térreo. Por tudo isso, as autoridades pedem a prisão preventiva de José Capistrano. Mas será que José não queria se casar por ter deflorado Angelina? Outra hipótese surge dos depoimentos das testemunhas.

O pai de Angelina narrou que o bilhete que o noivo enviou, pedindo o adiamento do casamento, tinha uma justificativa monetária. Mas José Apyrgio disse que este bilhete continha uma outra informação: a de que José Capistrano não pôde comparecer ao casamento porque sua mãe havia escondido suas roupas e chapéu. Segundo esta testemunha, José Capistrano precisava de um tempo para convencer sua família, que se opunha ao casamento: o noivo não queria contrariar sua mãe. O negociante enviou o recado à mãe de Angelina, o que possibilitou que ela ficasse só e fosse deflorada; segundo ele, além de os noivos terem muita intimidade, pareciam se

amar muito, pois José usava um anel de Angelina e costumava dizer que só o entregaria a alguém se fosse morto⁶⁰.

Pode ser que, de fato, José quisesse fugir do casamento. Depois de feito o pedido de prisão preventiva, os noivos acabaram por se casar, no dia 7 de Fevereiro, e o inquérito foi encerrado. Mas também pode ser que todo este processo tenha sido uma armação entre José e a família de sua noiva para pressionar sua própria mãe a permitir o casamento.

É notável que muitos dos elementos descritos por Martha Abreu e Sueann Caulfield ao analisarem este tema possam ser encontrados também neste processo⁶¹. Ambas as autoras comentam a necessidade de provar a boa índole da deflorada, para que o ofensor fosse punido⁶². Da mesma forma, foi essencial que Nicolina dissesse saber que Angelina era uma "moça séria". Todas as testemunhas confirmaram conhecer o pedido formal de casamento que José Capistrano havia feito à menor, o que justificava a possibilidade de ela ter sido seduzida por esta proposta, a ponto de se entregar antecipadamente a seu noivo. Esse era um dado também relevante em um processo.

Se para Angelina e José Capistrano era importante casar, esse não era o problema de Maria Carolina Jorge e José Eugênio Leite. O casal namorava há dois anos quando Maria Carolina engravidou e resolveu sair da casa de sua mãe, Maria Augusta, para morar em um cortiço na avenida Luís Antônio com José Eugênio. Maria Augusta chamou então três testemunhas que confirmaram que sua filha havia sido raptada por seu noivo, e que disseram saber que este havia feito a promessa de se casar com Maria Carolina. Nicolau Letizio, vizinho da declarante, disse que a intenção da mãe era evitar um escândalo na família, pois a menina estava grávida. Luiz Tetti, que também era vizinho de Maria Augusta, disse que ele próprio havia conversado com José Eugênio, e que o mesmo tinha confirmado a intenção de se casar; afinal,

⁶⁰ AESP CO 3257.

⁶¹ As obras sobre crimes contra a honra das famílias foram fundamentais para a análise desses processos, que se encontram na documentação policial, sob o título de "Defloramento". São elas a já citada *Em defesa da honra* de Sueann Caulfield e *Meninas Perdidas* de Martha Abreu Esteves. De fato, existem em São Paulo no início do século XX alguns processos que poderiam ser classificados como "crimes de amor". Porém, das 38 entradas sobre crimes contra mulheres existentes nas quatro latas de processos policiais para o referido período, 25 são de "Auto Exame de Corpo de Delito". Esse prontuário tinha por objetivo verificar se a menor em questão ainda era ou não virgem, se havia sido deflorada; os exames, portanto, serviam para a continuidade dos processos. O maior problema é que essa documentação não traz muitas informações sobre o crime em si, constando apenas o nome, endereço e a idade da vítima, e, por vezes, informações adicionais como cor, nacionalidade e profissão da mesma. Mas, apesar de importantes, esses dados não são suficientes para analisar os crimes contra a honra de forma quantitativa. Isso porque, os exames de corpo de delito não trazem, por exemplo, quem foi o declarante do crime, e informações adicionais sobre esses "ofensores".

⁶² Sueann Caulfield. *Op. Cit.* p. 248-252. Esteves, Martha Abreu. *Op. Cit.* p. 41-42.

tratava-se de uma menina de família honesta. A terceira testemunha, Oscar Cruz, relata, então, um novo adendo à situação: que o noivo de Maria Carolina esperava receber uma herança para se casar, mas deixou de frequentar a casa de Maria Augusta enquanto sua filha ainda residia lá e, assim que teve oportunidade, a raptou.

Maria Carolina foi prestar seu depoimento na delegacia e confirmou que, por livre e espontânea vontade, morava com José Eugênio Leite, e que não lembrava ao certo se este a havia pedido em casamento, demonstrando que estava satisfeita com a situação de amásia. Negou-se a fazer o exame de corpo de delito, porque, além de estar grávida de nove meses (o que evidenciava sua condição de desvirginada), dizia não ter sido José Eugênio o autor de seu defloramento, para espanto de sua mãe. Segundo a "vítima", há mais ou menos quatro anos havia sido deflorada por "Joaquim de Tal", já falecido, e disse ainda que, se havia saído da casa de sua mãe, era porque esta a havia mandado embora e a maltratava pelo fato de ela se encontrar grávida.

O advogado de José Eugênio alegou, por sua vez, que Maria Augusta estava extorquindo um trabalhador, e que, se Maria Carolina se negava a fazer o exame, não havia como prosseguir com o processo. Dessa forma, entrou com um *habeas corpus* para seu cliente. Maria Carolina foi a primeira testemunha a favor de José Eugênio. Sendo assim, Maria Augusta foi obrigada a desistir do processo⁶³. Talvez, com o casamento, a mãe de Maria Carolina visasse algum benefício sobre a suposta herança de José Eugênio, ou quisesse apenas limpar a honra de sua família como narrou sua testemunha.

O que é interessante notar nesses processos é que estas mulheres, as chamadas ofendidas, não se puseram em situação de vítima, mas sim de independentes e desejosas de cumprir suas próprias vontades a despeito de seus familiares ou companheiros, como analisou Sueann Caulfield⁶⁴. Além disso, muitas vezes utilizavam a possibilidade de abrir um processo como forma de conseguirem obter alguma vantagem perante uma objeção familiar. E, até mesmo, os acusados podiam utilizar o defloramento (algumas vezes consentido) como um meio para se casarem com uma menina.

Foi o que alegou Henrique Francisco dos Santos, ao ser acusado do defloramento de Euphrazia Moreira Cezar. Assumiu a culpa dizendo que, se assim procedeu, foi pelo fato de a

⁶³ AESP, CO 3259.

⁶⁴ Sueann Caulfield. *Op. Cit.* p. 244.

mãe da ofendida, Christina Moreira Cezar, a declarante, não consentir com o casamento entre eles, e que, a partir de então, seria obrigada a aceitar tal situação - como de fato ocorreu⁶⁵.

Mas nem todas as mulheres existentes na documentação procuraram a polícia em busca de liberdade. Há também registros de crimes violentos e sem, obviamente, concordância da vítima. Mesmo que a maior parte dos registros seja de crime de defloração (trinta e duas ocorrências, constando apenas um estupro e uma tentativa de estupro, dois casos de lenocínio e duas ofensas físicas)⁶⁶, é possível verificar que nem todos os defloramentos foram totalmente consentidos. É o caso, por exemplo, de Maria de Oliveira, uma menina de nove anos que em 1914 foi estuprada, ao retornar de uma venda, na rua Rangel Pestana, por um indivíduo que lhe parecia ser francês.⁶⁷

Analisemos outros casos como, por exemplo, o caso de Maria das Dores, que foi deflorada por seu primo, quando precisou morar por um tempo na casa do mesmo. Ao regressar à residência de seu pai, Serafim Pedroso, este percebeu que a menor estava grávida, e foi queixar-se ao Delegado. Maria das Dores declarou que seu primo a desvirginara quando ela "se achava fazendo suas necessidades na latrina, e aí mesmo [foi] violentada por esse primo". Apesar do processo ser classificado apenas como defloração, trata-se, sem dúvida, de um caso à parte dos demais analisados anteriormente⁶⁸. Outro defloração que evidentemente não foi consentido ocorreu com Maria Nicolleta, de treze anos, pelo fato de constar no exame da vítima ser ela "imbecil", tratando-se provavelmente de um caso de deficiência mental⁶⁹. E, apesar de não ter sido confirmado o defloração de Amélia Simone em seu exame de corpo de delito, é difícil de imaginar que uma menina de seis anos tenha sido "seduzida voluntariamente"⁷⁰ ou pela promessa de casamento. Assim, é bastante complicado realizar afirmações genéricas sobre casos que também foram classificados como defloração, mas que na prática constituíram uma violência ainda mais grave. Em princípio, o processo de defloração era aberto para dar um direito da defesa às mulheres, mas seu objetivo era chegar a um casamento, apenas. Para tanto, as mulheres tinham de provar terem sido iludidas. Ao mesmo tempo, porém, existiram casos, como vimos, de supostas vítimas que utilizaram a prática judicial a seu favor, para efetivar um matrimônio indesejado pela família, por exemplo. No entanto, em ambas as situações as mulheres não tinham

⁶⁵ AESP, CO 3258.

⁶⁶ Verificar a "Lista geral das mulheres ofendidas" no Anexo 4.

⁶⁷ AESP, CO 3265, Processo policial de Defloração de Maria de Oliveira, (30/12/1914).

⁶⁸ AESP, CO 3257.

⁶⁹ AESP, CO 3256.

⁷⁰ AESP, CO 3260.

necessariamente sido vítimas de violência, como nesses outros casos, em que a agressão sexual acabava, de certa maneira, sendo amenizada, pois o tipo de processo instaurado não condizia com a categoria do ato.

Este tipo de violência pode ser encontrada também em outras situações, talvez até mais comuns. Um caso de defloramento e lenocínio que também não foi consentido pela vítima é o da órfã Ignez Vidal, espanhola de 15 anos que, em 1907, veio para o Brasil em companhia de sua parenta mais próxima, Philomena Mendes. Segundo a testemunha Paqueta Galega, também natural da Espanha, Ignez fora iludida por Philomena, acreditando que esta, no Brasil, se tornaria "casada e rica".

Segundo Ignez, ao chegar a São Paulo, ela trabalhava fazendo entregas das roupas engomadas por Philomena. Um dia, ao regressar de uma encomenda, viu Philomena "em palestra particular" com um homem "gordo de bigodes, negociante de camas", segundo o que veio a saber posteriormente. No dia seguinte, ao retornar à sua casa, Philomena disse que tinha alguém querendo lhe falar em seu quarto. Ao adentrar o recinto, o dito homem pôs-se a agarrá-la, ao que ela tentou fugir, sendo violentamente empurrada por Philomena para dentro do quarto novamente. Foi deflorada pelo homem, que depois lhe deu cinquenta mil réis, que foram tomados por Philomena. No dia seguinte, novamente teve de ter relações sexuais com o referido homem, repetindo-se a situação. Ignez acabou por fugir da casa de Philomena, indo morar com Paqueta Galega e empregando-se como cozinheira⁷¹. Se a idéia de que estrangeiros e brasileiros pobres, brancos ou não, habitavam as mesmas regiões e compartilhavam atitudes mais uma vez se confirma por meio deste caso; e a proximidade geográfica nos leva a supor que também a dor sofrida por essa espanhola pode ter sido a de outras mulheres, inclusive de mulheres negras.

Outros dois casos de tentativa e, de estupro que encontramos parecem ter sido causados pelo mesmo ofensor. Ambas as declarantes informaram que se tratava de um indivíduo bem trajado, magro, claro, alto, pálido, imberbe, parecendo ser muito moço. Tanto Otilia Helmsdorff quanto Carlota Reinhardt foram agredidas nas redondezas da avenida Angélica, nos dias 14 e 26 de julho de 1910, respectivamente. Otilia conseguiu fugir, recebendo um corte na região glútea, mas Carlota não teve a mesma sorte, sendo deflorada pelo tal indivíduo⁷². Certamente estes são casos bem diferentes dos processos de defloramento em que é possível encontrar mulheres que,

⁷¹ AESP, CO 3259.

⁷² AESP, CO 3260.

através dos meios institucionais, procuram alguma mudança significativa em suas vidas, como a possibilidade de casamento⁷³.

Além de agressões dos mais diversos tipos, encontramos situações em que não ficam evidentes quais seriam os intuitos da vítima. Jovina de Moura⁷⁴ é uma dessas mulheres sobre as quais não nos restaram pistas de qual foi sua intenção ao procurar a polícia. Ela deu queixa de defloração; no entanto, afirmava ter tido relações com vários homens depois disso. Segundo a bibliografia, isso acarretaria com certeza em recusa do juiz em aceitar a confirmação de que um abuso de sua condição feminina havia sido cometido⁷⁵. Isto é, afirmando ter tido relações com outros indivíduos depois de ter sido deflorada, a mulher não tinha como provar que fora seduzida com a promessa de casamento, condição essencial segundo a Justiça para que seja dada a sentença de obrigatoriedade de união legal por parte do agressor.

A ofendida também relatava estar grávida, o que sugere que talvez seus objetivos fossem conseguir que o pai da criança assumisse o filho. No entanto, não achamos nada no documento que reafirmasse essa hipótese. Existe, porém, uma informação *quase* relevante que Jovina aponta em seus relatos... Que conheceu seu primeiro parceiro sexual em "uma sociedade dançante do Largo do Riachuelo". Essa afirmação nos lembra a insistente denúncia dos jornais negros sobre os riscos de moças irem desacompanhadas a bailes. Talvez não apenas a "bailes de cavação", mas a qualquer baile, mesmo aqueles organizados pelas próprias associações dos homens de cor. O Largo do Riachuelo, na região central, é um dos locais da cidade freqüentados tanto por homens de cor quanto por pretos. Notemos a possibilidade de Jovina Moura ser mais uma das pessoas que faziam com que os ambientes de circulação e lazer não fossem restritos a um ou outro grupo social, separando-se aqueles freqüentados por homens de cor, dos espaços dos "pretos" vagabundos.

Podemos apontar também outros caminhos que nos sugerem que houve, ao menos, uma semelhança entre o discurso dos homens de cor e de outros homens que aparecem nos processos policiais, em se tratando de mulheres negras. Afinal, a preta Antônia Alves atestou de forma bastante adequada todas as condições necessárias para provar que havia sido vítima de sedução por parte de Benedicto Rosa. Segundo suas próprias palavras:

⁷³ Martha Abreu Esteves. *Op. Cit.*

⁷⁴ AESP, CO 3262 Processo policial de Defloração de Jovina de Moura, (26/08/1912).

⁷⁵ Sueann Caulfield. *Idem. Op. Cit.* e Martha Abreu Esteves. *Idem. Op. Cit.*

"Antonia Alves declarou que desde muito tempo nutria amor por Benedito Rosa, e era correspondida por ele, chegando mesmo a ficar noiva do mesmo; que o indivíduo, uma vez noivo dela declarante, foi induzindo-a pouco a pouco, e prometendo mesmo casar-se com ela, se a declarante não cedesse aos gozos do mesmo, que lhe pretendia fazer mal; que por fim ela declarante iludida pelas promessas de Benedito cedeu a que ele lhe fizesse mal, mas sempre na esperança de casamento, que uma vez correspondido o seu intento e gozado por muito tempo dela declarante, ele Benedito começou a maltratá-la e por fim abandonando-a completamente; que tendo em vista disso ela declarante vem queixar-se a polícia para ver se casa com ele, que o nome do indivíduo é Benedito Rosa, e trabalha na fábrica de chapéus a rua Rego Freitas nº 07."⁷⁶

As declarações de Antônia confirmam os argumentos de Sueann Caulfield⁷⁷ de que havia a necessidade de se provar a inocência das defloradas, assim como o fato de elas terem sido iludidas pelo ofensor com a promessa de que se casariam brevemente. No entanto, Benedito Rosa utilizou-se de afirmações que poderiam macular a imagem da ofendida, a ponto de ser provado que ela se deixou seduzir por livre e espontânea vontade. A primeira declaração do acusado é de que Antônia "morava em companhia de duas mulheres da vida", o que sugere que ela não era inocente. Além disso, ao dizer que ela dividia moradia com "mulheres da vida", Benedito desqualificaria a agredida perante as autoridades, independente de sua conduta.

O agressor afirma ainda "que quando teve pela primeira vez relações sexuais com a mesma, ela já se achava deflorada não sendo, portanto, verdadeira a acusação que lhe [era] imputada de ter sido o autor de uma desonra"⁷⁸. Desta forma, ele deixa claro estar sendo vítima de uma injustiça, pois, mesmo confirmando que "est[aria] amasiado até [há] poucos dias com a referida", acabava por julgá-la indigna de confiança: não apenas já havia sido desvirginada, como ele ainda recorria a uma terceira pessoa para confirmar a situação inadequada da agredida, terminando seu depoimento ao dizer que "que o que acaba[va] de declarar pod[ia] ser testemunhado por Joaquim Rosa".

No entanto, não sabemos se os esforços de Antônia surtiram o efeito desejado ou se o delegado considerou Benedito inocente. Porém, o Termo de Declaração foi acompanhado por um atestado de idade e de miserabilidade, condições essenciais para que o processo corresse sem despesas para a ofendida e confirmasse que a mulher fora seduzida sendo menor de 21 anos. O documento que acompanha o processo policial, datado de 23 de março de 1911, é um certificado

⁷⁶ AESP, CO 3261, Processo policial de Defloração de Antônia Alves, (23/03/1911).

⁷⁷ Sueann Caulfield. *Idem. Op. Cit.* e, Martha Abreu Esteves. *Idem. Op. Cit.*

⁷⁸ AESP, CO 3261, Processo policial de Defloração de Antônia Alves, *Op. Cit.*

paroquial de nascimento e batismo de Antônia. De acordo com tal registro, ela foi batizada no dia 13 de julho de 1886, estando nesta época com dezenove dias de idade. Considerando que a queixa é de 1911, Antônia estaria então com vinte e cinco anos, o que não permitia que Benedicto fosse acusado de sedução. Não há qualquer indicação sobre o modo como o processo foi concluído, mas podemos inferir que, a partir deste atestado de idade, Antônia não pôde justificar seu defloramento⁷⁹.

Os próprios jornais negros reafirmam a dualidade da condição da mulher negra, tendendo entre o recato e a prostituição, sem parecer haver uma outra alternativa. Afinal, qualquer indício de uma conduta fora dos padrões adequados poderia ser considerado um sinal de um caminho que levava à perdição. E, pior, um elemento que podia ser utilizado contra a mulher em uma situação de conflito entre gêneros, como vimos no processo policial de Antônia Alves e Benedicto Rosa.

A primeira conclusão é bastante óbvia. De fato, como afirmaram Martha Abreu e Sueann Caufield em relação ao Rio de Janeiro, também parece possível analisar as formas de amar das paulistanas populares no início do século XX. Mas, além disso, podemos perceber, como afirmam as autoras, que muitas vezes essas mulheres buscavam formas alternativas de utilizar os recursos legais a seu favor. Isso complementa a idéia de que suas práticas não condiziam com os pressupostos higiênicos das autoridades judiciárias brasileiras. Não se pode dizer, entretanto, que todas as mulheres que recorreram à justiça fossem amorais. Muitas delas haviam sido vítimas de abusos, e nem sempre conseguiam confirmar tais acontecimentos pela falta de conhecimento médico sobre o corpo feminino e por preconceitos ligados a estereótipos associados à mulher pobre. Porém, seria necessário verificar as condições gerais dos acusados para se obter um quadro mais claro dos crimes de amor em São Paulo. Como pudemos verificar, os acusados também podiam recorrer ao defloramento para atingir um determinado objetivo, como se unir à companheira nos casos de objeção familiar.

⁷⁹ Esse atestado de idade ainda nos traz uma informação inédita até então em toda documentação analisada: Antônia Alves era comprovadamente filha de escravos. Ela havia nascido em 1886, portanto, depois da Lei de 28 de Setembro de 1871, a chamada Lei do Ventre Livre, e seus pais eram: "Benedito e Paulina, escravos de Antonio Xavier de Almeida". Isso poderia ser um veio rico para pesquisas futuras, pois através dessa informação, pode-se seguir os registros de escravos e montar a rede familiar de Antônia, chegando talvez às relações de parentesco e compadrio de outros indivíduos negros que moravam em São Paulo nos idos de 1910. Ainda mais curioso é o fato de o registro de Antônia ser da cidade de Taubaté, região que aparecia com certa regularidade nos jornais negros devido ao fato de muitos homens de cor terem vindo desta cidade, como é o caso do próprio Frederico Baptista de Souza, personagem de muita importância para a Imprensa Negra, como avaliamos na monografia de conclusão de graduação. Lívia Maria Tiede. *Imprensa Negra: Espaços de sociabilidade em São Paulo no início do século XX*. Op. Cit. p. 92 e 93.

Nosso objetivo, no entanto, não é analisar os crimes de amor apenas. O que esses estudos nos confirmam é a necessidade que as mulheres pobres tinham de assegurar uma conduta que estivesse de acordo com a desejada pelas autoridades, se quisessem se afastar da associação à prostituição. Não analisamos somente casos de negras, pois incluímos ainda as histórias de italianas, austríacas, espanholas e nacionais brancas que também foram constrangidas por suspeições sobre suas condutas: todas sempre foram observadas por olhares que desconfiavam do fato de elas serem pobres, achando que, por este motivo, poderiam facilmente vender seus corpos. Se isso servia para todas as mulheres pobres, o julgamento era mais severo contra as mulheres negras que, além da condição feminina, sofriam com os estigmas científicos racistas de que eram promíscuas e bestialmente pervertidas.

Temos a sensação de que, para as mulheres pobres, só restavam duas alternativas: prevenir-se e defender-se da acusação de prostituição, ou aceitar esse desígnio que era imputado quase que naturalmente à condição da pobreza feminina. Mas não haveria outras formas de pensar as possibilidades de amor das mulheres pobres, e quiçá, não-brancas?

4. Uma história de amor e morte em 1923

Talvez o fato de encontrarmos uma grande quantidade de documentos relativos às mulheres possa ter ocorrido apenas pelo acaso; afinal, a desorganização dos acervos não permite uma análise sistemática das fontes. Mas essa constatação (de a maioria dos documentos serem sobre mulheres pobres brancas, negras e pardas) nos levou a uma outra hipótese: a presença constante das mulheres negras nos processos policiais foi, principalmente, fruto de uma concepção patriarcal das relações de gênero que se fazia presente sob a forma de uma forte tutela sobre seus corpos e mentes.

É bastante compreensível que a tutela sobre as mulheres gerasse constrangimento àquelas que não se adequavam aos moldes femininos impostos pela sociedade patriarcal. Essa questão específica já foi discutida pela historiadora Maria Clementina Cunha Pereira, e perpassa análises de outras pesquisas que se debruçaram sobre o "tema mulheres". Como vimos neste mesmo capítulo, a situação das mulheres agravava-se na medida em que se verificava uma somatória de estigmas. Especialmente ao se analisar o cotidiano de mulheres pobres, pode-se observar que o ser mulher associa-se à classe e por vezes à cor: um verdadeiro fardo sobre as costas femininas.

A história de Anna Maria Bueno e Anativa Soares de Oliveira nos ajuda a discutir esta questão de modo mais aprofundado. Elas tinham quinze e dezesseis anos, respectivamente, no ano de 1923. Segundo o Inquérito, Anativa era preta [sic], ou como disseram as testemunhas "de cor escura", e Anna era parda.

Anativa tem seu nome mais citado no inquérito, e talvez essa característica documental deixe a sensação de que ela foi a mentora das atitudes tomadas pelas duas meninas. Mas essa sugestão pode ocorrer apenas porque duas das testemunhas são suas parentes: sua mãe Flora, e sua irmã mais velha Adalgiza. Flora, aos trinta e nove anos de idade era viúva e, além de Anativa e Adalgiza – que tinha dezenove anos e trabalhava como costureira –, tinha outros filhos menores, que sustentava como doméstica. Esta profissão, aliás, segundo o relator do Inquérito, em algum momento fora exercida pelas duas meninas Anativa e Anna. É importante notar que Flora era doméstica e Adalgiza costureira, duas profissões que aparecem com frequência, na bibliografia, como sendo típicas das mulheres negras.

Da família de Anna foi possível conhecer apenas o irmão, João Evangelista Bueno, de vinte e um anos, que trabalhava como mecânico, e foi também testemunha do Inquérito. É possível supor por meio de pistas nos relatos, que Anna morava também com "os pais", mas eles não estiveram presentes em momento algum na Central – a Primeira Delegacia de Polícia onde foram apuradas as investigações.

Apesar da situação trágica relatada no inquérito, como veremos adiante, este mesmo documento apresenta relatos que nos sugerem que Anna e Anativa estavam ansiosas por viver algumas situações de diversão e sociabilidade. De acordo com os parentes, elas gostavam de ficar em "farras" pelas redondezas do local onde moravam. As breves descrições sobre a conduta dessas meninas corroboram os juízos de valor preconceituosos expressos pelo contista paulistano Sylvio Floreal, que em seu livro publicado em 1925 narra, entre outros casos, a situação de "As alegres mulatinhas", imersas no cotidiano citadino que as ludibriariam:

"A perdição das mulatinhas é um caso sério, escuro e confuso.

A cidade, com seus fulgores e iluminarias transbordantes da civilização, tem estragado as sestrosas mulatinhas, trigueirinhas, pardinhas, pardavascas e fulas, impiedosamente, deslocando-as do plano em que o destino as condenou a viver. Contempladas de longe, envoltas na atmosfera fulva da vida redemoinhante, dir-se-ia um enxame de mariposas alucinadas, com asas dilaceradas e os olhos turvos, resvalando, preguiçosas e continuamente, em giros fatais, que fatalmente

conduzem à morte, em torno das lâmpadas quentes dos arcos voltaicos que iluminam à noite o bruaá [barulho, tumulto] das avenidas."⁸⁰

O trecho já parece se iniciar de forma jocosa induzindo o leitor a associar a cor de pele escura à confusão. Selecionando algumas possibilidades de alcunha para as não-brancas, o contista as descreve como mariposas que voam em torno da luz da cidade, situação que em muito lembra a música "As mariposa", composta por Adoniran Barbosa⁸¹. No entanto, se neste samba as moças giram ao redor do narrador (personificado pela lâmpada) procurando se esquentar e namorar, a construção de Sylvio Floreal acentua as características imbecis do enlace amoroso acrescido da preguiça e dos olhos turvos. Para além das observações feitas pelo autor, há ainda uma outra que é mais incisiva: a de que as mulatinhas, quando envoltas pela atmosfera da cidade, seriam por esta deslocadas "*do plano em que o destino as condenou a viver*". Ou seja, novamente se confirma a difusão da concepção de que as sociabilidades urbana e noturna não eram destinadas àqueles que deveriam seguir os rigores do trabalho. Tão frágeis, não escolheriam sequer a própria perdição: seriam levadas como mariposas cegadas pelo excesso de luz e beleza. Talvez aqui o autor compartilhasse as idéias das autoridades policiais e dos homens de cor de que o destino condenava as mulheres pobres, em especial as não-brancas, a serem prostitutas.

Anna e Anativa eram a própria figuração dessas mariposas. Jovens, não-brancas, ávidas por eventos sociais, elas ainda somavam outra característica especial, pois eram pobres, o que faria do deslumbre um fato irreversível. Elas eram vizinhas e moravam no mesmo cortiço na Avenida Angélica, número 156, nos fundos. Essa informação nos parece bastante importante, pois está de acordo com a idéia de que a população pobre paulistana também morava nos cortiços da região central, tanto quanto os homens de cor. O fato de elas morarem no mesmo cortiço nos mostra o quanto estavam sujeitas ao controle alheio, tanto de seus parentes quanto de seus vizinhos, o que fica muito claro no inquérito, pois parece que todas as pessoas tinham algo a comentar sobre o desfecho da história das duas meninas. Segundo as memórias de uma velha negra que outrora morou em um cortiço na cidade de São Paulo:

⁸⁰ Sylvio Floreal. *Ronda da meia-noite*. [1923] São Paulo: Paz e Terra, 2003, p. 153.

⁸¹ Apesar da canção ser de 1955, vale citar um trecho: "As mariposa quando chega o frio, fica dando vorta em vorta da lâmpida pra se esquentar, elas roda, roda, roda, depois se senta em cima do prato da lâmpida pra descansar. Eu sô a lâmpida, e as muié é as mariposa, que fica dando vorta em vorta de eu pra me beijá."

"No cortiço, todos sabiam tudo de todos, era uma coisa muito ruim, um banheiro para mais de trinta pessoas. Mas eu vou te dizer uma coisa, sempre fui sozinha, e no cortiço sempre tive quem olhasse meus filhos para que eu pudesse trabalhar."⁸²

A Avenida Angélica fica na famosa Vila Buarque, entre o Bairro de Higienópolis e o de Santa Cecília, próxima à alameda Glette, lugar referenciado pela bibliografia como concentração dos negros mais pobres, que não faziam parte do círculo daqueles que integravam a imprensa negra, mas que, como vimos, eram habitados por homens de cor. Talvez nesses locais ocorressem esses encontros musicados em pleno espaço público, pela junção de pessoas que também trabalhavam ali. Essa pode ser uma alusão às "farras" que ocorriam na esquina do cortiço.

Segundo uma testemunha que não era aparentada delas, Antônio Catalan, com trinta e oito anos de idade, branco e casado, os jornais⁸³ publicaram que ambas costumavam vagabundear pelas ruas, enganando seus pais que acreditavam que elas estavam empregadas na cidade. É interessante notar como os jornais acompanhavam os crimes que ocorriam na cidade, apesar de não termos achado referências sobre este episódio específico. A testemunha ressalta também que elas costumavam *vagabundear* pelas ruas da cidade; notemos que não se trata apenas de vagar ociosamente – novamente relembramos que o verbo em questão assume mais do que a simples forma pejorativa masculina, insinuando, para a mulher, a prática do meretrício. Claro que isto não está dito claramente, e por isso, a insinuação torna-se mais perversa.

O cronista João do Rio, em seu *A Alma encantadora das ruas*, comenta a situação das mulheres mendigas no Rio de Janeiro: "Andam por aí, ulceradas, sujas, desgrenhadas, com as faces intumescidas e as bocas arrebetadas pelos socos, corridas a varadas dos quiosques, vaiadas pela garotada"⁸⁴. A descrição bem poderia ser encontrada no depoimento de testemunhas que tentavam identificar as duas protagonistas desta história, talvez com o intuito de justificar suas atitudes.

⁸² Teresinha Bernardo. *Memória em branco e negro: olhares sobre São Paulo*. São Paulo: EDUC: Fundação Editora Unesp, 1998, p.59.

⁸³ Infelizmente não conseguimos achar em que jornal a testemunha leu tal notícia. Temos certeza de que não foi no *O Estado de São Paulo*, e nem mesmo no *Correio Paulistano*. Também não encontramos qualquer referência a este inquérito nos jornais da Imprensa Negra. É interessante notar essa ausência quando podemos verificar que, especialmente no *O Estado de São Paulo* há diariamente notícias sobre crimes em geral na coluna "Notas Diversas", e não é rara a presença de uma outra seção, chamada "Os Desesperados", que narra especificamente casos de suicídio.

⁸⁴ *Apud*. Orna Messer Levin. *As figurações do Dândi: um estudo sobre a obra de João do Rio*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1996, p.142.

Antônio disse ainda que elas freqüentavam bailes públicos, o que também faziam a contragosto de seus progenitores. O relatório final de Pedro de Oliveira Ribeiro, responsável pelo Inquérito, narra que: "Essas meninas viviam sempre juntas e freqüentavam os chamados bailes de sociedades, desacompanhadas das mães ou de pessoas, que as vigiassem (...)".⁸⁵ Aqui temos duas informações que, apesar de parecidas, diferem bastante. A testemunha Antônio narra que elas freqüentavam *bailes públicos*, e o relator, por sua vez, *bailes de sociedades*. Como sabemos, devido à pesquisa efetuada junto à imprensa negra, esses dois tipos de sociabilidade eram diferentes⁸⁶. As chamadas *sociedades* desdenhavam os *bailes públicos* por não exigirem de seus frequentadores a mesma conduta moral. Segundo a imprensa negra, os bailes públicos eram aqueles que possibilitavam a entrada de "qualquer indivíduo", incluindo aqueles que desejavam arrumar confusão, pois os freqüentadores não eram associados ao clube e, apenas pagavam ingresso na porta. As sociedades dos homens de cor evitavam se associar a esses bailes pela má fama que tinham, proveniente das brigas e confusões. Como já foi observado, as mulheres de cor não deviam dançar em bailes que cobravam entrada, os bailes públicos de maxixe, porque, além das confusões, eles eram associados a atos de *libidinagem*.

Desta forma, podemos fazer a seguinte questão: será que Anativa e Anna freqüentavam *bailes de sociedades* (seja de homens de cor ou não) ou *bailes públicos*? Mais que isso, o que levou as autoridades a afirmarem categoricamente que se tratava de freqüentadoras de bailes públicos? O fato de ser uma negra e outra parda? É interessante notar que o relator tem uma opinião sobre os bailes de sociedades muito parecida com a dos homens de cor sobre os bailes públicos: "*São essas sociedades verdadeiros colégios de vícios, de libidinagem e prostituição.*"⁸⁷ Pode ser que ele acreditasse se tratar de termos sinônimos e que não conhecesse a diferença entre uma e outra, o que parece bastante incrível, em se tratando de uma autoridade policial que estava acostumada a conviver com os problemas causados pelas sociabilidades populares, tanto quanto com seus pedidos de abertura. Existe também a possibilidade de que qualquer sociedade freqüentada por negros fosse considerada um "colégio de vícios". O cronista já citado Sylvio Floreal parecia ter uma única opinião sobre os locais de sociabilidade de mulheres negras:

⁸⁵ ATJESP, Inquérito de Anna e Anativa, caixa 05, fls. 23.

⁸⁶ Cf. Em Leonardo Affonso de Miranda Pereira. "E o Rio dançou. Identidades e tensões nos clubes recreativos cariocas (1912-1922)". In: *Carnavais e outras f(r)estas: ensaios de história social da cultura*. Maria Clementina Pereira Cunha (org.). Campinas, SP: Editora da UNICAMP, CECULT, 2002, p. 419-441.

⁸⁷ Sylvio Floreal. *Idem. Op. Cit.*

"As mulatinhas e todas as outras suas convizinhas de cores, e mais ainda uma grande quantidade de pretinhas puro sangue, quando à noite se dirigem aos bailes de um *club* qualquer, que tem pomposamente o nome de uma qualquer flor branca, vão alegres, satisfeitas e catitas [elegantes], que até parece que formaram a Liga contra o Casamento. E, arrostando [afrontando] com todas as conseqüências dessa Liga, praticam, com alarde, o amor livre!"⁸⁸

Aqui nos parece muito evidente que o autor não diferencia os bailes públicos das sociedades dançantes. Aos olhos dos brancos, todos os lugares freqüentados por negros eram "antros", não importando suas intenções educativas, como no caso das sociedades dos homens de cor. "Flor da mocidade", "Flor da Independência", "Flor de Liz" são todas respeitadas sociedades de homens de cor onde as mulatinhas, tão desprezadas pelo cronista, exibiam seus melhores trajes em requintados bufês. É possível que nenhuma dessas associações fosse um convento; mas, será mesmo que eram a Liga contra o Casamento? Amor livre não parece ser um conceito que participasse dos ideais da imprensa negra e, como vimos, mesmo as mulheres que invertiam a lógica da proteção patriarcal não o faziam procurando romper tabus.

O que causa mais estranheza do que a visão preconceituosa do cronista sobre a sexualidade da mulher não branca, é que nem o irmão de Anna, nem a irmã e a mãe de Anativa, que foram testemunhas do inquérito, mencionam o fato de as moças freqüentarem bailes, ou vadiarem pelas ruas do centro da cidade. Claro que é bastante plausível que as meninas fossem a bailes, públicos ou de sociedades, afinal, adequavam-se exatamente ao perfil das mocinhas que apareciam na imprensa negra — a grande maioria composta por negras e pardas na puberdade, que eram pobres e podiam morar nos cortiços da região central da cidade. Talvez o próprio João Evangelista e Adalgiza também freqüentassem associações dançantes, até mesmo Flora, a mãe de Anativa. Ou seja: aquilo que parece ser importante para caracterizar a conduta das duas meninas para a autoridade policial não foi sequer mencionado pelas pessoas de sua família.

Esses familiares narram o início dos problemas com as meninas em uma outra atividade social: uma procissão. É interessante notar que a historiadora Maria Clementina Pereira Cunha nos relata que a sexualidade da iaiás brancas no século XIX estava bastante próxima à de suas escravas, que com elas conviviam em situações de intimidade. Assim, as oportunidades de namoro para umas e outras eram partilhadas e acobertadas, como entre amigas:

⁸⁸ Sylvio Floreal. *Idem. Op. Cit.*

"Ocasões de fé, como cerimônias religiosas, missas e novenas, constituíam oportunidades para o namoro, a sedução e, eventualmente, a fornicação, mesmo que para estas mulheres brancas de origem socialmente destacada e aparência enfaticamente austera e recatada."⁸⁹

Lembremos que os eventos religiosos eram bastante divulgados e apreciados pelos leitores dos jornais dos homens de cor. Enfim, tudo parece ter tido início no dia 25 de março de 1923, quando houve a tal procissão de Domingo de Ramos perto da casa em que elas moravam. Ao contrário do que afirma o relator sobre o fato de as meninas andarem desacompanhadas em lugares públicos, todos foram juntos ao evento; João, Flora e Adalgisa narraram terem estado presentes também⁹⁰. Porém, a certa altura, as meninas foram avistadas pelo próprio João desacompanhadas e conversando com "estranhos" – talvez João também suspeitasse ou soubesse de experiência própria que os eventos religiosos eram boas oportunidades para namorar. Ele disse à polícia que por conta dessa "conversa" com os rapazes, sua mãe passou um sermão em Anna, e a intimou a não andar mais com Anativa. Adalgisa por sua vez, contou às autoridades que sua irmã Anativa tomou uma surra quando chegou em sua casa depois da procissão, pois já era tarde, e sua mãe não queria mais vê-la em companhia de Anna.

Porém, segundo a própria D. Flora o castigo não fora suficiente para separar as duas mocinhas: no dia seguinte, quando voltava do trabalho, as avistou "na maior farra", na esquina da rua Bahia com a avenida Angélica. Anativa tomou outra surra de Flora e foi "mandada de volta para casa", o que nos induz a pensar que o castigo fora público. Anna foi repreendida severamente pela mãe da amiga, e Flora ainda reforçou que não queria ver sua filha junto de uma menina "levada e travessa, que não obedecia nem seus pais" (a menção induz à idéia de que ela morava com os pais além do irmão). Até aqui, a principal suspeição contras as duas é a de que corriam o risco de se prostituírem, e seus familiares, atentos a tal possibilidade, buscavam cerceá-las. Mas já podemos visualizar que Flora não queria que as meninas continuassem a andar juntas.

Talvez a levada da Anna não obedecesse a seus pais porque quem a vigiasse mesmo fosse seu irmão. João, nessa mesma noite, umas sete horas aproximadamente, conseguiu ouvir escondido as duas meninas cochicharem. Segundo seus relatos, elas estavam combinando fugir de casa, e ele ficou sem entender qual era o motivo da fuga. Claro que ele contou a seus pais, e Anna tomou outro sermão, desta vez da sua própria mãe. Mais uma vez, fica evidente a

⁸⁹ Maria Clementina Pereira Cunha. *De historiadoras, brasileiras e escandinavas...* Op.Cit. p.194.

⁹⁰ Sobre a periculosidade atribuída a ausência de tutela à mulher, ver: Sueann Caulfield, *Idem, Op. Cit.* e Martha Abreu Esteves. *Idem. Op. Cit.*

necessidade de as mulheres serem sempre tuteladas e, neste caso, o tutor foi novamente o irmão. Essa situação já foi observada nos jornais negros, e a vemos novamente no inquérito por meio das atitudes de João Evangelista.

Além da surra, o castigo pelo fato de Anativa ter sido pega pela mãe na esquina com Anna foi o de ficar cuidando dos irmãozinhos menores no dia 27, enquanto D. Flora estivesse trabalhando. Lá pelo meio dia, Anna apareceu na casa da amiga, para que elas tomassem alguma providência quanto à *separação forçada* que seus parentes impunham a elas. Além de tirá-las da farra e colocá-las às pressas no espaço doméstico, a indicação que mais se apresenta quando nos aproximamos dos relatos das intenções das meninas, mesmo que por meio das falas de outrem, é de que elas não queriam se separar.

À noite, Anativa deixou uma carta à mãe Flora, e ela e Anna "foram se despedir pessoalmente de todas as pessoas amigas e íntimas". O plano delas, segundo o que vizinhos e amigos disseram a João, era ir embora para Campinas. João ficou desesperado e imediatamente procurou as parentas de Anativa, pois ele suspeitava, segundo seus próprios relatos, de algo mais do que uma fuga – sem dizer o porquê de sua suspeição. Nesta madrugada, João e D. Flora foram a diversos postos policiais atrás das duas meninas, mas não as encontraram.

Na manhã seguinte, João foi informado que as duas mocinhas tentaram se jogar da Ponte Grande, e que tinham sido impedidas, pois havia muita gente no local e um inspetor que por ali passava resolveu segui-las. Como elas procuraram despistá-lo, ele chegou a agarrar Anativa, que estava a ponto de se atirar ao rio, isso aproximadamente às duas horas da madrugada. Assim, elas foram encaminhadas ao Gabinete de Investigações, onde passaram o resto da manhã, até João e Adalgisa chegarem por lá, para retirá-las.

João, que já estava intrigado com as atitudes das meninas, pediu ao delegado que elas fossem examinadas; ele desconfiava que elas tivessem tentado fugir e se matar porque deviam ter sido defloradas. A idéia de um possível defloramento caminha a favor da preocupação familiar do risco que as meninas corriam de se "desencaminharem" e, assim, de se prostituírem. Martha Abreu Esteves narra o constrangimento que os exames de corpo de delito provavelmente provocavam nas mulheres que tinham que se submeter à verificação de sua "desonra"⁹¹, como afirmamos anteriormente. No entanto, as meninas concordaram em fazer o Exame de Auto Corpo Delito, para que João constatasse a condição de seus corpos e, portanto, de suas vidas sexuais.

⁹¹ Esteves, Martha Abreu. *Idem Op. Cit.* p. 63 e 64.

Anna, Anativa, João e Adalgiza saíram do Gabinete de Investigações rumo à Central, onde se fazia o tal exame pericial.

Ao se verem livres, Anativa e Anna começaram a correr pela rua Sete de Abril, mas ao alcançarem a rua Epitácio Pessoa, João, que vinha correndo atrás com Adalgisa, conseguiu agarrar o braço de sua mana. Anativa ficou irritadíssima e ameaçou se jogar debaixo de um bonde ou de um automóvel se ele não largasse o braço de sua amiga. Amedrontado, temendo que Anativa cumprisse o prometido e fosse esmagada, João soltou Anna. As duas novamente "se puseram a correr atravessando as ruas: Epitácio Pessoa, São Luís, Consolação e Quirino de Andrada, e desta rua entraram na rua Formosa, sempre correndo, e subiram as escadas da gruta São José, entraram no Viaduto do Chá e no meio do Viaduto Anativa foi a primeira a se jogar seguindo logo após Anna".

Adalgisa gritou por socorro, mas já era tarde, ela e João não conseguiram alcançar as meninas. Outras pessoas que estavam por perto também não tiveram tempo de impedi-las.

"São Paulo, 27 e março de 1923.

Minha querida Mãe por andar desgostosa da vida fui obrigada a fazer esta desgraça na família. Decraro [sic] os meus motivos são: Eu amo Anna como minha melhor amiga mais a senhora não quer que eu ande com ela isto é impossível. Eu disse que quando ela morresse, eu também morreria, e ela disse que quando eu morresse, ela também morreria, e a senhora disse que eu e Anna andamos passeando com namorados isto é verdade, naturalmente nós somos moças temos direito, só isto que eu tenho a dizer. Não chorem por nós que é para termos sarvação [sic], nada mais. Adeus para todos que perguntarem de mim. Adalgisa está satisfeita agora Adalgisa é tarde [sic].

Perdão minha mãe, perdão. Minha mãe me perdoa.

Lembrança para Vancira, Acasia, Arisira, Bilu, Adalzia, Iracema, D. Benedicta, D Delphina e para todos.

Fim"

Esta carta foi deixada por Anativa à sua mãe, um dia antes dela e de sua amiga Anna se jogarem do Viaduto do Chá. Sua irmã Adalgisa (testemunha no inquérito), encontrou a carta que segundo o relatório final da Primeira Delegacia do Centro, conteria os reais motivos de sua atitude, apesar desses possíveis motivos não serem abordados no relatório.

É o primeiro momento em que podemos procurar indícios sobre as atitudes das duas meninas por meio de suas próprias palavras. Todo o texto que antecede esta parte apóia-se em

dados de documentos falados por outrem. Lendo a documentação (a fala do delegado, dos parentes e das testemunhas), só é possível imaginar que elas viviam de acordo com os padrões socialmente veiculados como adequados para aquelas pessoas: os valores dos homens de cor, os riscos das meninas "mulatinhas" de virarem ou serem tomadas como prostitutas ou algo próximo disso. Nada parece indicar outra possibilidade interpretativa...

A carta de Anativa adquiriu assim uma força desproporcional perante todo o restante da documentação porque, pelo seu impacto emocional, causa-nos a sensação de tratar de um relato da "verdade". Ao contrário da linguagem fria dos depoimentos de testemunhas e termos jurídicos, as palavras encaixadas com dificuldade por Anativa parecem conter o peso de toda a situação vivida pelos agentes da trama. Fica até mesmo a impressão de que essa dificuldade de escrita é também um artifício estilístico para a construção do argumento, caso essa história fosse um conto de um dos tantos literatos naturalistas.

Na carta de despedida não há lugar para arrependimento, mas há para o perdão. Parece ser este o primeiro intuito da menina. Pedir por sua alma e de sua amiga, que segundo os ritos católicos seriam condenadas por retirarem suas vidas. Mesmo religiosas, elas consideraram o suicídio uma alternativa possível às mazelas que inexoravelmente cercavam suas vidas. E essa mesma crença, que não é suficiente para impedi-las de seus propósitos, não é o único viés do pedido de perdão, à mãe e aos amigos direcionam-se as desculpas na certeza de que ficariam magoados. Ou melhor, magoadas. Devemos notar que as pessoas mencionadas na carta são mulheres (com exceção de Bilu, que por ser um apelido, poderia se tratar até mesmo de um animal de estimação.) - notação que pode refletir o universo dessas garotas em vida, cercadas pela convivência feminina.

É provável que o suicídio tenha se tornado uma alternativa possível exatamente pela negação em aceitar que o futuro deveria ser muito pouco diferente do passado dessas mulheres que as cercavam. O meio social parecia ter traçado seus destinos pela dificuldade de sobrevivência de acordo com as experiências herdadas dessas outras mulheres. A impossibilidade de escolha reservou-lhes ou a perpetuação de uma história de gerações, ou o rompimento radical com ela. Esse é um motivo que atribuímos para o suicídio delas. A falta de perspectivas e, portanto, a necessidade de um rompimento definitivo com círculo de exclusão viciado historicamente.

O motivo para a morte que elas expressam na carta, entretanto, é o fato de terem sido impedidas de partilharem convivências. "Eu amo Anna como minha melhor amiga mais a senhora não quer que eu ande com ela isto é impossível. (...) Eu disse que quando ela morresse, eu também morreria, e ela disse que quando eu morresse, ela também morreria (...)."

Para, além da cumplicidade evidente entre as duas amigas, há também um contrato de morte. Mas, por que esse contrato? A carta deixada por Anativa parece não dizer tudo o que gostaríamos de saber sobre os motivos de suas mortes. Esse contrato parece selar um segredo, hipótese essa que ganha força quando revemos as palavras que Anativa deixa à irmã: "Adalgisa está satisfeita agora Adalgisa é tarde". Por que Adalgisa poderia estar satisfeita? A possibilidade de morte foi uma ameaça contra uma chantagem? O que a irmã de Anativa sabia que era pior que a morte das duas meninas? A morte delas não foi um ato impulsivo, elas o premeditaram. Será que Adalgisa só encontrou a carta depois que as meninas pularam do viaduto? Afinal, elas já estavam desaparecidas na noite anterior.

Creemos que todas as interrogações permitem levantar outra hipótese para interpretar esta história, bem diferente do enredo imaginado pelo irmão, pela mãe ou pelo delegado... (talvez um pouco pela mãe, que tentou "separar as duas meninas" - ou talvez por Adalgiza.): um amor homoerótico, não necessariamente sexual, acompanhado por um pacto de morte, parece estar bem distante de todos os horizontes sociais esperados para cercar aquelas duas meninas. No entanto, existe a hipótese desse amor, em função do que vem declarado na carta. Afinal, o inquérito nos leva a pensar que o intuito da família era evitar a perdição das meninas por meio da prostituição, envolvendo a decorrência lógica de um possível defloramento que elas tivessem permitido. No entanto, um pequeno adendo atrapalha essa idéia de que as meninas estavam desejando esconder a perda da virgindade; ele nos faz pensar em um amor impossível.

Se insistirmos apenas na historiografia sobre mulheres nesse período chegamos a concordar com João Evangelista quanto a sua desconfiança sobre a virgindade das meninas, mesmo porque, por conta das pesquisas sobre hímem complacente, hoje em dia sabemos que ausência de ruptura da membrana não é sinônimo de ausência de vida sexual⁹². Mas um último detalhe nos intriga.

Anna morreu apenas uma semana após Anativa, ficando em coma neste período. Não tivemos acesso, por esse motivo, ao Auto Exame Cadavérico dela, pois enquanto o inquérito foi

⁹² Sueann Caulfield, *Idem, Op. Cit.* e Martha Abreu Esteves. *Idem. Op. Cit.*

feito Anna ainda estava viva, vindo a falecer na semana seguinte, como consta em nota posterior. Assim, no decorrer deste, Anativa estava morta, e o exame de seu corpo consta do inquérito. Ele confirma que Anativa era preta, tinha dezesseis anos em 1923, etc. E traz também a informação de que a menor não havia sido deflorada, possuindo o hímem intacto. Pode ser que Anativa tenha cumprido o contrato de morte com a amiga porque Anna não fosse mais virgem. Mas Anativa foi a primeira a se atirar do viaduto, o que demonstra que não havia qualquer hesitação por parte dela, o que poderia ocorrer se ela quisesse apenas proteger a amiga. Pode ser que ambas fossem virgens e cultivassem um amor impossível de ser convivido no meio social que esperava delas, na pior hipótese, a prostituição. Se seus destinos pareciam tão inexoravelmente demarcados pelas possibilidades sociais, a aventura de viver um amor homoerótico é simplesmente impensada ou, ainda, ignorada por aqueles que conviveram com as meninas.

Há, de certo modo, um padrão de valores que é projetado para estas camadas pobres e negras, tanto pelos homens de cor, quanto pela polícia, e que os "prende" a certos estereótipos excluindo outras possibilidades interpretativas... Este é um elemento importante para mostrar a força destas idéias preconceituosas que atribuem determinadas qualidades (ou defeitos) para quem "não é homem/mulher de cor". Assim, se nos ativermos às possibilidade que a documentação encerra, acabamos por corroborar os aspectos delineados por ela própria. Afinal, todas as conclusões a que chegamos acerca da conduta das mulheres pobres e negras no início do século XX em São Paulo não contradizem os argumentos da documentação, e apenas deitam outro olhar sobre as atitudes dessas pessoas, revendo-as não como negativas, mas como alternativas de sobrevivência.

No entanto, se há outras possibilidades de interpretação para os dados que podemos coletar nestas fontes, nem sempre elas nos são visíveis. E, como sabemos que os documentos não são produzidos em situações de imparcialidade, há que se considerar silêncios propositais que buscam construir uma memória ideal para o futuro.

Conclusão

A análise dos jornais negros publicados nas duas primeiras décadas permite visualizar formas de luta contra o racismo que levam em conta uma busca incessante pela integração do negro na sociedade paulistana. De acordo com os homens de cor, os negros em geral só obteriam respeito da sociedade se seguissem certos padrões de conduta. Os artigos que veiculavam tais normas foram considerados por alguns autores como a aceitação de valores dos brancos¹. Podemos perceber, entretanto, que eles eram uma maneira consciente de combater o racismo: segundo os homens de cor, já que o preconceito existia de fato, apenas destruindo as justificativas para se inferiorizar o negro seria possível calar seus algozes. Havia, nos jornais da imprensa negra, um forte ideário que indicava que somente a união de todos os negros em busca da educação e de uma vida regrada - sem ócio, bebedeira ou sexualidade promíscua - permitiria que a sociedade os enxergasse como iguais e deixasse de vigiá-los. O negro, visto como um perigo latente, tornar-se-ia então, aos olhos dos paulistanos, mais um brasileiro que buscava construir a Nação.

Os homens de cor, portanto, assumiram uma responsabilidade pela mudança da "imagem do negro". Em certa medida, isso significa que eles acreditavam que os preconceitos da sociedade contra os negros tinham ressonância nas atitudes da "classe". Ainda que tenham combatido o racismo, concordavam com alguns de seus alvos, atribuindo aos "pretos" certas acusações que a sociedade em geral imputava contra a moral de todos os negros. Dessa maneira, estabeleceram duas formas de combate ao racismo, uma dirigida contra a sociedade racista, e outra visando a própria comunidade negra.

As exclusões sofridas por todos os negros, com a falta de trabalho bem remunerado e regular, com as condições precárias de moradia e educação, e o desrespeito à dignidade e à individualidade, eram vicissitudes a serem minimizadas conjuntamente por toda a "classe de cor". Neste sentido, era um fato a ser enfrentado por todos, especialmente porque a opressão era vivida

¹ Cleber da Silva Maciel em *Discriminações Raciais – negros em Campinas (1888-1926)*. 2^a ed. Campinas: Área de publicações CMU/UNICAMP, 1997; Maria Isaura de Queiróz. “Coletividades negras. Ascensão sócio-econômica dos negros no Brasil e em São Paulo”, *Revista Ciência e Cultura.*, (6), v.29, pp.647-663, Jun. de 1977.

por todas as pessoas que tinham a pele escura, fossem morenos, pardos, negros ou "azeviches". A coerção às formas de sociabilidade dos negros não se restringia à religião e outras expressões culturais afro-descendentes, como a capoeira e o samba². Incompreendidos pela sociedade branca e higiênica, os negros foram associados a outros estigmas como a vadiagem, a embriaguez, a lassidão moral, a criminalidade e a violência, assim como a perversão sexual, especialmente associada às mulheres negras.

Segundo o ponto de vista dos indivíduos que escreviam os jornais negros, muitas destas características podiam ser aplicadas aos "pretos" - aqueles indivíduos que não quiseram, ou não puderam se adequar à conduta pretendida pelos "homens de cor". Havia, assim, uma distinção importante entre os homens de cor e o pretos. Contudo, esta divisão era invisível ao olhar da polícia e da grande imprensa, pois ambas consideravam a inferioridade dos negros como um dado genérico, uma característica que podia ser atribuída a todos os negros, como vimos ao analisar os processos policiais. Os estigmas e preconceitos estavam associados à raça, impossibilitando que todos os negros se integrassem em uma sociedade que desde o princípio o via como elemento destoante da ordem estabelecida.

Ao considerar os jornais dos homens de cor, anteriores ao *Clarim d'Alvorada*, como veículos de combate ao racismo contra os negros, caminhamos em sentido diverso da avaliação presente na historiografia. Como vimos, Florestan Fernandes incorporou as afirmações dos militantes negros, em especial da década de 1930, desprezando assim a produção jornalística dos homens de cor³. Boa parte da historiografia posterior a Fernandes, concordando ou não com seus pressupostos teóricos, fez a mesma avaliação da imprensa negra, afirmando, nos casos mais positivos, que esses periódicos estavam centrados apenas em relatos de eventos sociais e mexericos⁴, e ainda acabou por considera-la "aburguesada" e desprovida de consciência política⁵.

² Alguns autores cobraram a ausência dessas referências na imprensa negra. Entre outros: Mirian Nicolau Ferrara. *Imprensa negra paulista (1915-1960)*. São Paulo, FFLCH/Usp, 1986, Iêda Marques Brito. *Samba na cidade de São Paulo (1900-1930): um exercício de resistência cultural*. São Paulo: FFLCH/Usp, 1986.

³ Florestan Fernandes. *A integração do negro na sociedade de classes*. Vol. 1 – O legado da raça branca. Dominus Editora, Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1965.

⁴ Cf. Kim D. Butler. *Freedoms given, freedoms won: Afro-brazilian in post-abolition São Paulo and Salvador*. Rutgers University Press: New Brunswick, New Jersey, 1998. Mirian Nicolau Ferrara. *Imprensa negra paulista (1915-1960)*. São Paulo, FFLCH/Usp, 1986. Cleber da Silva Maciel, e^m: *Discriminações Raciais – negros em Campinas... Op. Cit* Florestan Fernandes. *A integração do negro... Op. Cit*

⁵ Mirian Nicolau Ferrara. *Imprensa negra paulista... Op. Cit*.

De acordo com nosso estudo, entretanto, essa imprensa foi capaz de fazer discussões teóricas sobre o racismo, inclusive com membros do movimento negro norte-americano, articular formas de proteger a "classe" contra a violência racial e a discriminação⁶, e também estudar e desenvolver projetos que visavam obter melhorias gerais no âmbito da "raça".

A crítica do movimento negro subsequente à década de 1930 a seus "predecessores" concentrava-se no fato de que eles não teriam reafirmado os valores da negritude, como a cultura e a religiosidade afro-descendente. Há, no entanto, respostas possíveis para esse "silêncio". Se os negros eram vistos como uma ameaça para a formação de uma sociedade harmoniosa e civilizada, e se havia comportamentos considerados degradantes que eram perseguidos, não seria o caso de alardear práticas e tradições de origem africana. Elas poderiam constituir chamarizes à repressão, sendo melhor dissimulá-las, ou, ao menos, não veiculá-las nas folhas dos jornais escritos pelos negros para não se tornarem uma prova a mais de que os negros não deveriam ser devidamente integrados à sociedade. Essas folhas ocuparam-se, portanto, em buscar formas de amenizar o estigma de inferioridade que rondava a população de cor.

Assim, sob suspeita constante, é compreensível que o modelo de luta contra o racismo proposto pelos homens de cor não tenha vingado. Como vimos, a análise desenvolvida nesta dissertação indica que, do ponto de vista da polícia e da grande imprensa, todos os negros eram considerados igualmente perigosos. As imagens deles no jornal *O Estado de São Paulo*, por exemplo, desprezavam suas capacidades cognitivas e, por vezes, justapunham a elas a condição de suspeição ao negro presente, mesmo que não houvesse certeza quanto à identidade desse indivíduo. Nos processos policiais, a situação encontrada não difere essencialmente, há sempre uma suspeita envolvendo o elemento de cor que margeava a infração.

De certo modo, a derrota desta estratégia foi incorporada pelo movimento negro posterior, que constatou que as justificativas da inferioridade do negro independiam do quanto eles as provassem falaciosas. Colocados sob suspeita por sua cor, os negros jamais poderiam ser considerados "cidadãos exemplares". A mudança na postura da militância dos negros se deu por dentro da própria luta contra o racismo, e não por que o acaso determinou que a partir do final da década de 1920 os negros se tornassem mais "combativos". Foi a própria experiência partilhada pela comunidade negra que possibilitou a busca de diferentes formas de atuação frente aos

⁶ Livia Maria Tiede. *Imprensa Negra: Espaços de sociabilidade em São Paulo no início do século XX*. Monografia de conclusão de graduação. 2002.

variados meios de se manter "o negro" excluído. Se o movimento negro pôde ver a importância na afirmação de valores negros e africanos, foi porque, entre outras coisas, os homens de cor nas décadas de 1910 e 1920 buscaram mostrar a seus pares que era possível ter cor escura e também ser um cidadão belo, harmonioso, digno e respeitável, quaisquer que fossem os preconceitos que existissem contra os negros. Concursos de beleza, associações regradas, famílias exemplares, e letras bem escritas tinham a intenção de provar a qualquer um que duvidasse, branco ou não, que os negros podiam muito mais do que "o destino", ou melhor, o racismo "os condenava a viver".

Assim, a dicotomia aceita pela historiografia de que os negros vinculados à imprensa negra eram uma elite burguesa nos parece pouco esclarecedor, desconsiderando as experiências deles próprios como significativa para o combate ao racismo. Mesmo porque, as afirmações sobre a condição aburguesada dos homens de cor vieram também a despeito de se procurar saber como eram as condições de vida deles, de fato, e sobre o quanto estavam distantes física e economicamente dos outros negros. Ao procurarmos localizar os homens de cor no espaço paulistano, pudemos averiguar que a única diferença efetiva entre eles e os "pretos" era de conduta. Na prática, pretos e homens de cor freqüentavam os mesmos espaços de sociabilidade e sofriam as mesmas coerções. Assim, ser preto ou homem de cor não era uma distinção incontestável e irredutível. Ao contrário, como vimos, a flexibilidade das categorias estava exatamente no fato de que homens de cor poderiam ter, eventualmente, atitudes de pretos, e esses também podiam seguir as "normas" da imprensa negra.

Esta possibilidade pode ser visualizada especialmente ao se focalizar a condição feminina. As mulheres negras sofreram acentuadamente a identificação com a prostituição. No entanto, a análise dos processos policiais de defloramento aponta para o fato de que elas agiam da mesma maneira que as outras mulheres pobres. Apesar disso, se as mulheres brancas, em especial imigrantes, tinham a possibilidade de serem interpretadas visualmente no espaço público como operárias, as negras eram freqüentemente tomadas por criadas ou prostitutas, ao menos em potencial. Sobre as negras parecia não pairar quaisquer dúvidas sobre o destino das que eram facilmente acessíveis em termos sexuais.

As mulheres de cor, ao constituírem clubes femininos com "nome de flor", como nota Sylvio Floreal, buscavam quebrar o estigma de que dançar, para as negras, era a mesma coisa que se oferecer sexualmente. Anna e Anativa, as meninas que se suicidaram, podiam também estar em desacordo com os parâmetros previstos para as mulheres negras. Uma história trágica de amor

homoerótico, por mais que fosse considerada imoral, podia ser vivida por dândis "exóticos" ou por brancas que estudaram "excessivamente"; entre as pessoas de cor negra, isso parecia impossível. A única interpretação possível para suas atitudes parece ter sido a vontade "natural" que sentiam por bailes e namoros, prenúncio de um destino inexorável, apenas.

Assim, muitas atitudes de brancos e de negros eram relatadas como exceção para uns, e confirmação de uma regra para outros. A presença silenciosa de pretos suspeitos nas esquinas onde ocorriam infrações era motivo suficiente para se obter facilmente um culpado, sem mesmo que para isso fosse necessária a identidade do indivíduo; bastava apenas ele não ser branco. Na medida em que o preto era visto como um criminoso em vias de uma infração iminente, a potencialidade se transformava em prova bastante convincente. Era sabido que o imigrante italiano também poderia ser criminoso, mas a princípio sua "raça" não contribuía para tanto. O imigrante teria nascido civilizado, mesmo que pudesse dançar nos mesmos salões, vestir as mesmas roupas, morar nos mesmos cortiços, beber as mesmas bebidas e partilhar as mesmas condutas que os negros.

A historiografia que analisou a imprensa negra a considerou "embraquecida". Mas talvez tenham, ao contrário, buscado afirmar valores que eram, no período, símbolos de uma cidadania almejada para todos - e que incluía, além da educação, um comportamento moral e social regrado e comedido. Uma busca que não pode sair vitoriosa, pois todos os negros estavam irremediavelmente colocados sob suspeita, fossem eles "pretos" ou "homens de cor".

Fontes e Bibliografia

I – Fontes

1 – Fontes manuscritas

1.1 – Arquivo do Estado de São Paulo

Polícia. *Processos Policiais*. CO 3256 a CO 3265.

Processo policial de Lesões Corporais. CO 3261, CO 3262, CO 3264.

Processo policial de Defloração. CO 3261, CO 3262, CO 3265.

Processo policial de Auto-Prisão em Flagrante. CO 3262, CO 3264

Processo policial de Ofensas Físicas. CO 3264.

Processo Policial de Furto. CO 3261, CO 3262.

Cadeia Pública. *Livro de registro e entradas e saídas da Cadeia Pública*. EO 1615.

Livros de Registro de Presos Sentenciados. EO 1611.

Livro de Presos Recolhidos. EO 1618.

1.2 – Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Processo Policial. Caixa 03.

Inquérito Policial – Suicídio de Anna e Anativa. Caixa 05, fls. 23.

1.3 - Arquivo Municipal Washington Luís

Polícia. *Polícia e Higiene* (1900-1918)

1.4 – Fórum Criminal "Abrão Ribeiro"

Livros. *Registro Geral do Processo*. 1ª. Vara (1891 - 1907), 2ª. e 3ª. Vara (1907 - 1914) e 4ª. Vara (1914 - 1927).

2 – Fontes impressas

2.1 - Jornais

Alfinete, órgão literário, crítico e recreativo dedicado aos homens de cor, O. São Paulo, 1918-1919, 1921.

Auriverde, literário, humorístico, noticioso. São Paulo, 1928.

Baluarte, órgão oficial do Centro Literário dos Homens de Cor, O. Campinas, 1904.

Bandeirante, órgão de combate em prol do reerguimento geral da classe dos homens de cor, O. São Paulo, 1918-1919.

Chibata. Nós somos Judas da raça, quem serão os Cristos? São Paulo, 1932.

Clarim e o Clarim d' Alvorada, O. São Paulo, 1924-1932, 1940.

Elite, órgão oficial do Grêmio Dramático e Recreativo Elite da Liberdade. São Paulo, 1924.

Estado de São Paulo, O. 1900, 1905-1910.

Getulino, órgão para a defesa dos interesses dos homens pretos. Campinas, 1923-1924, 1926.

Kosmos, órgão do Grêmio Dramático e Recreativo Kosmos, O. São Paulo, 1922-1925.

Liberdade, órgão dedicado à classe de cor, crítico, literário e noticioso, A. São Paulo, 1919-1920.

Menelik, órgão mensal, noticioso, literário e crítico dedicado aos homens de cor, O. São Paulo, 1915-1916.

Patrocínio, órgão literário, crítico e humorístico, O. Piracicaba, 1928-1930.

Progresso, São Paulo 1928-1931.

Rua, literário, crítico e humorístico, A. São Paulo, 1916.

Sentinela, órgão crítico, literário e noticioso, A. São Paulo, 1920.

Voz da Raça, órgão oficial da Frente Negra Brasileira _ semanário independente, A. São Paulo, 1933-1937.

Xauter, jornal independente, O. São Paulo, 1916.

2.2 – Memorialistas e Obras de Referência

"Memória Urbana: a Grande São Paulo até 1940". São Paulo: AESP, Imprensa Oficial, 2001. v.1.
Sylvio Floreal. *Ronda da meia-noite*. [1923] São Paulo: Paz e Terra, 2003.

J. I. Roquete e José da Fonseca. *Diccionario dos synonymos Poético e de ephitetos da língua portugueza*. Paris: Ailland e Bertrand, 1848.

2.3 – Mapas, Catálogos e Anuários

"Crimes em São Paulo - Catálogo de fundos dos Juízos da Capital existentes no Arquivo de São Paulo". Publicação do Arquivo do estado de São Paulo, São Paulo, 1998.

"Memória Urbana: a Grande São Paulo até 1940". São Paulo: AESP, Imprensa Oficial, 2001. v. 2 e v.3.

"Separata do anuário Estatístico do Brasil. Recenseamento Realizado em 1 de Dezembro de 1920". Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1930.

II – Bibliografia Citada

Ana Gomes Porto. *Crime em letra de forma: sangue, gatunagem e um misterioso esqueleto na imprensa do prelúdio republicano*. Doutorado, Campinas, Unicamp, 2003.

Antonia Aparecida Quintão, *Irmandades Negras: outro espaço de luta e resistência*. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2002.

Boris Fausto, *Crime e o Cotidiano. A criminalidade em São Paulo (1880 – 1924)*, Brasiliense, 1984.

Candido Malta Campos. *Os rumos da cidade: urbanismo e modernização em São Paulo*. São Paulo: editora SENAC, 2002.

Carlos Alfredo Hasenbalg. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. (trad.) Patrick Burglin. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

Carlos José Ferreira dos Santos. *Nem tudo era italiano: São Paulo e pobreza: 1890-1915*. São Paulo: Annablume, 1998.

Caulfield, Sueann. *Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)*. Campinas, SP: Editora da Unicamp/ Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 2000.

Célia M. Marinho de Azevedo. *Onda negra medo branco – O negro no imaginário das elites: século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987

- Cláudio Bertolli Filho. *A gripe espanhola em São Paulo, epidemia e sociedade*. [1923] Paulo: Paz e Terra, 2003.
- Cláudio Henrique de Moraes Batalha. *O movimento operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.
- Cleber da Silva Maciel. *Discriminações Raciais_ negros em Campinas (1888-1926)*. 2^a ed. Campinas: Área de publicações CMU/UNICAMP, 1997.
- Clóvis Moura. *Brasil: Raízes do protesto Negro*. São Paulo: Global Editora, 1983.
- Eileen Boris, Angélique Janssens (eds.). *Complicating the Categories: Race, Gender, Class and Ethnicity in Western and non-Western Societies*, Cambridge: Cambridge University Press, 1999
- Florestan Fernandes. *A integração do negro na sociedade de classes*. Vol. 1 – O legado da raça branca. Dominus Editora, Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo,
- Hebe Maria Mattos. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista, Brasil século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- George Reid Andrews. *Negros e brancos em São Paulo. (1888-1988)*. Trad. Magda Lopes, Bauru: EDUSC, 1998.
- Iêda Marques Brito. *Samba na cidade de São Paulo. (1900-1930); um exercício de resistência cultural*. São Paulo: FFLCH/Usp, 1986.
- José Correia Leite. *...E disse o velho militante José Correia Leite...*; (organizador e textos Cuti). São Paulo: Secretaria Municipal da Cultura, 1992
- Joseli Maria Nunes Mendonça. *Evaristo de Moraes: justiça e política nas arenas republicanas (1887-1939)* Tese de Doutorado. Campinas, SP: UNICAMP, 2004.
- Kim D. Butler. *Freedoms given, freedoms won: Afro-brazilian in post-abolition São Paulo and Salvador*. Rutgers University Press: New Brunswick, New Jersey, 1998.
- Kim D. Butler. "Up from slavery: Afro-Brazilian activism in São Paulo, 1888-1938" *The Americas*. Copyright by the Academy of American Franciscan History XLIX(2), October 1992.
- Leonardo Affonso de Miranda Pereira. "E o Rio dançou. Identidades e tensões nos clubes recreativos cariocas (1912-1922)". In: *Carnavais e outras f(r)estas: ensaios de história social da cultura*. Maria Clementina Pereira Cunha (org.). Campinas, SP: Editora da UNICAMP, CECULT, 2002.

- Lília Moritz Schwarcz. *Retrato em branco e negro: jornais, escravos cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- Lívia Maria Tiede. *Imprensa Negra: Espaços de sociabilidade em São Paulo no início do século XX*. Monografia de conclusão de graduação. 2002.
- Lúcia Helena Oliveira Silva. *Construindo uma nova vida: migrantes afro-descendentes na cidade do Rio de Janeiro no pós-abolição (1888/1926)*. Tese de doutorado. Campinas: Unicamp. 2001.
- Luís Antônio Francisco de Souza. *São Paulo, polícia urbana e ordem disciplinar _ a polícia civil e a ordem disciplinar na Primeira República*. Tese de mestrado: Unicamp, 1992.
- Magali Gouveia Engel, "A loucura, o hospício e a psiquiatria em Lima Barreto: crítica e cumplicidades", In: Sidney Chalhoub (org). *Artes e ofícios de curar no Brasil: capítulos de história social* Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.
- Maria Clementina Pereira Cunha. *O espelho do mundo – Juquery, a história de um asilo*. Paz e Terra, Rio de Janeiro. 1986.
- Maria Clementina Pereira Cunha. *De historiadoras, brasileiras e escandinavas: loucuras, folias e relações de gêneros no Brasil (século XIX e início do XX)*. Tempo – Revista do Departamento de História da UFF (Universidade Federal Fluminense), n ° 5, Junho 1998, Rio de Janeiro, Sette Letras, 1998, p. 181-215.
- Maria Cristina Cortez Wissenbach em: "Da escravidão à liberdade: dimensões de uma privacidade possível", In: Fernando A. Novais (coordenador geral da coleção) & Nicolau Sevcenko (organizador do volume). *História da vida Privada no Brasil*, v.3 São Paulo: Cia das Letras, 1998.
- Maria Inês Machado Borges Pinto. *Cotidiano e sobrevivência. A vida do trabalhador pobre na cidade de São Paulo. 1890 a 1914*, São Paulo, Fapesp/Edusp, 1994.
- Maria Isaura de Queiróz. "Coletividades negras. Ascensão sócio-econômica dos negros no Brasil e em São Paulo", Revista Ciência e Cultura., (6), v.29, pp.647-663, Jun. de 1977
- Maria Therezinha Janine Ribeiro. *Desejado e Temido: preconceito contra o imigrante italiano me São Paulo na primeira República*. Dissertação de Mestrado. FFLCH/USP, São Paulo, 1985.
- Mario Barbosa. *FNB: depoimentos/ entrevistas e textos; (organizador QUILOMBOJE)*. São Paulo: QUILOMBOJE, 1998.

- Martha Abreu Esteves. *Meninas Perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- Mirian Nicolau Ferrara. *Imprensa negra paulista (1915-1960)*. São Paulo, FFLCH/Usp, 1986.
- Nicolau Sevckenko. *O Orfeu extático na metrópole. São Paulo sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- Olívia Maria Gomes da Cunha. *Intenção e gesto: pessoa, cor, e a produção cotidiana da (in)diferença no Rio de Janeiro, 1927-1947*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2002.
- Orna Messer Levin. *As figurações do Dândi: um estudo sobre a obra de João do Rio*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1996.
- Paulo César Garcez em "Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras". In: Fernando A. Novais (coordenador geral da coleção) & Nicolau Sevckenko (organizador do volume). *História da vida Privada no Brasil*, v.3 São Paulo: Cia das Letras, 1998, pp.131-214.
- Petrônio José Domingues. *Uma história não contada: negro, racismo e trabalho no pós-abolição em São Paulo (1889-1930)*. Dissertação de mestrado: FFLCH – USP, 2000.
- Regina Célia Xavier. *A conquista da liberdade. Libertos em Campinas do século XIX*. CMU/UNICAMP, 1996.
- Regina Pahim Pinto. *Movimento Negro em São Paulo: luta e identidade*, São Paulo, Tese (Doutorado) FFLCH, 1993.
- Roger Bastide. "Imprensa negra do estado de São Paulo". *Estudos Afro-brasileiros*, 2, 1951, pp.50-72.
- Sidney Chalhoub. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.
- Silvia Hunold Lara. "Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil". *Projeto História*, São Paulo, (16), Fev. 1998.
- Teresinha Bernardo. *Memória em branco e negro: olhares sobre São Paulo*. São Paulo: EDUC: Fundação Editora Unesp, 1998.
- Thomas E. Skidmore. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. (trad.) Raul de Sá Barbosa. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

Anexo 1

O percurso nos Arquivos Paulistas

Muitas dificuldades ocorreram durante a pesquisa e vale a pena relatá-las aqui. Em primeiro lugar, há o fato de a documentação policial paulistana não estar devidamente organizada nos arquivos. Apesar da insistência em se buscar processos, inquéritos e ocorrências policiais que pudessem levar até as moradias habitadas por negros, referenciadas pela historiografia, a escassez das fontes arrastou a pesquisa para diversas direções não previstas. Portanto, apesar da nossa vontade de perder o tema principal deste trabalho, que foi o estudo da população negra mais pobre que não participava dos circuitos letrados da imprensa negra, nem sempre foi obtida a quantidade esperada de material para a análise.

Assim, a primeira fase do estudo de circunscrição das fontes diretamente ligadas à pesquisa se mostrou mais complexa do que o esperado inicialmente. A consulta foi iniciada nos acervos do Arquivo Municipal Washington Luís. Como este não está totalmente organizado, foi preciso iniciar o trabalho com as caixas do Setor de Manuscritos intituladas “Polícia e Higiene” (1900 a 1918). A maior parte desta documentação, porém, menciona alvarás de licença para botequins, ambulantes, jogos, casas de secos e molhados, bailes públicos, clubes e sociedades. Desses pedidos de licença, evidentemente, os três últimos tipos de alvarás poderiam sugerir caminhos para a continuidade da análise, pois apesar de não serem fontes policiais sobre pessoas negras, poderiam trazer elementos adicionais em relação à pesquisa efetuada na Iniciação Científica acerca dos clubes e sociedades negras paulistanas vinculadas aos jornais negros. Como não foram encontradas informações específicas sobre nenhum clube ou sociedade dos homens de cor, concluímos que os outros fundos do Arquivo Washington Luís também não eram pertinentes a essa pesquisa.

A tentativa seguinte de encontrar fontes policiais foi no Museu do Crime. Contudo, apesar das muitas exigências cumpridas para obter o acesso a seu acervo, não foi possível obter a autorização necessária. Assim, disponibilizaram para pesquisa apenas os livros da biblioteca do Museu, que continham em sua maioria volumes relativos à medicina legal, o que não nos trouxe, a princípio, nenhuma informação desejada. Outra tentativa frustrada de busca de documentos foi

no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, que se encontrava em reforma e, portanto, não estava a serviço do pesquisador até que fossem organizados.

Finalmente foi iniciada a pesquisa no Arquivo do Estado de São Paulo (AESP). Para este local havia o conhecimento prévio sobre a existência de documentação policial organizada e microfilmada para o período entre 1821 e 1899, que se encontra no guia *Crimes em São Paulo*⁷, publicado pelo próprio Arquivo.

Uma consulta aos catálogos locais revelou a existência de um acervo intitulado “Polícia”, que não contém nenhuma informação sobre o conteúdo, como foi narrado. Por este motivo, foi feita uma análise geral do conteúdo das latas aleatoriamente. Pela extrema dificuldade em trabalhar com os materiais disponíveis nestas latas, a etapa seguinte foi então buscar outros documentos existentes no AESP. Primeiramente foi verificado o fundo “Instrução Pública”⁸. Esta documentação, porém, é constituída por um livro de matrícula para processo eleitoral entre 1907-1909, registrado por bairros, mas que não continha nenhuma referência à cor dos eleitores. Desta forma, mesmo que houvesse bairros interessantes para esta pesquisa, como o caso de registros sobre a Mooca, não foram localizados os seus possíveis personagens.

Na seqüência foi encontrado o fundo “Cadeia Pública”, do qual utilizamos o “Livro de Registro de entradas e saídas da Cadeia Pública”⁹. Verificou-se que o livro referente a 1907 trazia algumas informações sobre os presos além dos nomes, como nacionalidade e idade e, finalmente, a cor dos acusados! Porém, essa lista registra principalmente presos por vadiagem que passavam em sua maioria quatro dias na delegacia, e máximo 22 dias e meio na cadeia, mas não havia nenhuma referência sobre a possibilidade de ter sido gerado um processo, nem qualquer registro do que poderia ocorrer com o preso durante e depois da prisão. Afinal, tratava-se apenas de um livro de registro de entrada e saídas, nada mais.

No entanto, a partir dessa documentação foi possível chegar a um outro tipo de livro, que alentou a esperança de localizar processos que envolvessem claramente pessoas negras: os “Livros de Presos Sentenciados”.¹⁰ Nele, como o título indica, estavam registrados os sentenciados e, assim, tínhamos indicações sobre seus respectivos processos. Esta foi uma chave importante, pois mesmo que o processo não trouxesse a cor do acusado, o livro continha esse

⁷ “Crimes em São Paulo – Catálogo de fundos dos Juízos da Capital existentes no Arquivo de São Paulo”. Publicação do Arquivo do estado de São Paulo, São Paulo, 1998.

⁸ AESP, EO 2606.

⁹ AESP, EO 1615.

¹⁰ AESP, EO 1611. Registro de Presos Sentenciados (1905-1907).

dados. Finalmente, uma boa pista para realizar a triagem dos processos existentes no Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Foi elaborada uma pequena ficha para coletar apenas as informações necessárias para se avaliar se um processo era referente a um negro ou não, a partir das informações contidas da lista de presos sentenciados. Essa ficha contém o nome inteiro do acusado, idade, a data e hora da prisão, a duração da pena, o crime cometido, o número da vara criminal, e, eventualmente, a profissão declarada, e, se o condenado sabe ler e escrever (quando o livro traz essas informações). Não foi anotada a nacionalidade, com exceção de um único caso de negro estrangeiro, que era “natural da África, na Ilha do Fogo”¹¹. Somente foi preenchida a ficha para presos de cor negra (geralmente indicada “preta”), morena ou parda. A partir da consulta deste primeiro livro do século XX, referente a 1905-1907, foram compostas 265 fichas entre presos negros, pardos e morenos.

Um outro registro foi encontrado posteriormente, o “Livro dos Presos Recolhidos”¹² que data entre 1904 e 1922. Para este, foi utilizado o mesmo modelo de ficha nominal, porém com menor quantidade de detalhes. Atingiu-se o ano de 1919, com mais de quatrocentas inscrições de presos não brancos.

Com uma listagem de mais de 700 nomes, faltava encontrar os processos referentes a eles. Como o trabalho de procurar por processos no Arquivo do Estado de São Paulo se mostrava pouco produtivo, deu-se início ao trabalho junto ao acervo do Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (ATJESP), ou apenas Arquivo do Ipiranga. Novamente iniciou-se uma batalha burocrática para obter acesso às fontes. Isso porque a documentação processual, que já havia sido consultada por outros pesquisadores em anos anteriores¹³, não se encontra mais no próprio local do Arquivo do Ipiranga. Ela está armazenada em um acervo em Jundiaí, e não é possível ter acesso direto a essas fontes, já que o serviço de busca foi terceirizado.

Teoricamente essa documentação foi digitalizada, e seria possível solicitá-la no próprio ATJESP que a traria de Jundiaí para a sala de consulta, desde que se fornecesse o número do processo desejado. Mas, infelizmente, não há nenhuma lista no próprio Arquivo, com as indicações necessárias para se obter o número do processo e se fazer essa busca, pois, de fato, o

¹¹ AESP, EO 1611. Registro de Presos Sentenciados (1905-1907).

¹² AESP, EO 1618. Presos Recolhidos (1904 – 1922).

¹³ Vide por exemplo: Boris Fausto, *Crime e o Cotidiano. A criminalidade em São Paulo (1880 – 1924)*, Brasiliense, 1984. Este autor indica em suas fontes que os Processos Penais entre 1880 e 1924 estavam no Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (ATJESP).

material não foi digitalizado para o período que trata essa pesquisa. Apenas a documentação sobre escravidão está acessível através de referências existentes na sala de consultas.

Ninguém sabia informar como seria possível obter acesso ao número dos processos para se chegar às caixas ou pacotes onde eles estariam em Jundiaí. Depois de efetuar uma pesquisa, a pessoa encarregada pela tramitação dos pedidos feitos à empresa responsável pelo acervo, me informou que os cartórios criminais tinham listas nas quais constavam os números dos pacotes. Dessa forma a pesquisa se deslocou para o Fórum Criminal “Abrão Ribeiro”, pois é neste local que estão os cartórios da primeira a quarta vara criminal. Através da mesma pessoa, obtive a informação de que a primeira vara criminal não era mais responsável pelos dados de processos que haviam sido lavrados pela mesma no início do século. A divisão por varas para o material antigo era por datas. Ou seja, a primeira vara tem os números dos processos de 1891 a 1907, independente da vara em que haviam sido gerados no período. A segunda e terceira vara compreende de 1907 a 1914 e a quarta vara de 1914 a 1927.

O Fórum Criminal não é um local destinado à pesquisa acadêmica. Foi bastante complexo explicar a necessidade de verificar listas de processos tão velhas, mesmo porque não há nenhuma regra para pesquisadores entrarem em contato com a documentação existente neste local. Desta forma, foi necessário pedir ao juiz responsável pela vara uma autorização para ver o material. Apesar da boa vontade e curiosidade dos funcionários esse acesso não foi imediato. Depois de muita insistência, foi disponibilizada uma autorização apenas para cinco dias de pesquisa.

De qualquer forma, foi possível chegar a dois livros da quarta vara criminal intitulados “Registro Geral do Processo”. Esse registro contém os seguintes campos: o nome do acusado, estado civil, filiação, naturalidade, lugar de nascimento, instrução, artigo do código penal (no qual foi enquadrado o acusado), data do crime, data do procedimento, saída, observação, um campo chamado “arquivo geral” que não estava preenchido para o período pesquisado, e ainda, um número. Esse número era seqüencial, e parecia ser apenas uma ordem do próprio livro, porém, na ausência de qualquer outra indicação, houve de nossa parte um investimento na possibilidade afirmada pelos funcionários de que aquele era o número do processo, pois o número das caixas ou dos pacotes também não estava registrado nas varas criminais. Ao contrário das listas de presos sentenciados, esse livro não continha a cor dos acusados, e era improvável que se conseguisse referenciar as fichas do AESP com esses novos nomes em cinco dias. Portanto, todos os números de nacionalidade brasileira foram copiados, afinal, quando se obtivesse os processos

seria possível, no ATJESP, comparar o processo com as listas dos presos sentenciados e, finalmente, verificar documentos referentes a negros no início do século XX.

Ao voltar ao ATJESP, não foi muito grande a surpresa ao verificar que os 1194 números não eram referentes aos processos. Todo o trabalho havia sido em vão. De comum acordo com a funcionária do ATJESP, foram requisitadas as caixas 01 e 93 para que fossem verificadas quais as datas de processos existentes nelas, e a partir de então ter uma noção de que caixas pedir com “alguma” exatidão. O procedimento visava realizar uma prospecção que permitisse descobrir uma lógica capaz de orientar os pedidos das caixas. Mas não contávamos com outro empecilho: qualquer caixa solicitada pelo ATJESP ao acervo de Jundiaí deve ser digitalizada antes de retornar ao mesmo. A norma, instituída sabe-se lá por quem, acaba dificultando o trabalho no próprio Arquivo, que não dispõe de funcionários para realizar especificamente este trabalho – sem contar o fato de impor uma lentidão exagerada às pesquisas que dependem dessa instituição. Mesmo assim, as tais caixas foram pedidas.

O problema maior surgiu quando se verificou que essas duas caixas não continham processos por ordem de data ou vara, ou qualquer outra ordem que fosse. Assim mesmo foi possível perceber que a caixa 01 continha processos e inquéritos das duas primeiras décadas do século XX e a caixa 93 constava do mesmo tipo de material para as décadas de 1930 a 1950, aproximadamente. Resolveu-se então, por falta de opção, insistir na estratégia e pedir as cinco primeiras caixas.

Foi efetuada a leitura de todos os processos e inquéritos, com a intenção de comparar com as listas do AESP. Ao cruzar as listas com os processos foram encontradas apenas três referências, ou seja, dos quase setecentos nomes de não brancos recolhidos no AESP, apenas três processos estavam nas caixas no ATJESP. Pode-se dizer que o trabalho foi positivo porque, de fato, os processos não informavam a cor dos acusados. Portanto, sem as listas, jamais seria possível saber que tratavam de negros. Esses processos se referem aos presos por vadiagem e não trazem muitas informações para remontar as trajetórias desses homens¹⁴, pois como se sabe, apesar de ser absolutamente importante entender a lógica que perseguia indivíduos por vadiagem, esses processos eram bastante concisos. Como se pode imaginar, havia nas caixas documentos com a cor dos personagens e outros sem qualquer referência a esta. E dentre esses com cor, também havia dois referentes a não brancos, que não constavam das listas do AESP, mesmo

¹⁴ ATJESP, Caixa 03. Livro de presos 108-110. Processo de n. 22.







porque, nos dois documentos, não houve prisão. Isso porque no primeiro o agressor era branco e a vítima era um policial pardo. O segundo, como foi visto, referia-se ao suicídio de Anna e Anativa. Nenhum dos dois constava da lista existente na quarta vara criminal.

Todas essas dificuldades acabaram por desestimular o andamento da pesquisa, pois parecia impossível dar continuidade a um trabalho sem as condições materiais minimamente necessárias. A documentação que é sabida existir, pois já fora consultada por outros pesquisadores e mencionada em obras publicadas há algum tempo, encontra-se agora literalmente escondida pela ineficiência do sistema de arquivos paulista e pela burocracia. Todo o esforço para localizar novos documentos e construir estratégias para conseguir um maior volume de fontes sobre negros em São Paulo no início do século XX (que sabíamos ser um trabalho difícil) resultava em quase nada, diante da desorganização do ATJESP. Felizmente alguns poucos resultados foram obtidos com essa batalha, e visualizou-se assim um caminho para a continuidade da pesquisa. Porém, diante da situação geral dos arquivos de São Paulo, essa pesquisa dependeu de um pouco de sorte para obter resultados na coleta de fontes.

Creio que essa maratona justificaria qualquer irritação por parte de pesquisadores, mas isso tudo é apenas o problema enfrentado por quem pesquisa São Paulo. Houve ainda, como dissemos, o problema de pesquisar a população negra. Como, de fato, não havia outra solução, aceitamos o acaso como alternativa de pesquisa. Retornamos ao AESP e ao trabalho de abrir lata por lata na esperança de encontrar um processo policial sobre algum negro. Não se iluda prezado leitor, isso quase não aconteceu, e se você está cansado, ao menos não está desesperado – como de fato ficamos – e seus olhos têm ainda a incomensurável vantagem de não percorrer esses espaços de ônibus.

Anexo 2

Mapa das regiões habitadas pelos negros em São Paulo

Legenda do mapa	
Cores	Menções ao local*
	Moradia
	Prostituição
	Comércio
	Lavadeiras
	Salão de bailes e sedes de jornais negros
	“malandros”

*Todas as menções foram retiradas da imprensa negra. Os títulos foram: *A Rua*, *O Menelick*, *A Liberdade* e *O Alfinete*. Todos os exemplares até 1920 foram analisados. Exceção a categoria “Malandros”, para qual foram utilizadas referências de “Memória Urbana: a Grande São Paulo até 1940”. São Paulo: AESP, Imprensa Oficial, 2001. v. (memórias) e, da obra de Iêda Marques Brito. *Samba na cidade de São Paulo (1900-1930): um exercício de resistência cultural*. São Paulo: FFLCH/Usp, 1986.

Mapa Original: “Planta Geral da Cidade de São Paulo”. Com indicações diversas. Organizado pela comissão geográfica e geológica eng. João Pedro Cardoso (chefe). Escala 1: 20.000. 1914.

Fonte do Mapa Original: “Memória Urbana: a Grande São Paulo até 1940”. São Paulo: AESP, Imprensa Oficial, 2001. v. 3 (mapas).

Anexo 3

Ficha Antropométrica de Maria Benedicta 1.

8

OBSERVAÇÕES ANTHROPOMETRICAS				NOTAÇÕES CHROMATICAS					
Altura 1,m	585	comp.	149 1/2	Pé esq.	237	n.º côr	6	Idade	20 ann
Curvadura		larg.	142	Med. esq.	105	aureola	mar	Nascido em	1884
Envergadura	585	bi-zyg.	119 1/2	Min. esq.	49 1/2	periphe	11	Estado	de
Busto 0,m	84	Orelha direita	6 1/2	Dig-Cub.º	423	parts.		Idade aparente	20 ann

POLICIA DE S PAULO.



REPUBLICA DO BRASIL

cabellos	cast.	parts.	
barba	ru.º	parts	
Pigm.	brta	sang.	
Signaes notados a	20.12.06		
por			
Verificados a			
por			

IMPRESSÃO DOS DEDOS DA MÃO DIREITA

Pollegar	Index	Medius	Annular
Puaõ perficua 1			



Frente. Arquivo do Estado de São Paulo. CO 3256

Ficha Antropométrica de Maria Benedicta 2. Verso.

Marcas particulares e cicatrizes	
I	
II	
III	<i>Um tufo largo junto ao nariz</i>
IV	
V	
VI	

N.º	<i>4122</i>
Nome	<i>Benedicta</i>
Sobrenome e pseudonymo	<i>Maria</i>
Nascido em	<i>Rio de Janeiro</i>
a	<i>1884</i>
Filho de	<i>Ignor.</i>
e de	<i>Luiza M. de Conceição</i>
Profissão	<i>Carpinteira</i>
Última residência	<i>La Duina Strass 22</i>
Papeis de identidade	
Relações	
Serviços militares	
Condenações anteriores, seu n.º	
Causa e lugar da detenção anterior	<i>1 vez Causa Lap. 13.º n.º 181/811.º</i>
Motivo actual; especificação do delicto	
Notas diversas	<i>Acceptat</i>

Arquivo do Estado de São Paulo. CO 3256

Anexo 4

Lista geral das mulheres ofendidas

Todos os Processos e Exames de Corpo de Delito foram retirados das latas “Polícia”, localizadas no Arquivo do Estado de São Paulo:

CO 3256 – 1905 a 1906, CO 3257 – 1906, CO 3258 – 1907 a 1908, CO 3259 – 1908 e CO 3260 – 1909 a 1910.

Lista geral das mulheres ofendidas							
Código	Nome	Idade	Cor	Profissão	Data	Crime	Nacionalidade
1	Albertina Antônio Pensado	15			12/1/1906	Defloramento	Brasileira
2	Ambrosina dos Santos	18	Parda		10/2/1906	Defloramento	Brasileira
3	Amélia de Carmo Salgado	16			14/2/1906	Defloramento	Brasileira
4	Amélia Simone	6			1/1/1909	Defloramento	Brasileira
5	Angelina de Gioia	18			7/2/1906	Defloramento	Italiana
6	Anna Regina	18		serviços domésticos		Defloramento	Austríaca
7	Antônia Alves	25	Preta	cozinheira	23/3/1911	Defloramento	Brasileira
8	Aurora Marques Ferreira	16	Branca	empregada	15/1/1909	Defloramento	Brasileira
9	Benedicta Soares	16		copeira	22/5/1906	Defloramento	Brasileira
10	Bernardina Maria da Dolores	16			27/11/1906	Defloramento	
11	Brazilina Rodrigues	18	Parda	criada	10/1/1906	Defloramento	Brasileira
12	Carlota	15		criada	26/7/1910	Estupro	Brasileira

	Reinhardt						
13	Dolores Eulália Castro	16	Preta	carimbeira	7/10/1909	Defloramento	Brasileira
14	Ernestina do Amaral	17			15/6/1906	Defloramento	Brasileira
15	Eugênia Maria de Camargo	17	Parda		11/2/1906	Defloramento	
16	Euphrazia Moreira Cezar	-			9/5/1907	Defloramento	
17	Guilhermina da Conceição	19			13/1/1906	Defloramento	Brasileira
18	Herminia Eugênia Bachini	16			21/1/1906	Defloramento	Italiana
19	Hilária Candida Damão	19	Preta	criada	21/1/1908	Defloramento	Brasileira
20	Ignez Vidal	15		empregada	10/10/1908	Lenocínio	Espanhola
21	Iracema dos Santos	15	Parda	serviços domésticos	26/11/1910	Defloramento	
22	Jovina de Moura		Preta		26/8/1912	Defloramento	Brasileira
23	Julinda Giamanini	19			21/1/1906	Defloramento	Italiana
24	Luiza Rosa	-			21/12/1906	Ofensas físicas	
25	Margarida Sberosch	18		costureira	2/2/1910	Lenocínio	Alemã
26	Maria Carolina Jorge	18			27/2/1908	Defloramento	Portuguesa
27	Maria Constância de Oliveira	16	morena	serviços domésticos	11/9/1906	Defloramento	
28	Maria da Conceição	17			7/2/1906	Defloramento	Portuguesa
29	Maria de Oliveira	9	Preta		30/12/1914	Estupro	Brasileira
30	Maria do Carmo	18	Preta		11/3/1906	Defloramento	Brasileira

31	Maria Eliza de Almeida	15	Parda	criada	24/5/1906	Defloramento	Brasileira
32	Maria Euphrazia	19			13/3/1906	Defloramento	Portuguesa
33	Maria José Dias	18	Branca		11/3/1906	Defloramento	Brasileira
34	Maria Leris	20			7/7/1906	Defloramento	Francesa
35	Maria Nicoletta	13		[declarada imbecil]	7/1/1906	Defloramento	Brasileira
36	Marisa Del Bosco	16			6/6/1906	Defloramento	Italiana
37	Natalie Femile	35		serviços domésticos	29/11/1906	Ofensas físicas	Brasileira
38	Olívia Maria de Jesus	17	Parda		1/3/1906	Defloramento	Brasileira
39	Otilia Helmsdorff	34		dona de casa	14/7/1910	Tentativa de estupro	Russa
40	Paschoina Magliócca	18		Operária	7/2/1906	Defloramento	Italiana
41	Sebastiana Leme	13	Branca	Criada	4/1/1910	Defloramento	Brasileira